

B.G. 33-5-4

B.G. 2/5-4

**||| G I L   ▲**  
**V I C E N T I E**

---

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE  
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA  
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161 — Guimarães

---

COMPOSTO E IMPRESSO NA  
COMPANHIA EDITORA DO MINHO  
RUA D. ANTÓNIO BARROSO — Barcelos

---

# GUIL VICENTIE

— REVISTA  
— LITERÁRIA  
DE CULTURA  
NACIONALISTA

■ SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA

XII VOLUME  
N.ºs 1 a 12

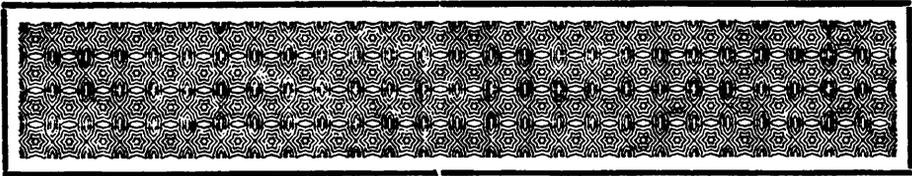
GUIMARÃIS  
1936

—  
JANEIRO

Directores: \_\_\_\_\_

D. José Ferrão  
Manuel Alves de Oliveira

DEZEMBRO



## Na feira dos mitos

---

**S**ERVE êste artigo de prefácio ao XII volume da nossa revista, que agora se inicia.

Uma vês mais Gil Vicente volta ao bom combate. Na confusão da hora que passa, na balbúrdia nacionalista que se atravessa, em plena feira dos mitos novos que se levantam, aqui estamos na mesma comunhão de ideas da primeira hora, dessa hora já saudável em que havia menos nacionalistas mas se era mais nacionalista.

Não bastam afirmações de obediência àquêles princípios que António Sardinha e os seus companheiros do Integralismo nos legaram. É necessário que às palavras correspondam os actos, é preciso manter na sua pureza primitiva, sem ligações que a adulterem, aquela grande ânsia de resgate nacional, que inundou a nossa alma duma luz nova e nos despertou para as batalhas largas do tradicionalismo português. Essa batalha não findou ainda, antes se apresenta mais confusa, mais encarniçada, mais traiçoeira. O inimigo, agora, procura infiltrar-se nas nossas linhas, agitando quási que a mesma bandeira. E assim nós podêmos ver, com certo desalento que não embota a nossa fé, reunidos à volta dessa bandeira de falso ídolo, muitos daquêles que já estiveram connosco.

E aquela interrogação de Oliveira Martins, ao fechar a sua *História de Portugal*, volta a ter, infelizmente, certa oportunidade. Como êle, nós preguntamos também:

— «Continua ainda a decomposição nacional, apenas interrompida de um modo aparente pelas ideas revolucionárias e pela restauração das fôrças económicas, fomentadas pelo utilitarismo universal? ou presenciando um fenómeno de obscura reconstituição, e sob a nossa indecisa fisionomia nacional, sob a nossa mudez patriótica, sob a desesperança que por tôda a parte ri ou geme, crepitará latente e ignota a chama de um pensamento indefinido ainda?»

A esta interrogação respondeu António Sardinha: — «Nós somos êsse pensamento que a hora amarga da crise acabou por definir».

Mas, para que esse pensamento se não perca, para que êsse pensamento frutifique, nós clamamos também, com António Sardinha, neste limiar de novo ano :

— «Venham a nós as criaturas de Boa-Vontade! Mas venham a nós com o gôsto da obediência e com a resignação heróica do sacrificio. Só assim o nosso esforço será fecundo, — só assim nós responderemos com palavras fortes de esperança à interrogação angustiosa de Oliveira Martins!»

\*  
\*       \*  
\*

Neste ano de 1936 passa o 4.º centenário da morte de Gil Vicente, o genial poeta, criador do Teatro Português.

Ainda há pouco a Espanha esteve em festa na comemoração centenária de Lope de Vega. Em Portugal, porém, e até agora, nada se pensou de definitivo na comemoração Gil-Vicentina. Os problemas da cultura parece que não têm, no nosso País, muitos adeptos. No entanto êsse génio dramático que tanto lustre deu à Corte do Rei Venturoso, foi um dos que mais influência exerceu em alguns dos autores de maior nomeada dos séculos XVI e XVII. É que Gil Vicente foi — como o salientou a inesquecível D. Carolina Michaëllis, — o «único génio verdadeiramente dramático que Portugal teve», e de tal maneira que Menendez y Pelayo não teve dúvida em afirmar que «como artista dramático Gil Vicente no tiene quien le aventaje en la Europa de su tiempo».

Mas não é só na Europa do seu tempo que o génio dramático de Gil Vicente teve certa influência e prestígio. O seu lirismo, tam expressivo e tam encantadoramente suave e cristalino tem, por vezes, certa aproximação com o de Camões. Os seus enredos dramáticos revelam-se ainda em algumas das obras de Molière. E convém não esquecer aquêles pontos de contacto, tam discutidíssimos, que se verificam entre o *Fausto* de Goethe e o *Auto da Alma*.

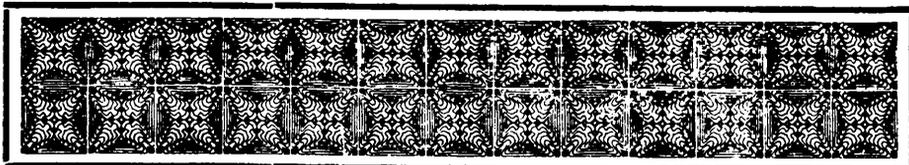
Guimarães, presumível terra natal do *Mestre dos Autos*, deve dar o exemplo na comemoração devida a tam grande Poeta. Supomos que é esta uma excelente oportunidade de se levantar um monumento condigno a essa grande figura de português, hoje quási esquecida da grande maioria dos portugueses.

A nossa revista consagrará, oportunamente, um número especial ao seu glorioso patrono, número êsse que terá a colaboração dos melhores nomes das letras portuguesas.



A Galiza, nossa legítima irmã de Além-Minho, que só a fita de prata de um rio separa, é um alfobre de altos valores mentais e artísticos. Terra máter de Vale Inclan, o formidável talento verbal que a morte há pouco arrebatou; de Sanches Canton, crítico de Arte notável; de Palácios, o maior arquitecto de Espanha; de Sottomayor, pintor de sólido renome universal; de Millan Astray, heróico comandante do têrço de estrangeiros na guerra de Marrocos, é também o berço natal de Mariano Tito Vasquez, de quem *Gil Vicente* se orgulha de inserir, hoje, um esplêndido trabalho inédito.

*Campo del Horno*, é um sugestivo desenho de paisagem compostelana.



# ANTÓNIO SARDINHA

---

por ANTÓNIO A. DÓRIA

**H**Á 11 anos — onze longos anos de esperanças, de desânimos e de saúde! — morreu santamente na mão de Deus o mestre do Nacionalismo Português, António Sardinha.

Filho do Alentejo — êsse Alentejo calcinado que já fôra a pátria de Fialho e de Bernardim, de Florbela Espanca e de Garcia de Rêsende — em tôda a sua obra de escritor perpassa a nostalgia da paisagem da mesopotâmia do sul, nostalgia que até se reflecte na sua obra de político. Porque para António Sardinha a política era ainda uma projecção da sua vocação literária para além da literatura e tôda a sua curta carreira de animador da consciência nacional foi uma maneira de ser escritor. Ao contrário de Antero (apraz-me ligar êstes dois nomes como os dois últimos grandes agitadores de ideas em Portugal, terra que desde a Renascença parece ter perdido a noção dos superiores interesses do Espírito), Sardinha partiu da política para a literatura; enquanto para o poeta-filósofo a arte literária nada mais era além dum meio de catequizar, para o grande ensaísta a literatura era tudo e a política nada mais foi do que uma atitude, brilhante embora, do escritor. Não me arriscarei de-certo a parecer paradoxal, se disser que António Sardinha foi acima de tudo um escritor e só acidentalmente um político.

Era, porém, um intelectual que amava entranhadamente a acção, o que explica perfeita e claramente porque a política o atraíu. Fora dela e sem aquêlê desejo ardente de acção, êle poderia vir a ser um grande escritor, maior ainda do que na realidade foi, escritor de larga visão a que por vezes se aliava a emotividade do poeta. Contudo o seu grande desejo de acção levou-o à consunção rápida e total, numa vida breve de 37 anos, quando do seu talento havia ainda tanto a esperar. Perdido nos arraiais da tôrpe política êle fazia política sadia como há

muito já se não via, e todos sabem quão grande e nobre foi a sua atitude enérgica de combatente durante a época tenebrosa de 1914 a 1917, era da demagogia à solta que nada respeitava. Moço de aspirações sublimes, generoso em extremo, possuidor de uma cultura rara num homem da sua idade, António Sardinha teve o condão de galvanizar os jovens portugueses do seu tempo recém-saídos dos estudos ou freqüentando ainda os bancos da nossa Universidade. Podendo ser um acomodaticio e viver das benesses que o Poder lhe deixaria cair, ou bajulando os próceres da política de então, Sardinha, sentindo dentro do seu falar a voz vibrante da ancestralidade, parte como cavaleiro-andante para a campanha, rude sim mas gloriosa, de restituir Portugal à consciência de si próprio. E sentindo-se compreendido pela meia dúzia de idealistas que o cercavam, ei-lo que lança o grito de guerra à democracia que arrastava Portugal à ruína. Mais um partido! exclamariam os burgueses pacatos para quem a consciência se pesa à libra e cujo coração é o cofre. Nada disso. Para António Sardinha, grande mestre dotado duma inteligência claríssima, o mal não estava simplesmente nas instituições, porque vinha de muito mais longe. O mal era geral e atacava tôdas as energias da Nação, fôsse na política, fôsse nas letras, na sartes ou nas ciências. Indo às origens, êle buscava a raiz dêsse mal não na jornada da Bastilha ou na Declaração dos Direitos do Homem mas no grito sedicioso de Lutero pregando na porta da catedral de Vitemberga a bula papal que o excomungava.

Era, pois, de origem protestante e por conseguinte religiosa a jonga crise que o mundo atravessara da Renascença à Grande Guerra, crise que teve um dos seus mais agudos períodos na época terrível da Revolução Francesa. Partindo dessas premissas preconizava Sardinha o regresso à tradição católica em religião e à tradição monárquica em política, porque êle via que só em Cristo estava a salvação das sociedades humanas como só no Rei estava a garantia da paz nas pátrias.

Essas afirmações desassombradas numa época em que os partidos políticos se degladiavam e amedrontavam o País com o espantinho do «perigo monárquico» trouxeram-lhe a inimizade e o ódio das choças e das lojas, mas os espíritos cultos e que tinham olhos para analisar a angústia do momento e o que lá por fora se ia fazendo, viram logo o quanto de sincero havia na doutrinação do jovem mestre que com tanta coragem se batia nas colunas já gloriosas da *Nação Portuguesa* ou da *Monarquia*, uma revista e um jornal diário que ficarão na história do pensamento português a marcar uma época notável. Êsse ódio levou-o

ao exílio, mas as agruras dêste só serviram para cimentar mais, se era possível, as suas convicções. Por terras de Espanha, Sardenha ia buscando ainda a razão de ser português, e em Toledo

*(Toledo, espelho da Morte,  
nasceu de sangue rial.  
Filha das águas do Tejo,  
tem um irmão : Portugal !)*

ia meditando talvez como os seus destinos poderiam ter sido outros se o seu carácter fôsse mais maleável às solicitações tentadoras da época. Êle dizia :

*Nasci debaixo de implacável sina,  
— mandam em mim constelações funestas.  
Quando será que o meu penar termina,  
Toledo dos Concílios e das Gestas ?*

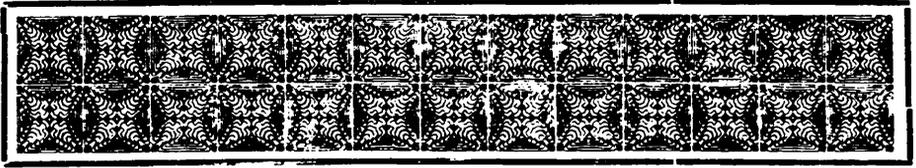
Animador poderoso da mocidade, êle o homem de acção, sentia-se incompreendido no mesquinho meio português :

*Irmãos de D. Quichote macilento  
ó cavaleiros da Figura — Triste  
quando será o nosso enterramento ?*

E quando, como chama simbólica, se extinguiu abraçado à Cruz ( « Fazei, Senhor, que o último pulsar do meu coração seja para Vós ! ») preparava-se a grande Alvorada libertadora que a sua longa e ardorosa prêgação preparara. Morreu a pouco mais de um ano da arrancada de Gomes da Costa, sem poder ver o começo da realização do grande sonho da sua vida.

Ao completar-se o 11.º aniversário da morte do escritor ilustre e doutrinário notabilíssimo que foi António Sardenha, eu recorde comovidamente a sua figura nervosa e insinuante, a sua doutrinação admirável, o seu talento e o seu génio de agitador de ideias, dizendo com êle :

*pudesse a dor que o peito me golpeia  
abrir caminho ao Portugal — Maior !*



# O SENTIMENTO PORTUGUÊS EM LOPE DE VEGA

por HIPÓLITO RAPOSO

Conferência feita no Grémio  
Literário, de Lisboa, em a  
noite de 18 de Maio de 1935.

**P**ORTUGAL e Castela são as personagens vivas de um grande drama histórico que surgiu na cena do mundo há oito séculos e que, ainda quando interrompido nos seus lances de acção, não deixa de se prolongar nas inteligências e nas almas. Não é possível encarar qualquer aspecto da vida colectiva de um ou de outro povo, e muito menos abarcar com visão crítica alguma das épocas literárias, sem as relacionar reciprocamente nos meios de expansão ou nos valores de expressão.

Como é natural, a intimidade dessas relações intensifica-se nas décadas que precederam a usurpação felipina que, se foi domínio na política e no govêrno, nos deixou intacta a autonomia da língua e do pensamento, mantendo-se por conseguinte, a independência da nossa individualidade literária, vida e coração da esperança colectiva.

O intento de absorver Portugal na Monarquia de Castela não se gerou súbitamente no espirito de Felipe II: vinha de longe êsse plano e correspondia à natural ambição de engrandecer um estado mais forte à custa do outro de menor extensão territorial, ou de fazer coincidir a unidade política com a real ou suposta unidade geográfica da Hispânia, conforme aconselhava a tradição romano-visigótica.

Mas as tentativas de realizar êsse desígnio não partiram só de Castela, pois de Portugal houve intentos e esforços de lusitanizar a Península Ibérica a que os fados, bons por certo, não deram o coroamento do êxito vitorioso. Após as primeiras lutas da independência, à investida de D. João I de Castela, frustrada em Aljubarrota, sucedem do nosso lado as aspirações de D. Afonso V sepultadas em

Toro, de D. João II pelo casamento de seu filho D. Afonso com a herdeira dos Reis Católicos e de D. Manuel I que casa com a viúva do Príncipe, e ainda vê o filho, D. Miguel da Paz, jurado herdeiro do Trono de Castela, sendo-o já do de Portugal.

De sorte que a pretensão ao Trono português, vago pela morte do Cardial-Rei, podia firmá-la Felipe II em alegações do direito político do tempo, que aliás não era o melhor entre os dos competidores. A sorte da sua ambição deveria confiá-la de preferência ao partido castelhano que o poder do oiro constituiria, e à razão decisiva das fôrças de terra e mar, comandadas pelo Duque d'Alba e pelo Marquês de Santa Cruz, a que Portugal, debilitado já pela decadência e pela ruína de Alcácer-Quibir, não poderia opôr-se eficazmente.

Mas foi o aspecto jurídico-político, expresso nos capítulos das Côrtes de Tomar, aquêlê que prevaleceu por convicção ou por tática do Rei Castelhana, cuja prudência o levou a respeitar nas fórmulas a consciência da liberdade portuguesa, organizando a monarquia dualista, ou fôsse o regímen político da associação de duas soberanias, personificadas no mesmo Rei, ficção ou frágil intenção que a experiência não tardaria a desmentir.

Independentemente dos propósitos unificadores, ou de acôrdo com planos de hegemonia das duas nações que sobreviveram a tantas invasões e lutas internas para partilharem com segurança o mapa da Península, as influências mútuas, com predomínio das de Castela, foram quasi incessantes, sobretudo nos nossos séculos de formação e grandeza. Basta relembrar o extenso rol das mulheres princesas que atravessaram a fronteira e foram ou vieram para ser rainhas de Portugal. Desde a formosa Dona Teresa que na sua corbelha de noiva trazia o Condado Portucalense, os esponsais e os casamentos reais renovam frequentemente na côrte os hábitos, os gostos, as artes e as letras de Espanha. Assim, D. Dulce filha do Conde de Barcelona, partilha o tálamo e o trono de D. Sancho I; D. Urraca, filha de Afonso IX de Castela, casa com D. Afonso II; D. Beatriz de Gusman, filha de Afonso X de Castela, substituí nos affectos de D. Afonso III a desditosa Matilde, Condessa de Bolonha; Isabel, filha de Pedro III de Aragão, enche de graça e de poesia a côrte e o reino de D. Denis, o rei dos trovadores do seu tempo; o filho dêste, D. Afonso, procura na côrte de Castela a rainha D. Beatriz, filha de Sancho IV; D. Pedro I, cujo amor era menos firme do que a justiça, recebe de Espanha D. Branca de Castela que repudia, a amargurada D. Constança,

D. Inês de Castro e talvez Teresa Lourenço, se os linhagistas acabarem de averiguar que era galega esta ditosa mulher; D. Leonor Teles, graça e desventura de D. Fernando, era de geração espanhola; com a doce D. Leonor, filha de Fernando I de Aragão, casa El-Rei D. Duarte; o príncipe D. Afonso, filho de D. João II, desposa D. Isabel, filha dos Reis Católicos; D. Manuel casa com três princesas vindas de Espanha, com D. Isabel, viúva do Príncipe D. Afonso, com a irmã desta, D. Maria, mãe de D. João III e de vários infantes e com D. Leonor, filha de Felipe I de Castela, mãe da célebre Infanta D. Maria; D. João III desposa uma cunhada de seu pai, irmã da precedente, a rainha D. Catarina, irmã do Imperador Carlos V; seu filho, o Príncipe D. João casa com D. Joana, filha de Carlos V, progenitores de D. Sebastião; D. João IV era filho de D. Ana Velasco, espanhola, e casou com D. Luíza de Gusman, a Duquesa-restauradora, filha do 8.º Duque de Medina Sidónia; D. Maria Ana Vitória, filha de Felipe V de Espanha, partilha o trono de D. José; D. João VI casa com a pequena princesa D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV.

Ignoro se o amor das espanholas é o mais poderoso em corações portugueses, que tanto se rendem também às seduções das feiticeiras de outras raças e de outras côres. Mas, sem entrar em domínios tam obscuros, podemos para este caso das alianças reais, contentar-nos com as razões da vizinhança ou da conveniência política.

E não nos esqueçamos de considerar que sempre vinha com estas damas o séquito dos parentes, amigos, damas, servidores, e com êles os costumes, as artes e as letras de além-fronteira. Semelhantemente, se tal relação servisse ao nosso intento de agora, poderíamos referir aqui os nomes de numerosos infantes, infantas, senhoras nobres que desde o Conde D. Henrique até D. João VI, passaram aos outros reinos da Península para nêles viverem ou reinarem com diversa fortuna, como a mulher de Afonso XI, D. Maria, cujas lágrimas salvaram de gravíssimo perigo a civilização europeia; D. Isabel, mãe de Isabel, a Católica; D. Isabel, rainha de Espanha e Imperatriz da Alemanha, aquela cuja beleza rendeu o coração de um imperador e cuja fealdade na morte fez um santo; D. Maria de Portugal, filha de D. João III, primeira mulher e único amor de Felipe II. Noutra esfera, seria interminável a relação: O Duque de Candia, futuro S. Francisco de Borja, casa com a portuguesa D. Leonor de Mascarenhas; Cervantes prende-se de amor por uma portuguesa de Lisboa, musa inspiradora da sua novela *Galatea*. Nesta permuta de sangue e de

influências se passaram séculos, durante os quais, na vida das duas nações algumas contendidas trágicas tiveram de dirimir-se. Se estivemos juntos nas Navas de Tolosa, no Salado e em Túnis contra os árabes, viemos às mãos em Aljubarrota e em Toro. De Aljubarrota nasceu Santa Maria da Vitória e ficaram os troféus na Senhora da Oliveira, em Guimarães; à glória de Toro se erigiu o mosteiro de S. Juan de los Reyes, em Toledo, onde os vencedores deporiam as bandeiras portuguesas e o arnês do nosso heróico alferes; se perdemos em Alcântara e nas Ilhas, ganhamos no Amexial e em Montes Claros.

E na dissensão dos limites dos continentes e mares, para que não houvesse guerra, interveio a mediação de Alexandre VI com a bula da partilha de 4 de Maio de 1493, seguida do tratado de Tordesillas de 7 de Junho de 1494 que, a despeito de tôdas as boas intenções, nunca chegou a ter execução.

A maior façanha naval que honra a história da Península é levada a cabo em navios espanhóis, mas o comando era de Fernão de Magalhães e de outros portugueses que o seguiam na jornada.

\*  
\*       \*  
\*

Estas constantes ligações político-dinásticas, favorecidas pela contigüidade do território, pelas afinidades de sangue e de língua, pela identidade de fé religiosa e pela comunidade de destino, muitas vezes, ajudam-nos a compreender como o castelhano fôsse instrumento literário dos nossos poetas cortesãos, ao lado do português já robusto e diferenciado, constituindo êsse favor e preferência o mais decisivo factor do paralelismo intelectual que irá acentuar-se nos séculos XVI e XVII. Desde a elegia do sentencioso D. João Manuel à morte desastrosa do Príncipe D. Afonso, ao Infante D. Pedro *sobre o men'preço das cousas do mundo*, a Garcia de Rêsende, em trovas de amor, em sátiras gracejos, orações ou poesias discursivas, o bilingüismo entra na moda e na prática usual dos bons engenhos, até alcançar a consagração máxima com Sá de Miranda, Gil Vicente, Andrade Caminha, Frei Agostinho da Cruz e Camões, em têrmos que pareceram excessivos ao reparo e censura de António Ferreira que não escreveu um só verso em castelhano. Mas, tributando louvores ao grande zelador quinhentista da beleza e da dignidade da nossa língua, não nos tentemos a ver no simples emprêgo do castelhano pecado

contra o patriotismo, do qual teríamos de arguir também Rodrigues Lobo, D. Francisco de Portugal, D. Francisco Manuel de Melo e outros do período clássico da prosa. Depois do latim, devia ser o castelhano a língua mais divulgada nos meios cultos da Europa, nas universidades e nas côrtes, o que naturalmente justificava o seu emprêgo por todos quantos desejassem ser conhecidos e admirados. Mas o amor e o sentimento da língua materna eram tam vivos nos Portugueses de Quinhentos que entre as cláusulas do pacto que juridicamente traduziam as côrtes de Tomar, em 1581, a política felipina não se esquecia de consignar que *tudo seria feito em lingoagem portuguesa*.

O viajante Pedro Teixeira que imprimiu em Antuérpia, por 1610, as suas *Relaciones* confessa que, depois de ter começado a escrever a obra em português, resolvera compô-la em castelhano, *juzgãdo que en esta lengua quedaba más communicable; y mi patria antes reciba servicio que ofensa*. António Pais Viegas, conspirador de 1640 e secretário de D. João IV, imprimiu em castelhano nesta cidade de Lisboa, em 1641, o seu livro em defesa da independência — *Principios del Reyno de Portugal &*. O próprio Rei D. João IV escreve em 1649 o seu opúsculo — *Defensa de la musica moderna contra la errada opinión del Obispo Cyrillo Franco*. Em castelhano se exprimia a Rainha D. Luiza de Gusmão, como se presume da sua origem, e se vê da frase dela, citada pelo padre António Vieira, numa das suas cartas à rainha da Gran-Bretanha, D. Catarina de Bragança.

No entanto, nas décadas que se seguem à Restauração, o gôsto do Castelhana oblitera-se, quer pelo ressentimento e dor das campanhas, quer pela influência francesa que começou na Europa a sua invasão triunfal.

A êstes contactos e penetrações da língua, juntavam-se no tempo e no espaço constantes razões de convivência espiritual, por motivo da universalização da cultura humanista e da comunidade latina e cristã. Em Paris, Inácio de Loyola é aluno do Colégio de Santa Bárbara, dirigido pelo Principal Diogo de Gouveia, o maior pedagogo do seu tempo, aquêle que ao seu discípulo e futuro santo, deu um grande exemplo de justiça e caridade, pedindo-lhe perdão de joelhos, quando estava para o castigar.

Em Gôa, o padre Francisco Xavier, navarrino, apóstolo do Oriente, recebe em seus braços o último suspiro do grande D. João de Castro.

A terras de Espanha passaram duas figuras portuguesas, D. Beatriz da Silva e João de Deus que na hagiografia peninsular oferecem a Deus e ao exemplo dos homens as flores do sacrificio e a auréola da bem-aventurança: uma, padecendo a injúria de ver ultrajados na perseguição e calúnia os lírios da sua pureza; outro, praticando a loucura da caridade, amando os homens que choravam de dor pelas ruas e praças em perigo de vida, como náufragos do mundo.

E na centúria que se abre em 1556, para abranger os reinados dos três Felipes, o génio espanhol alcança valores expressivos ainda não atingidos, desde a civilização grega; detentor do cetro da Latinitude, fica absorto no seu próprio esplendor, ao possuir-se do sentido trágico da existência. Temos de reconhecer e admirar nesse *siglo de oro* da Espanha dogmática e tridentina, uma das irradiações de pensamento, de beleza, de fôrça, de religiosidade, de audácia, de heroísmo de que mais se pode honrar a espécie humana, desde a escultura, dolorosa de realidade, de Juan de Mena, de Montáñez, de Alonso Cano, às telas solenes de Pantoja de la Cruz, às alucinações do Greco, à nobreza orgulhosa e calma de Vellásquez, à doçura angélica de Murillo, aos abismos de alma de Ribera e Zurbaran, às ameaças macabras de Valdés Leal. Orgulhem-nos também da contribuição que para êsse esplendor levaram dois artistas portugueses, o pintor Sanches Coelho que foi o chefe da melhor escola de retratos espanhóis e o escultor Manuel Pereira, de cujo escopro glorioso saíram o *Cristo de Lozoya* em Segóvia, e essa maravilha de naturalidade que é o *São Bruno*, da Cartuja de Miraflores.

Curtas e apressadas referências são estas, mas servem para mostrar que não é possível aprofundar em algum aspecto a história de Portugal, sem a relacionar com a de Castela e a dos outros reinos por ela absorvidos. Ora em desinteligências, ora em alianças; ontem por mal, hoje por bem; aqui pelas letras, além pelas artes; trocando mestres e discípulos pelas universidades, pintores, estatuários, santeiros e músicos, por palácios e igrejas; uma vez levando produtos da terra, outra vez recebendo artefactos da indústria — a vida dos dois países enlaçou-se por tal modo, ao longo da história, que seria culpável ignorância ou desacêrto não reconhecer essa realidade em honesto estudo.

Esta verdade que em trabalhos portugueses muitas vezes se desconhece ou renega, enunciou-a vai para trinta anos o historiador Costa Lobo: «A apreciação correcta dos successos notáveis da nossa vida nacional requer um conhecimento pleno da história de Hespanha, sem

o que, ou são deturpados, ou vistos em uma perspectiva falsa na luz e nas propoções: cientificamente não há história primitiva, nem de Portugal nem de Hespanha, mas unicamente história da Península Iberica» (1).

Se em diversos aspectos da vida colectiva, há uma obra comum de realização peninsular, não respeitaremos esse património nem seríamos dignos herdeiros da glória com que nossos avós ofereceram à civilização um dos seus mais luminosos capítulos, se não o abarcassemos na sua génese e no seu esplendor.

E contudo, nas semelhanças que nos uniram, nas afinidades que nos aproximaram, nos interesses que nos prenderam, profundas diferenças de índole nos distinguiram e distinguem, costumes e tendências não se identificam, e o destino histórico e étnico que nos levou às plagas remotas, se nos irmana nos intuítos, ainda nos individualiza nos recursos e nos meios e processos de os valorizar.

Do fundo das idades, um factor obscuro e permanente, talvez etnogénico, nos segredou sempre a dualidade, nos revelou sempre a distinção e a separação nos impôs, à voz de uma consciência que se traduz no querer e sentir nacional, no desejo constante de sermos livres, ricos ou pobres em nosso lar português.

Nessa diversa sensibilidade que nos marca atitudes diferentes em face da vida, deve encontrar-se a justificação de que o mais alto documento da literatura castelhana seja o *Don Quixote* e o das letras portuguesas sejam — *Os Lusíadas*; que na sátira de Cervantes possamos ver traduzida a inacomodação do espírito e da matéria, o eterno espectáculo do homem na contradição de si mesmo, e no poema de Camões se cante a apologia do esforço humano, coroado pela vitória; além, a mais a pungente irremediável das tragédias, aqui um hino glorioso a que não faltam acordes líricos de tristeza.

Por esse outro sentir, se entende também que as mais belas expressões do lirismo espanhol sejam ardentes orações e deprecações, e os mais altos vôos da nossa lírica sejam versos de amor.

E essa estranheza, a mesma diversidade, acusa-a a observação do teatro espanhol, quando interpreta e movimenta em cena as personagens portuguesas, históricas ou imaginárias.

É fiel o testemunho dos dramaturgos, quando salientam para os exaltar ou ridicularizar os aspectos da alma portuguesa que mais con-

---

(1) *Origens do Sebastianismo*, pág. 52 e seg.

trastam com a sensibilidade e a índole espanholas, como depois veremos. Foi por essa diferença e estranheza que D. Sebastião, morto em África, nunca morre na esperança, e nas próprias lágrimas da perda se reflecte a miragem da sua ressurreição. Enquanto a Espanha, engrandecida com o Império Lusitano pela anexação e ocupação, entra no ciclo de maior glória, Portugal vencido em África e vendido a Castela, não vende nem deixa cativar a alma que por sua defesa se afunda no mito do Encoberto, reanima-se pela esperança imortal, criando os pais aquêle vivo sonho de que os filhos hão-de acordar em realidade.

Castela, poderosa, rica, voltada para a política europeia, dava cuidados às armas da conquista, sem advertir que não nos cativara o espírito, o vencedor final de todos os exércitos e de tôdas as empresas.

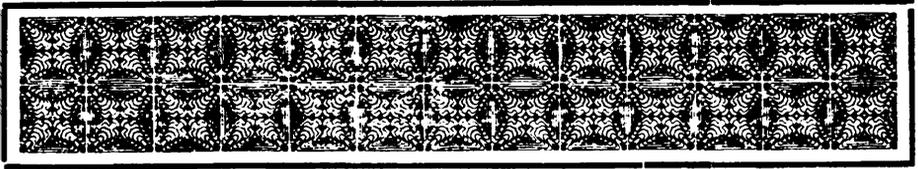
Havia visões a errar pelos claustros, vozes prodigiosas soavam pelos jardins dos palácios e pelos alcantis. Cada qual buscava razões novas, acomodar a letra das escrituras, decifrar alfarrábios, procurando sentido às aspirações que nas almas ardiam a fogo lento. Dessa exaltação profética não se contagiavam só almas simples, o messianismo tinha os seus sacerdotes e condutores, como D. João de Castro, neto do Herói, Manuel Bocarro Francês, Sousa de Macedo, Padre João de Vasconcelos e o Padre António Vieira, já depois da Restauração.

A ocupação de Portugal foi assim um êrro de que Castela não tirou proveito, mas perda, e que ficou sendo para nós perpétua advertência, êrro definitivamente emendado.

Como éco das realidades passadas que se prolongasse pelo futuro indefinido, a célebre estrofe de Rêsende ressoava a sentença do destino, a desígnio providencial:

*Viimos portugal, castella  
quatro vezes adjunctados,  
por casamentos liados,  
principe natural della  
que herdaua todos reynados,  
todos viimos fallescer,  
em breue tempo morrer  
& nenhum durou tres annos,  
portugueses, castellanos  
nõ hos quer deos juntos ver.*

(Continua)



# O Culto de S. Gonçalo na Baía

(NOTAS SUBSIDIÁRIAS)

(Continuado da página 187 do vol. XI)

por ALBERTO V. BRAGA

Depois dos Padre-Nossos e Avé-Marias e Gloria-Patri — diz-se a seguinte jaculatória :

*Fazei, Senhor, que eu vos queira,  
desde êste dia em diante,  
como vos quis neste mundo  
S. Gonçalo de Amarante.*

*Mereceu Gonçalo Santo  
ser no mundo vosso amante,  
eu também com viva fé  
espero ser semelhante.*

*Fazei que em vivas e aplausos  
caminhe eu sempre adiante,  
crescei nossa devoção  
como lá em Amarante.*

O culto a S. Gonçalo de Amarante, erecto na capela do Senhor Jesus do Bonfim, tem suas tradições bem interessantes. Até 1858, e talvez um pouco mais, havia o costume de, nas proximidades da festa, um grupo de rapazes com uma bandeira em que estava estampada a imagem de S. Gonçalo, e precedidos de um tambor, saírem a tirar esmolas para a festa. O tambor rufava uma música especial composta para êsse fim, e havia umas quadras que eram cantadas ao som do tambor.

O bando de máscaras anunciador da festa, teve épocas de grande influência.

A procissão da bandeira de S. Gonçalo é uma outra prática que tende também a desaparecer. Outrora havia grande influência por parte de algumas solteironas, que concorriam a essa solenidade.

A procissão consiste em ser levada do corpo da capela uma bandeira branca em que está pintada a efigie de S. Gonçalo. O cortejo compõe-se de quatro senhoritas que sustentam a bandeira por seus ângulos e são seguidas por muitas outras senhoritas e senhoras com tochas acesas.

Antigamente usavam só de vestidos brancos; hoje cada uma vai como quer.

Ao apontar a bandeira no adro repicam os sinos e sobem ao ar girândolas de foguetes. A procissão percorre o Largo em quadrado, acompanhada de música, e chegando ao mastaréu chamado de S. Gonçalo, que há mais de um século existe em frente à capela, e sempre renovado quando preciso, é içada a bandeira ao som de músicas, repiques de sino e espocar de foguetaria.

Durante o trajecto da procissão, os rapazes procuravam apagar as velas, contra a vontade das senhoritas e solteironas, dominadas pela credence de que conservar a luz acesa até o fim é sinal de que não morrerão solteiras.

Êsse abuso dos rapazes tem dado lugar a sérios conflitos, o que muito há concorrido para o estado actual de decadência dessa procissão ». (1)

— «No alto de São Gonçalo, que se sobreleva ao bairro da Pa-ciência, no deleitoso arrabalde do Rio Vermelho, até 1903, ao menos, quando ali residi, distinguiam-se claros vestígios dos alicerces de um templo levantado não sei quando, e dedicado ao milagroso São Gonçalo de Amarante, frade português da sagrada religião dos dominicanos, tido vulgarmente como promotor do casamento das solteironas, pouco se lhe dando que as moças casem, ou não.

Já existia em 1757 «a capela de S. Gonçalo, chamada do Rio Vermelho», segundo um documento encontrado no Arquivo de Marinha e Ultramar, de Lisboa, por Brás do Amaral, e inserto no seu livro *Recordações Históricas*.

Em 1803 pertenciam ao mosteiro de S. Bento, desta cidade, não só a mencionada capela, como algumas sortes de terras, situadas no arrabalde, além de uma armação de pesca de xaréu, legados do padre frei Agostinho de São Gonçalo — quiçá o fundador do templo.

(1) *A Devoção do Senhor J. do Bom-Fim e sua história*. Baía, 1923, por José Eduardo Freire de Carvalho Filho, págs. 39 a 43 do texto e 161 a 164 das notas.

Na preciosa obra de Luiz dos Santos Vilhena, encontra-se a igrejinha arrolada entre as filiais da matriz da Vitória; entretanto, Domingos J. António Rebêlo não a menciona na sua Corografia, quando faz a descrição da cidade do Salvador. Sua obra, como se sabe, foi concluída em 1826.

Certo número da «Baía Ilustrada», estampa uma gravura de 1837, representando-lhe a fachada em estilo do século XVIII, simples, porém muito interessante, afogada pela mataria.

Não sei se estou enganado, mas parece-me haver lido algures que os Jesuítas foram os seus construtores.

Nessa capela efectuava-se com extraordinária pompa a festa do Padroeiro, observadas as práticas tradicionais que nela se costumavam seguir, — pastorinhas a esmolar, passeio da bandeira do Santo, acompanhada de tambores, e o mais, — atraíndo incalculável número de fiéis que, de todos os recantos da cidade, para ali se dirigiam em ruidosa foliata.

Pregunto qual a razão de haver sido a capela de S. Gonçalo do Rio Vermelho votada ao abandono, o que se deve ter dado entre 1803 e 1826, dela não existindo hoje um palmo de parede acima do nível do solo?

Ouvi em menino, por mais de uma vez, e da bôca de velho morador do Rio Vermelho, que foi pelo facto de dois irmãos se haverem esfaqueado dentro do templo, num dia de festa, morrendo ambos ao mesmo, e poluindo, assim, de sangue excomungado, o sacro recinto. Será exacto? (1)

— «São Gonçalo de Amarante, em dias bem longe idos, foi extraordinariamente festejado entre nós, com um mixto de solenidades da liturgia católica e de pinturescas exteriorizações profanas.

Tanto na Capital como no Recôncavo. Não sei por que razão o povo invoca-o também sob a denominação de S. Gonçalo do Poço. Com êste nome há um engenho no município de Santo Amaro.

No século décimo oitavo, as festas de S. Gonçalo, na igreja do Bonfim, assistidas pelo governador e pela nobreza da cidade, eram uma verdadeira saturnal; também o festejavam estrondosamente, por êsse tempo, as freiras do Destêrro, enchendo-se-lhe a igrejinha de gente do escol cittadino, que ali dançava e folgava de modo irreverente, em presença das

---

(1) *Tradições Bahianas*, Baía, 1930, por João da Silva Campos, págs. 46 a 48.

religiosas; na ermida, hoje matriz de Nazaré, era mui pomposa tal festividade, dirigindo-se ao templo crescido número de ranchos, semelhando os que, depois, se organizavam na noite de Reis para ir à Lapinha; na extinta capela de S. Gonçalo, ao Rio Vermelho, os pescadores celebravam-lhe a festa com muito arrôjo; (1) e dignas de nota eram ainda as realizadas no hospício da Boa Viagem, (2) na igreja de S. Domingos (3), na matriz de S. Bartolomeu de Maragogipe, na matriz do Amparo, em Santo Amaro, e em dois ou três pontos da ilha de Itaparica. Há mais de cinqüenta anos, em Jacobina, fazia-se animadíssima romaria, com pastorinhas, pandeiros, e a bandeira do Santo à sua capelinha de Canavieiras, situada a meia légua da cidade (4).

E hoje? Já não se fazem, aqui na cidade, as festas de Nazaré, de S. Domingos, da Boa Viagem e do Destêrro.

Esta morreu com a última freira, e nos derradeiros tempos reduzia-se a uma missa de verso. A do Bonfim é a mais falada das duas que sobrevivem, sendo a outra a do Rio Vermelho, mas consta sómente das solenidades da liturgia católica, restando apenas das práticas tradicionais o arvoreamento da bandeira no mastro fronteiro à igreja. A segunda cifra-se numa missa festiva que os pescadores mandam celebrar na semana da *festa das jangadas*.

Não tenho dados para afirmar se ainda se efectuam as de Maragogipe e de Santo Amaro. Agora, as de Itaparica perduram, constando tam sómente das cerimónias profanas, embora com deminuta assistência.

Resta-me falar de uma, nesta capital, que deixei de incluir, propositadamente, no rol supra, por se me afigurar de recente data. Quero aludir à da Pituba, efectuada na capelinha de N. S.<sup>ra</sup> da Luz, edificada em 1888. Assisti-a com a pragmática traditiva no ano de 1906. Subsistirá ainda?

---

(1) No altar-mor da igreja de Santa Ana do Rio Vermelho, colocada nos degraus do trono, existe boa imagem do *Casamenteiro S. Gonçalo*. ¿Será a que se venera na sua capela do alto da Paciência? Não acho absurda a hipótese.

(2) A imagem era venerada num dos dois altares laterais, ao que me informaram, donde a desalojaram colocando-a em um nicho existente sob o trifório do lado do Evangelho. Não é nenhum primor de torêutica.

(3) Era do *compromisso* da Ordem Terceira.

(4) Tal capelinha desapareceu e, se não é errada a informação que me deram em Jacobina, a imagem do Santo nela adorada é a que está na sacristia do lado do Evangelho da matriz da cidade.

Também no Recife, nos tempos coloniais, celebravam-se festas semi-pagãs em honra do bem-aventurado dominico português, — vulgarmente apelidado *casamenteiro das velhas*, mas que também tenho ouvido chamar *S. Gonçalo das moças*, — dançando moças e rapazes, sencerimoniosamente, dentro do templo, do mesmo modo que aqui se dava. Abandonaram os recifenses tais práticas para evitar as acerbas críticas dos viajantes estrangeiros.

Supus, até bem pouco tempo, que o único santuário erigido na Baía a S. Gonçalo de Amarante houvesse sido aquêle do Rio Vermelho. Pois enganei-me redondamente.

Da baixa do Retiro parte uma estrada que vai ter à Bôca do Rio, com esgalhos para o Cabula e a Estrada das Boiadas, correndo em terras da antiga fazenda de São Gonçalo, parte integrante que foi da Casa de Niza. Tal fazenda pertenceu depois à Companhia do Queimado, e está hoje encorporada ao património do município da capital.

Informara-me pessoa amiga, há meses, da existência de uma capelinha nessa estrada, com o título de São Gonçalo de Amarante.

Baixinha, com a frontaria completamente ennegrecida pelos convívios do tempo, o frontão recortado em estilo rocó, vê-se ao alto da porta única um painel de azulejo, apresentando a imagem de São Gonçalo. Não resta dúvida: trata-se de uma construção do século XVIII.



Capelinha de S. Gonçalo do Retiro, num dos arrabaldes da cidade da Baía

Quando se construiu, e quem construiu a igrejinha de São Gonçalo do Retiro? Que há de interessante no seu passado?

Aqui fica, pois, mais um capítulo em branco da crónica da nossa velha Baía. (1)

(1) *Tradições Bahianas*, Baía, 1930, por João da Silva Campos, págs. 179 a 183.

## Capelas, altares e imagens de S. Gonçalo, existentes na Baía, seu t ermo ou município :

— *Capela de São Gonçalo do Rio Vermelho* — Ver atrás, descrição já feita.

— *Capelinha de São Gonçalo do Retiro* — Ver t bem descrição já feita.

— Em Camorogi ou Camorogipe, engenho de a ugar situado no t ermo da freguesia de N. S.<sup>ra</sup> do Monte (Recôncavo) sôbre as ribas da baia de Todos os Santos, existia em 1702 uma capela de S. Gonçalo, que devia ter sido construída depois de 1650. Ignoro se ainda existe.

— Na ilha de Itaparica existe um lugarejo com o nome de S. Gonçalo e capelinha ao mesmo dedicada.

— Em 1801, das setenta e duas freguesias que compunham o Arcebispado da Baía (noventa e uma, se contarmos as que pertencendo ao Arcebispado não pertenciam à Capitania), tr s tinham por orago S. Gonçalo de Amarante: *São Gonçalo da Vila de S. Francisco*; *São Gonçalo dos Campos e Jesus Maria e José e São Gonçalo do P  do Banco*.

Já era extinta, naquela época, a de São Gonçalo da Patituba, criada entre 1576 e 1600, nas margens da baia de Todos os Santos (ou seja no Recôncavo).

Até 1890 as freguesias supra elevaram-se a cento e onze, e mais duas tinham sido criadas, tendo o Santo por padroeiro ou co-padroeiro: *São Gonçalo e Senhor do Bonfim da Estiva e São Gonçalo de Amarante de Itiúba*.

— *Na Basílica do Senhor do Bonfim* — imagem de S. Gonçalo, em altar próprio, na nave.

— *Na igreja da Ordem Terceira de S. Domingos* — Existem três imagens. A primeira, de tamanho médio, num dos altares da nave; a segunda, pequena, com outras imagens, num nicho existente em c modo anexo   capela-mor, daquela mesma banda, e a terceira de tamanho natural, e de roca, num dos armários envidraçados que existem na capela da Boa Morte, ou do Noviciado, contígua ao templo, e que safu na procissão do Triunfo, de 1819 a 1830.

— *Curato de Santa Ana do Rio Vermelho* — idem, em nicho na capela-mor, com festa em Fevereiro. Esta imagem pertenceu a uma capela fabricada no século XVII e destruída em 1871, na qual se fazia a festa ao Santo com t da a pragmática tradicional.

— *Na capela de Nossa Senhora da Ajuda* — idem, no altar-mor.

— *Na Matriz de Nossa Senhora do Pilar* — idem, em altar, na nave.

— *Na capela de Nossa Senhora do Rosário* de João Pereira— idem, no altar-mor.

— *Na igreja matriz da Vitória*— idem, num dos altares da nave.

— *Na igreja matriz de Brotas*— idem, no altar-mor.

— *Na capela do Senhor dos Aflitos*— idem, na sacristia.

— *Na igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré*— idem, na sacristia. O Santo tinha altar próprio na nave, e a sua festa, no século XVIII, era extraordinariamente pomposa, como ficou dito.

— *Na capela de S. Lázaro Mendigo*— (no subúrbio), idem.

— *Na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Itapoan* (zona rural) idem.

*Na matriz de Santo Amaro de Ipitanga* (zona rural), idem.

*Na capelinha de Nossa Senhora de Guadalupe*, dentro da cidade, construída em 1776 e demolida em 1858, venerava-se a imagem de S. Gonçalo.

— Intra-muros do extinto Imperial Convento de Santa Clara do Des-têrro, existia pequena e bem adornada capela de S. Gonçalo, cuja festa as religiosas faziam com vincado arrôjo e até com certas irreverências profanas, outeiros, namoros, etc.

O igrejol foi demolido em 1912, por ser necessário alargar uma rua próxima.

— *Na igreja do Recolhimento das Beatas do Senhor Bom Jesus dos Perdões*— imagens de S. Gonçalo no altar-mor.

— *Na igreja de Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos*— (no Recôncavo, município de Santo Amaro da Purificação), idem.

— No alto da ladeira do Papagaio, arrabalde do Rio Vermelho, existiu um bem cuidado nicho dedicado a S. Gonçalo, e que em 1915 já estava demolido.

O actual cemitério do Campo Santo, nesta cidade da Baía, foi instalado numa antiga fazenda denominada São Gonçalo.

— Outra fazenda com o mesmo nome de São Gonçalo existiu para as bandas do Matadouro do Retiro, parte integrante que foi ela (onde está aquela capelinha de S. Gonçalo do Retiro), das terras do morgado denominado Casa de Niza, originariamente pertencente aos Condes da Castanheira, depois aos Marquesses de Louriçal, e por fim aos Marquesses de Niza.

— Uma terceira fazenda denominada de S. Gonçalo, existiu dentro dos limites da cidade, no arrabalde do Rio Vermelho, pertencente a um padre Agostinho Ribeiro (séculos XVI e XVII), na qual se le-

vantou a capelinha do Santo do mesmo nome, construída nas últimas décadas do século XVII, abandonada na primeira metade do século XIX e demolida em 1881.

A fazenda e a capela passaram em 1724 para os frades de S. Bento, por disposição testamentária do P.<sup>e</sup> Agostinho, que em vésperas de falecer se meteu monge beneditino.

Aquêlê nicho de S. Gonçalo, que existiu na ladeira do Papagaio, arrabalde do Rio Vermelho, acima referido, é distinto desta capela, mas ambos estavam dentro da fazenda em aprêço (1).

### No Maranhão :

Dias antes da festa a S. Gonçalo, sai o *peditório*, composto de mocinhos trajados de branco e rapazes de calças curtas e chapelão de palha tósca, com a aba levantada na testa, carregando a bandeira do Santo (pedaço de pano branco com a imagem de S. Gonçalo grosseiramente pintada) e a sacola dos óbulos. Cantam e dançam nas casas onde vão pedir.

Rola aquilo dias e dias.

Oito dias antes da festa, finca-se o *mastro de S. Gonçalo* no terreiro da casa ou adro da igreja em que se farão as rezas. No tope daquêlê mastro ou se ergue uma bandeira como a que acima descrevemos, ou um molho de crótones, etc.

Junto à dita casa ou ao lado da igreja armam os foliões um galpão, para dançarem, pandegarem, folgarem, comendo e bebendo também.

É uma das festas mais populares do Estado do Maranhão, e a que dura maior número de dias, contados os do peditório, pois nestes, a pândega e a dança reinam em grande escala.

No dia da derrubada do mastro, que é aquêlê que se segue ao do remate da festa ou novena, há uma comezaina pantagruélica.

A festa, como dizemos, é muito espalhada no Estado, especialmente na região dos campos de Viana e nas povoações marginais do rio Mearim (2).

---

(1) Informações de Silva Campos.

(2) Informações de Silva Campos.

### Em Pernambuco :

S. Gonçalo de Amarante, *o casamenteiro das moças*, já teve ali ruidosas festas no seu dia.

Exercera o Santo o cargo de pároco, e tradição antiqüíssima narra que foi êle muito cuidadoso em promover casamentos; e daí a fervorosa devoção das solteiras com o milagroso santo, e as outrora bem conhecidas e ruidosas danças em seu louvor, com versos e descantes. (1)

Lopes Gama, tratando do assunto com a verve que lhe é própria, no seu interessantíssimo periódico *O Carapuceiro*, em 1839, quando ainda estava muito em voga a tradicional dança, que constituía uma verdadeira loucura, diz o seguinte :

Há ordinariamente uma bandeirinha, onde está pintada a imagem do Santo, e além disto outra de madeira também entra no fandango.

A bandeira e a imagem andam num corropio, ora nas mãos, ora na cabeça desta e daquela.

Soa o estrepitoso zabumba, retinem os garridos maracás, acompanhando as cantilenas, que dizem :

*Viva e reviva  
São Gonçalinho,  
dai-me, meu Santo,  
um bom maridinho.*

Na tal dança elas saracoteiam as ancas, remexem-se, saltam, pulam, e fazem cousas de cabeça, tudo para maior honra de Deus e louvor de S. Gonçalo.

Entre muitas dessas cantigas já ouvi uma, em que entre as prendas de um bom marido dizia :

*Seja bonitinho  
e queira-me bem,  
aquilo que é nosso  
não dê a ninguém.*

---

(1) *Folk-Lore Pernambucano*, pelo Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, publicado no *tômo LXX da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, pág. 185 — *Inf. de Silva Campos*.

---

*Os manembos, os calafatinhos, os gamenhos de todo o calibre,* torneiam o sarau, e estão como peixes na água, e com os olhos pendurados no remexer das dançarinas.

Era a devoção dêste jaez que Lopes Gama chamava *devoção de datuscada* . . .

Além dessas danças, formavam, os festejadores do Santo, ranchos enormes, que percorriam as ruas e as estradas cantando e dançando ao som de descantes em que figuravam versos desta urdidura :

*Quando São Gonçalo nasceu,  
trouxe a bandeira do menino Deus. (1)*

*Quando São Gonçalo nasceu,  
cortou-lhe o umbigo Senhor Saramêu*

*São Gonçalo foi à missa,  
num cavalo sem espora ;  
O cavalo deu um tope,  
São Gonçalo pulou fora.*

*Ai lê lê, ai lê lê,  
meu santinho,  
viva e reviva  
São Gonçalinho.*

Essas devotas expansões em louvor do Santo, a que Tollenare chama os *bailes de S. Gonçalo*, eram também celebradas nas igrejas, até que começaram a ser proibidas em Olinda pelas autoridades eclesiásticas, a começar de 1816 — porque os europeus censuravam êsses bailes como uma indecência indigna do templo de Deus.

Conquanto êsses pretensos moralistas dalém-mar, escreve Tollenare no ano seguinte, tratando daquela proibição, tenham esquecido que David dançava diante da arca, que a dança fez por muito tempo parte das cerimónias religiosas, que os padres do Concílio de Trento abriram-no com um minuete; conquanto a dança não seja verdadeiramente profana, senão pelo espírito que a anima, não direi que sejam restabelecidos os bailes de S. Gonçalo; mas quisera que fôsem substituídos por outra cousa qualquer. (2)

Refere Lopes da Gama, no seu mencionado periódico, que levantando-se em certo lugar a bandeira a S. Gonçalo para as novenas de sua festa, no ano de 1843, e não sabendo os devotos as cantigas

---

(1) Idem, idem, pág. 186.

(2) Idem, idem, » 187.

apropriadas, cantaram os seguintes com todo o fervor de uma piedade verdadeiramente cristã :

*Parta-se o côco,  
venha um pedaço ;  
espremam o leite  
que eu quero o bagaço.*

*Ponche de cajú,  
não me dá abalo,  
porque esta bandeira  
é de São Gonçalo.*

*São Gonçalinho,  
São Gonçalão,  
beba-se o vinho,  
e haja função.*

A estas quadras respondia o povo devoto :

*Isto é bom, mulata,  
isto é bom, que eu gosto.*

Eis aí o que eram nestas bandas do Atlântico os festejos devotos a S. Gonçalo de Amarante, hoje completamente esquecidos.

A que época remontavam êsses festejos entre nós, é impossível chegar-se ; entretanto, vinham já, sabidamente, dos primeiros anos do século XVIII, e La Barbinais, citado por Oliveira Lima, trata do assunto na sua *Nouveau voyage au tour du monde*, impressa em Paris em 1728-1729, dêste modo, descrevendo os usos e costumes da Baía : Animação de regosijo algum emparelhava-se com a que reinava na festa de S. Gonçalo de Amarante. Nas danças desenfreadas em derredor da veneranda imagem tomava parte o vice-rei de parceria com os cavalheiros de sua casa, os monges e os negros, desaparecendo assim as distinções sociais nessa saturnal cristã, celebrada ao som mavioso das violas, e na qual o amplexo dos sexos atingia proporções de demência animal. (1)

Haverá exagêro por parte do viajante gaulês ?

Quem conta um conto acrescenta um ponto. E os estrangeiros, em regra geral, tinham outrora solene birra com os brasileiros.

*(Conclui no próximo fascículo)*

---

(1) Idem, idem, pág. 188. *Informação de Silva Campos ;*

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1836

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Janeiro

Dia 3 — A Câmara Municipal, em sessão extraordinária, em consequência da portaria do ministério do reino de 16 de Dezembro de 1835 que lhe foi dirigida e em que se participava ter Sua Majestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II casado com o Príncipe Real (sic) o senhor D. Fernando Augusto, Duque de Saxónia—Cobourg—Gotha, resolve fazer pública tam grata ocorrência e festeja-la com tôdas as demonstrações de regosijo próprias de tam solene acto, marcando 3 dias de luminárias, (princiando hoje), com repiques de sinos e fogo do ar, e que se felicitasse por tam justo motivo S. M. F. a Snr.<sup>a</sup> D. Maria II.

\*

Às 7 horas da noite abriu-se a 11.<sup>a</sup> sessão da «Sociedade Patriótica Vimaranesse» presidida pelo vice-presidente João Barroso Pereira e secretariada pelo 2.<sup>o</sup> secretário Leite de Castro.

Dia 7 — O provedor da Misericórdia deu conhecimento dum officio, n.º 461, do provedor do concelho, datado de 5 do corrente, que acompanhava outro do Governo Civil do distrito, de 17 de Dezembro de 1835, em que se participava a graça que a Rainha havia feito à Irmandade, de lhe conceder o convento dos Capuchos, em lugar do de S. Domingos que a mesa anterior requerera para estabelecimento do seu Hospital, ordenando se marcasse dia e hora para entrega do referido convento.

Dia 8 — A mesa e definitório da Misericórdia delibera por maioria aceitar a concessão do edificio do convento dos Capuchos, (caso lhe seja também concedido pela Rainha a cêrca e terrenos adjacentes), para ampliação do Hospital e outras mais condições.

\*

Nasce o 1.<sup>o</sup> Conde de Margaride.

Dia 11 — Na freguesia de S. Pedro de Azurey foi batizado pelo pároco Francisco Luiz Fernandes, Luiz Cardoso Martins de Macedo (1.<sup>o</sup> Conde de Margaride), filho de Henrique Cardoso de Macedo e de sua mulher D. Luiza Ludovina de Araújo, do lugar da Veiga de Baixo, da mesma freguesia, neto paterno de Domingos José Cardoso e de sua mulher D. Maria Rosa de Figueiredo Neves, da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, neto materno de Jerónimo Ribeiro Bernardes e de sua mulher D. Joana Maria de Araújo, residentes no Salgueiral, freguesia de Creixomil. Foram padrinhos Luiz Martins da Costa, tio materno e sua mãe, avó materna do batizado, assistindo por procuração desta Francisco Ribeiro Bernardes.

Dia 14 — Diz o *Periódico dos Pobres*, de Lisboa: — «Algumas auctoridades da provincia do Minho teem empregado grande actividade na apprehensão dos malfeitores; e principalmente as de Guimarães se tornam por isso dignas de muito elogio; alem dos salteadores, que já nesta fôlha men-

cionamos terem sido por ellas presos e sentenciados, no fim do mez passado (no dia 30 está no registo da cadeia) conseguiram prender mais outro ladrão famoso, por apelido (José da Silva) o Pena, soldado que foi de infantaria 15, e agora do regimento 18, onde servia de recoveiro, encobrindo com esta occupação — a de salteador que exerce ha muitísimos annos, e porque já várias vezes tem estado preso, valendo-lhe em todas ellas os seus protectores, pois sempre os ladrões os tinham; esperamos porém que desta vez a justiça fará o seu dever, pois já são outros os tempos».

**Dia 17** — Às 7 horas da noite houve a 12.<sup>a</sup> sessão da « Sociedade Patriótica Vimaranesense ». Lida a acta, foi aprovada com uma emenda. Souto leu uma proposta para se formar um teatro nacional nesta vila, a qual foi combatida por Pinto Teixeira e Abreu Ferreira e sustentada por Bandeira, Costa, Abreu, Leite de Castro e Lima. Posta à votação foi aprovada.

**Dia 24** — Às 7 horas da noite houve a 13.<sup>a</sup> sessão da « Sociedade Patriótica Vimaranesense », que foi aberta pelo vice-presidente Barroso, sendo lida e aprovada a acta da anterior. — Costa ofereceu uma indicação para se pedir ao Poder Legislativo a prorroga do prazo fixado no art.º 6.º da lei de 25 de Abril sôbre indemnizações, requerendo a urgência; foi aprovada e mandada à Comissão Jurídica Forense. — O secretário Leite de Castro leu o artigo adicional: foi aprovado. — Bandeira requereu, o que foi aprovado por unanimidade, que a mesa fôsse autorizada a assinar o autógrafo dos estatutos e a remetê-lo quanto antes ao Govêrno para se mandarem imprimir e distribuir pelos sócios. — Leite de Castro leu o projecto para a instalação do teatro, o qual foi aprovado e mandado remeter ao Govêrno. — Bandeira requereu que a comissão de Polícia e Salubridade apresentasse na 1.<sup>a</sup> sessão um projecto

para o consêrto das calçadas da vila; foi aprovado e mandado remeter. — Souto propôs pedir-se vacina ao Govêrno: foi aprovado por unanimidade. — Leite de Castro leu o projecto de instrução pública oferecido pela comissão: foi determinado se extraíssem cópias para mandar às comissões. — Bandeira mostrando a necessidade da instrução em progresso, ofereceu diferentes periódicos para se constituir um gabinete de leitura, oferta que foi recebida com especial agrado, e mandado que a comissão administrativa determinasse o local. — José Correia ofereceu-se para vacinar gratuitamente, o que também foi aceite com agrado. — Nomeou-se a comissão de Comércio e saíram eleitos: Manuel Baptista Sampaio, Manuel José Ferreira Guimarães, Domingos José Soares, José Joaquim Dias de Castro e António do Espírito-Santo. — Às 9 e meia horas foi levantada a sessão.

**Dia 26** — Neste dia chega a Guimarães a participação de que haviam sido nomeados membros duma comissão que devia tomar conta dos bens e rendimentos da Collegiada os seguintes indivíduos: José Joaquim Vieira, provedor do julgado; António Leite de Castro, bacharel; Nicolau Teixeira de Abreu, tabelião; José Gomes Baptista, negociante e José Vicente, escrevente. O provedor participou-lhes estarem nomeados pelo governador civil. (P. L.)

No arquivo da Collegiada nada consta a tal respeito.

\*

**Dia 28** — Morreu em uma propriedade sua, na freguesia de Vila Fria, Paulo José de Freitas, ex-tabelião de notas desta vila, o qual estava refugiado desde o tempo em que foi aclamada nesta vila a rainha, por ter sido escrivão na Devassa que se tirou contra os constitucionais no tempo de D. Miguel. Foi sepultado na igreja de Vila Fria. (P. L.)

\*  
«Na noite dêste dia foram espancados nesta vila vários realistas, ficando alguns bem mal tratados, pelos constitucionais, por aquêles terem encontrado alguma exaltação, e por terem escrito uma carta ao redactor do Artelheiro, escrivão Bandeira, atacando-o a êle, à rainha, ao seu defunto pai, & e tendo pôsto pasquins». (P. L.)

Dia 31 — Sessão 14.<sup>a</sup> da «Sociedade Patriótica Vimaranesense». Entre os diversos assuntos, tratou-se do seguinte: — Leu-se o projecto para o consêrto das ruas: foi aprovado em globo. — Costa «pediu que se exigisse também a *demolição do Castelo* para o dito fim, e até *por ser uma Cadeia bárbara* que serviu no tempo da usurpação». Agostinho Vicente abundou nas ideas do Costa; Bandeira combateu o argumento «lembrando ser um monumento antiqüíssimo, que recordava a história do país e muito particularmente a de Guimarães; lembrou o respeito que os ingleses tem aos monumentos antigos, e falando largamente votou contra; Abreu abundou nas ideas da não demolição; Agostinho Vicente falou a favor da demolição, por ter sido prisão do tempo do usurpador; Basto falou no sentido do Bandeira, assim como Souto, Barroso, Moreira de Sá e Vieira, e, julgada a matéria discutida, foi posta à votação; o Bandeira, visto a transcendência do objecto, que nada menos importava do que o privarmos-nos dos testemunhos da antiguidade, requereu votação nominal, e, sendo assim decidido, votaram a favor da demolição: Costa, Castro, Barão de Vila Pouca e José Correia, e contra: Barroso, Souto, Ferreira Guimarães, Sampaio, Freitas Guimarães, Vigário de Creixomil, Leite de Castro, Arcediago, Vigário Geral, Lima, Vieira, Maia, Sá e Bandeira; ficou por isso regeitado o argumento de Costa. Pinto Teixeira diz que a Torre, que se pretendia demolir, fôra dada ao Cabido. Bandeira com-

bateu a idea, dizendo que ainda que tivesse sido dada ao Cabido para as obras da igreja, o Cabido se não tinha dela aproveitado, e que hoje era pertença dos Bens Nacionais.

## Fevereiro

Dia 18 — Pelo Fiscal da Câmara, em sessão, foi exposta a necessidade que havia de se fazer uma vistoria na Devesa da Boa Vista, na freguesia de S. Miguel de Creixomil, sôbre a tapada que na mesma andava fazendo José de Noronha Amaral, com grave prejuizo público. Assinaram o dia de hoje para a vistoria.

Dia 21 — Faleceu em Arões, na sua quinta de Arrochela, Lourenço de Arrochela, senhor da casa e quinta do Cavalinho. Foi sepultado no dia seguinte na igreja parochial da freguesia onde faleceu.

Dia 26 — A rainha mandou passar o vimaranense João Baptista Felgueiras ao exercício de conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.

\*  
Morre aqui o reverendo Francisco Joaquim de Eça e Leiva, cônego de S. João Evangelista (Lóios), onde fôra lente de filosofia e muito considerado pelos seus variados conhecimentos literários, sendo um eclesiástico que tinha dado honra à sua Corporação e a Guimarães. Foi sepultado no dia seguinte no Campo Santo. (P. L.)

Dia 29 — O salteador Pena foi ao júri da rectificação de pronúncia. As galerias estavam cheias de espectadores, mas êle ameaçando o público, caçoando o delegado e interrompendo repetidas vezes a leitura do processo, não pôde ser julgado.

JOÃO LOPES DE FARIA

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

*« El eterno error de los republicanos moderados consiste en creer que podrán moderar la República. Valdría tanto suponer que puede dejar de verificarse un teorema geométrico o que se puede detener el curso de los astros. La República tiene necesidades fundamentales contra las cuales no puede sablevarse sin morir. Se la cree plástica y flexible, porque se entrega sucesivamente a mayorías diferentes. Tiene, si embargo, una rigidez de acero. Las mayorías de derechas son siempre impotentes; las mayorías de izquierda, siempre dañinas. No se puede influir sobre la República, una vez que se ha admitido el principio. Se la puede combatir; se la puede destruir; se la puede derribar. No se la puede mejorar ».*

PIERRE GAXOTTE

## Um monumento a Gil Vicente

O nosso Director Snr. Manuel Alves de Oliveira tem feito, quer na imprensa de Guimarães, quer ainda nos jornais diários, uma intensa propaganda para que, aproveitando a passagem do 4.º centenário da morte de Gil Vicente, se levante na cidade de Guimarães, presumível terra natal do criador do teatro na península, um monumento ao admirável Mestre dos *Autos*.

O diário de Braga «Correio do Minho» publicou em 5 de Janeiro, uma entrevista com o nosso Director, que vamos arquivar nesta secção:

« Guimarães — sempre ciosa dos seus direitos e dos seus deveres — pretende levantar, neste ano da graça de 1936, um monumento à gloriosa figura de Gil Vicente. Embora a investigação não tenha dito a última palavra sôbre a naturalidade do criador do Teatro Português, Guimarães é, ainda assim, quem mais razões tem para lhe chamar seu filho.

A ideia do monumento está, pois, naturalmente explicada.

Lançando-a, agitando-a e impondo-a, o velho burgo salda uma dívida de gratidão e realiza uma obra educativa.

\*

\*        \*

Foi Manuel Alves de Oliveira que se deu à tarefa simpática de sugerir e advogar o pagamento da referida dívida.

Director da revista « Gil Vicente » — trincheira vigorosa das boas e verdadeiras doutrinas nacionalistas — defensor sempre àlerta das nossas grandezas e da fecunda espiritualidade que ilumina tôda a nossa História, jornalista brilhante e consciente da missão que lhe cabe, Manuel Alves de Oliveira reúne tôdas as condições, realmente, para fazer triunfar a causa que advoga.

A nossa entrevista tem por cenário o *décor* alacre dum café gritante: em quási tôdas as mesas há gente. Fala-se e ... fuma-se. Manuel Alves de Oliveira, que por hábito é um isolado, aparece no momento próprio.

Não me perco em rodeios. A pergunta sai logo, incisiva e clara:

— Então a sua campanha pró-monumento a Gil Vicente tem sido bem acolhida pelos vimaranenses?

— Tem. O monumento a Gil Vicente é já uma aspiração da minha terra. Agora, com a comemoração do 4.º centenário da morte do Mestre dos Autos, surge a oportunidade de a levar por diante, de tornar realidade o que, até agora, não tem passado duma louvável aspiração.

— Quem promove a comemoração Gilvicentina em Guimarães?

— Tratando-se da terra que foi berço do genial criador do nosso teatro, entendo que essa comemoração deve ser promovida pela Câmara Municipal para que esta, por sua vez, possa agregar a si elementos valiosos e, sobretudo, para que possa interessar o Estado nessa comemoração.

— Como?

— Eu lhe digo. Se o monumento a Gil Vicente interessa, duma maneira particular, à cidade de Guimarães, não pode ela deixar de interessar à província do Minho, porque se trata, também, de prestar homenagem a um minhoto ilustre. Mas não é só como minhoto ou como vimaranense ilustre que a figura grandiosa de Gil Vicente nos pode, nos deve interessar. Não esqueçamos que êle foi « o génio

mais original das letras portuguesas » — como muito bem o classifica Hipólito Raposo — e, por isso, a Nação Portuguesa deve associar-se à aspiração vimaranense para que, no ano em que passa o 4.º centenário da sua morte, se lhe faça uma consagração nacional, levantando-lhe um monumento condigno na terra que lhe foi berço.

— Acho interessante essa idea.

— Suponho mesmo que ela deve interessar a todos os portugueses cultos. Ainda há pouco a Espanha esteve em festa na comemoração do tricentenário de Lope de Vega a quem Menendez y Pelayo chamou « el padre » do teatro espanhol. E é curioso verificar que em tôdas as homenagens que lhe foram prestadas e em quási todos os artigos que lhe foram consagrados pelos intelectuais espanhóis se não esquece a influência que exerceu em Frei Lopes Félix de Vega Carpio o teatro Gilvicentino.

— Entende, portanto . . .

— Que não devemos limitar a nossa consagração a Mestre Gil em sessões solenes, mais ou menos aparatosas. O monumento a Gil Vicente impõe-se e tenho esperança e tenho fé na sua realização.

— Quando entende que se deve fazer essa consagração ?

— O dia 8 de Junho é de feriado municipal em Guimarães consagrado ao criador do nosso teatro. Seria êsse o dia destinado à consagração nacional a êsse génio que, num artigo recente publicado na *Acción Española* a distinta escritora Blanca de los Rios chama « el más grande de los dramaturgos peninsulares anteriores a Lope ». Há, até, uma excelente oportunidade de a realizar, aproveitando-se uma outra comemoração . . .

— Qual ?

— A do 28 de Maio. Parece que se pensa, e muito justamente, em comemorar neste ano de 1936 a data da revolução nacionalista, a arrancada gloriosa de Gomes da Costa, na cidade de Braga. Assim a comemoração gilvicentina em Guimarães seria um número do programa a elaborar. E em 8 de Junho tudo se reüniria em Guimarães para a consagração nacional a essa gigantesca figura, quási esquecida e ignorada da maioria dos portugueses. Seria uma alta afirmação de



MANUEL ALVES DE OLIVEIRA  
— visto por D. Dantas —

nacionalismo que, creio bem, não se deixará de praticar. Resta agora que todos assim o compreendam e que todos os esforços se conjuem nesse sentido ».

### Rei de Inglaterra

Pelo falecimento do seu rei Jorge V encontra-se de luto a Nação Inglesa.

Não cabe nos moldes desta secção dar o relêvo devido à biografia do falecido monarca, que teve um preponderante lugar na história da política europeia. Subindo ao trono de Inglaterra por morte de seu irmão mais velho, o Duque de Clarence, dedicou todo o seu tempo ao estudo das questões sociais, económicas, políticas e internacionais, mantendo e honrando os velhos compromissos da aliança luso-inglesa.

Ainda recentemente a amizade a Portugal foi demonstrada nas homenagens que a côrte inglesa prestou ao Senhor D. Duarte, Duque de Bragança e de Guimarães, durante os dias em que permaneceu em Londres, tendo-lhe sido oferecido, nessa ocasião, pelos soberanos britânicos, um almoço íntimo no Palácio Real de Buckingham. O actual Rei, Eduardo VIII, também recebeu o Senhor D. Duarte e os Duques de Kent reuniram, num almoço realizado no seu Palácio de Belgrave, em honra do Chefe da Casa de Bragança, algumas altas personalidades internacionais, entre as quais se contavam a Princesa Nicola da Grécia, mãe do Duque de Kent, e o Príncipe Paulo, regente da Jugo-Eslávia e sua espôsa.

Acompanhamos a Nação Inglesa na dor que sentiu pela morte do

seu Rei. Aos funerais do Rei Jorge V assistiu o Senhor Duque de Bragança e uma embaixada do governo português.

### Dois Gigantes

No *Fradique* de 21 de Novembro último, nesse belo semanário que suspendeu a sua publicação, o que deveras lamentamos, publicaram os nossos bons camaradas e apreciados colaboradores Cláudio e António Correia de Oliveira Guimarães, na curiosa secção *Pôrto de Honra*, um eco consagrado a dois vimaranenses ilustres e que a falta de espaço com que temos lutado só agora nos permite arquivar nesta secção:

«Guimarães orgulha-se, certamente como sua maior glória, de haver servido de baldaquino à Nacionalidade Portuguesa. Mas possui muitos outros motivos de ufanía. O de ser, por exemplo, berço de dois notáveis publicistas e historiadores valiosíssimos: Francisco de Martins Sarmiento e Alberto Sampaio. Êles foram os Mestres inspiradores do movimento de estudos arqueológicos, paleontológicos, folcloristas da «Portugália» e de quantos trabalhos sérios e úteis, no âmbito dessas matérias, de então até hoje tem surgido entre nós.

Martins Sarmiento escavou as ruínas soterradas da Citânia e Sabroso; desvendou muitos segredos históricos; comentou sagazmente os monumentos descobertos, em-

brenhando-se com singular inteligência na selva densíssima dos grandes problemas etnográficos e arqueológicos.

Alberto Sampaio meditou, com segura erudição, os textos do «Portugaliae Monumenta Historica», descrevendo-nos em luminosos e impressivos quadros tôda a vida do ocidente peninsular quando ainda existia o Condado Portucalense.

A fecunda actividade dos dois altos espíritos não foi vã. Curvados, por certo, sôbre as páginas duradoiras do «Argonautas», do «Ora Maritima», do «Vilas no Norte de Portugal», em que se vislumbra claramente a génese do nosso Municipalismo, é que Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso, Ricardo Severo, Santos Rocha, criaram o admirável falanstério da «Portugália», tentativa de inteligente renascimento das tradições populares, nacionais e históricas dos portugueses.

Mais tarde, atentando demoradamente nas lições proveitosas de Martins Sarmiento e Alberto Sampaio, António Sardinha e seus pares constroem os alicerces do «Integralismo Lusitano», útil pensamento renovador que, além de alterar o ambiente político da época, revolucionou, no bom sentido, a Arte, a Literatura, a própria Vida!

Tanto basta para assinalar o poderoso e benemérito influxo intellectual dos dois ilustres vimaranenses. E só penaliza que, numa hora tam retoricamente propícia à Política do Espírito, se não pense vulgarizar, através de edições nacionais acessíveis aos recursos dos estudiosos mais pobres, a obra dos dois grandes precusores de um Nacionalismo consciente e activo».

## Leonardo Coimbra

Ainda no 1.º de Dezembro o ouvimos falar sôbre a comemoração patriótica dêsse dia. Por isso nos impressionou dolorosamente a sua trágica e inesperada morte. É preciso ter-se acompanhado a linha ascencional de Leonardo Coimbra, para avaliar do seu merecimento. Criado naquêlê ambiente intellectual de há trinta anos, em franca hostilidade contra Deus e contra a Monarquia, envolvido em teorias filosóficas que negavam e combatiam as verdades eternas, conseguiu, após duros e porfiados trabalhos de correcção intellectual e ideológica, desprender-se da mentira e abrir os olhos à luz da crença e da fé.

## Miranda da Rocha

Bons tempos aquêles em que Miranda da Rocha, ainda escolar da velha Universidade de Coimbra, nos arrebatou num discurso que proferiu, em distante 1.º de Dezembro, numa memorável reunião que se realizou no Luso.

Depois, afirmando-se sempre nacionalista e fiel aos princípios que jurara defender, Miranda da Rocha mostra-se um óptimo jornalista, dirigindo o «Correio do Minho», de Braga. Trabalhou com entusiasmo na organização corporativa que se pretende realizar e a êle se fica devendo, sem dúvida, a comemoração da festa do 1.º de Maio, no distrito de Braga.

Vei-o a morte surpreendê-lo, em vésperas de Natal, pouco àquem dessa Coimbra onde viveu o melhor tempo da sua mocidade».

Desventurado Miranda da Rocha! Como nós sentimos a sua morte quando tanto havia a esperar da sua inteligência e da sua dedicação!

### António Sardinha

Mais um ano passou sôbre a morte inesperada e sempre sentida do grande Mestre do nacionalismo português.

O artigo que neste fascículo publicamos, do nosso colaborador António Dória, em que se recorda essa figura gigantesca de lutador e de doutrinador das verdades portuguesas, é transcrito do diário braçarense «Correio do Minho».

### «O raid» ao Ultramar

Estão já de regresso os aviões que foram de visita às nossas províncias ultramarinas.

O país inteiro tem acompanhado, espiritualmente, os intemeratos aviadores que agora voltam triunfalmente ao continente. Êste importante «raid» constituiu um acontecimento de grande orgulho para Portugal e mais um título de glória para a já nossa gloriosa Aviação.

### Paul Bourget

Na madrugada do dia de Natal, faleceu em Paris, com 83 anos de idade, o grande romancista Paul Bourget, literato de renome mundial. Mais pensador, que artista, Bourget fez sempre dos seus livros

cátedra e tribuna. A sua mocidade foi bastante agitada e envenenada por Renan. Porém a sua inteligência, chamando-o à verdade e à fé, transformou o mundano autor de *Mensonges* num fervoroso católico em religião e num monárquico em política. Os romances *Le Disciple* e *Le Divorce* ficam a atestar a sua fé e o seu grande valor na história da literatura francesa.

### Monarquia na Grécia?

Não nos parece. De facto Jorge II, desterrado em 19 de Dezembro de 1923, já se encontra de novo na Grécia, correspondendo assim ao plebiscito que se realizou em 3 de Novembro do ano findo e em que foi votada a restauração da Monarquia. Mas, pelo que se está passando, (exautoração de Condilys e, ultimamente, o seu falecimento acompanhado de outros factos), não podem estar muito satisfeitos os que trouxeram, de novo, a Grécia à Monarquia. A atitude de Jorge II, a sua pronunciada inclinação para Sophulis, chefe do venizelismo, não quererá dizer que a Monarquia se declara voluntariamente vencida? Maus antecedentes são estes, na verdade, que muito desejamos não ver seguidos das suas naturais conseqüências.

### Dr. Teotónio Pereira

Na última reorganização ministerial foi confiada ao nosso antigo colaborador Snr. Dr. Pedro Teotónio Pereira a pasta do Comércio

e Indústria. Espírito inteligente, que muito admiramos, já teve a sua actuação à prova quando Sub-Secretário das Corporações e Previdência. Muito há a esperar, portanto, da sua acção como Ministro do Comércio e Indústria.

Ao Snr. Dr. Teotónio Pereira apresentamos as nossas felicitações muito sinceras.

### «Coração de barro»

Obteve um exito bem merecido o novo romance do grande escritor, nosso prezado amigo e antigo colaborador Nuno de Montemor. Mal apareceu nas montras das livrarias logo o público manifestou o apreço em que tem os altos dotes literários do autor de «Coração de barro», revelados em tantos livros anteriores.

Êste romance é uma obra de grande penetração psicológica, em que os caracteres são desenhados com vigor e o conflito das paixões estabelecido com energia. Para o conflito das almas não recorre Nuno de Montemor aos processos frustres dos sensualismos nem à violência de situações inverosímeis.

Pelo contrário, as páginas dêste romance são arrancadas à vida, que nelas aparece com as suas fragilidades, claridades e tristezas.

Como observação e estilo, «Coração de barro» é dos melhores romances de Nuno de Montemor.

### Prémios do P. S. M.

Nos concursos literários do Secretariado da Propaganda Nacional foram merecidamente distinguidos três nossos distintos colaboradores: Dr. Alfredo Pimenta, Fernando Campos e Conde de Aurora.

Ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta foi conferido o Prémio Ramalho Ortigão, pelo seu notabilíssimo trabalho *Estudos Filosóficos e Críticos*. Foi uma justa homenagem prestada a um infatigável lutador e um dos mais brilhantes espíritos portugueses.

O Prémio António Enes (Doutrina e Polémica) foi atribuído ao livro *No Saguão do Liberalismo* de Fernando Campos. É um livro de real merecimento, pois Fernando Campos, dotado de larga cultura e jornalista brilhante é considerado, há muito, um dos melhores valores da sua geração.

O magnífico romance *O Pinto* foi distinguido com o Prémio Eça de Queiroz, trabalho de rigorosa observação e de crítica política que marca uma época e afirma as altas qualidades de escritor do Sr. Conde de Aurora.

Aos três premiados — por quem de há muito temos alta e profunda consideração — apresentamos as nossas muito sinceras felicitações.



SOL POSTO, por *Ruy Galvão de Carvalho*. Livraria Editora Andrade. Angra do Heroísmo.

O Sr. Dr. Galvão de Carvalho, já conhecido pelos seus belos ensaios sobre o grande Antero de Quental, publicou no ano findo o seu segundo livro de versos que sub-intitulou de «inquietude espiritual». Eu não o conhecia como poeta, embora já tivesse publicado anteriormente *Cântico dos Cânticos*, e foi por isso com bem compreensível curiosidade que principiei a leitura de *Sol Posto*. Não me desiludi porquanto o A. revela-se senhor já duma técnica quasi perfeita, embora aqui e ali se entremostre a influência de Antero de Quental nos seus sonetos de «inquietude espiritual». O dr. R. G. de C. é um emotivo, mas não se deixa levar ao sabor dos seus descontraídos sentimentos, antes tenta coordená-los dentro de uma certa ordem e concretizá-los numa certa atitude espiritual que não é, positivamente, de «inquietude» como pretende. Escolhendo de preferência o soneto — forma batida e rebatida por tantos poetas de Camões até hoje — R. G. de C. mantem um equilíbrio muito perfeito, atingindo aqui e ali alturas que bem revelam as suas possibilidades. Peiam-no, apenas, as influências dos seus autores predilectos. No dia em que deles se libertar por completo e der largas à sua inspiração e ao seu feitto emotivo, todos teremos que saudar nêle um grande poeta.

A edição, de belo aspecto gráfico, é precedida de uma Carta-Prefácio do Dr. Oliveira San-Bento.

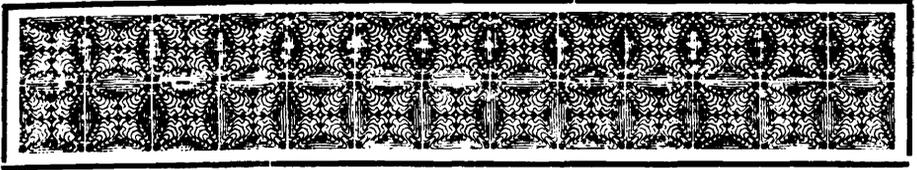
ANTÓNIO A. DÓRIA

DA ENFITEUSE — SOLUÇÕES NECESSÁRIAS, por *António de Sousa Machado*. Companhia Editora do Minho. Barcelos, 1935.

O problema de enfiteuse, que a economia liberalista desprezou, não procurando defendê-lo nem dar-lhe continuidade, tem grande interesse e pode prestar ainda altos benefícios à terra. Assim o entendeu, ultimamente, a Liga Agrária do Norte, constituindo uma comissão para ser estudada a melhor maneira de lhe dar a necessária solução.

O Dr. António de Sousa Machado, espírito culto e estudioso, expôs, neste interessante e oportuno opúsculo, a sua maneira de ver, baseando-se em argumentos de alto valor histórico e económico na defesa da propriedade enfiteutica. As soluções que apresenta têm grande interesse e devem ser aproveitadas, cumprindo ao Estado defender a instituição enfiteutica, base duma economia regrada e proveitosa que evitará a emigração e o urbanismo e as suas tam prejudiciais conseqüências.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA



# O Culto de S. Gonçalo na Baía

(NOTAS SUBSIDIÁRIAS)

(Continuado da página 29 — Conclusão)

por ALBERTO V. BRAGA

— «Nas bandeiras de S. Gonçalo, as gamenhas, com as salvas, o cajado e o resplendor do Santo, por sinal casamenteiro, pediam esmolas aos rapazes. Depois beijavam as relíquias e diziam aos gameinhos, com malícia: *Agora pegue o beijo...*

A S. Gonçalo imploravam:

*Seja bonitinho,  
e queira-nos bem.  
Aquilo que é nosso  
não dê a ninguém.*

Era o mêdo da forquilha » (1).

## A festa de S. Gonçalo nos sertões de Piauí

*A quatro léguas distantes,  
se ouvindo em tôda a parte,  
o troar do bacamarte  
desperta os habitantes.  
Não se fêz nenhum convite ;  
mas todos se admite  
como sendo convidados :  
pois as festas dos sertões  
não são farças dos salões  
de etiquetas enfezados.*

*Cada um se preparando  
da melhor forma que pode,  
dentro do surrão de bode  
a roupa vai arrumando.  
As mulheres, apressadas,  
com as saias encarnadas,  
de babados e franzidos,  
alegres pelos caminhos,  
se ajuntando aos vizinhos,  
vão na frente dos maridos.*

---

(1) *Machambombas e Maracatús*, S. Paulo, 1935, por Mário Sette, pág. 37. Aquela referência à festa de S. Gonçalo em Pernambuco, deve ser localizada no último quartel do século passado. — *Inf. de Silva Campos*.

*De grupo em grupo formados  
se nota, de quando em quando,  
muitas famílias chegando  
aos arraiais festejados !  
Em geral, são conhecidos,  
amigos estremecidos,  
compadres, quási parentes.  
Com abraços e palmadas,  
estrepitosas risadas,  
se cumprimentam contentes.*

*Junto à casa de morada  
do juiz, pobre, modesta,  
vê-se a casinha da festa  
às orações destinada.  
e no terreiro esplanado,  
limpo, varrido, asseado,  
onde se acende a fogueira,  
imenso mastro se eleva,  
e de longe se observa  
tremular branca bandeira.*

*De um lado grande latada  
de palmeiras construída,  
em derredor guarnecida  
de muito simples bancada.  
Não se vê os aparatos,  
fastidiosos ornatos  
de corêtos da cidade ;  
mas se nota a singeleza,  
a verdadeira grandeza  
do culto da Divindade.*

*No interior da Igreja,  
que a choupana representa,  
brilhante altar se ostenta,  
embora tam pobre seja !  
Sôbre êle colocado  
se vê o Santo, enfeitado  
de mil flores naturais,  
e garrafinhas bonitas,  
com muitos laços de fitas,  
servindo de castiçais.*

*Paralelos às paredes,  
sôbre o terreno fincados,  
singelos arcos formados  
de grossas tabocas verdes.  
De fio, e cera amarela,  
com graça, jeito e cautela,  
acesos rolos sustentam,  
dispostos com simetria,  
produzem luz que alumia  
onde as mulheres se assentam.*

*Com bolos, doces, bananas  
entrelaçados com arte,  
tem, ali, um arco à parte,  
no terreiro da cabana.  
Deve ser arrematado  
depois de o têrço rezado,  
se anunciando em leilão ;  
e dele a sôma apurada  
será p'ra o Santo aplicada  
na futura festa, então.*

*Do bacamarte a troar  
que rebombando, desata,  
anuncia a hora exacta  
de o têrço principiar.  
De mulheres tam sómente,*

*vê-se a casa inteiramente  
repleta naquela hora :  
pois os homens, respeitosos,  
discretos e cautelosos,  
ficam do lado de fora.*

*De entre as vèlhas, no comêço  
das novenas nomeada,  
que passa por mais «letrada»,  
vai uma tirar o têrço.  
E de joelhos no chão,  
com profunda devoção,  
reza adiante primeiro,  
melhor do que certos padres,  
bispos, cónegos e frades,  
que isto fazem por dinheiro.*

*O resto de tôda a gente,  
baixo-profundo fazendo,  
com a vèlha vai dizendo  
o que ela diz, justamente.  
Não se ouve sinfonia,  
nem formam doce harmonia  
essas vozes do sertão ;  
mas as preces fervorosas,  
aos céus vão pressurosas  
nas asas do coração.*

*Causando na terra abalo  
grandes tiros espaçados,  
são êstes acompanhados  
por vivas a São Gonçalo.  
E quando a reza se finda,  
a vèlha, cantando ainda,  
se aproxima do altar,  
e todos fazendo côro,  
com devoção e decôro,  
os santos pés vão beijar.*

*A cerimónia acabada,  
com respeito e alegria,  
se conduz em romaria  
o Santo a sua morada.  
Voltando o povo, contente,  
para a festa, novamente,  
no espaçoso terreiro,  
dos vèlhos os mais espertos,  
é aclamado, de-certo,  
pr'a servir de leiloeiro.*

*Êste, ufano, junto ao arco,  
que se tem de arrematar,  
segurando um ramo verde,  
para a fortuna chamar,  
recebe o primeiro lanço,  
começando assim gritar :  
« Duas patacas e meia,  
« por êste arco sagrado !  
« Quem mais der chegue-se a mim,  
« enquanto estou destinado ».*

*« E p'ra o Santo São Gonçalo,  
« ninguém deve ser poupado ».  
« Os fiados me dão penas,  
« e penas me dão cuidado ».  
« Quero ver trincar o cobre,  
« não devo vender fiado ».  
« Com calotes cá não venham,  
« que o juiz fica zangado ».*

— *Duas e doze lhe dou,*  
*(diz um matuto roceiro)*  
*p'ra môr de o Chico Pitomba,*  
*não comer bolos primeiro.*  
*« Duas e doze! Valeu! »*  
*Grita o vêlho leiloeiro.*

*E no correr do leilão,*  
*com pilhérias semelhantes,*  
*se ouvem muitas risadas*  
*dos alegres circunstantes.*  
*Nem se faz ostentação,*  
*nem desfeitas humilhantes.*

*« Cinco patacas e quatro*  
*« Pelo arco! É do senhor;*  
*« O ramo na mão lhe meto,*  
*« sem pena, pesar nem dor;*  
*« Afora a penca maior,*  
*« que é do vêlho gritador ».*

*Isto feito, os tocadores,*  
*as violas afinando,*  
*nos bancos vão se assentando*  
*com dois ou três cantadores.*  
*Não pense a gente da praça,*  
*que as violas, com graça,*  
*e com mestria tocadas,*  
*são os barulhos formados*  
*por instrumentos sagrados,*  
*das bandas desafinadas.*

*Principiando o « baião »,*  
*ou mesmo o belo « chorado »,*  
*sob a latada tocado,*  
*tudo dança na função.*  
*Ao som da castanheta,*

*a matutinha espreita*  
*o namorado dançar,*  
*com o seio palpitante,*  
*deseja, ardente, o instante*  
*que êle lhe venha tirar.*

*E êste, sapatiando*  
*no compasso do baião,*  
*atira, com perfeição*  
*a castanhola estalando.*

*E a moça preferida*  
*se mostra desentendida,*  
*se conservando sentada ;*  
*mas o rapaz, persistindo,*  
*outro « tiro » desferindo*  
*faz ela vir acanhada.*

*Junto às violas sentados,*  
*de ombro com os tocadores,*  
*estão os dois cantadores*  
*dos lugares, afamados.*  
*E alternativamente,*  
*vão cantando, justamente,*  
*ao som dos instrumentos,*  
*fazendo do derradeiro*  
*verso do companheiro,*  
*gerar novos pensamentos.*

*Em tôrno deles se agrupam*  
*mulheres, vêlhos, crianças,*  
*que não gostando das danças,*  
*aos cantadores escutam.*  
*Estes entusiasmados,*  
*por serem apreciados*  
*como brilho do festim,*  
*entre palmas e risadas*  
*pelos ouvintes rasgadas,*  
*começam cantar assim :*

— *Senhores me dê licença,  
licença me queiram dar,  
licença para eu dizer,  
licença para eu « lovar ».*

*Licença para « lovar »  
debaixo « do mancidão » :  
« lovemos » todos da casa  
e os de fora da função.*

*Então se vê ali chegar  
o juiz, ao meio dia,  
que satisfeito anuncia  
ser a hora do jantar.  
As violas emmudecem ;  
as moças se entristecem ;  
os cantadores se calam ;  
só as vêlhas rabujentas,  
contra as moças ciumentas  
baixo rosnam, quando falam.*

*Sob a latada estendidas  
se deitam alvas toalhas,  
sôbre as esteiras de palhas,  
com arte muito bem tecidas.  
Depois dos pratos, talheres,  
o juiz traz as panelas,  
provando aos convidados,  
que petiscos reservados  
não ficaram dentro delas.*

*E é da festa a usança,  
antiga praxe seguida,  
se pôr a mesa servida,  
no lugar onde se dança.*

. . . . .

*Ali não há presidente,  
que se assente à cabeceira,  
porque todos na esteira,  
tomam lugar geralmente.*

. . . . .

*Se serve do que deseja  
o conviva, livremente,  
não se limita tal gente  
ao prato, que perto esteja.*

. . . . .

*E depois de se servirem,  
repletos inteiramente,  
dão graças ao Deus Clemente  
antes da mesa sairem.*

*Se ouve ainda a toada  
dos cantadores, distante,  
que se despedem saüdosos  
assim dizendo adiante :*

. . . . .

*« Adeus, adeus, vou-me embora !  
Até p'ra o ano que vem . . .  
Meu peito saüdades tem,  
Meu coração triste chora . . . » (1)*

. . . . .

(1) Poesia extraída do livro: *A Lyra Sertaneja*, de Hermínio Castelo Branco, 4.<sup>a</sup> ed. Ceará, Fortaleza, 1898. (Este livro ocupa-se sómente de costumes dos sertanejos do Estado de Piauí). *Informações do etnógrafo Silva Campos.*

## ADENDA

### Em S. Paulo (Brasil) (1)

S. Gonçalo foi e será sempre o Santo da imensa, da profunda adoração dos habitantes dos nossos centros rurais.

O amor da nossa gente roceira a êsse padroeiro chega, mesmo, às raias da idolatria e do fanatismo.

Qualquer doença rebelde, um negócio que parece ter mau fim, um animal de estimação picado de cobra ou atacado de qualquer peste, um parto demorado, um casamento « encrocado », tudo isso é motivo para que se faça a promessa de uma reza a S. Gonçalo.

E quando essa « reza » se realiza ; como, na maioria, é bela, magnífica, admirável !

Convida-se todo o povo do bairro, ; matam-se às vezes, um ou dois bois ; leitões e frangos, em quantidade, vão para o espêto ; procuram-se e convidam-se com insistência, os mais afamados folgazões que se conhecem pelas vizinhanças ou mesmo em lugares longínquos.

Ninguém, quando convidado, se recusa a prestar o seu culto de amor imenso e de fé ardente ao Santo milagroso.

Oito dias antes da « reza » sai S. Gonçalo, pequenino, todo enfeitado de flores campestres, num balaio adrede preparado, e visita, pelas mãos do « festeiro » ou « festeira », tôdas as casas do bairro e circunvizinhanças, tirando esmolos e convidando para a « festa » . . .

E é de se ver, no sábadó, noite da « reza », que explosão de fervor infindo ! ; Que beleza de corações entusiastas e de almas devotas entregues, todos, nessa noite, a glorificar e exaltar o Santo venerado !

Logo que anoitece, a « reza » principia. Rojões sobem e estoiram, ruídosamente, no ar ; a fogueira « sagrada » e obrigatória em tôdas as festas da roça, crepita no terreiro largo.

Dentro da casa, na sala espaçosa, ou num rancho largo, os homens, formando duas compridas filas, dançam. O canto é prolongado, as palmas fortes e ritmadas, os pés estalam no chão, com seus sons pesados e iguais.

A ceia dessa noite, então, é verdadeiramente opípara, composta das mais variadas iguarias.

E a batalha gastronômica é formidável . . .

---

(1) *O Bom Povo — Festas, costumes e lendas populares*, por Francisco Damante, págs. 49 a 55.

A « reza » prolonga-se pela noite dentro.

Nessa reza são inúmeros os cantos fervorosamente dirigidos a S. Gonçalo.

Entre êles, destacaremos os seguintes :

*Na hora de Deus, começo :  
Padre, Filho, Espírito Santo ;  
êste é o primeiro verso,  
que p'ra São Gonçalo canto . . .*

*Abençoada foi a mão  
que preparou êste altar ;  
São Gonçalo lhe prepara,  
lá no céu, um bom lugar !*

*São Gonçalo no altar,  
Co'a sua fita na cintura,  
olha para os seus devotos,  
abençoando as criaturas !*

*Abriu-se a porta do céu,  
clareou o mundo inteiro,  
pareceu meu São Gonçalo  
no seu jeito verdadeiro . . .*

*Eu peço p'ra São Gonçalo,  
São Gonçalo pede a Deus :  
que seja aceita a promessa  
que seu dono prometeu !*

*Vou mandar fazer um barquinho,  
da raiz do alecrim :  
p'ra mudar meu São Gonçalo,  
do altar para o jardim . . .*

*O altar de São Gonçalo,  
é todo feito de flôr ;  
quem rezar para êsse Santo,  
ganha todo o seu amor !*

*São Gonçalo aqui está,  
visitando esta morada ;  
cumpra logo sua promessa  
que já está bem demorada !*

*São Gonçalo no altar,  
c'uma fita tam comprida :  
aceitai essa promessa  
que tínhamos prometida ! . . .*

*Mandei fazer um barquinho,  
da raiz do pé de cravo,  
p'ra embarcar meu São Gonçalo  
que perdoa todo o agravo !*

*Mandei fazer um barquinho,  
da raiz do fedegoso,  
p'ra embarcar meu São Gonçalo  
que é um Santo milagroso !*

*Quem dançar p'ra São Gonçalo,  
dance com delicadeza :  
pois êle é um bom Santo,  
pai de tôda a pobreza !*

*São Gonçalo desceu do céu  
alegre de coração ;  
êle veio p'ra levar  
os nomes dos « folgasão » !*

*São Gonçalo é bom Santo,  
que tirou seu pai da fôrça,  
assim quero que me livre  
das pessoas de má bôca !*

*São Gonçalo foi p'ra o céu,  
por uma fita de veludo :  
foi perguntar a Deus,  
se o lugar dá p'ra nós « tudo ».*

*Aleluías, aleluía,  
Senhora Santa Gertrudes :  
pedimos p'ra São Gonçalo  
uma perfeita saúde !*

*São Gonçalo sabendo  
que hoje era seu dia,  
desceu do céu à terra,  
junto c'o a Virgem Maria !*

*Aleluías, aleluía,  
Senhora da Boa-Morte ;  
p'ra os casados boa-vida,  
p'ra os solteiros rica sorte !*

*São Gonçalo é pequenino,  
do tamanho de um botão,  
é um Santo milagroso,  
que alegre os « coração » !*

*Aleluías, aleluía,  
Senhor de todo o meu bem ;  
livrai-nos dos perigos,  
para todo o sempre. Amém ! . . .*

### Em Aveiro (Portugal) (1)

Um dos mais populares, arraigados e pitorescos costumes de Aveiro é a festa de S. Gonçalinho, no bairro da Beira-Mar, em Janeiro de cada ano.

O auxilio do Santo é invocado para a cura de doenças de ossos.

As « ofertas » consistem em pernas, braços, mãos de cera e *cavacas* doces. Um crente, oforecia sempre flores, por ocasião das festas, para enfeitar o bastão do Santo.

É tam forte a crença nas virtudes de S. Gonçalinho, que nenhum « americano », ao emigrar para a América, deixa de levar consigo a litografia do Santo, e é raro que algum deles se esqueça de enviar, lá de longe, para a festa, qualquer importância.

O dia próprio da festa é o dia 10 de Janeiro. Fazem-se fogueiras na véspera; mas em tempos distantes também se representava no adro um entremez. No domingo da festa, de tarde, há sermão, eleição dos mordomos para o ano seguinte, música e lançamento de *cavacas* ao povo.

A sineta começa a badalar com furor, e as *cavacas* são lançadas sôbre a multidão embasbacada e expectante.

---

(1) Ver o curioso artigo de José Tavares, donde extraímos as notas sôbre a festa de S. Gonçalinho em Aveiro, publicado no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 2 de 1935.

Os mordomos cessantes têm obrigação de ir cumprimentar a casa cada um dos que nesse dia forem eleitos para « servir » no ano seguinte. E então os mordomos seguidos de longa cauda de curiosos, lá marcham, ao som da música e do estrolejar dos foguetes.

( AS QUADRAS QUE SEGUEM SÃO POPULARES )

*S. Gonçalo lá de cima* (1)  
*é das velhas curradeiras ;*  
*S. Gonçalo cá de baixo* (2)  
*é das novas pescadeiras.*

*Se S. Gonçalo casara*  
*com a Senhora da Graça,*  
*teria meninos de ouro*  
*com relicários de prata.*

*S. Gonçalo foi ao forno,*  
*todo o cabelo queimou.*  
*A culpa não foi do Santo :*  
*foi de quem o lá mandou.*

*Se tu fores ao S. Gonçalo,*  
*leva-me um cestinho de ovos ;*  
*se êle disser que são poucos . . .*  
*São poucos, mas não são chocos !*

*S. Gonçalo de Amarante*  
*também tem os seus amores,*  
*que lhe acharam na algibeira*  
*um ramallete de flores.*

*S. Gonçalo de Amarante*  
*também tem os seus cuidados,*  
*que lhe acharam na algibeira*  
*um ramallete de cravos.*

*Senhor S. Gonçalo,*  
*minha mulher mente ;*  
*eu durmo com ela,*  
*mas não sou contente.*

*Senhor S. Gonçalo,*  
*arredai os bancos,*  
*que eu quero fazer*  
*a dança dos mancos.*

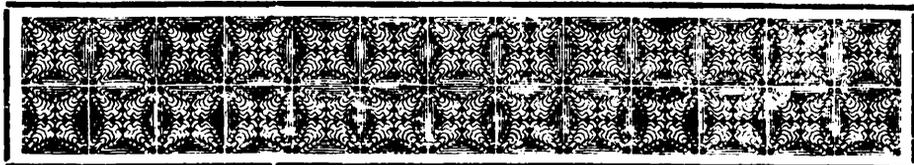
#### NOTAS :

- O Convento das Clarissas de Angra, (ver a nota da pág. 39 da separata) dedicado a S. Gonçalo, foi fundado em 1542, sendo seu fundador e padroeiro o vimaranense Braz Pires do Canto (*Anais da Ilha Terceira*, por Francisco Ferreira Drumonde).
- No concelho de Vinhais, mas situada já no tẽrmo de Chaves, na margem do rio, o Monte, se bem me recordo, há uma capelinha humilde dedicada a S. Gonçalo. (Inf. do arqueólogo ilustre e meu Amigo, Abade de Baçal).

---

(1) De S. Domingos, igreja matriz da freguesia da Glória, de Aveiro.

(2) S. Gonçalinho, que fica na freguesia de Vera-Cruz.



# Súplica de Amor à Virgem

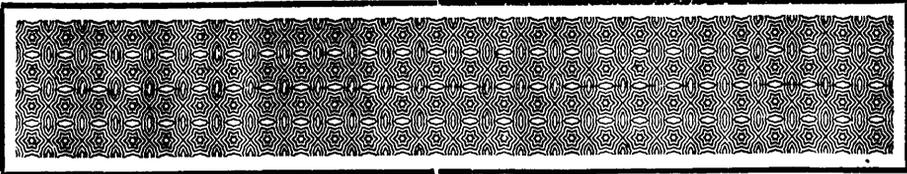
---

O Mãe, se o meu amor Te é tão pequeno,  
é imenso o meu desejo de Te amar.  
Que eu cresça neste amor de gôzo ameno  
e não lhe queira a meta limitar.

Que cresça o meu amor e que serêno  
o coração não fique em desejar;  
que eu sinta o meu amor sempre pequeno,  
inda que o veja em chamas abrasar.

Obra a maior das obras do Deus forte,  
que em amar-Te eu mais ame o Amor Supremo  
— Sol da tua Luz, que ardente nos conforte.

Pelo querer que eu tenha de amar tanto,  
incende os meus Ideais em fogo santo  
e sê meu anjo no momento extrêmo.



# O SENTIMENTO PORTUGUÊS EM LOPE DE VEGA

---

(Continuação da pág. 18)

por HIPÓLITO RAPOSO

**A** esta legenda que se podia cantar, daria solene e definitiva consagração a resolução das Côrtes de 1668, após o tratado de paz: *por serem de seculos immemoriaes tão oppostos os animos, e tão diversos os intuitos de uma e outra nação, que era impossivel unirem-se em tempo algum, sem total ruina da nação portugueza.*

\*

\* \* \*

Se applicarmos agora o critério histórico e comparativo ao estudo do teatro peninsular, verificamos que êle se desenvolve numa curva de relações, ligações, influências e reacções, durante mais de dois séculos. Juan del Encina, Gil Vicente e Lope de Vega exemplificam eloqüentemente neste capítulo da história literária, a conexão já assinalada para a política e para a vida social que poderíamos completar também com os paralelos da poesia lírica e da novela pastoril.

Se Juan del Encina elevou a écloga à feição de auto, Gil Vicente ampliaria êsse intento, dando moldes definitivos ao auto religioso, criando a comédia de costumes, a trágico-comédia e a farsa. *Com mais graça e mais doutrina* do que o autor espanhol, Gil Vicente que temos de louvar como o génio mais original das letras portuguezas, é quem primeiro encontra a verdadeira expressão do teatro peninsular pela génese sistemática do conflito, têrmo de tôda a acção teatral, ponto de convergência da dinâmica de um tema que deixa de ser narrado para ser vivido na ficção histriónica.

A projecção maior da influência do teatro gil-vicentino recebeu-a Lope de Vega, Frey Lope Felix de Vega Carpio, êsse que foi na admiração hiperbólica do seu primeiro biógrafo, *portento del orbe, gloria de la nación, lustre de la patria, oráculo de la lengua, centro de*

*la fama, assumpto de invidia, cuidado de la fortuna, fénix de los siglos, principe de los versos, Orfeo de las ciencias, Apolo de las musas, Horacio de los poetas, Virgilio de los épicos, Homero de los heroicos, Pindaro de los liricos, Sófocles de los trágicos y Terencio de los comicos; unico entre los mayores, mayor entre los grandes, e grande a todas luces y en todas matérias.*

Tem sabor de écloga muitos dos seus autos e comédias — o andamento a graça, a anedota, o imprevisto, as fábulas, as tessituras ingénuas, a religiosidade ortodoxa, as incursões na mitologia para invocar os eternos símbolos, tôda essa inspiração flúí, espontânea e viva, sangue a correr e a florescer de uma inexgotável veia cômica.

As suas cenas campestres rescendem a rosmaninho e a feno, e nelas o povo passa ao capricho risonho do Poeta que não se esquece de envolver o ambiente e as almas das suas criações em brisas ondeantes de ternura.

Aos clarões do seu génio, vê-se passar a Espanha, resumir o mundo, representar Portugal nas suas glórias e nas suas fraquezas. Nas sátiras de costumes, trági-comédias, comédias de tese moral, farsas, nos próprios autos o Amor vive e morre, brinca e suspira, orgulha-se e enoja-se, encontrando as suas expressões mais heróicas nas comédias de *capa y espada*, género que Lope de Vega especialmente criou e engrandeceu.

No ciclo de prodigalidade que foi a sua vida, muitas obras se perderam, nem se sabe ao certo quantas compôs. Ficou na tradição que mais de mil e oitocentas comédias e mais de quatrocentos autos sacramentais se representaram em tablados espanhóis e portugueses, em diversas cidades do centro e do sul da Europa, quer no original quer em traduções, pois o seu teatro imprimia-se e divulgava-se com entusiasmo e todos liam ou viam nêlo o documentário mais vasto da alma humana, depois da dramaturgia grega.

Deduzidas as peças que se perderam ou tem duvidosa atribuição, o catálogo ainda enumera quatrocentas trinta e nove comédias e quarenta e quatro autos, algumas das quais impressas em Lisboa.

De quantas escreveu, consagrou quatorze ou quinze a figuras e factos portugueses, sem contar com outras obras onde há alusões laudatórias ou irónicas à nossa gente, como no *Laurel de Apollo* em que nomeia os nossos engenhos poéticos, na *Descripción de la Tapada* de Vila Viçosa, na *Doroteia*, comédia em prosa, com repetidas referências a Camões, a outros poetas e suas musas, onde se diz que a língua portuguesa *es dulcissima y para los versos más suave*.

Como já antes Tórres Naharro que à época de D. Manuel I consagrara a alegoria dramática *Trofêa*, como o seu contemporâneo Tirso de Molina que sôbre assuntos portugueses escrevera uma dúzia de peças, desde *El Vergonzoso en Palácio* até *El Burlador de Sevilla* em que há referências a Portugal, os escritores de teatro que se seguem não deixam de aproveitar também matéria portuguesa: Calderon de la Barca deixa-nos *El Falso Nuncio de Portugal* e a comédia famosa *El Principe Constante* (sôbre o Infante Santo); Luís Vélez de Guevara consagra-nos *Reynar despues de morir* (sôbre Inês de Castro) que tantas vezes foi representada em Portugal nos séculos XVIII e XIX e *El Rey Don Sebastian*; Jerónimo Bermudes a *Nise Laureada* (sôbre o mesmo assunto de Inês de Castro); Juan Pérez de Montalban escreve *El Divino Portugués* (Santo António); Jerónimo Cancer, Agostin Moreto e o português João de Matos Fragoso compõem *Caer para levantar* (S. Frei Gil) e Mira de Anusena, *El Esclavo del Demonio*.

Mas de todos os dramaturgos espanhóis foi Lope de Vega aquêl que melhor e mais largamente aproveitou para as suas obras os temas, as personagens e os sentimentos portugueses, o que mais se apaixonou pelos lances trágicos da nossa história, talvez o que melhor conheceu também a nossa vida, desde que a Lisboa veio para se incorporar na invencível armada de Felipe II, em 1588, com 26 anos de idade, após o falecimento da primeira mulher.

Casado segunda vez e viúvo de novo, professou na Ordem dos Irmãos Hospitaleiros, fundada em Espanha pelo português João de Deus, e faleceu em 1635, depois de uma intensa vida de amores lícitos e ilícitos que lhe deram a profunda experiência humana revelada nas suas obras.

A êste génio da poesia e do teatro, cuja fecundidade não tem semelhante em qualquer literatura, parece que nenhum assunto foi estranho, a todos abarcava e tratava com mão segura, fundindo admiravelmente o clássico com o popular, para se tornar o génio mais expressivo e completo da Espanha de todos os tempos.

Sem hesitação nem causaço, em longos diálogos ou em cenas rápidas, a sua musa amorosa, heróica, idílica, satírica, zombeteira e suplicante, histórica, política, religiosa, popular e aristocrática, profana e sagrada, pastoril e palaciana, a sua grande observação e o seu saber profundo mereceram que ainda lhe chamassem *un verdadero portento, un monstruo de la naturaleza* . . .

Ensaiou muitas, para não dizer tôdas as formas, poetou em vários metros, pintou as almas e as paisagens debruçando-se sôbre os humil-

des, lavradores, pastores, vaqueiros que surpreendia em tôda a sua justeza e verdade.

Não faltam no seu teatro alusões a injustiças e escândalos da côrte, por meio de acções transpostas no tempo e com figuração deformada, recursos imprescindíveis para escapar às sanções, sem fugir à função social, ao destino justiceiro dos homens de teatro.

Como viveu intensamente, nas letras, nas armas, na côrte, na aventura, no mosteiro, todos os meios em que consumiu a existência informaram o seu critério, tornando-o um dos mais perfeitos intérpretes do coração humano e revestindo-o de indulgência purificadora para as mulheres sentimentais, apaixonadas ou ciumentas. Êle criou o mais vasto jardim de almas que algum homem imaginou; compôs e movimentou um alto-relêvo em que a humanidade se desdobra em caracteres inumeráveis, e alternam as fraquezas, os vícios e as virtudes.

O teatro de Lope de Vega ainda hoje seria representável em grande parte, embora a sua estrutura discursiva e a dispersão do tema principal ofendam a unidade e muitas vezes prejudiquem a lógica da acção.

Mas êsse depósito literário prestaria recursos incalculáveis a reposições cinematográficas, transpondo para filmes em argumentos sintéticos, o essencial da acção ou das pinturas animadas que em tantos milhares de páginas vivem esquecidas.

Seria empresa de alto intuito espiritual a ressurreição de tantas figuras históricas e simbólicas, cujo significado eterno daria lição e mereceria atenção da nossa idade, escrava do dinheiro e dos mais grosseiros apetites.

Enche e enobrece o império dos Felipes o seu génio zombador e justiceiro, levado entre farrapos, cães, mulas lazarentas, coches e carroções por *camiños*, *carreteras* e *calles*, ao destino vário dessas companhias de cómicos que ao sol e ao vento, por páteos, planuras, festas e feiras, cruzavam tôda a Península e que ao tinir de ferros entre chapéus emplumados ou ao lampejar de *cuchillas*, deixavam rastos de sangue, de aventura trágica, suspiros de amor, dores de alma, mulheres perdidas a chorar, lares devastados, tristes da viuvez e da orfandade.

Das comédias de Lope de Vega irrompe a visão panorâmica do grande século espanhol; ergue-se delas o retrato de uma sociedade, a expressão de um ciclo em que os impulsos de sublimar a condição humana até ao *castelo da alma*, de Santa Teresa, e o terror da eterna justiça, tinham de encontrar o desafôgo da expansão do riso, da graça,

da poesia dos sentimentos, dos direitos do amor de que a nossa fraqueza não pode prescindir. Davam-se comédias e autos para que os cidadãos *se desenfaden y olviden de otros cuidados penosos*.

Compreende-se que a influência do teatro espanhol passasse os Pireneus e desse o maior estímulo ao renascimento da comédia francesa da época Luiz XIV, até aí tributária da Itália, e que a sua sombra continúi a estender-se pela Europa durante mais de um século.

Talvez que na pujança e variedade da comédia castelhana se possa encontrar uma das razões que justificam a falta de teatro português neste período, se na côrte e nas principais cidades se davam representações que a tôdas as exigências correspondiam, que todos os temas ventilavam e em que os feitos da história portuguesa eram interpretados e exaltados sinceramente, numa língua compreendida pelo próprio povo dos campos.

E ninguém poderá admirar-se de que o *Auto do Fidalgo Aprendiz* em que se ouvem ecos remotos de Gil Vicente, seja a clara projecção do processo de Lope de Vega, até no exagêro caricatural, enquanto ao gôsto do antigo, pelos páteos das Fangas e das Arcas, quási sempre em português, algumas vezes em castelhano, a predilecção dos auditórios continuava a ser alimentada pelos autos religiosos que tinham mais de um século de vida e de aplausos públicos.

\*

\*           \*

Ao escolher para assunto destas palavras o teatro de Lope de Vega nas suas relações com Portugal e os portugueses, prestando homenagem ao grande comediógrafo cujo tricentenário êste ano se celebra, não poderia versá-lo neste curto espaço de tempo. Êsse intento deveria pertencer a um curso de literatura peninsular comparada que infelizmente não existe em qualquer das nossas faculdades de Letras.

Tenho de limitar a exemplos e amostras o que seria bem merecedor de uma análise crítica, por longo estudo de confronto do teatro com a história ou da comédia com a realidade, que nos conduzisse à revelação da alma portuguesa ao longo dos textos de Lope de Vega e do teatro clássico espanhol, em que apenas o falecido escritor Manuel de Sousa Pinto fez uma tentativa em relação a Tirso de Molina.

Poderíamos certificar-nos cabalmente de que são os contrastes da vida social e dos sentimentos portugueses com os espanhóis, os aspectos que mais versados se encontram nessas páginas.

Assim, êsse teatro assume para nós alto valor e significado espiritual, pois nos oferece reflectidas em alheio espelho, algumas características morais da nossa individualidade como nação.

Se a nossa índole aí se descobre tam diferente que merece relêvo, gracejo ou louvor, aceitemos êsses testemunhos indirectos de há três séculos, aproveitando-lhes a lição útil. À luz do teatro e das letras espanholas dêste período, podemos ver factos, figuras e intenções, tratados e interpretados com o escrúpulo de lealdade e verdade que nem sempre admiramos em escritores nacionais.

Para introdução das referências a algumas comédias, parece-me oportuno revelar desde já o conceito de orgulhosos, honrados e valentes que dos portuguezes tinha Lope de Vega. Ao fazer o panegírico do nosso portuguez S. João de Deus, diz êle :

. . . . .  
*Eras tu portugués, e con amores,  
 (Y más de Dios, que en tu sentido ardia)  
 Com vivo affecto le perdiste todo.  
 Que peregrino modo  
 De hallar a Dios, el depreciar-se tanto !  
 Portugués, y humilde causa espanto !  
 Pues dexando los golpes insolentes  
 Sufrir de Castellanos tal deshonra,  
 En Portugués, fué cosa nunca oída :  
 Porque son tan honrados y valientes,  
 Que, a no tomarlo Dios sobre su honra,  
 No sé como pudiera ser sufrida !  
 Y assi fué repartida  
 Entre él y Dios ; porque, si assi no fué  
 Enquanto Portugués no lo sufriera ! (1).*

Para exemplo do nosso amor fundente, recordemos o diálogo de Felipa com Fernando, na *Dorotea*, em que ela lhe diz : *Gran llorador debeis de ser*. Fernando responde-lhe : *Tengo los ojos niños y portuguesa el alma . . .*

E para caracterizar o mal do coração sensível que mais vítimas sempre causou e causa na gente portuguesa, a ponto de poder Cer-

---

(1) *Cancion al bienaventurado S. Juan de Dios, &*

vantes testemunhar que era quasi costume os portuguezes morrerem de amor, Lope de Vega não se esqueceu de nos honrar com êste célebre epigrama :

*A un portugués que lloraba  
Preguntaron la ocasion ;  
Respondió que el corazon  
Y que enamorado estaba.  
Por mitigar su dolor,  
Le preguntaron de quien ;  
Respondió que de ninguen :  
Lloro de puro amor.*

Com esta opinião e êstes sentimentos é que o seu teatro nos oferece um documentário longo e variado de almas portuguezas, desde os Reis e dos nobres até aos lavradores e gente do povo.

LA PORTUGUESA Y DICHA DEL FORASTERO — É uma graciosa comédia que se passa em Madrid e em Saragoça, cujo entrecho procurarei resumir.

Na côrte de Madrid, com o irmão D. João da Silva, vive Célia, uma linda rapariga portuguesa que seu irmão procura casar. A menina, exigente, vaidosa de sua pessoa, pisa-corações, de todos os pretendentes se desgosta e a todos repele. Enfada-se o próprio irmão que, ao fazer o retrato dela ao napolitano Conde Leonardo, um dos adoradores, irònicamente diz que Célia

*Desvanecida procura  
Que el mismo sol la pretenda.*

Receando que seja o dote a razão do interêsse que a cerca, não poderia comprar marido ainda que as praças estivessem deles cheias, e amplamente desabafa o seu protesto para Fábía, sua criada e confidente. Célia procura o amor, o amor puro, que em si tenha o principio e o fim. Por informação de Riselo, um dos seus admiradores, vem Célia a saber que anda em Madrid um cavaleiro de poderosa sedução, cuja elegância e riqueza tanto lhe exalta que ela pergunta irònicamente se o corpo ainda terá alma . . . Era um forasteiro, nobre aragonês que viera à côrte, cujas perfeições o próprio irmão lhe confirma.

Célia decide logo meter-se no seu coche e ir de noite à hospedaria, acompanhada apenas de Fábía. Quando lá chegaram, o fidalgo

que se chamava Don Felix de Aragón, preparava-se para regressar a Saragoça. As duas mulheres vão veladas, com o maior recato, e no diálogo que se encadeia, Célia declara a Don Felix o seu sentimento, mas a tôdas as súplicas e razões, recusa descobrir-lhe a cara ; e quando ela insiste para que fique, Don Felix opõe-lhe uma razão poderosa, a falta de pecúnia ; e outra menos urgente, a obrigação de partir, para casar com uma prima rica, à vontade e ordem do pai, o qual, para apressar o enlace, já suspendera ao filho os abonos de dinheiro. Don Felix vai regressar contrariado, embora Madrid o deixasse sem camisa. Célia oferece-lhe dinheiro para ficar, ao menos oito dias, e quando êle nobremente recusa, entrega-lhe uma jóia que êle declara guardar, apenas para a servir. Combina uma entrevista naquela noite no jardim da sua própria casa. Viriam buscá-lo à hora própria. Quando Célia, sempre velada, se ausenta, Beltran, laçao de Don Felix pretende dissuadir seu amo de tal imprudência, com receio de alguma cilada. Pouco depois, partem ambos dali, guiados pelo escudeiro de Célia que espera o encontro numa sala completamente às escuras. Mal Don Felix tem entrado, Fábria e Célia procuram persuadi-lo a que fuja, porque está a casa vigiada e corre perigo a vida dela. Quando êle alega que adiou a viagem por tal insucesso, Célia, pergunta-lhe irónicamente que combates será êle capaz de ferir por ela, quando um ligeiro transtórno lhe causa tamanho desgosto ! Mal lhe beija a mão. À pergunta assustada : *Jesus ! Besástela ?* Êle responde que a mão a si mesma se beijou, pois é traidora à sua bôca . . .

Neste momento solene, reentra em casa, o irmão de Célia, Dom João da Silva, que se enfurece por encontrar a casa sem luz e chega a tirar da espada, ruidosamente. Na confusão, resolvem esconder Don Felix no próprio quarto de Célia, detrás da cama, enquanto Fábria arrebatava Beltran, e o irmão de Célia se acalma, anunciando-lhe mais um pretendente . . .

Pela madrugada, Don Felix e Beltran saiem dos esconderijos, surpreendidos de estarem ambos vivos e vão pôr-se a caminho de Saragoça. E quando Fábria corre à poisada com uma carta de amor, já êles seguiam pelas planícies de Castela.

Célia empreende então ir a Saragoça, valendo-se da companhia de Riselo a quem persuade a segui-la, para se juntar ao irmão que, por ter matado um homem numa briga, fugia para Aragão. O prémio dêsse serviço de Riselo, seria ela própria, Célia, vindo a ser sua mulher em casamento de bênção.

Felix já chegara a Saragoça onde o espera o coração ansioso de sua prima Lisarda. Mas entre o primo e a prima que deveriam em breve casar, segundo o plano de D. Pedro, o velho fidalgo aragonês, começam as irritações, os remoques, deflagram os ciumes e correm as lágrimas de Lisarda ante os entusiasmos que seu primo manifesta pela côrte, a revelação do mal do amor pela misteriosa feiticeira que ficara em Madrid.

Dando pela falta da irmã, Dom João da Silva parte também para Saragoça, acompanhado de Octavio, outro dos adoradores de Célia. Chegando ao palácio de Don Felix, Célia que já induzira Riselo a acompanhá-la com o falso pretexto do crime do irmão, convence-o agora a representar com ela a cena de a matar, tirando a adaga, enquanto vai gritando em português :

*Jesus ! nome de Jesus !  
Que me mata êste villão !*

Corre em auxílio D. Pedro, vem os criados à rua socorrer a vítima que vai gritando à nossa maneira antiga : Aqui d'el-Rey !

Riselo resignado, corre, fugindo do que mais deseja, conforme Célia lhe havia imposto.

Recolhida caridosamente por D. Pedro e por Lisarda, conta-lhes em português a sua trágica desdita :

*Já que vim a vossas mãos  
Por ventura, senhor velho,  
E de vós, fermosa dama,  
Depende hoje o bem que espero,  
Depois de tão varios casos,  
Tantos acontecimentos  
Que não sei se vivo ou morro,  
Taes saudades padezo ;  
Sabei que eu sou portuguesa :  
De Coimbra sou ; bem creio  
Que o diz minha falla,  
Minha ventura ao menos.  
Não sei falar castelhano,  
Perdoai-me ; que bem vejo  
Que não serei entendida  
Entre tantos desconcertos.*

*Eu vivia em minha terra ;  
O meu pai que vos prometo  
Que era homem muito grave  
Por fidalgo e cristão velho,  
Foi-se a pelejar com mouros :  
Morreo, e ficou entre ellos.  
Chorai, olhos, chorai tanto,  
Que descanceis minho peito.  
Eu, triste, que fiz então ?  
Cuidar da fazenda presto  
E viver com mais recato  
Dos homens, de enganos cheios.  
Menina sem pai nem mãe,  
O amor, amor, que há feito  
Majores males no mundo  
Que todos quatro elementos,  
Fez que este homem que d'aqui  
Fugindo se vai tão cedo,  
Com dous mil feiticeirias  
Vencesse meus pensamentos.  
A vontade já rendida,  
Tudo foi ao mar correndo :  
Siso, razão, honra e vida,  
Que não só entendimento  
Deu-me a entender que em Italia  
Viver seguros podemos  
Dos parentes de meu pai,  
Muito honrados cavalleiros ;  
Que colhesse as minhos joyas  
E que em chegando a outro reino  
Commigo se casaria.  
Não o fez o cão judeo ;  
Que hoje em aquesta ciudad,  
Ou fôsse arrependimento  
Que sempre comsigo traz  
Aquillo que foi mal feito,  
Minhas joyas me pidiu  
Para deixar-me (que intento  
De homem fidalgo !) e sacou  
Da bainha o covarde ferro.*

*Eu que o vi, espalhando vozes  
E queixumes aos ceos,  
Porque as pedras que me ouviram  
Ajudassem meus desejos,  
Fui socorrida de todos  
Os que escutais meu tormento ;  
Que senão, ficava morta :  
E de joelhos vos peço  
Ampareis uma mulher,  
Pois já remedio não tenho  
Se não chorar e morrer,  
Pedindo, ai ! a morte a Deus.*

Depois desta narrativa que é um modelo de dissimulação, Célia declara chamar-se Constança e assim consegue introduzir-se dentro da casa de Don Felix que não a conhece nem suspeita.

A formosura da Portuguesa, crismada de Constança, impressiona todos quantos se aproximam dela. Don Felix procura encontrar-se com Célia e segue-se um diálogo graciosíssimo, ela a falar português, êle castelhano, terminando Don Felix por dizer : *La portuguesa me ha muerto.*

A comédia precipita-se agora em conflitos cómicos : D. João da Silva, que viera à procura dos fugitivos, apaixonou-se por Lisarda ; Don Felix morre por Célia, só por se parecer com a mulher velada que ouviu em Madrid, enquanto Lisarda se queima em ciúmes e tenta persuadir Célia a aceitar o dote de mil ducados para casar com Beltran, laçao de seu primo e noivo. O velho D. Pedro, para pôr têrmo a tantos tormentos, declara a Célia a sua paixão. Já não faltava ninguém . . . Ela, porém, revela-lhe um grave impedimento : o filho dele, Don Felix, entrou um dia no seu quarto, venceu-a e prometeu-lhe casamento. Então o velho combina com Célia um noivado simulado. Don Felix lastima a sua sorte, a perda do *donaire portugês divino* e decidia-se a abandonar a casa e tudo, quando o pai lhe comunica ter já casado com Célia. Esta, como mãe-madrasta deita-lhe a bênção e Felix, por despeito, pede ali mesmo a mão de Lisarda de quem já se considera marido. Neste momento, a portuguesa Célia, vendo que o jôgo pode ser perigoso, não contém o protesto e exclama :

*Suelta la mano,  
Traidor D. Felix !*

Quando êle lhe pergunta que lhe deve, ela já responde decisivamente em espanhol: *La vida, el honor e el alma.*

A entrada súbita de D. João da Silva, acompanhado de Octavio e de Riselo, *empuñando las espadas y terciadas las capas*, para tirar desfôrço de Don Felix por haver entrado de noite na sua casa de Madrid, vem tarde, já quando tudo está esclarecido e o próprio vingador se acomoda jubilosamente com a mão de Lisarda e o dote de cinquenta mil ducados. Perante a realidade da ventura que o fôra perseguindo, Felix limita-se a provocar Célia, em português :

— *Não falais ?*

Célia responde-lhe então com um suspiro :

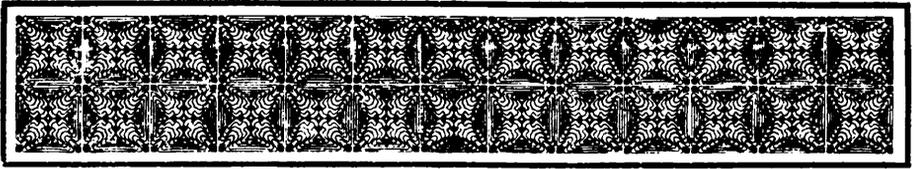
— *Ai ! feiticeiro !*

Comédia de enrêdo, discursiva e chistosa, bem característica do processo carpiano, devemos notar o escrúpulo com que Lope de Vega salva a honra de Célia nos mais arriscados lances da composição. Criou nela o tipo da mulher ardilosa, apaixonada, atrevida, que não hesita empregar os mais extremos recursos da astúcia, pondo-os ao serviço do amor puro e desinteressado.

Inteligência, graça, lágrimas, obstinação, esta figura de Célia, môdêlo de namoradas convencionais, veio fazendo a jornada de três séculos, difundindo pelo mundo os encantos que ao seu criador literário aprouve atribuir à mulher portuguesa.

( Conclúi no próximo fascículo. )





# O quarto centenário da morte de Gil Vicente

por JORGE DE FARIA

*O sr. Dr. Jorge de Faria, jornalista dos mais distintos, particularmente dedicado ao Teatro, publicou na sua interessante secção «Pano de Ferro» da página «Artes: Ciências: Letras» do DIÁRIO DA MANHÃ, de 25 de Março, um oportuno artigo sôbre a necessidade de se comemorar com grandeza, como o vem defendendo o nosso director Sr. Manuel Alves de Oliveira, o IV centenário da morte de Gil Vicente.*

*Transcrevemos, com a maior satisfação, as oportuníssimas considerações dêsse espírito de «élite» que é o sr. Dr. Jorge de Faria.*

Guimarães pretende comemorar, com dignidade e relêvo o quarto centenário da morte de Gil Vicente.

Dentre as várias terras portuguesas que disputam com orgulho o berço do genial criador do teatro português, é, em boa verdade, aquela a que mais títulos exhibe da sua legitimidade.

Se os fundamentos para lhe atribuir outra naturalidade são mais ou menos conjecturais, mais ou menos hàbilmente deduzidos, os que a fixam em Guimarães resultam do depoimento dum quasi coevo e pessoa que, pelo seu cargo e reputação, deve merecer crédito.

Ora D. António de Lima, genealogista de tÔmo, filho do alcaide-mor da então vila, fidalgo de solar, e ao que parece relacionado com a família do poeta, afirma-o terminantemente neste passo disvelado pela primeira vez pelo seu maior biógrafo: «D. Antonio de Meneses... casou com D. Valeria Vicente, filha de Gil Vicente, natural de Guimarães... que fazia os autos que foy o que melhores e mais graciosos e substanciais até agora fez em Portugal...»

Ora vai para três meses o sr. Manuel Alves de Oliveira, director da revista «Gil Vicente» bastião de inteligente nacionalismo, numa interessante entrevista concedida ao «Correio do Minho», lançou, nobremente a idea da erecção dum monumento naquela cidade, come-

morando o quarto centenário da sua morte, plausivelmente pelos fins de 1536.

Não bastam consagrações literárias de maior ou menor vulto, é necessário nesta época de renovação espiritual, pagar uma elementar dívida de gratidão ao glorioso precursor de Lope de Vega, Tirso de Molina e Calderon, a trindade famosa do ciclo de ouro do teatro peninsular.

Se ao sr. Alves de Oliveira cabe a iniciativa dessa lembrança é preciso que ela tenha a sanção do Estado e o apoio de tôdas as autarquias e institutos de cultura do País. Há que agitar, portanto, com entusiasmo e com tenacidade essa ideia, há que fazer germinar a semente lançada à terra por aquêlê distinto jornalista.

O dia 8 de Junho, feriado municipal em Guimarães, destinar-se-ia a essa comemoração e seria um dos números do programa do 28 de Maio. Lançar-se-ia assim neste dia a primeira pedra do monumento.

Sendo assim não há tempo a perder porque nos restam pouco mais de dois meses e à parte a entrevista do sr. Alves de Oliveira não sei que mais alguma coisa se tenha feito.

Urge que se organize com indispensável urgência uma grande comissão de honra, sob a presidência do venerando Chefe do Estado e da qual façam parte, pelo menos os srs. Presidente do Conselho, Ministro da Instrução, presidentes da Academia e das duas Câmaras e representantes de outros institutos de cultura — além pelo menos do governador civil do distrito e do presidente da Câmara de Guimarães. E, porque se trata duma consagração eminentemente nacional, é necessário que a ela, fervorosamente, adiram tôdas as energias colectivas e individuais. É que Gil Vicente, como Camões, é mais do que uma alta expressão da nossa actividade literária, é um símbolo: o criador do teatro português e o formidável animador da dramaturgia peninsular. A sua projecção pode ainda rastrear-se no teatro europeu. Dele escreveu não há muito Angel Valbuena: «Portugal tiene la honra de poseer el primer dramaturgo hispano anterior a Lope, como en la pintura peninsular com Nuno Gonçalves el primeiro de los primitivos».

Não é demais repetir o conceito em que o tinha o grande crítico literário Menendez y Pelayo quando escrevia estas palavras singularmente significativas: «Aos olhos dêste grande poeta anima-se e vivifica-se a própria natureza e as montanhas familiares e sagradas da sua pátria aprendem a falar».

E já que vem a pêlo, não me dispenso de recordar aos portueses, tam orgulhosamente ciosos das suas tradições, o pagamento duma outra dívida de honra: o monumento a Garrett.

Daqui a dois anos passa um século sôbre a primeira representação de «Um auto de Gil Vicente», cujo prólogo é o cânon da nova dramaturgia.

Se Gil Vicente foi o criador do nosso teatro, Garrett fez o milagre da sua ressurreição.

Há 60 anos escrevia Calvo Asensio (El teatro hispano-lusitano) estas palavras duma flagrante oportunidade: «Se Gil Vicente echó las semillas aunque en tierra mal preparada para el fruto, Garrett en nuestros días consigue enlazar coa aquela gloriosa tradicion su própria obra, abriendo anchos y desconocidos horisontes a los ingenios de su patria».

Que 1936 seja, portanto, o «ano de Gil Vicente»; mas vamos preparando o 1938, «o ano de Garrett».

É que 1502, com o «Monólogo do Vaqueiro» e 1838 com «Um auto de Gil Vicente», são os dois marcos gigantescos do nosso teatro, aquêle teatro estruturalmente português, porque exprime, como nenhum outro, o nosso substracto lírico.

\*

Há uma dúzia de anos, o erudito Mendes dos Remédios publicava em volume as três substanciais conferências que pouco antes havia feito sôbre Gil Vicente.

Intitulavam-se expressivamente «O sentimento religioso, o sentimento patriótico e o espírito da raça nos autos de Gil Vicente». Eram uma síntese magnífica. A par do «sentimento religioso», o «sentimento patriótico» e o «sentido da raça», as três características fundamentais, os três pilares sôbre os quais assenta o nosso teatro, os três elementos tradicionais sôbre os quais mais de três séculos volvidos, Garrett haveria que erguer a sua restauração.

Não cabe na estreiteza dêste «pano de ferro» um desenvolvido estudo que se impõe sôbre êstes três elementos, que há que ter sempre presentes ao investigador que se abalançar, imparcialmente, à história do teatro português ainda por fazer.

Mas não me dispenso de quanto ao primeiro aqui registar a insuspeita e documentada opinião de Braamcamp Freire, desonerando Gil Vicente da pecha de erasmista ou, como queria Teófilo, de proclamador do verbo da Reforma, onze anos antes do primeiro grito de Lutero!

Escreve o notável investigador do «Gil Vicente, trovador, mestre da balança», estas palavras definitivas: «Gil Vicente não atacou nenhum dogma, nenhum mistério da religião católica; êle, limitou-se a censurar, asperamente muito embora e aproveitando o terrível processo do ridículo, os que mais obrigação tinham de a acatar, observando os seus preceitos. Quem quiser ver em Gil Vicente tendências para a Reforma e seus propugnadores, cai... num êrro análogo ao que suposer no Marquês de Pombal, irreligião. Quanto à ortodoxia de Gil Vicente será a própria censura inquisitorial que dela dará fé, não lhe cortando por heterodoxas nenhuma passagem...».

O poeta lírico que nos deixou esta admirável quadra, duma tam profunda e delicada galantaria:

*«Os vossos olhos, senhora  
Senhora da formosura  
Por cada momento de hora  
Dão mil anos de tristura»;*

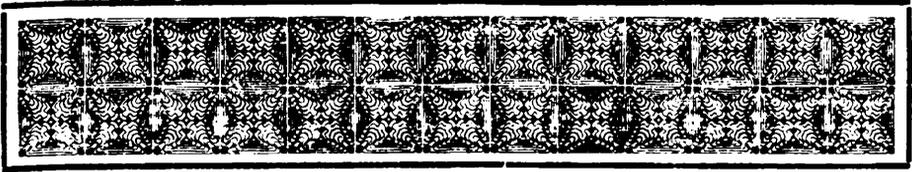
foi ao mesmo tempo, o poeta épico da «Exortação à guerra»:

*«Ó famoso Portugal  
Conhece teu bem profundo  
Pois até o polo segundo  
Chega o teu poder real!»*

e o poeta religioso, de tam puro e tam elevado misticismo:

*«Ó Deos te salve, Maria  
Cheia de graça graciosa  
Dos pecadores abrigo!  
Goza-te com alegria  
Humana e divina rosa,  
Porque o Senhor é contigo!»*

A idea tam nobre e tam alevantada do sr. Alves de Oliveira tem, portanto, que ser entusiásticamente acarinhada e secundada, porque representa a consagração dum genial poeta que encarna, maravilhosamente, as três virtudes primaciais dos portugueses: o sentimento religioso, o sentimento patriótico e o sentimento da raça.



SÔBRE

○

# Primeiro de Dezembro de 1640

por RUY GALVÃO DE CARVALHO

«Elege-se o primeiro de Dezembro para a Aclamação».

. . . . .

«...Sem haver dos confederados quem se arrependesse da determinação, ocuparam todos os postos destinados. Impacientes esperavam as nove horas, e como nunca o relógio lhes pareceu mais vagaroso, tanto que deu a primeira, sem aguardarem a última, arrebatados do generoso impulso saíram todos das carroças, e avançaram ao Paço».

. . . . .

Da *História de Portugal Restaurado* de D. Luiz de Menezes, pág. 102 (à margem) e 107. Edição de 1751.

**É** costume festejar-se alegremente, todos os anos e neste dia, a data que assinala a restauração de Portugal, depois de um longo período de dominação felipina.

Não é, com efeito, banal esta data, pois que ela traduz um elevado sentido patriótico e uma ardente crença na eternidade da nossa Pátria, que tivera o seu batismo de sangue em Ourique e que cimentára a sua independência na batalha de Aljubarrota.

Não há dúvida que a arrancada admirável do 1.º de Dezembro do ano da Graça de 1640 representa à luz fulgurante da própria história universal uma manifestação heróica e singular do génio guerreiro de uma Raça nascida para ser livre e independente, e destinada a ser imortal nos seus belos feitos e formosas acções de cavalheirismo e nobreza moral. Mais: a dilatar a *Fé e o Império*, no verso feliz do Épico quinhentista.

É preciso, no entanto, não exagerar o significado desta data a ponto de nela se vêr, exclusivamente, o puro milagre de ressurgimento de um Povo profundamente abalado com o desastre de *Alcácer-Quibir*.

Nesta hora de crítica objectiva, é forçoso restaurar a verdade, é necessário sermos sinceros nas nossas manifestações pessoais e nos processos críticos de que fazemos uso.

Os factos passados devem ser vistos à luz da época em que foram realizados. Devem ser estudados *objectivamente*.

É o método científico (ainda que, em certo sentido, *tendencioso*) de Seignobos e de Langlois. Foi o método seguido pelo grande historiador da civilização greco-romana, o eminente Fustel de Coulanges.

De contrário, pretender estudar um facto histórico *subjectivamente*, isto é conforme as nossas tendências intelectuais ou sensitivas, é querer escrever *história de partido* (a expressão é de Fustel de Coulanges), — é pretender escrever uma obra de paixão e de jacobinismo.

Razão tinha, pois, José de Maistre quando afirmava que os míopes não deviam ler a história... Nós até acrescentaremos: nem tam pouco soletrá-la; e pior ainda — escrevê-la!

O historiador deve ser simultaneamente um *anatomista* e um *psicólogo*.

Em frente do passado — verdadeiro *cadáver* — o historiador deve primeiramente examiná-lo friamente, servindo-se de textos e de restos materiais: fontes escritas ou memórias avulsas, monumentos ou inscrições figuradas, etc., etc. Depois, deve procurar ressuscitá-lo, dando-lhe *alma*, insuflando-lhe *vida*. É a chamada *visão interna* da História; é o conhecido *método psicológico*.

Êste método tem o condão maravilhoso de fazer ressuscitar «uma época, integrando-nos tanto quanto possível, como se fôssemos próprios *dramatis personae*, no cenário e ambiente respectivos, jogados pelos mesmos conflitos e debaixo da influência das mesmas determinantes», — consoante a opinião de António Sardinha (1).

Falando sôbre o facto histórico, prossegue o autor citado e nosso Mestre de sempre: «Não importa saber se o facto debatido foi certo em relação a nós. O que importa é saber se foi certo em relação aos seus contemporâneos».

Pôsto isto, voltemos à data histórica, à interpretação do seu significado.

(1) Vid. *À Sombra dos Pórticos*, pág. 98; cap. — *Questões de História*.

Afirmamos atrás que não devíamos exagerar a data de um de Dezembro de 1640, atribuindo só ao nosso esforço êsse movimento libertador.

É preciso não esquecer que outros factores determinaram o triunfo da revolução nacional. Ou sejam: o estado social da Espanha, a revolução da Catalunha e o fracasso da política universalista e imperialista dos Felipes.

Acrescente-se, também, a política da França contrariando grandemente a expansão espanhola, contribuindo fortemente para o bom êxito da nossa Restauração.

Deve-se, sobretudo, à habilíssima política do Cardial Richelieu, ministro de Luiz XIII, a nossa Vitória.

O nosso movimento vingou devido, em parte, a êsse *factor externo* — à acção do insigne ministro francês.

Claro está que a França colocou-se a nosso lado apenas movida pelo interêsse, sómente com êste fito: esmagar a Espanha, aniquilar a famosa casa de Áustria, destruir o seu domínio e prestígio.

Por isso ela nos valeu, — e dêsse auxílio houve proveito para nós: facilitou-nos a recolocação, no trono, de um rei nacional, escolhido por nós livremente.

Sem êsse *factor externo, europeu*, talvez não tivesse sido possível êsse movimento, — pelo menos «tal movimento difficilmente se daria, e a dar-se, não teria, possivelmente, alcançado a vitória que o coroou» (1).

Evidentemente — não esquecer nunca! — que o elemento nacional, o *factor interno* contribuiu imenso para essa venturosa Restauração: *clero, nobreza e povo*; a acção dos frades nos templos, a conspiração dos fidalgos descontentes, o sebastianismo ou profetismo sebástico, cuja origem se filiava nas *trovas* do sapateiro Gonçalves Anes de Bandarra, o mal-estar do povo cansado de pagar impostos e de passar por privações de tôda a espécie — êstes *três braços*, agora estreitamente unidos e abraçados no fogo do mesmo ideal, escorraçam então do trono de D. João I e do *Príncipe Perfeito* o último rei intruso de uma dinastia intrusa!

Foi, principalmente, o messianismo político que empolgou essas três classes sociais, — êsse messianismo que encontrou eco e adesão

---

(1) Vid. Alfredo Pimenta — *Elementos de História de Portugal*, pág. 322 da 1.<sup>a</sup> edição.

entusiástica no P.<sup>o</sup> António Vieira, em D. João de Castro — neto do honrado Vice-rei da Índia do mesmo nome, em D. António de Sousa de Macedo, em Frei João de Vasconcelos, Luiz Marinho de Azevedo, Pedro de Sousa Pereira, Fernão Homem de Figueiredo, Nicolau Monteiro, Sebastião de Paiva, — nos conjurados de 1640!

Tal messianismo salvou-nos, libertou-nos do jugo castelhano, — de um jugo de sessenta anos: sessenta anos de escravidão e de expiação!...

Mas... pergunta-se: ¿fomos de facto *escravos*? ¿Estivemos realmente incorporados no território espanhol?

Foquemos, de passo, êste ponto: o do nosso pretenso cativo.

É ainda vulgar dizer-se que Portugal esteve sujeito ao jugo de Castela durante seis longas décadas. Nada mais falso; nada mais erróneo.

O que então houve foi «uma monarquia dualista, em que tínhamos perfeita autonomia, no mesmo pé do que Castela», (Vid. António Sérgio: *História de Portugal*, edição espanhola, pág. 133; ou *Bosquejo da História de Portugal*, pág. 33); durante êsses doze lustros Portugal esteve ligado à Espanha «só pelo laço do soberano comum, um único rei para duas monarquias da Península» (Vid. Queiroz Velloso: *O Cardinal Rei D. Henrique*, Conferência, in-*Biblos*, rev. da Faculdade de Letras, de Coimbra vol. VI — pág. 527): — «em tudo, desde o político ao económico e ao administrativo, Portugal desfrutou da mais ampla autonomia durante o parênteses castelhano». (1).

De resto, como explicar a nossa adesão à causa de Felipe II — nós que estávamos acostumados a viver livres e independentes? que já tínhamos muitos séculos de independência?

O desastre de Alcácer-Quibir não extinguiu em nós o sentimento do amor da Pátria e o orgulho de sermos portugueses...

Ademais: Nas Côrtes de Almeirim, realizadas em Março de 1580, pouco tempo depois da morte do Cardinal D. Henrique, Felipe II, por intermédio do Duque de Ossuna, apresentava as condições em que reinaria em Portugal; e nas Côrtes de Tomar, em Abril de 1581, o

(1) Vid. António Sardinha: *A Aliança-Peninsular*, pág. 279; cap. *O que nos divide*. Edição de 1930.

mesmo Felipe II comprometia-se a respeitar a nossa independência política.

Nos vinte e cinco capítulos da «Carta patente, datada de 12 de Novembro de 1582», o *Demónio do Meio-Dia*, como lhe chamavam os protestantes, — confirmava o que tinha dito e jurado, — quer nas Côrtes de Almeirim, quer nas Côrtes de Tomar, — precisamente — caso curioso! — na sua redacção geral, os mesmos privilégios concedidos por D. Manuel I na Carta patente de 18 de Janeiro de 1499, e depois ractificados pelo mesmo *Rei-Venturoso* nas Côrtes convocadas a 7 de Março seguinte, pela ocasião do juramento prestado pelos *Três Estados* ao príncipe D. Miguel, então já proclamado herdeiro das coroas de Aragão e de Castela.

Com a morte do Príncipe, «aos dois anos incompletos», a Carta patente ficou sem efeito.

Mas dela veio a ter conhecimento Felipe II; e é sôbre ela que o neto do rei português redige os vinte e cinco capítulos da sua *Carta patente*.

Nesta Carta Felipe II estipulava que «os velhos foros, liberdades, privilégios, usos e costumes do reino seriam fielmente guardados pelos monarcas. Só em terras de Portugal poderiam reunir as Côrtes. Todos os empregos civis e militares, de qualquer classe ou categoria; todos os cargos eclesiásticos, desde os simples benefícios até às prelaças; tôdas as comendas e pensões das Ordens militares e do priorado do Crato, seriam unicamente dados a naturais do reino. A navegação e o comércio da África e da Índia continuariam reservados a navios portugueses. A língua oficial seria a portuguesa. Tôdas as moedas de ouro e prata, cunhadas no reino e seus senhorios, teriam gravadas as armas de Portugal, e só elas podiam legalmente correr no País. As guarnições de tôdas as praças, fortalezas e presídios deviam ser portuguesas.

As causas e feitos de Justiça seriam julgados e executados no reino, quaisquer que fôsse a qualidade e valor da causa. Os réis não poderiam dar cidades, vilas ou lugares, nem conceder jurisdições e direitos reais, senão a portugueses. Estando o rei ausente a nomeação de vice-rei, governadores ou outras autoridades supremas só poderia recair em naturais do reino, ou pessoas da própria família real, filho, irmão ou sobrinho.

(Conclúi no próximo fascículo).

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1836

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Março

**Dia 1** — « Houve nesta vila um grande alarme em consequência dos presos da cadeia, salteadores, quererem matar o carcereiro e fugir; tocaram as cornetas do Batalhão Móvel para pegar em armas, acudindo logo bastantes voluntarios e muitos paizanos armados. As autoridades também se apresentaram no terreiro da Misericórdia. Quando tocou a rebate era uma hora depois do meio dia » (P. L.)

**Dia 3** — « Veio ordem do vigário capitular de Braga ao vigário geral desta comarca para expulsar os conegos José Bento Ribeiro Agra e José Antonio Dias Pinheiro, aquele por o Exequatur da sua Bula ter sido passado pelo Sr. D. Miguel como Rei, e este por ter sido apresentado pelo Cabido no tempo em que governava o Sr. D. Miguel. Também foram intimados para confirmarem os seus títulos os conegos Francisco de Abreu Bacelar, Domingos Guedes Aguiar e Antonio Joaquim de Oliveira, coadjutores, em consequencia de terem tomado posse depois do Sr. D. Miguel ser aclamado Rei, não obstante o exequatur das suas bulas ser passado ainda quando Regente.

N. B. Os títulos dos 3 últimos conegos suspensos temporariamente, foram confirmados depois pelo governo da Sr. D. Maria 2.<sup>a</sup> » (— P. L.).

**Dia 6** — Apuraram os votos para camaristas, obtendo a maioria, Manuel José Pereira Marinho, proprietário e tenente-coronel de milícias, com 570 votos, presidente; — João Baptista Leite de Lemos, proprietário, 562 votos, fiscal; — 1.<sup>o</sup> vereador Bento Leite Pereira da Costa Bernardes, proprietário, com 463 votos; — 2.<sup>o</sup> vereador Joé Correia de Oliveiro Mendes, cirurgião, com 448 votos; — 3.<sup>o</sup> vereador Fran-

cisco Ribeiro da Costa Sampaio, negociante, com 441 votos; — 4.<sup>o</sup> vereador António Joaquim d'Eça e Leiva, bacharel, com 425 votos; — 5.<sup>o</sup> vereador José Dias de Castro, negociante, com 370 votos. • Na eleição desta Câmara houve um grande suborno, principalmente na aldeia, maquinado por homens maus, tendo o descaramento de subornar votos para o presidente que ficou da Câmara, sendo este individuo aquele que ainda há pouco tempo (sendo também presidente da Câmara) tinha ido ao Jury desta vila jurar a favor de um homem, tido e havido por ladrão » (P. L.).

**Dia 7** — Em vereação o Fiscal deferiu juramento à nova Câmara que logo tomou posse.

**Dia 9** — Portaria mandando abrir concurso por 30 dias no governo civil do Porto, para a construção da estrada do Porto a Braga, Braga a Guimarães e de Guimarães a Amarante.

A Câmara nomeou para escrivão da administração do Concelho a Luiz (Sizas) António de Freitas, desta Vila.

**Dia 20** — Domingo de Lázaro — Serve pela 1.<sup>a</sup> vez a Cruz que a imagem do Senhor dos Passos leva na procissão de Lázaro, a qual foi oferecida por Mateus José de Freitas, negociante do Pôrto, natural de Guimarães. A procissão foi na forma do seu antiqüissimo costume, só com a differença de levar muitas figuras, como Simão Cyrineu, evangelistas, judeus, etc. (P. L.).

**Dia 24** — Foi sentenciado o assassino José António Simões, de Pombeiro, que em sua casa matou o seu hospede João Ferrador, roubando-lhe 4 moedas e enterrando-o na horta.

Eis a sùmula do julgamento:— A audiência principiou ao meio dia e terminou às duas e meia horas da noite. As galerias estiveram sempre apinhadas de povo e com todo o sossêgo. Era Juiz o de Cabeceiras de Basto, Domingos Manuel Pereira de Carvalho de Abreu, escrivão José de Sousa Bandeira, delegado o vimaranense Dr. Francisco Leite Pereira da Costa Bernardes, defensor do réu o Dr. António Leite de Castro. O júri foi composto de cidadãos de toda a probidade e trinta e tantas testemunhas deposeram contra o réu, o qual confessou que tinha matado na noite de 24 para 25 de Dezembro último, dentro de casa, a sua vítima, e que a tinha enterado na sua horta, mas que fôra por o achar dormindo com sua mulher, que elle quis classificar de adúltera. Esta afirmação não foi provada, pois que o réu apenas deu duas miseráveis por testemunhas e nada juraram sobre o facto.

O morto era amigo e compadre do assassino. Este foi visto passear alguns dias sobre a sepultura e apresentou-se no Tribunal vestido com a roupa da vítima. O júri unânimemente julgou provados todos os quesitos e o juiz sentenciou-o a ser conduzido pelas ruas publicas desta vila à praça pública do Toural e aí na força morresse de morte natural e que decepada depois a sua cabeça fôsse levada ao lugar do delicto para ser collocada em um alto poste e conservada até que o tempo a consumisse. Condenára-o ainda em duzentos mil réis, sendo metade para a fazenda pública e outra metade para os herdeiros do morto.

Nota do P. L.:— O Réu não chegou a ser enforcado obtendo ficar para carasco da Relação do Porto sendo ele quem, depois, em 21 de Abril de 1837, fez a 1.<sup>a</sup> execução que se deu no reinado de D. Maria 2.<sup>a</sup>, sendo executado um individuo que havia assassinado outro, em Vieira.

Dia 28 — São espancados alguns realistas por um grupo de constitucionais por os julgarem envolvidos numa conspiração que se tramava na Galiza, de acôrdo com os miguelistas da provincia do Minho, inclusive os de Guimarães. (P. L.)

Dia 29 — Na noite deste dia houve repetições dos mesmos excessos da noite antecedente em consequência de ter apparecido uma Proclamação incendiária a favor de D. Miguel, a qual se supunha ser posta pelos constitucionais por não ser verosímil

ser posta pelos realistas em consequência de nessa noite se ter batido nos realistas e ter andado patrulhas de policia a rondar. (P. L.)

— Vereação extraordinária — Presentes o governador militar e o provedor do concelho, representaram à câmara, « que o socego publico se achava ameaçado: que os Miguelistas se mostravam exaltados fazendo conventiculos, escarnecendo e convidando o povo às armas em defesa do Usurpador, por meio de proclamações incendiárias que tem afixado nas esquinas desta vila como succedeu na manhã do dia de hoje, além de espalharem noticias atterradoras, de levantamentos na Galiza; e porque era de recear que houvesse alguma reacção da parte dos constitucionais, tendo-se já notado na noite de ontem e nesta manhã algumas pancadas, e reconhecendo-se a necessidade de força para rebater qualquer ameaço dos rebeldes e manter o povo no devido respeito ás autoridades e ao Governo, as ditas duas autoridades, governador militar e provedor, convidaram a presente camara extraordinaria, para de comum accordo se tomárem as providencias preventivas que as circunstâncias exigem». — A Câmara acordou que a força do Batalhão Movel desta vila se eleve a 150 baionetas, e fique servindo de Guarda de Segurança Publica; que o Governador Militar, comandante do mesmo Batalhão, seja convidado para organizar essa força, chamando ao serviço os voluntarios necessários para atingir o indicado número.

## Abril

Dia 4—«Logo ao romper da aurora houve nesta vila repiques de sino em todas as torres, foguetes do ar e morteiros, por ser o aniversario do dia natalicio da Sr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup>»

À noite houve uma vistosa iluminação na fachada da casa do Toural com o retrato da Sr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup> em um trono muito bem iluminado, que mandou fazer à sua custa a Sociedade Patriótica. Na casa do Toural a mesma Sociedade Patriótica deu um bem guarnecido chá aos seus sócios e a todas as pessoas limpas que comparecessem havendo uma tocata em que tocaram vários instrumentos alguns dos sócios. Numa das salas estava o busto da rainha. Contigua à casa do Touaal estava uma banda de musica a tocar hinos e outras

peças, a qual tinha sido convidada pela mesma Sociedade. Encostado ao cruzeiro estava um tablado (preparado por vários rapazes) com suas colunatas e uma cupula, debaixo da qual estava a figura da Constituição, tendo em roda muitas velas de cera a arder, estando de continuo alguns sujeitos a recitar versos, dando no fim vivas à Sr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup> e à Carta, que eram correspondidos pelos imensos espectadores. Atraz do tablado estava uma banda de musica a tocar alternadamente hinos constitucionais e outras várias peças. A concorrência do povo foi bastante em todo o divertimento que durou até à meia noute. Houve iluminação geral em toda a vila». (P. L.).

O jornal *Artilheiro* descreve esta festa, igualmente destacando-se o seguinte: A Sociedade Patriótica reuniu no palacete do Toural todos os sócios e muitos convidados, e af em uma das salas esteve o busto de S. M. debaixo de um docel e cercado de luses e flores; serviram-se chá, licores, vinhos, doces e fiambres; recitaram-se poesias e, na sala immediata, houve vários quartetos de musica em que se distinguiram 3 sócios, Agostinho Vicente, juiz de direito de Fafe, João Barroso Pereira e padre João de Azevedo Varela, tocando um hino novo feito por este compositor. — A musica que tocava em frente ao palacete foi paga por uma reunião patriótica de estudantes, que também levantaram um templo à Constituição, donde se recitaram várias peças poéticas.

António do Couto Ribeiro não acedeu ao pedido que a Sociedade Patriótica lhe fez de uma sala da sua casa da rua Sapateira para esta festa, que também já não havia emprestado para as suas sessões, pelo que o «*Artilheiro*» lhe dá uma tremenda sova, chamando-lhe miguelista, etc.

\*

Faz-se na casa da câmara eleição do estado maior da Guarda Nacional desta vila, sendo eleitos: tenente-coronel António Vaz Vieira Nápoles; major José Joaquim de Abreu Cardoso (Reboto), ajudantes Valentim de Sá Brandão e José Joaquim de Castro. (P. L.).

Dia 6 — «Chegou a esta Vila um próprio do Porto que trazia a noticia de ter entrado em Espanha, pela parte dos Pirineus, o exército francês para fazer sair daquele reino o príncipe D. Carlos pretendente à Coroa de Espanha, e fazer cessar naquele país a Guerra Civil, que há tantos tempos

era o flagelo daquela malfadada Nação, cooperando para este mesmo fim a esquadra inglesa que cruzava nas costas daquele Reino. Em consequência desta noticia deram-se na Praça do Toural alguns foguetes, tocaram alguns repiques nas torres e illuminou-se quasi toda a Praça do Toural. = Nota à margem: A 1.<sup>a</sup> parte desta noticia não se verificou». (P. L.)

Dia 7 — Pelo Presidente da Câmara, em sessão extraordinária, foi apresentado um officio do provedor do concelho com data de hoje, em que comunica, por noticia official que havia recebido do Governo Civil, da parte activa que S. M. Britânica vai tomar nos negócios de Espanha contra o Pretendente.

Determinaram que se fizesse público tam interessante noticia, e se convidassem os cidadãos a illuminarem suas janelas na noite de amanhã, 8 do corrente, dando tôdas as mais demonstrações de regosijo público.

Dia 8 — «Logo ao romper da aurora houve repiques de sino em todas as torres da vila e alguns foguetes do ar, em consequência do administrador do concelho ter recebido participação official do governador civil do distrito de Braga de ter ordem o comandante da esquadra ingleza, que cruzava nas costas da Espanha, para interferir directamente a favor da Rainha da Espanha, D. Isabel 2.<sup>a</sup> e contra D. Carlos.

Ao meio dia repetiram-se os repiques de sino e alguns foguetes do ar, e à noite iluminação geral por ordem da camara». (P. L.).

Dia 9 — «Chegou a esta vila um Próprio do Porto, o qual trouxe a noticia de ter participado o telegrafo de Lisboa ao daquela cidade a chegada à capital, no dia de hontem, do príncipe D. Fernando Augusto, duque de Saxonia Coburgo Gota, esposo de S. M. a snr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup>. Em consequência desta noticia houve repiques de sino em todas as torres e foguetes do ar». (P. L.)

Dia 18 — A Câmara, em sessão extraordinária, delibera que, pela chegada do Príncipe D. Fernando, espôso da Rainha, houvessem 3 dias de luminárias, annunciados por um pomposo Bando e no último dia um *Te-Deum Laudamus* com igual pompa e esplendor, pelas 3 horas da tarde, e à noite «Thiatio dos queriosos que para isso se havia offerecido». — Acordaram felicitar a Rainha e o Espôso.

\*

Safu, por ordem da Câmara, um luzido Bando convidando os habitantes a pôr luminárias por 3 noites e mostrar todos os sinais de regosijo em consequência de ter chegado a Lisboa, no dia 8 d'êste mês, o príncipe D. Fernando Augusto, Duque de Saxónia Coburgo-Gota, e ter ratificado no dia 9, na mesma cidade, o seu consórcio com S. M. F. a sr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup>. O Bando era composto da maneira seguinte: Primeiro ia uma azêmola com 2 grandes feixes de foguetes, cobertos com um cobertor de damasco. Depois seguiam-se a cavalo 2 empregados da provedoria vestidos de capa e volta em grande gala, cada um com a sua bandeira. Logo atrás d'êstes ia outro empregado a cavalo e vestido da mesma maneira que os primeiros, o qual recitava o pregão. Atrás de tudo ia uma banda de música a tocar diferentes hinos constitucionais, e uma guarda de honra composta de soldados do batalhão móvel. Enquanto andou o Bando pelas praças e ruas da vila, não cessaram os foguetes do ar e os repiques de sino. À noite andou a música a tocar pelas ruas e bastante povo a dar vivas. No Toural deram-se imensos foguetes do ar.

\*

De tarde houve um espectáculo d'uma companhia de Alcides (dança em corda, saltos mortaes, etc.) em um theatro que haviam preparado no extinto convento de S. Francisco, o qual mereceu os aplausos de uma immensidade de espectadores. A' noite houve uma brilhante iluminação na fachada da casa do Toural com o retrato da Rainha, estando uma banda de música a tocar hinos constitucionaes e outras peças em um palanque encostado ao cruzeiro. Na casa do Toural a Sociedade Patriótica deu um bem servido chá. Tanto a iluminação como o chá foi à custa dos socios. A concorrência tanto ao chá, como à iluminação foi assaz grande. Deu-se n'esta noite bastante fogo do ar e morteiros» (P. L.).

Dia 20 — Houve na igreja de S. Pedro um solene *Te-Deum* pela chegada e consórcio do príncipe D. Fernando com a Rainha D. Maria 2.<sup>a</sup>, ao qual assistiram a câmara, cabido, clero, ordens 3.<sup>as</sup>, irmandades e muitas pessoas de diferentes classes. No final tiraram o SS.<sup>mo</sup> Sacramento em procissão pelas Lages, rua Travessa, rua de S. Domingos, e tornou-se a recolher, indo na procissão tôdas as corporações acima referidas, com tochas acesas e uma

immensidade de cidadãos também com tochas. As autoridades também assistiram a êste religioso acto. À noite representaram vários estudantes uma comédia no teatro do Campo da Feira. A despesa do *Te-Deum* e do teatro foi à custa da Câmara. A entrada do teatro foi de graça. (P. L.).

Dia 25 — «Morreu n'esta villa Manuel Luís Pinheiro Pereira Nogueira de Gouveia, mestre que foi, com poucos credits, de Philosophia, Gramatica Latina, Musica e Canto-chão, e ultimamente inquiridor de testemunhas. Viveu e morreu em uma extrêma pobreza». (P. L.).

Dia 27 — A câmara determinou que se convidasse por editaes os habitantes desta vila a iluminarem suas janelas na noite de 29 d'êste mês por ser o anniversário da doada da Carta Constitucional.

Dia 30 — Sábado — Chegou a esta vila, logo pela manhã, um destacamento do regimento n.º 9, o qual vinha de Braga para manter, o socêgo na feira do pão. A policia também pegou em armas. Estas providências dadas pelo governador militar e administrador do concelho, juntas à de escrever cartas com antecipação aos senhores dos celeiros para que mandassem algum do seu pão à feira e o vendessem por um mais baixo preço do que correu (920 e 960) na feira anterior, evitaram certamente que neste dia houvesse uma grande desordem, pois que subindo como se esperava, ou vendendo-se pelo mesmo preço, o povo cometeria os maiores excessos, o que não aconteceu contra a expectação de todos. O maior preço porque se vendeu o pão nesta feira, foi de 800 réis (P. L.).

Outro noticiarista diz: no mercado d'êste dia o provedor levou uma lapada; o mercado esteve barulhento. «O Artilheiro» diz que o «Nacional» noticia que foram desacatadas as autoridades, mas que só foi aquela P. L. nada refere.

\*

Nos fins d'êste mês deram-se nesta provincia alguns distúrbios por causa do pão ter subido de preço, assim como todos os gêneros, não ganhando a maior parte do povo para os comprar, e sofrendo d'êste modo grandes privações. O frio, neste inverno, foi intensissimo e extensissimo, de maneira que principiou no meado de Novembro e ainda no fim d'êste mês se fazia sentir. Quasi não houve hortaliça nenhuma por causa das muitas neves (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

« O povo começou a andar divorciado dos reis, precisamente sob o constitucionalismo. E porquê? Porque nunca, como então, se constituíram numa aristocracia fechada, nem de tam alto mostraram a sua olimpica soberba. Foi no periodo constitucional que tam profunda cisão se abriu entre o povo e os reis que muita vez se evidenciou no desespero, vingando-se estes com a ditadura, recorrendo o povo a uma insubordinação sistemática a que pôs têrmo a revolução de outubro ».

(Discursos, pág. 127)

EDUARDO DE ALMEIDA

## Russos . . . além . . .

Os sucessos sangrentos que se tẽem desenrolado em Espanha, depois que Afonso XIII se declarou vencido perante o resultado dumas eleições duvidosas, não deixam de criar apreensões no espírito de todos aquêles que são ainda pela ordem occidentalista e cristã que tornou grande a memória dos nossos heróicos antepassados, levando-os à descoberta e conquista de novos continentes.

A Espanha unida sob o cetro dos seus reis, vai-se desagregando aos poucos. As lutas internas, que dividem e aniquilam os povos, desenrolam-se duma maneira pavorosa e verdadeiramente selvagem. Aos vivas à Liberdade, assassinam-se os que não comungam nesse *anseio de Liberdade*. Aos vivas à *Fraternidade Internacional*, praticam-se assaltos, provocam-se incêndios, ceifam-se vidas impunemente, senão com o aplauso de todos os Panças que transformam a velha Espanha na Ilha da Baratária celebrada por Cervantes.

Aquêlê palavroso Gil Robles, mais político que espanhol, em quem os nossos impagáveis conservadores depositavam as melhores esperanças, incarna bem o papel de Cavaleiro da Triste Figura, carpindo mágoas pela Dulcineia Democracia. À sua falta de decisão, à sua falta de energia se deve, sem dúvida, em grande parte, o cáos em que a Espanha se vai despenhando.

E agora? Salvar-se-á a Espanha ou triunfará Moscovo?

MANOEL ALVES DE OLIVEIRA

## Pró-homenagem a Gil Vicente

Secundando a iniciativa e campanha do nosso Director Snr. Manuel Alves de Oliveira, *O Berço da Grei*, semanário nacionalista de Guimarães, iniciou um inquérito sobre a comemoração Gilvicentina em Guimarães.

Arquivamos, nesta secção, o depoimento do nosso Director Snr. D. José Ferrão, publicado no n.º 4, do Ano I, de 1 de Fevereiro, de *O Berço da Grei*.

«Sentindo-me muito honrado pelo questionário que VV. tiveram a generosidade de mandar-me, tento responder duma maneira geral às três perguntas feitas acerca da comemoração de Gil Vicente no quarto centenário da sua morte. Tôdas as actividades de Guimarães devem levar o estado e os seus funcionários competentes para as seguintes homenagens :

1) Construção em Guimarães dum monumento capaz de interpretar com arte sugestiva a obra genial de Gil Vicente ;

2) Publicação em edições baratas de todos os seus trabalhos literários ;

3) Representação ao ar livre, em *forma de entremez*, de alguns dos seus autos que possam interessar às gentes menos cultas ;

4) Realização de conferências literárias sobre Gil Vicente para pessoas de cultura média.

Foz do Douro, 12 de Janeiro de 1936. — J. FERRÃO ».

A *Voz* na página «Do Norte de Portugal», de 16 de Março, transcreveu a entrevista do *Correio do Minho*, publicada nesta secção no último fascículo da nossa Revista,

acompanhando essa transcrição das seguintes palavras :

«Publicou o «Correio do Minho» uma interessante entrevista com o nosso distinto camarada sr. Manuel Alves de Oliveira, sobre a necessidade de pagar à memória de Gil Vicente uma dívida nacional — um monumento que recorde aos portugueses a sua obra. Apoiamos com todo o entusiasmo a iniciativa e fazemos nossas as razões de Manuel Alves de Oliveira ».

*Diário de Lisboa*, de 18 de Março, publicou, o seguinte eco :

«Projectam algumas pessoas de boa vontade e espírito altaneiro fazer erguer em Guimarães, dada, incertamente, por terra natal de Gil Vicente, um monumento ao genial poeta dos Autos, criador do teatro português. O snr. Manuel Alves de Oliveira é o paladino dessa generosa idea.

«A obra de Gil Vicente, e a figura literária nacional do mais original dos escritores portugueses de todos os tempos — merecem um monumento. O que pomos em dúvida é se a nobilíssima Guimarães está indicada para nela se elevar a estátua ao autor do *Auto Pastoril* ».

O *Diário da Manhã*, de 25 de Março, publicou um valioso artigo do sr. dr. Jorge de Faria, que se publica neste fascículo e que o *Correio do Minho* também transcreveu no seu n.º de 28 do referido mês.

Pela nossa Revista foi dirigido o seguinte officio ao

«Ex. <sup>mo</sup> Senhor Administrador Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones — Lisboa.

«Passa neste ano o IV centenário da morte de Gil Vicente,

extraordinária e genial figura da nossa História literária, criador e fundador do Teatro Peninsular, honra e orgulho de Portugal. Permitimo-nos, por isso, sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> a emissão especial de sellos comemorativos deste IV centenário, a exemplo do que já se fez com Camões, Camilo, Pombal e outros vultos notáveis da nossa História, do que se fez em Espanha na comemoração do terceiro centenário de Lope de Vega e na França no centenário de Vitor-Hugo e ultimamente, no centenário da morte do grande físico Ampère. Certos de que V. Ex.<sup>a</sup> não deixará de acolher e defender este alvitre, apresentamos a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos da nossa muita estima e alta consideração. A Bem da Nação. Guimarães, 16 de Março de 1936. O Director da Revista «Gil Vicente» (a) MANUEL ALVES DE OLIVEIRA ».

### Duque de Bragança

Em 21 de Novembro de 1935 o jornal de Paris *Le Jour* publicava uma notável entrevista com o Senhor D. Duarte, que vamos reproduzir :

« Le duc de Bragançe, venant de Londres, a traversé hier Paris. Nous avons eu la bonne fortune de le rencontrer et nous l'avons prié de nous fournir quelques déclarations sur ses intentions.

Héritier de la dynastie qui a régné sur le Portugal, grand et mince, de physionomie ouverte, l'œil clair, le duc de Bragançe s'exprime en français très librement et sans réticences.

Les paroles qu'il nous a dites sont d'autant plus intéressantes à

reproduire que c'est, à notre connaissance, la première fois que le prince s'explique nettement sur le régime politique du Portugal et sur ses intentions personnelles.

— « Je me plais à reconnaître, nous a-t-il dit, les bons offices que Salazar a rendus au pays, tels que le rétablissement du principe d'autorité en dehors du quel il n'y a pas de système politique que vaille, ainsi que l'assainissement des finances de l'État, œuvre à laquelle la nation l'a puissamment aidé.

« Mais, quels que soient les avantages du plan gouvernemental, les résultats ne peuvent être durables qu'autant que la continuité est assurée et cette garantie est bien un des privilèges du régime monarchiste.

« L'Union royaliste portugaise n'est point un parti politique, elle le dépasse ; vivant témoignage du passé historique de notre nationalité, elle constitue une réserve nationale, garantie d'avenir.

« Lorsque le Portugal jugera possible ou nécessaire le retour de la monarchie, mon pays pourra toujours compter sur moi, considérant la couronne comme le symbole de l'unité nationale et dans la certitude que la monarchie qui me tient à cœur sera une monarchie où régneront la justice, l'autorité et la compétence, et où les sentiments et principes religieux de la grande majorité des Portugais seront dûment respectés par l'État.

« Nos pensées dépassent notre intérêt personnel et notre horizon est l'avenir.

« Je suis bien aise de cette occasion qui me fait traverser Paris. Je me rends parfaitement compte de l'énorme influence que la France

exerce sur la mentalité du Portugal ou nous savons tous apprécier se qu'il y a de noble et de généreux dans l'âme française ».

### Conselheiro Luiz de Magalhães

Espírito muito culto, amigo e companheiro de Eça e Oliveira Martins e do Herói do Chamite, Mousinho, o Conselheiro Luiz de Magalhães, agora desaparecido, foi, também, um escritor primoroso.

Defensor acérrimo da monarquia liberal que as novas gerações combateram, o Conselheiro Luiz de Magalhães, manteve-se sempre fiel ao liberalismo de família que teve em seu pai — José Estêvão — um dos mais denodados prosélitos.

Foi ministro com João Franco e, na tentativa restauracionista de 1919, foi, também, ministro com Paiva Couceiro durante os vinte e cinco dias que durou a *Monarquia do Norte*.

### Joaquim de Vasconcelos

No dia 1.º de Março faleceu no Pôrto o dr. Joaquim de Vasconcelos, um dos mais eruditos historiadores da Arte, autor de valiosíssimos trabalhos entre os quais se devem salientar os que tratam de Damião de Góis, a monumental *Arte religiosa em Portugal*, o estudo notabilíssimo dedicado a D. João IV, o primeiro que reabilitou êsse caluniado monarca e a sua obra, o consagrado ao iluminurista de Quinhentos, Francisco de Holanda e ainda o admirável trabalho sôbre « Os músicos portugueses ».

### Jacques Bainville

Faleceu Jacques Bainville, um dos mais notáveis historiadores franceses, alto valor das letras e o mais novo acadêmico.

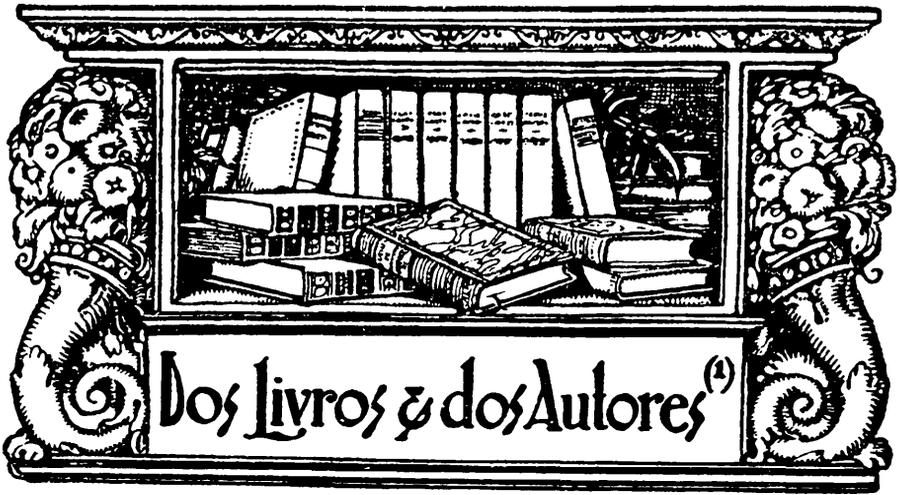
Foi Bainville que, com Maurras e outros ilustres intelectuais franceses, lançou as bases da *Action Française*. Na sua prodigiosa carreira de escritor, historiou longa e exaustivamente as relações franco-alemãs num livro que fez ruído há anos e o seu *Napoléon* foi discutidíssimo.

Como jornalista, Bainville foi dos mais combativos. Os seus escritos, tanto na *Action Française* como na *Revue de l'Action Française*, primaram pela elegância de forma, profundezza de pensamento, lógica e ardor na defesa da Monarquia.

### Valle-Inclán

Valle-Inclán, o grande escritor galego, criador indiscutível de um novo estilo, prestidigitador maravilhoso das frases, ficará na história da literatura espanhola como um clássico da decadência ou um romântico do modernismo literário, influenciado por restos baudelairianos e pelas anárquicas ideas de Nietzsche.

São os *Espertentos* a obra mais pessoal e mais valiosa de Valle-Inclán, tremendas águas fortes de uma crueza inegalada, retábulos pavorosos povoados de figuras macabras, contorcionadas, que se movem num ambiente lívido, mas literariamente admiráveis.



CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ARTE INDÍGENA DE MOÇAMBIQUE,  
por *Fernando de Castro Pires de Lima*. Edições da 1.ª Ex-  
posição Colonial Portuguesa. Pôrto, 1934.

A Exposição Colonial Portuguesa, ainda na memória de todos, veio fornecer aos estudiosos largos subsídios para o conhecimento da vida indígena, dos trabalhos e arte dos naturais das nossas províncias de África.

Este novo estudo do Dr. Fernando de Castro Pires de Lima é o resultado da observação feita aos trabalhos que os indígenas executaram nos diversos objectos de marfim, ourivesaria, tecelagem e cestos, durante o tempo da Exposição.

O A. fixou interessantes particularidades etnográficas nos motivos decorativos, de figuras antropomorfas, talhadas por processos rudimentaríssimos por esses hábeis artífices que, como Luiz Roque de Parse, descendem já de outros artistas, ignorados na Metrópole e que são, na sua simplicidade ingénua, autênticos valores artísticos das nossas províncias ultramarinas.

A BEIRA BAIXA AO SERVIÇO DA NAÇÃO, por *Hipólito Raposo*.  
Lisboa, 1935.

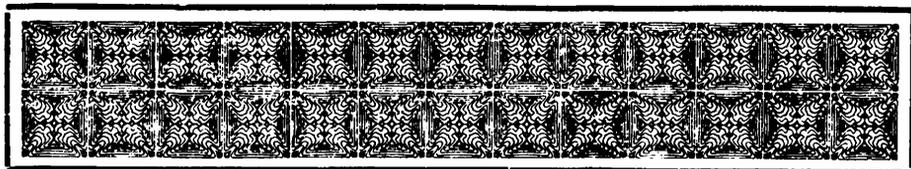
Hipólito Raposo, escritor de largos recursos, autor de tantas páginas belas que enriquecem as letras contemporâneas, compôs, agora, um hino admirável à sua adorada Beira.

Nêle perpassam, em merecida apoteose, alguns dos seus comprovincianos — «que por armas, letras, serviços ou virtudes foram a honra e glória das nossas serranias de pastores e cultivadores».

O A. historia a origem da ordem dos Templários e o miraculoso acordar dos velhos castros e antigas póvoas beiroas

Naquêl estilo elegante e correcto, que tanto se admira nas obras de H. Raposo, é feita a narrativa de quanto os beirões trabalharam e lutaram não só na fundação da nossa nacionalidade, como, também, nas guerras que foi preciso manter para a consolidação da nossa independência e para a dilatação da «fé e do império».

É um trabalho de grande valor para a história da Beira e de grande relêvo literário consagrado à bela província onde, por «entre sulcos de lavradas e pastorias de gado, por casebres frios de indigência e de tristeza, ou por lares que ainda não conheceram os assaltos da fome, os soldados, os missionários, os professores, os jornaleiros continuarão a nascer à lei de Deus, e renascer por êles Portugal, para os destinos da sua gloriosa eternidade».



S Ô B R E

○

# Primeiro de Dezembro de 1640

por RUY GALVÃO DE CARVALHO

(Continuação da pág. 71 — Conclusão)

Neste caso, o rei traria sempre consigo um prelado, um vedor da fazenda, um secretário, um chanceler-mor e dois desembargadores do Paço, todos portugueses, que constituiriam o Concelho de Portugal; e só por êles e com êles seriam despachados os negócios. A expedição da correspondência e dos diplomas necessários seria feita por dois es-  
crivães da fazenda e dois da câmara, da mesma nacionalidade» (1).

Como se vê, «todos os característicos da soberania — leis, go-  
vêrno, administração da justiça, moeda, língua — tudo Portugal conser-  
vou. Faltava-lhe, é certo, um rei natural, que nessa época era o ver-

---

(1) Cit.º por Queiroz Veloso, *in* — *A dominação felipina*, conferência publi-  
cada *in* rev. *Biblos*, vol. VI, pág. 392-396.

A *cópia autêntica* dessa *Carta patente*, obtida por Cristóvão de Moura da mão do Dr. António de Castilho, «desembargador da Casa da Suplicação e guarda-mor da Torre do Tombo», encontra-se guardada no Arquivo Geral de Simancas, além de outros documentos importantíssimos para o estudo dêste período da nossa História.

O ilustre erudito Prof. Queiroz Veloso serviu-se de todos êsses documentos para a organização do seu trabalho sôbre a dominação felipina.

Na sua linha geral, é dêste trabalho de depuração histórica que nos temos servido.

Outra cópia se encontra também no mesmo Arquivo. Foi feita pelo filho de Afonso de Albuquerque, que, «para captar as simpatias dos agentes do monarca espanhol» Felipe II, a entregou, «em segrêdo», ao Duque de Ossuna e a Cristóvão de Moura.

Extraui-a «do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, na sua qualidade de procurador da cidade às Côrtes de 1579».

dadeiro símbolo da independência. Mas a união não representava incorporação. A nossa autonomia administrativa mantinha-se absolutamente.

Os dois reinos da Península ficavam constituindo uma monarquia dualista, ligados apenas pelo laço de um monarca comum. E para marcar mais ainda essa separação, Felipe II de Espanha tomava em Portugal o nome de Felipe I» (1).

Efectivamente, Felipe II e os seus sucessores, para não melindrarem os portugueses na sua dignidade, tiveram o cuidado de nunca acrescentarem ao de Espanha o de reis de Portugal, ou vice-versa. Temos aqui, às mãos as *Ordenações felipinas*.

No *Prólogo*, delas se lê o seguinte :

« Dom Philipe, per graça de Deos, Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar, em Africa Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India. A todos nossos subditos e Vassallos destes nossos Reynos e Senhores de Portugal, saude, etc. ».

Numa dissertação de formatura baseada em factos e documentos coevos, — conquanto parcialmente vistos e facciosamente exagerados, — Manuel Múrias procurou também desfazer essa lenda em que faz de nós uns pobres escravos do reino vizinho e de Felipe II um tirano corbarde e miserável.

Escreve êle : « ... Felipe II não actua como conquistador ; jura e mantém tôdas as regalias ao povo portugûes e não pensa em juntar o País como província à sua coroa magnifica. Continua a ter o seu novo reino por um País independente, embora unido a Castela... »  
« Nas Côrtes de Tomar, os três Estados haviam resguardado quanto possível a integridade nacional a ponto de ficar estatuído que vagando os bens da coroa, Felipe II os não encorporasse nem os concedesse aos parentes de quem os havia antes, e que os lugares de importância e rendimento fôssem ocupados por naturais.

Além disso, o Rei anuiu a todos os pedidos do braço do povo não tendo, por seu lado, faltado ao que havia prometido. Outro tanto não fizeram os sucessores. Mas nem uns nem outros se despreocupavam com Portugal ; não pretenderam sequer observar-nos pela língua ou deslembrar as glórias passadas.

(1) Queiroz Veloso, cit.º.

Foram êles que mandaram continuar por Diogo do Couto as *Décadas* da Índia, ao mesmo tempo que davam privilégios à publicação das crônicas de Duarte Nunes de Leão e da « Monarquia Lusitana » de Frei Bernardo de Brito, e protegiam eficazmente as letras » (1).

Igualmente é, num certo sentido, a opinião do insuspeito Rebêlo da Silva em a sua *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, e a de Teófilo Braga. Êste último, fazendo referências às *Ordenações Filipinas*, escreve em a sua *História do Direito português (Os forais)* — :

« O govêrno dos Felipes não teve directamente em vista a absorção da nacionalidade portuguesa ». E esclarecendo, acrescenta : « Nas Côrtes de Tomar de 1581, o rei de Espanha, tomando posse dêste reino, jurava « guardar os foros, costumes e insenções, da nação portuguesa ; que o seu govêrno, administração e economia andaria em separado do resto de Espanha ». Não foram abolidas as Côrtes, por determinação das quais só se poderia lançar tributos. A Câmara de Lisboa, em 1602, embargava um alvará dos Governadores do reino, em que se pedia o serviço de oitocentos mil cruzados, « por ser feito sem consentimento nem procuração das cidades e lugares do reino, que tem voto em côrtes » (2).

Supomos mais que suficientes êstes dados para desfazerem por completo a lenda do nosso doloroso cativo de sessenta anos, — da nossa longa escravidão.

Por êstes passos transcritos se vê, portanto, claramente, a nossa situação política em face de Castela, até aonde chega a amplitude das concessões de Felipe II, — *mercês, graças e privilégios* muito mais vastos do que aquêles que foram outorgados por D. Manuel I na Carta patente de 18 de Janeiro de 1499, como aqui atrás mencionamos.

Isto, porém, não obstou — pondera Queiroz Veloso — a que Felipe II deixasse de atender « as reclamações dos procuradores dos Concelhos, apresentadas nas Côrtes de Tomar, queixando-se das tropas que guarneciam Portugal e que, pela insolência do seu procedimento e extorsões cometidas, constituíam um vexame e uma afronta, respondia o rei, no ano seguinte, recusando-se a mandá-las retirar

---

(1) Vid. *O Seiscentismo em Portugal*, pág. 43 a 44.

(2) Pág. 130 da Edição de 1868. Ler também a documentadíssima obra de António Sardinha — *A Aliança Peninsular*.

para Espanha, pela necessidade de prover à segurança e aquietação da monarquia; para evitar conspirações ou distúrbios, provocados pelos partidários de D. António » (1).

Depois da morte de Felipe II os seus sucessores procuram esquecer o que fôra combinado e jurado, talvez por desleixo, de-certo por má fé dos seus ministros, principalmente do Conde-Duque de Olivares, e pela venalidade de alguns traidores portugueses — que os houve *algumas vezes* (Camões — *Lusíadas*).

De facto, preocupada com as guerras que tinha com os Países-Baixos e a França, a Espanha mal olhava para nós, faltando os seus reis a todos ou a quási todos os compromissos de honra; e quando ela se lembrava de nós, quando os reis de Castela se lembravam de Portugal era para exigir de nós mais sacrifícios, era para nos levar tudo: gente, dinheiro e navios.

Se nos revoltavamos, se havia da nossa parte protestos, a Espanha respondia-nos com vexames de tôda a espécie.

Vieram, por conseguinte, os abusos... e com êles a nossa ruína financeira, económica e colonial: esgotamento dos nossos dinheiros em proveito dos caprichos dos reis espanhóis; decadência do nosso Império colonial, a favor de holandeses, ingleses e franceses; decadência da nossa marinha mercante e da nossa marinha de guerra, (desastre da *Invencível Armada*); decadência da nossa indústria, do nosso comércio e até da nossa agricultura.

É desde essa hora que começamos a conspirar então. Sim! na altura em que começamos a ver as nossas « fortalezas ocupadas por tropas castelhanas, as capitánias-mores ocupadas por castelhanos, os postos do govêrno nas mãos dos castelhanos, interêsses criados por castelhanos, uma larga espionagem castelhana » (2); no momento em que começamos a ver tudo o que era nosso e que fôra conquistado ou descoberto pelo esfôrço dos nossos Maiores, passar ao domínio estrangeiro; emfim, no momento em que verificamos que estavamos a ser, lentamente, absorvidos por Castela, tentando transformar Portugal numa província sua; — a partir dêsse instante principiou a nossa revolta contra a política imperialista do Conde-Duque de Olivares ministro de Felipe IV (3), a partir dessa ocasião todo o nosso desejo foi

(1) Conf. *A dominação felipina*, cit.º, pág. 396 a 397.

(2) Alfredo Pimenta, obr. cit.º, pág. 337.

(3) Aliás é ao traidor D. Cristóvão de Moura, 1.º Marquês de Castelo-Rodrigo, que se deve o plano da execução desta política de absorção.

êste e só êste: destronar o rei intruso, pondo no trono o Duque de Bragança D. João, — um rei nacional!

Como dissemos no comêço, ao nosso desejo acorreu a França, auxiliando-nos, contribuindo com o seu apoio para a Restauração.

O resto já tôda a gente sabe...

Na madrugada radiosa do Primeiro de Dezembro de 1640, por volta das nove horas, um grupo insignificante de portugueses de lei arvorava o pendão da Liberdade sob um lindo sol primaveril.

« Maravilhosa » chamou Alexandre Herculano a essa revolução. « Foi-o, sem dúvida, — acrescenta Queiroz Veloso, — pela rapidez do lance, pelo intenso e caloroso júbilo, pelo frenesim de entusiasmo, que despertou na Nação inteira: em todos os corações verdadeiramente portugueses, existia latente o sentimento da independência ».

E acrescenta: « A ocupação estrangeira não conseguira lançar raízes ».

E em remate: — « À excepção daquelas conquistas do Oriente, que nos haviam sido arrancadas pelos holandeses ou ingleses, só uma nossa antiga possessão — a cidade de Ceuta, e esta pelas condições especiais em que se encontrava — desertou para sempre da mãe: eram os altos feitos da história comum a prender, a unir no mesmo generoso fim, os seus defensores e os defensores da metrópole » (1).

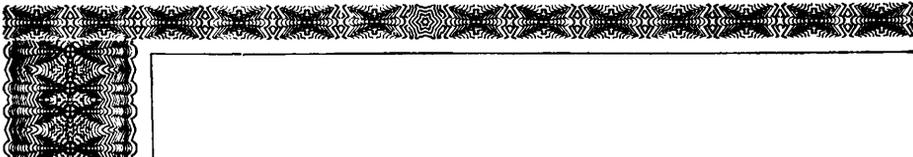
Mais uma vez, para *memória eterna*, Portugal, ante a admiração e pasmo do mundo inteiro, fazia valer os direitos históricos da sua independência secular. Portugal retomava, com a revolução do Primeiro de Dezembro de 1640, a sua liberdade de acção e recuperava, no concôrto das nações europeias, o seu antigo e legítimo lugar como Nação sempre livre e sempre independente !

DISSE

ANO DO SENHOR DE 1935.

---

(1) Vid. Queiroz Veloso, 3.º, Conf. cit.ª, pág. 410.



# M A I O



Nos claros varandins celestiais,  
o sol arrasta a túnica auri-luz,  
sorrindo à Primavera, que o seduz,  
a noiva dos eternos esponsais.

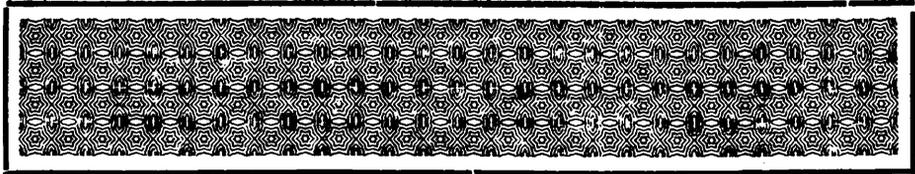
A voz do vento já não chora mais.  
As fontes beijam, rindo, lírios nus.  
As andorinhas, a voar em cruz,  
à terra dão as bênçãos nupciais.

As madrugada são festões de rosas!  
Os dias são auréolas gloriosas!  
Bênção da luz, a hora do sol-pôr!

Maió! Ditoso mês de grande gala!  
tu és o Eden de que a Biblia fala,  
com tanto sol, com tanta, tanta flor!...

VILA NOVA DE GAIA

Maria Augusta Dogueira Alves Pereira



# O SENTIMENTO PORTUGUÊS EM LOPE DE VEGA

---

(Continuação da pág. 62 — Conclusão)

por HIPÓLITO RAPOSO

LA MAYOR VIRTUDE DE UN REY. — D. João de Castro, aio do Príncipe D. João, filho de D. Manuel, estava ligado ao compromisso de casar com a Condessa Teodora, pela palavra do Rei, quando surge em Lisboa o fidalgo espanhol D. Sancho de Mendoza, com as suas duas filhas, Leonor e Sol.

Encontrando esta última ao pé de uma fonte, nos arredores de Lisboa, quando andava à caça, ficou enfeitiçado, quando ao perguntar-lhe: *Que fazeis, menina Sola?* ela lhe respondeu, quasi em português:

— *Si eu vos tenho de dar conta,  
Saúdades da minha terra  
Que me fazem morrer a solas.*

Continuando êste colóquio na frescura da horta, nada mais foi necessário para que o cortesão começasse a delirar de amor, enquanto o Príncipe, invertendo os papéis, o ia aconselhando e consolando com a esperança de que já não casaria com Teodora, mas com Sol.

O pai, D. Sancho de Mendoza, que de Castela viera por cair em desgraça do seu rei, não encontra na côrte portuguesa o acolhimento que desejaria, e, na previsão da pobreza, aconselha as filhas a privar-se de luxo e de ostentação, o que leva Sol a declarar, sentenciosamente, o seu protesto:

*La hermosura mas lucida  
Sin galas se acobarda ;  
Que no puede andar gallarda  
Una mujer mal vestida.*

Como o amor tem asas, numas voltas de caça aparecem o Príncipe e D. João de Castro em casa de D. Sancho, o qual manda apressadamente esconder as duas filhas, informando as visitas de que elas andavam no campo. Mas à custa da desobediência ao velho fidalgo, D. João consegue vir à fala com Sol, enquanto o Príncipe, exercendo a função de protector do namôro, de verdadeiro *pau de cabeleira* do seu aio, vai entretendo o pai tirano

D. João é o apaixonado exuberante, ardente, tresloucado, de cuja mudança, no alvoroço do sentimento, os próprios sentidos se admiram. Sol duvida de tamanho transporte, suspeita-o de fingido, de galanteador de officio, que a outras muitas terá dito iguais palavras, *essa terneza* com que lhe afirma não ter amado nem poderá amar outra, depois de a ter visto.

Por último, Sol observa-lhe, certamente:

*Andá ; que sois português  
Y amais por naturaleza.*

D. João não se desconcerta, despedindo-lhe êste galanteio :

*Huelgo-me que assi me honreis,  
Que quien português no fuera,  
Ni os amara, ni entendiera  
Lo mucho que mereceis.*

D. Sancho vê-se obrigado a apresentar as filhas ao Príncipe que lhes dirige requebros já suspeitos para D. João, e anuncia ao velho fidalgo que nenhum empenho para o Rei melhor seria do que o do seu aio, se quisesse melhorar de situação. Leonor e Sol devem casar em Portugal, embora pobres, pois que, na opinião do Príncipe, não há riqueza comparável à formosura e à virtude.

Levado pelo sentimento de Teodora, o Rei dá ordem a D. João que case com ela, como fôra tratado. Em presença da desventura do seu noivo, Teodora orgulhosamente e dolorosamente o liberta da palavra dada, mas o apaixonado de Sol sabe que perde a confiança e a graça do Rei, enquanto a fascinante espanhola se consome, doente de melancolia.

Na sua casa dos arredores de Lisboa, tentam-se folguedos, canta-se em português uma barcarola que começa :

*Barqueirinha fermosa, passai-me  
Da banda d'alem do rio Tejo,  
Nome de Jesu.*

Ao chegar, D. João e o Príncipe encontram-nas vestidas de lavra-deiras e cada um deles se dirige aos seus encantos — O Príncipe para o derriçar discreto com Leonor, D. João para acalmar com juras de amor o vulcão de ciúmes de Sol.

Sancho, o velho e austero fidalgo, vem surpreender êste festim amoroso e deixa-se possuir de tal indignação que nem se aproxima a saudar o Príncipe. Êste abandona a festa, enquanto Sancho desencadeia sôbre as filhas uma trovoadade de reprimendas moralizadoras.

Cada vez mais entontecido, D. João pede a Teodora, em nome do Príncipe, um adiamento de seis dias. A portuguesa, com frio despeito, concede-lhe infinitos anos...

Sol escreve a D. João a anunciar-lhe a partida da família para Sevilha, à ordem severa do pai, e em frases que são labaredas, pede-lhe que vá vê-la, despedir-se.

D. João decide-se à resolução suprema: à última hora, com criados mascarados e armados de arcabuzes, corre à vivenda de D. Sancho, manda amarrar os criados e rapta as duas filhas, trazendo-as para Lisboa, para o Paço da Ribeira.

D. Sancho de Mendoza manda ao Paço, para D. João, um cartel de desafio que é interceptado pelo Soberano. Pela sua audácia, o velho fidalgo espanhol é preso pela guarda do Rei, que o censura e lhe ouve a justificação. Sol, encerrada dentro do Palácio, nos aposentos do seu raptor, defende enèrgicamente o seu orgulho e a sua honra. E para acreditar no amor de D. João, propõe-lhe que se apresentem ambos à Condessa Teodora e diante dela se confesse seu marido. O fidalgo português recusa-se a semelhante afronta.

Emquanto espera o duelo e trata de fretar uma barca que à outra banda o leve e às filhas, se puder havê-las, aparece-lhe D. Manuel que lhe declara não ter dado conhecimento do desafio, nem a D. João, nem ao Príncipe; e, ouvindo compassivamente os queixumes do velho, promete-lhe inteira justiça:

*Que no hay don Juan para mi  
Sino justicia y piedad.*

E durante o longo conflito de Sol e D. Juan, entre o amor e a palavra dada a Teodora, o Rei, justiceiro, como seu avô D. Pedro, ouve os criados de Sancho, testemunhas do rapto, e ouve D. João de Castro que, à barra do tribunal, já se prontifica a casar com Teodora ou com Sol, a cumprir a palavra ou a desagrar a honra...

Ali fica preso à ordem do Rei, para lhe ser cortada a cabeça.

Teodora vem encontrar-se com D. João e diz-lhe que, à vista da graça e beleza de Sol, o desculpa a êle, mas não desculpa os seus ciumes; que se ela fôsse menos bonita, muito faria em seu favor, assim a inveja a exaspera e prefere vê-lo morto:

*Notable rigor ha sido,  
Don Juan, el del Rey airado,  
Pues no se aplaca rogado  
Ni se vence persuadido.  
El castellano ofendido  
Con sus hijas le divierte  
De una ejecucion tan fuerte:  
Ni al Principe deja hablar,  
Porque dice que ha de dar  
Ejemplo al mundo tu muerte.  
Tu Sol llora; y quando yo  
Su gracia y belleza vi,  
Te disculpé quanto á mi;  
Mas quanto á mis celos, no.  
Que rogase me pidió  
Al Rey por ti, y ya queria;  
Pero en aquesta porfia,  
Cuanto mas hermosa estaba  
Tanto menos obligava  
La envidia que la tenia  
Los celos que tuve della  
Me han hecho tan rigurosa,  
Porque, á ser menos hermosa,  
Hiciera mucho por ella  
Tanto mi amor atropella  
Que me obliga a resistir  
El perdonar y sufrir;  
Que en llegando á imaginar*

*Que en tus brazos ha de estar,  
Quiero dejarte morir.*

O Príncipe, cujo casamento com D. Catarina tem sido anunciado e festejado, intervem a favor de D. João e pede a graça real.

D. Sancho contenta-se e não dispensa que D. João se bata com êle em duelo, mas o Rei opõe-se a essa solução, porque Roma a proíbe e porque

*Quitán la jurisdición  
A los reys los que tratan  
De vengar-se por si mismos;  
Que al cetro y suprema vara  
De la justicia del-rey  
Que es virtud y no es venganza,  
Toca el hacer justicia.*

Sol dirige a última deprecação a Teodora. Leonor e os criados lançam-se-lhe aos pés. Então a portuguesa resolve sacrificar os seus direitos nestas palavras generosas :

*Por las lágrimas de Sol  
Que me há enternecido el alma,  
A tu majestad le pido  
Que los case, y mi venganza  
Será ser yo su madrina.*

EL DUQUE DE VISEU — A comédia tem por assunto a segunda conspiração dos nobres de Portugal contra D. João II, de que era chefe D. Diogo, Duque de Viseu, primo e cunhado do Rei. O dramaturgo, tomando para tema principal o fundo da verdade histórica, alterou-a nos pormenores, pela introdução de figuras femininas para a intriga amorosa e pela presença na côrte dos irmãos de D. Fernando, Duque de Bragança, justificado na praça de Évora e que por êsse tempo estavam homiziados em Castela de onde tinham vindo os incitamentos para a conspiração. Eram êles D. João, Marquês de Montemor e Condestável de Portugal, D. Afonso, Conde de Faro, adiantado-mor do Algarve, e D. Álvaro, Chanceler e Regedor da Justiça. À contemplação e reflexão do Duque de Viseu oferece o rei o cadáver do Duque de Guimarães, degolado sôbre uma grande mesa no palácio, convidando-o por aquêl exemplo a sair da côrte.

Notemos, de passagem, que D. Fernando nunca é tratado na peça pelo seu título usual de Duque de Bragança, mas sempre por Duque de Guimarães, que, como todos sabem, também lhe pertencia. É de presumir que, por atenção aos duques D. João I e D. Teodósio II que figuravam na côrte dos Felipes com o título de duques de Bragança, Lope de Vega evitasse avivar-lhes uma lembrança triste.

Os factos passados em Évora são transpostos para o teatro com alteração do tempo e do lugar. Após a prisão do Duque de Bragança, o rei advertiu o cunhado e lhe censurou a deslealdade, dizendo que lhe perdoava em atenção aos seus poucos anos e ao amor da Rainha que estava presente; sem nada responder, o Duque beijou a mão do Rei e saiu para prosseguir na conspiração que lhe daria a coroa, pois ficara assente numa reunião havida em Santarém, presidida pelo bispo de Évora, D. Garcia de Menezes, que D. Diogo seria o Rei de Portugal.

À narrativa histórica entrelaçou Lope de Vega um enrêdo de amor em que uma dama de sangue real, D. Elvira, é visitada pelo Duque de Viseu, saindo de noite do seu retiro que historicamente corresponde ao castelo de Palmela. Um estudante, Brito, burlesco e ridículo, que sabe astronomia, faz o horóscopo de D. Diogo que pretende conhecer a sorte que o aguarda, repetindo-se no teatro o caso do astrólogo de Castela que lhe fizera a profecia de um trono...

À roda do Duque, juntam-se também camponesas, músicos, fidalgos e conspiradores que constituem a discreta e enternecida côrte do exilado. As raparigas tecem e põem-lhe na cabeça uma coroa de flores campestres e festejam-no com bailados. O Duque, satisfeito, a brincar aos reis, vai distribuindo os cargos da côrte naquelas horas de inocente diversão. Chega um mensageiro com uma carta da Rainha, D. Leonor, sua irmã, que na comédia é chamada Catarina, a dar aprovação ao projecto de casamento com D. Elvira, como meio de tomar assento e sossêgo. Aconselha-o a não cometer temeridades, prevenindo-o de que não deve mais escrever-lhe. Ao pedido de autorização para o casamento, feito pela Rainha, responde o Rei com firme recusa.

Furtivamente, de noite, o Duque de Viseu vem a Lisboa falar a D. Elvira numa dependência do Paço; mas D. João II, occulto por detrás dela, ouve um diálogo muito rápido em que mal há tempo de trocar as cartas com o auxílio de um cordel.

Quando o Duque de Viseu corre pelas ruas de Lisboa à procura de luz para ler a carta, ouve numa taberna cantar o romance da

sorte do seu primo e dos fidalgos perseguidos, da triste sorte que o espera. O fantasma do Duque de Guimarães, vestido de cavaleiro de Cristo, aparece, oportunamente, a dizer-lhe: *Guardate de El-Rey!*

Perturbado com tal visão, com o seu fiel Brito segue para o mar onde pode finalmente ler o papel em que Elvira lhe anuncia a recusa do rei para o casamento.

A profecia do estudante viera a cair nas mãos do Rei e assim tinha a prova dos intentos hostis do cunhado. Começa na consciência de D. João II, o drama em que se agitam a razão de estado, a sua pessoa e o receio de amargar a Rainha. O Duque, já embarcado a caminho de Almada, regressa ao apêlo do Rei que o interroga e o confunde com a profecia do estudante que fôra entregue a Elvira. D. João II quiere ali fazer justiça e ordena que o matem. E com surpresa do soberano, desculpa-se de cumprir a ordem real o Condestável, negam-se o Conde e D. Diogo, recusam-se D. Egas e D. Carlos. Em vista destas atitudes, é o rei que trespassa com a adaga o Duque de Viseu, enquanto êle clama aos céus a sua inocência.

Acodem a Rainha, D. Manuel, pequeno, D. Elvira, damas e cavaleiros da côrte e na presença de todos declara que matara o Duque, desculpando-se com a razão do célebre diálogo — matou para não ser morto.

D. Elvira pede que lhe deixem ver o corpo do seu amado, e o Rei voltando-se para D. Manuel, afirma-lhe que não matou o Duque por cobiça, promete-lhe os bens do irmão e acrescenta:

*Advertid, Manuel con esto  
Que en mi lengua portuguesa  
Para emienda y escarmiento.  
Marqués de Viseo vos faço  
Duque de Aviso vos eu.  
Guardáos, Manuel, y mirad  
De vuestro hermano el ejemplo  
Y para que os acordeis,  
Volved los ojos al cuerpo.*

Descobrem então o corpo ensanguentado do Duque, com o cetro e a coroa numa almofada; em outra está D. Elvira, imóvel, com a mão na face. A Rainha pede ao Rei licença de não vêr o cadáver:

*Dadme licencia, don Juan  
Para no mirarle.*

Agastado e ferido, D. João II deixa explodir esta suspeita da cumplicidade da Rainha :

*Pienso  
Que no me llamastes rey  
Por ver ya difunto el voestro.*

Amargurada e silenciosa, retira-se a Rainha. D. Elvira, petrificada, junto do cadáver, já ninguém a desperta do sono.

D. João II pergunta : *Matóse ?* Dizem-lhe que não. *Pues que ha sido ?* Respondem-lhe : *Amor inmenso.*

Ao lado, noutro aposento, há rumores e vozeria. Um amigo do Duque, escudeiro ou popular, trespassa com a adaga D. Egas a quem atribuí tóda a meada de traição que vitimou seu amo. Há nas últimas falas do Rei um arrepio de remorso, quando na sua presença D. Egas começa a ser acusado de tódas aquelas desventuras.

Perante a realidade inexorável, D. João II ordena êste desfecho em que podemos ver um conceito de eterno romantismo, a verdadeira prefiguração do *Noivado do sepulcro* :

*Si ; mas no tienen remedio.  
A doña Elvira y al Duque,  
Que en la vida no pudieron,  
Muertos los junte un sepulcro  
Para que se gocen muertos.*

Para o dramaturgo espanhol, D. Diogo, Duque de Viseu estava inocente, e bem mereceu que uma portuguesa por êle morresse de amor.

EL PRINCIPE PERFECTO — A D. João II chama Lope de Vega *espejo verdaderamente de toda perfection* e assim se explica que lhe consagrasse a atenção profunda de uma trilogia de comédias. A sombra do grande Rei português aparece-nos projectada nas letras ao longo de um século e não mais em Portugal do que em Castela :

*El es hombre, que en Castilla  
Le tienen por maravilla  
Del mundo: um Hercules es.  
En la batalla de Toro  
Fué divino su valor  
En Africa tiembla el moro  
Desde que le vió en Arcila  
Acometer la muralla.*

Na peça, o Príncipe D. João aparece como valente brigão que mata um e fere três, enquanto protege os amores de Don Juan de Sosa que historicamente pode ser D. João de Menezes. Revela-se com toda a sua generosidade e lealdade, ao restituir a El-Rei D. Afonso V o govêrno que lhe dera ao sair de Portugal. Na bôca das personagens, os louvores são constantes ao entendimento, à destreza, à bravura, ao gênio político e à piedade do Rei de Portugal.

Para o embaixador que foi negociar o casamento do Príncipe D. Afonso com a Princesa D. Isabel, exprime-se dêste modo a rainha de Castela, fazendo confronto do seu próprio marido com D. João II.

*Quando Fernando tuviera  
El mayor lustre del mundo,  
Vuestro Rey le escureciera  
Y a su valor sin segundo  
La fama el laurel le diera.*

Pode dizer-se que toda a composição é o comentário em verso à vida do Príncipe e do Rei, à sua justiça recta, aos descobrimentos, aos primores da realeza de que está fazendo a apologia.

Nesta peça, cumpre salientar a recepção feita em Setúbal ao Rei Benaim dos Jalofos que vinha à côrte portuguesa pedir auxílio contra quem o esbulhou do trono. D. João II quer receber o rei negro com todas as honras: manda armar ricos panos, põe em festa o palácio, como se houvesse de receber um embaixador de Veneza.

Quando o negro entra na sala da audiência, D. João II desce *fora do estrado dous ou tres passos com ho barrete um pouco fora; e assy o levou ao estrado em que estava hua bandeira Real em que*

*El Rey se nom assentou, mas assy en pee encostado a ella ho ouvio (1).*

Lope de Vega, neste como noutros passos, cinge-se rigorosamente à história de Portugal que devia conhecer nas melhores fontes de informação.

Êste episódio da crónica de Rui de Pina é assim transposto para o teatro, no diálogo do Rei com o Prior do Crato :

*REY—Hola ! Llegadme*

*Esa silla, pondré a mano en ella ;*

*Que no quiero sentar-me ; que aunque Bárbaro*

*Es Rey en fin. Decidle que entre luego.*

*PRIOR—Tiene, Señor, gallardo entendimiento.*

*REY—Por eso, y por el nombre, no me siento.*

Com grande festa, o Rei negro e os do seu séquito, depois de instruidos na doutrina cristã, foram baptizados na câmara da Rainha, sendo ela, o Rei, o Príncipe e o Duque de Beja, D. Manuel, os seus padrinhos ; e *Benoym ouve nome Dom Joham por amor d'El Rey*, diz a Crónica.

Depois foi armado cavaleiro, e, como já era cristão, deu-lhe o Rei o auxilio de vinte caravelas. No panegírico histórico-teatral do nosso Rei, não se esquece Lope de Vega do caso do velho pretendente que pedia certa mercê já concedida.

Dos agradecimentos sinceros do infeliz postulante por mercê que não recebera, quere o Rei saber a causa. O velho responde :

*Porque en este desengaño*

*Notable mercê me haceis.*

Sabido é como D. João II premiou êste procedimento com mercê maior do que a solicitada no memorial.

Passam muitas outras cenas demonstrativas da justiça do Rei, do seu valor, até da sua coragem em frente de um toiro, o que deve ser o mais alto conceito do heroísmo para auditórios castelhanos. A fundação da Misericórdia de Lisboa ; a conversão do Rei dos Jalofos que,

---

(1) RUI DE PINA — Cr. de El-Rey D. João II, in *Inéditos da Hist. Port.*, vol. 2.º — pág. 90.

entre tantos presentes e riquezas, D. João II considera o maior tesouro; o arrependimento de não ter aceitado o oferecimento de Colombo e o conselho benigno para que não se demore em Portugal; a acção da justiça com namorados, como a toledana D. Leonor e D. João de Sousa — tudo se dispõe em eloqüente apologia do Rei de Portugal.

EL PRINCIPE PERFECTO (segunda parte) — Nas páginas desta composição desenrola-se outra comédia de amores que se tecem e enleiam uns nos outros, envolvendo pessoas da côrte, o Rei e o Príncipe D. Afonso que se abraça pela toledana D. Leonor.

Nela entra como motivo de gracejo a redondilha popular portuguesa:

*Em a fonte está Leonor  
Lava o cântaro, chorando  
Suas amigas preguntando:  
Vistes lá o meu amor?  
— Não o vimos, Leonor.*

Esta fresca e linda cantiga foi glosada por Camões nas voltas que todos conhecem. No meio dos versos castelhanos, a redondilha abre-se como rosa de amor, a perfumar tôda a comédia, em voltas sucessivas que servem de comentário ao andamento da acção.

De passagem, notaremos que na variante de Lope de Vega aparece mais um verso, o da resposta, e que esta redondilha é irmã gémea — e quem sabe? — talvez fragmento de uma composição ou romance em que se integrasse aquela outra formosa redondilha portuguesa que começa:

*Descalça vai para a fonte  
Leonor pela verdura.*

A justiça do Rei é o tema central, o que mais preocupa o dramaturgo, justiça à gente do povo, a mulheres, a um vidreiro, a um pintor e a um advogado — todos veem pedir os últimos recursos da sabedoria real, como se fôsem sentenças de Salomão.

Um letrado ou advogado, aborrecido com a mulher, resolvera desquitar-se dela, mas ao abrigo de responsabilidades. Deixou ficar a mula três dias sem beber e convidou a mulher para uma merenda no campo. À passagem de um rio, a mula precipita-se na água, a mulher cai e morre afogada. Sentença de morte e justa, na palavra do Rei, o qual encarrega o advogado de julgar êle mesmo a sua causa em apelação.

O reu oferece-se para mostrar a sua habilidade em conseguir que um elefante fale português, um daquêles elefantes que Vasco da Gama trouxera da Índia . . .

Em quanto tempo? Em dez anos. O Rei adopta a sentença ficando presos o advogado e o elefante. A argúcia do letrado considera benévola a sentença, pois que, em dez anos, por certo morrerá êle, o Rei ou o elefante . . .

Referências repetidas às perfeições morais do Rei, aos amores do Príncipe, músicas que ressoam entre cantigas portuguesas, como esta :

*Sai a estrêla d'alva  
A manhã se vem ;  
Recordai, minha alma,  
Não dormais, meu bem.*

As evocações de África, do Oriente, das bandeiras, embora com sacrificio da cronologia, mantêm sempre viva a atmosfera portuguesa da comédia em que, por lealdade com D. Lope, o Príncipe renuncia finalmente ao amor de D. Leonor.

Num gracioso episódio de caça, o Príncipe Perfeito ouve um juízo a seu respeito da camponesa Madanela e do marido, àcerca de emprêsas que o Rei ali vai condenando. Os camponezes, gratos à justiça de D. João II, defendem-no calorosamente, ameaçando o caçador de lhe bater e de o pôr fora de casa, quando o seu hóspede lhes declara que o caçador era o próprio Rei. Assim se certificava seguramente do amor do povo.

O espião Otávio que viera de Itália para matar o rei, confessa, quando descoberto, que não ousara fazê-lo, vencido pela sabedoria e prestígio de tal Príncipe.

Lopo de Sousa, contente da sua sorte, faz a alegoria da sua jornada para o coração de Leonor, como Vasco da Gama fizera a viagem para a Índia, dobrando o Cabo da Boa Esperança.

Quando o Prior do Crato, aos avisos da próxima chegada da Princesa Isabel anuncia ao Príncipe que tem para lhe dar *um retrato hermoso del ángel castellano, y un recado*, o filho de D. João II só responde :

*Soy portugués ; ya finco enamorado.*

---

A comédia termina com as festas, júbilos e mercês que ocasiona a entrada da Princesa na côrte.

Não poderia prosseguir na análise e comentário de outras peças de Lope de Vega, sem vencer a constância, a paciência heróica com que tenho sido escutado.

Pródigo foi o seu génio e com prodigalidade acolheu, entre a música das suas rimas, as figuras e os sentimentos portugueses de diversas idades e condições, como poderíamos continuar a ver.

*El Bastardo de Ceuta, El más galan Portugués* (Duque de Bragança), *La tragedia del Rey Don Sebastian, y bautismo de Principe de Marruecos*, a comédia famosa *Fernam Mendes Pinto, La adversa fortuna del Infante D. Fernando de Portugal, La tragédia de D. Inês de Castro, Santo Antonio de Padua, Canción a S. Juan de Dios, A D. Fernando Coutinho*, marechal de Portugal, a *Descrição da Tapada de Vila Viçosa, o Brasil restituído*, são obras, algumas das quais hoje perdidas, que constituem o testemunho da maior valia, do maior entusiasmo e aprêço que algum estrangeiro deixou, em honra de Portugal.

A lição que nos dá Lope de Vega, bem merece ser meditada pelos espanhóis, lembrada e agradecida pelos portugueses de hoje e de amanhã. No palácio de sonho por onde se alinham alguns dos mais gloriosos troféus do espírito humano, em cujas galerias se cruzam amores profanos, sagrados e sacrílegos, venturas e desditas, virtudes e fraquezas, graciosas burlas e lances dramáticos que o seu engenho ergueu para admiração da Terra e glória do Céu, a sociedade portuguesa daquêl tempo projecta-se em luminosos painéis, vive, grita, chora e ama com insistente repercussão.

Reduzido a proporções de justeza o desenho hiperbólico das personagens, Lope de Vega assume pelas suas criações a função reveladora e justiceira que no século anterior coubera ao génio de Gil Vicente.

Devemos ser gratos à memória do grande poeta e dramaturgo que, entre as expansões e conflitos em que se dilacera a alma espanhola, quis guardar nas urnas de cristal da sua poesia, a essência sublimada do lirismo português.

Através dêsses vastos e perfumados jardins de encanto, junta e não unida à de Castela, enleada, mas não confundida, cercada e jamais cativa, a alma portuguesa continuou a viver liberta, a sentir-se senhora de si e da sua altiva dignidade.

Nas glorificações dos nossos Reis, Príncipes, Santos, Heróis, e Descobridores, na exaltação do dever e da honra, o povo português recebeu do teatro carpiano um estímulo permanente de orgulho nacional, um alarme indirecto para despertar a consciência da Restauração. Por Lope de Vega, podemos dizer que nunca Portugal deixou de sentir a independência do seu espírito na comunidade hispânica, nem se viu humilhado com a interrupção da sua liberdade política.

Consagração do nosso esforço batalhador e civilizador, tradução às vezes caricatural da nossa amorosidade e do nosso sentimentalismo, húmido de lágrimas, o teatro de Lope de Vega reservou especial encarecimento para a língua portuguesa cuja doçura e suavidade o grande Poeta sentiu, para fazer soar nos pátios e «corrales», entre enrocados e plumas aristocráticas, ou no meio de pragas de «picaros» e «titereiros», o timbre magoado e saudável dos seus címbalos de ouro.

Seria para desejar que o Poder Público, a quem, no nosso tempo competem as iniciativas e encargos da alta cultura, cumprisse o dever de atribuir aos estudos literários peninsulares aquela atenção e categoria, cujo esquecimento parece injusto e condenável desprezo.

Há omissões que não se diferenciam de desmazelos; manifestam-se restrições em que se disfarçam verdadeiras ofensas à Inteligência.

Por mim, obscuro professor de uma escola quási sem alunos, por falta de estímulos eficazes para os discípulos que ainda persistem no heroísmo de nela seguir os cursos, não posso oferecer à colectividade, em que nasci e me criei, mais do que o desejo ardente, embora inútil, de a servir.

Ontem, como hoje, tenho de me limitar a erguer o meu brado sem eco, a favor dos verdadeiros interesses do espírito nos domínios do teatro e da sua literatura, à semelhança de quem, em presença de uma derrocada ou inundação, vai clamando por socorro que tarde e mal já pode chegar. Com sentida melancolia, verifico e tenho de afirmar, para não mentir aos outros e a mim próprio, que serão falsos ou estéreis todos os esforços para suscitar o sentimento colectivo de unidade na acção e na esperança, se êle não puder ser fecundado pelas luzes vigilantes da inteligência crítica, sem a qual não pode existir dignidade cívica, nem verdadeira consciência nacional.

SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1836

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Maio

Dia 7 — Esteve o pão (milhão) na feira a 900 e 940 réis, havendo sossêgo e sobejando pão. Estavam presentes as autoridades e o destacamento do regimento n.º 9. (P. L.).

\*

Carta régia reintegrando o par do reino José Teixeira de Aguiar no cargo de governador civil do distrito de Braga de que a seu pedido havia sido exonerado por decreto de 28 de Novembro de 1835.

Dia 11 — Neste dia e seguintes (13 e 14) na casa da Câmara tratou-se do novo recenseamento para a Guarda Nacional, pelo rol dos respectivos párocos, com assistência destes e do provedor do concelho.

Dia 14 — Falece o muito conhecido Salpicão (Manuel Francisco), dono da antiga estalagem a que dera o nome, situada na praça da Oliveira.

\*

«Desceu o pão na feira desta vila a 800 réis e a 700 e tantos réis, tendo chegado de Braga um destacamento do n.º 9 para manter o sossêgo, se fôsse perturbado». (P. L.).

Dia 15 — Principiaram a pagar-se neste concelho os novos impostos, para a despesa com expostos, calçadas, etc.

\*

Às 10 horas da noite fizeram os da rua de Couros e outros desta vila uma grande assuada a Manuel José Fernandes da Silva (Cidade) pai, negociante de couros, alagando-lhe uma fábrica que êle andava a fazer e causando-lhe bastante prejuízo a

que não pôde obstar uma escolta de voluntários que para êsse fim tinha sido mandada. (P. L.).

Dia 21 — Em sessão de Câmara, o presidente deferiu o juramento da lei a José Joaquim de Sousa Guimarães, nomeado membro da comissão de liquidação de perdas e danos pessoais causados pela *usurpação*.

Dia 25 — A Câmara determinou fazer uma correição, com assistência do provedor do concelho, no dia 27 do corrente, para conhecer do pêso e qualidade do pão, limpeza de açonges e inspecção para compostura de ruas.

Dia 26 — Alvará fazendo mercê de comendador da Ordem de N. Sr.ª da Conceição a João Baptista Felgueiras.

\*

Determinou a Câmara que se passem editais para chamar os cavaleiros para acompanharem a procissão de Corpus Christi.

\*

«Chegou a esta vila uma grande escolta do regimento n.º 9, comandada por um oficial, a qual conduziu uma leva de 15 presos salteadores, que vinham de Braga para serem sentenciados pelo júri desta vila, por haverem cometido os seus delitos dentro do julgado.» (P. L.).

Dia 30 — Pelo presidente da Câmara, em sessão extraordinária, foi apresentada uma Portaria do governo civil dêste distrito, com data de 26 dêste, acompanhando, por cópia, a Portaria do Ministério do Reino, em que manda dissolver a Câmara e entregar a administração municipal aos que foram membros da Câmara preceden-

te; em virtude do que, foi determinado que se officiasse aos membros daquela Câmara para tomar conta da administração municipal na 4.<sup>a</sup> feira, 1 de Junho, pelas 10 horas da manhã. O nosso cronista P. L. diz que a demissão da Câmara foi por queixas que tinham havido da sua eleição ter sido ilegal.

## Junho

**Dia 1** — Estando a Câmara em sessão, foi, pelo seu presidente, com assistência do fiscal e de 3 vereadores, dada posse à Câmara anterior.

**Dia 3** — Decreto transferindo para a Póvoa de Lanhoso o Juiz de Direito de Guimarães, António Clemente de Sousa Girão e para Guimarães o da Póvoa, António Correia Botelho Teixeira Rebêlo.

Morreu nesta, vila D. Francisca de Vasconcelos Meneses, da casa das Lameiras. (P. L.).

A Câmara, em sessão extraordinária, determinou que se desse princípio aos trabalhos da nova eleição da Câmara e administrador do concelho.

**Dia 6** — Deu entrada na cadeia do Castelo: João Crisóstomo da Silva Basto, filho de José António Rebêlo, de Cabeceiras de Basto, residente nesta vila e nela negociante e proprietário, solteiro, de 28 anos. Disse vir apresentar-se para se livrar da culpa dum crime que falsamente lhe foi arguido a requerimento de Manuel José Ferreira Guimarães «o Marranico», desta vila. Foi solto e absolvido no júri de pronúncia de 28 dêste mês e ano.

**Dia 7** — Chegou a esta vila um próprio do Pôrto, o qual transmitiu a notícia telegráfica de ter a Rainha dissolvido em Lisboa a câmara dos deputados, no dia 4 dêste mês, mandando proceder a nova eleição e convocando côrtes extraordinárias para o dia 15 de Agôsto dêste ano. (P. L.).

**Dia 8** — Decretos: promovendo o bispo de Aveiro a arcebispo de Braga: o governador temporal do bispado de Coimbra, António Bernardo da Fonseca Moniz, transferido para governador temporal do arce-

bispado de Braga enquanto o arcebispo eleito não fôr tomar conta da diocese; Manuel Pires de Azevedo Loureiro, governador temporal do arcebispado de Braga transferido para igual cargo do bispado de Viseu.

**Dia 10** — Portaria do governador civil dêste distrito, em resposta à representação da Irmandade, mandando conservar a Imagem do Senhor das Chagas na igreja de S. Dámaso para onde fôra transferida pela extinção do convento de S. Francisco, não podendo mais para ali voltar, salvo quando a Irmandade nenhuma despesa faça com os reparos da igreja de S. Francisco.

**Dia 11** — A Câmara determinou que se passassem os editais e se nomeassem os presidentes que tem de assistir às eleições de Juizes de Paz e Eleitos nas freguesias dêste concelho, no Domingo, 26 do corrente mês.

Preços da feira: Trigo, o alqueire 1\$500 — Centeio, idem 700 — Milho, idem 800 — Palha triga, o carro 2\$000 — Carne de vaca, o arrátel 65 — Vinho, o quartilho 10 réis.

**Dia 17** — Decreto nomeando contador do julgado de Guimarães a Valentim Brandão Moreira de Sá Souto-Maior.

**Dia 18** — Em sessão de Câmara, presente Bernardo António de Abreu Vieira, residente nesta vila e dela natural, bacharel formado em cânones, pelo presidente foi deferido o juramento de observar a Carta Constitucional, ser fiel à Rainha, cumprir as leis e bem desempenhar as funções de seu cargo (?). — Determinaram officiar à municipalidade de Pombeiro, para que mandasse 2 membros deputados com a lista dos jurados apurados, desde 24 de Outubro de 1835, para se reunir com os mais nesta casa da municipalidade no próximo dia 26, conforme o art.º 34 da Lei de 16-V-1832, n.º 24.

**Dia 25** — Entrou no Campo Santo (cemitério) desta vila, a cavalo, o cônego Luiz de Melo Pereira Sampaio, correndo algumas ruas do mesmo para ver uma flor que lhe tinham dito haver naquêl santo lugar. Desta maneira entrou num recinto respeitado por tôdas as nações, ainda as mais bárbaras, êste presumido Fidalgo e es-

túpido Bacharel Formado, que pela sua ignorância não atingiu que ia cometer uma acção que seria taxada de criminosa, ainda mesmo a um homem que nenhum vulto fizesse na Sociedade » (P. L.).

**Dia 26** — «Fez-se no julgado desta vila a eleição dos Juizes de Paz e de Eleitos, saindo eleito para Juiz de Paz da freguesia de N. Sr.<sup>a</sup> da Oliveira, Manuel Joaquim Areias, ourives e Juiz Eleito António da Silva Vilela, filho família. — Na de S. Paio, António Ribeiro da Costa, proprietário, e José Gonçalves, procurador. — Na de S. Sebastião, António Joaquim, boticário, e José Pereira, negociante». (P. L.).

**Dia 28** — «Chegou a esta vila Manuel Teles da Silva, ex-D. Prior da Colegiada, (nomeado por El-Rei D. Miguel) o qual vinha de Lisboa para passar alguns tempos nesta Província. Veio com sua irmã ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Margarida Teles e foi hospedado na sua casa do Terreiro de Santa Clara. Passados alguns dias foi para Caldelas.

## Julho

**Dia 1** — «Das 3 para as 4 horas da manhã sentiu-se um rápido, mas violento terramoto. Não causou estrago nesta vila, nem nas suas imediações. Das 7 para as 8 horas da tarde formaram-se 3 grandes trovoadas que apresentaram um aspecto medonho, não visto já há muitos tempos, assustando sobremaneira os habitantes e caindo nos arrabaldes da vila bastantes raios e faiscas, que causaram dano nalgumas árvores. O calor nestes dias tinha subido a um grande grau». (P. L.).

**Dia 2** — Houve repetição de trovoadas, apresentando um aspecto menos terrível do que a do dia antecedente. O grau de calor ia cada vez em maior aumento. (P. L.).

**Dia 3** — Nova repetição de trovoadas; porém não fez tam grande impressão como as dos 2 dias antecedentes. O calor nesta tarde subiu a 82 graus.

**Dia 5** — A Câmara em sessão extraordinária tomou conhecimento dos officios do governador civil d'este distrito, de 4 do corrente, participando que S. A. R. o Príncipe D. Fernando, tem resolvido visitar algumas terras desta província, e chegará a

esta vila no dia 11 ou 12 do corrente. Deliberou que, para êste fim, se tomassem as convenientes providências, solicitando-se dos cidadãos mais abastados do concelho todos os auxílios de que esta Câmara carecesse, a fim de que se empregassem todos os meios conducentes para que não falte demonstração alguma por onde se possa conhecer o respeito e satisfação com que é recebido o mesmo Augusto Senhor. Determinou que se officiasse aos Juizes Eleitos das freguesias que confinam desde o alto da Falperra até esta Vila e daqui até Pombeiro, para que compozessem as estradas, alargando-as, se preciso for, cortando silvas e ramos que embarassem o livre trânsito, o que esta Câmara mandaria inspecionar por pessoa de sua confiança. — Mais determinou que se officiasse às pessoas de mais representação e mais abastadas para comparecerem em sessão de Câmara no dia de amanhã para juntamente com esta Câmara, tratarem da Aposentadoria de S. A. R. e sua comitiva, assim como acerca dos festejos e demonstrações de regosijo que haviam de fazer-se à chegada do mesmo Senhor. — Resolveu ainda que se officiasse aos Juizes eleitos desta Vila, para que fizessem compor e arrumar as ruas, fazendo tirar delas pedras, madeiras e entulhos, e que esta mesma determinação se fizesse pública por editais.

**Dia 6** — «Chegou, pelas salvas de artilharia que se ouviram, a noticia de ter entrado na cidade do Pôrto o príncipe D. Fernando, Augusto Espôso da rainha Snr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup>, o qual veio de Lisboa em um barco de vapor para visitar aquella cidade, e depois visitar algumas terras das províncias do norte do reino, como Braga, Guimarães, Amarante, Vila Real, etc. Em consequência desta noticia e da participação official do governador civil de Braga, que havia prevenido a Câmara, mandou a vereação pedir a Nicolau de Arrochela a sua casa do Cavalinho, para o aposento de S. A. R., assim como lhe mandou preparar arcos e uma iluminação, etc. (P. L.).

\*

Em sessão de Câmara: reunida a maior parte das pessoas que tinham sido convocadas, deliberou-se sobre a aposentadoria de S. A. R. e sua comitiva, a saber: Que S. A. R., o seu secretário conselheiro Carlos Dietz, o Barão Dies Hau, seu Ajudante de Campo, o seu Médico e dois seus Ajudantes de Ordens fôssem aposentados na

casa de Vila Flor, de Nicolau de Arrochela Malheiro; Que o Duque da Terceira, com um Official da Secretaria de Estado e dois Ajudantes de Campo, fôsem aposentados na casa do Barão de Vila Pouca; Que o Marquês de Saldanha com um Ajudante de Campo fôsse aposentado na casa de D. Maria José do Amaral Branco; Que o Ministro da Bélgica, o cavaleiro Silvano Vauder Beyer, e um Ajudante de Campo de S. A. R. na casa do Arco-por Bernardo Correia, Visconde de Azenha; Que o Quartel Mestre-General, o Brigadeiro Martinho José Dias Azedo, na casa de Domingos Cardoso de Macedo; Que o Ajudante General, o conselheiro João Ferreira Sarmiento, na casa de João de Melo Sampaio; Que dois Ajudantes de Campo de S. A. R. na casa de Vicente Pindela; Que outros dois Ajudantes, na casa de Rodrigo Lobo; Que o Governador Civil José Teixeira de Aguilár, na casa de Manuel Joaquim Pereira Soares; Que um outro Ajudante, na casa de D. Luíza Coelho; e Que um outro, na casa de D. Catarina Flávia. — Que se fizesse público aos habitantes desta Vila, por editais e um Bando, a chegada de S. A. R., e que os habitantes asseassem suas janelas com damascos, e à noite as iluminassem e dessem tôdas as demonstrações possíveis de regosijo e satisfação, próprias de tam grande objecto;—Que se mandasse vir uma música grande para tocar à chegada de S. A. R. junto ao seu aposento, e, no tempo restante nas praças e ruas: Que se formassem e construissem dois arcos elegantes e asseados, um na entrada da Vila no sítio da ponte de Santa Luzia e outro no sítio da rua que dá entrada para a casa do seu alojamento: Que se preparasse grande quantidade de fogo do ar, para ser lançado à sua chegada e durante o tempo que aqui se demorasse: Que houvesse um solene *Te Deum* na Igreja matriz de N. Sr.<sup>a</sup> da Oliveira e, que a Câmara se constituísse em sessão permanente até que se verificasse a passagem de S. A. R. por esta Vila.

Dia 9 — «Participou o Governador Civil de Braga que ainda se estava em dúvida se S. A. R. viria a Guimarães, pois se supunha que só iria a Braga e regressaria depois ao Porto embarcando outra vez para Lisboa. Em consequência desta notícia mandou a Câmara suspender os preparativos que se andavam a fazer para a sua entrada». (P. L.).

\*

Em sessão de Câmara, foi presente Miguel Fernandes da Silva Vilela, negociante, à praça de S. Tiago, que apresentando um alvará do inspector dos correios, foi-lhe deferido o juramento.

Dia 10 — A comissão administrativa da irmandade da Misericórdia resolve organizar e actualizar o Regulamento Administrativo para a mesma Santa Casa, conforme lhe fôra superiormente ordenado.

\*

É conduzida da Colegiada para a capela do Campo Santo a nova imagem da Senhora das Doras, mandada fazer pelos devotos. Foi acompanhada pelo Cabido, Clero e Irmandades; à chegada houve sermão. (P. L.). — A pequena imagem era de roca e de feia escultura. (F.)

Dia 13 — Foi eleita abadessa de Santa Clara pela 6.<sup>a</sup> vez, D. Maria Máxima da Natividade.

\*

A Câmara determinou que se procedesse no domingo, 24, nas freguesias dêste julgado, à eleição de Juiz substituto do de Direito.

Dia 15 — Chegou a esta vila o 2.<sup>o</sup> batalhão do regimento n.<sup>o</sup> 3 que estava em Vianna. Marchou no dia seguinte para Viseu.

\*

Dia 17 — Fez-se a escolha de eleitores para deputados em todo o reino, saindo eleitos nos 3 círculos eleitorais desta vila os indivíduos seguintes: no de N. Sr.<sup>a</sup> da Oliveira, o cônego cura e arcebispo do julgado, José Joaquim de Abreu «o Curadeiras»; no de S. Paio, Jerónimo Martins da Costa, proprietário e capitalista; no de S. Sebastião, o bacharel António Leite de Castro Sampaio. (P. L.)

Dia 22 — Falece João António da Silva Vilela, morador na praça de S. Tiago. Foi um dos grandes negociantes que teve Guimarães, tendo adquirido pelo seu trabalho honesto bastantes meios de fortuna. Era um homem religioso, probo e servil, e tinha grandes relações em todo o reino, com especialidade em Lisboa. Tinha sido administrador do correio em Guimarães, lugar que passou a seu filho Miguel Fer-

nandes da Silva Vilela, pouco antes do seu falecimento, por se não achar já com forças de o exercer. Foi sepultado no dia seguinte, com grande pompa, na igreja das Capuchinas (P. L.)

**Dia 23** — A Câmara determinou que se passassem as ordens competentes para se fazer a eleição da nova Câmara, no dia 14 de Agôsto p. f.

**Dia 24** — Foi eleito Juiz substituto do Juiz de Direito do julgado desta vila, obtendo a pluralidade de votos em 1.º lugar o bacharel João Ribeiro Rocha, natural de Arões, em 2.º lugar o bacharel João António Baía e em 3.º lugar o bacharel Manuel Peixoto de Lima. (P. L.)

**Dia 26** — Chegou o Juiz de Direito que tinha sido do julgado da Póvoa de Lanhoso, António Correia Botelho Teixeira Rebêlo. (P. L.)

**Dia 30** — A Câmara determinou dar audiência à Mesa da Misericórdia, no dia 3 do futuro mês de Agôsto, pelas 9 horas da manhã, e que esta determinação se fizesse pública por editais.

**Dia 31** — A Câmara não anunciou nem festejou o aniversário do Juramento da Carta. (P. L.)

\*

Eleições gerais para as côrtes extraordinárias. A da cabeça da província, a que foram os procuradores de Guimarães, eleitos em 17 dêste mês, foi com sossêgo e um dos deputados eleitos foi o ilustre vimaranense João Baptista Felgueiras, procurador da Coroa. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.



# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

*«Tôda a teoria é falsa, em política, se se esquecer de calcular as paixões dos homens, e é absurda se se atreve a calcular-lhes as distâncias incalculáveis».*

DE BONALD.

## A Frente da Ordem

Quanto mais os dias se vão passando, mais avulta a razão da Alemanha ao fazer a ocupação da parte desmilitarizada do Reno. Vê-se agora que a França pouco tem aprendido nas lições do passado, antes, com a vitória dos partidos da Frente Popular e a conseqüente subida de Blum ao poder, se nos revela cada vez mais enfraquecida e desorientada.

Entre a Rússia comunista e a Espanha e a França a trilharem o caminho da perdição, a Alemanha e a Itália tomaram medidas de defesa. Hitler e Mussolini são, neste momento decisivo para os destinos da Europa em crise aguda, os dois fortes baluartes da Ordem. O recente acôrdo Austro-Alemão veio tornar mais forte êsse bloco de resistência. Triunfa assim, de malabarismos hipócritas e das exaltações democráticas, a política realista e desassombrada que salva e impõe as nações que querem viver livremente.

Assegurada, agora, a independência da Áustria que, certamente, será entregue em momento oportuno à Monarquia tradicional representada pelo Arquiduque Otto de Habsburgo, consolidar-se-á a frente poderosíssima da Ordem contra a qual — a bem do velho mundo — serão impotentes as arremetidas dos Komiterns do internacionalismo.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

### Infanta D. Maria José

Esteve em Portugal em viagem de norte a sul do País, Sua Alteza Real a Infanta D. Maria José de Bragança, tia do Senhor Dom Duarte.

Um ambiente de simpatia e de carinhoso respeito rodeou sempre a filha do Rei D. Miguel I. Todos os tradicionalistas vibraram na mesma íntima comoção de ver em terra portuguesa tam ilustre Princesa.

Onde quer que se conhecesse a sua alta personalidade, criava-se uma atmosfera de respeitosa veneração por essa portuguesa ilustre, descendente do Rei tradicionalista sempre tam querido dos leais portugueses.

A veneranda Infanta é avó do actual soberano belga, S. M. o Rei Leopoldo III e de Sua Alteza Real a Princesa de Piemonte, futura Rainha de Itália, tia do Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, e da Gran-duquesa soberana do Luxemburgo, a Princesa Carlota de Nassau, filha da Senhora Infanta D. Maria Ana e casada com o Príncipe Felix de Bourbon-Parma, também neto de El-Rei Dom Miguel I

O falecido Espôso da Senhora Infanta D. Maria José, o Duque Carlos Teodoro, foi um dos Príncipes mais ilustrados da Europa. Depois de ter seguido a carreira das armas, matriculou-se na Uni-

versidade de Munich. Finda a sua formatura em direito, doutorou-se em medicina, sendo no seu tempo considerado uma sumidade, muitas vezes consultada pelos homens de ciência.

Junto ao castelo de Tergernsee, à beira do lago Terger, sua majestosa residência, mandou o Príncipe edificar um hospital, onde os pobres encontravam remédio às suas doenças e carinhos e confortos prodigalizados pela Augusta Princesa então enfermeira assídua desse hospital.

### Jaime de Magalhães Lima

Jaime de Magalhães Lima, ultimamente falecido, foi uma figura literária de valor. Apóstolo do tolstoísmo em Portugal, era um dos últimos abencerragens da vernaculidade.

Romancista ilustre do *Transviado*, deixou diversos livros em prosa e verso. Dentre esses livros é justo destacar os seus *Estudos sobre a literatura contemporânea*.

### Fernando da Costa Freitas

Na sua casa desta cidade, faleceu no dia 14 de Fevereiro, com 65 anos, o nosso antigo colaborador Fernando da Costa Freitas, autor da novela *D. Frei Tirso de Guimarães*, publicada pela nossa revista, e de outros trabalhos

ainda inéditos. Colaborou em diversos jornais vimaranenses, onde sempre venceu o seu amor à terra que lhe foi berço e, agora, sepultura.

Sentimos, deveras, o falecimento dêste nosso dedicado amigo.

### Alfredo Guimarães

Em reunião do Conselho da Academia Nacional de Belas Artes, foi eleito sócio, por unanimidade, o nosso conterrâneo e antigo colaborador sr. Alfredo Guimarães, actual e ilustre director do Museu Regional de Alberto Sampaio.

Damos esta notícia com o maior regosijo, não só pela circunstância de ser o primeiro vimaranense que merece tam grande honra, como, também, por se tratar do distinto escritor que ainda recentemente enriqueceu a literatura artística nacional com o valioso trabalho intitulado *Mobiliário Artístico Português*, que tem tido os melhores elogios da crítica.

### Poeta Corrêa de Oliveira

Aproveitando a estada do Poeta em Lisboa, os Académicos das várias Faculdades da nossa capital prestaram-lhe uma justíssima homenagem. Elevaram-no nos seus braços, aplaudiram a sua obra, cobriram-no com as suas capas, fizeram-no chorar de comoção.

A nossa mocidade quando se aproxima do Poeta para o abraçar e aclamar, não faz mais que

um acto de justiça, pois cumpre o seu dever.

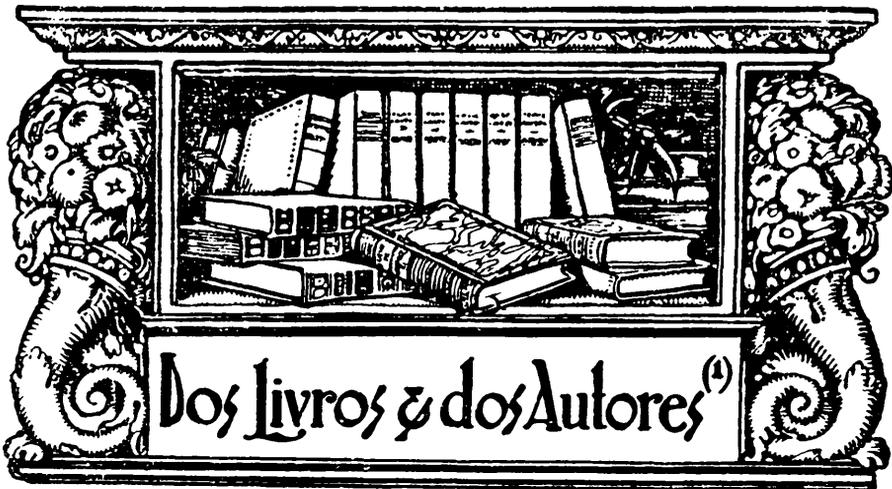
Pôr em relêvo a obra espiritual de Corrêa de Oliveira, apontá-la às almas juvenis como uma bandeira desfraldada, é um acto de portuguesismo, é uma admirável lição de amor pátrio dada à mocidade contemporânea, a bem do futuro de Portugal.

### O lar dos intelectuais

Hipólito Raposo, distinto escritor que tantas vezes nos tem honrado com a sua colaboração brilhante, propôs, em artigo publicado no *Diário de Lisboa*, que a antiga vivenda real do Ramalhão, próxima de Sintra, fôsse aplicada a refúgio de intelectuais e de artistas gastos pela vida e pelo talento e sem recursos para fruírem uma velhice tranqüila e confortada. A simpática idea, que não podemos deixar de aplaudir, tem sido abraçada por grande número dos nossos intelectuais.

Bom é que prossiga na sua marcha tam generoso alvitre e que o Estado, com a cooperação dos proletários do Espírito, o corporise em consoladora realidade, pois é bem digno da política do espírito e terá a gratidão de todos os que às letras e às artes se dedicam.

Assim se procurará evitar que tantos valores morram à míngua, abandonados e indigentes, enquanto tanta nulidade por aí se estadeia faustosa e afrontosamente.



*MANINHOS (subsídios históricos e etnográficos)*, por *Alberto V. Braga*. Famacião. Tip. Minerva. 1933.

Em separata da velha e gloriosa *Revista de Guimarães* publicou o Snr. A. V. B. este seu interessante trabalho, o IV da série *Curiosidades de Guimarães* a que já em outro lugar tive ocasião de referir-me. É um valiosíssimo trabalho de carácter histórico para se conhecer a evolução do pensamento popular àcerca dos terrenos de logradouro comum, em especial no concelho de Guimarães. Documentado amplamente, oferece muitas vezes pormenores de grande pitoresco e de grande valor etnográfico.

É de esperar que seu ilustre Autor continue a série tam brilhantemente inaugurada e mantida até este seu 4.º volume, como de esperar seria que os estudiosos destes assuntos fôsem coligindo materiais, nos seus concelhos respectivos, para trabalhos de tal natureza. Com isso todos lucrariam e mais elementos haveria no futuro para uma história dos concelhos em Portugal.

*O CULTO DE S. GONÇALO NA BAÍA (Notas subsidiárias)* por *Alberto Vieira Braga*. Companhia Editora do Minho. Barcelos, 1935.

Em elegante separata desta *Revista* é agora facultado ao público leitor este belo estudo que escreveu o operoso publicista Snr. Alberto V. Braga. De carácter perfeitamente folclórico, revela-nos muitas modalidades do culto do popular S. Gonçalo não só na Baía, como indica o título, mas também em Portugal. É um belo documentário que completa o outro interessante estudo que ao mesmo Santo dedicou o Snr. A. V. B. em 1929 — *S. Gonçalo. Culto e lenda das bandas do seu berço*. De todos os tempos, como é sabido, este popularíssimo Santo teve um culto extraordinário sobretudo entre as jovens casadoiras e, segundo reza certa cantiga, as velhas . . . que também querem casar. A tradição passou daqui a terras de Santa Cruz, nos tempos coloniais, e hoje ainda lá se mantém, como de resto muitas outras referentes não só a S. Gonçalo como a tantos outros que lá tem culto e fervorosos adeptos.

*IBERO-AMERIKANISCHES ARCHIV*, ed. do «*Ibero-Amerikanisches Institut*», de Berlin. *Jahrgang IX (Ano IX)*, 1934-35. *Heft. 1 (Fasc. 1)*, *Sahrgang X*.

O Instituto Ibero-americano de Berlim, que tem já uma obra notável, possui uma admirável revista que só agora principia a visitar «*Gil Vicente*». Pelos cinco fascículos que tenho presentes — de admirável aspecto gráfico, belas ilustrações, óptimo papel e magnífica colaboração — pode fazer-se já uma ideia da sua importância na difusão da cultura hispano-americana nos países de língua alemã. Pelas

indicações que me fornecem estes fascículos vejo que sobre Portugal e assuntos portugueses já foram publicados até ao fim do ano VIII os seguintes: *Die Bevölkerung Portugals* (A população de Portugal), no fasc. 3 do ano II; *Die Beziehungen Deutschlands zu den portugiesisch sprechenden Ländern* (As feitorias da Alemanha nas terras de língua portuguesa), por Costa Cabral, no fasc. 4 do ano V; *Das Museum Machado de Castro in Coimbra*, por G. Richert, no fasc. 4 do ano VI; *Das Museum f. alte Kunst in Lissabon* (O Museu de arte antiga em Lisboa), pelo mesmo, no fasc. 2 do ano VIII; e *Testsschrift f. Carolina Michaëlis de Vasconcelos* (Programa de C. M. de V.), por O. Quelle, no fasc. 3 do mesmo ano.

Nos fasc. presentes apenas trás um artigo interessando a Portugal: *Die Geschichtsauf-fassung Alexandre Herculanos* (O conceito da história de A. H.), por Albim Eduard Beau, «baseado na sua maneira de encarar e avaliar os fenómenos, movimentos e períodos históricos, relacionando a sua interpretação de história com os seus conceitos morais e políticos».

Tem ainda esta revista um alto valor bibliográfico, pois em separata de cada fasc. apresenta uma pormenorizada indicação bibliográfica das obras ou artigos de revistas publicadas em língua alemã sobre os países da Península Ibérica ou da América Hispânica. Independentemente disso dá uma crítica muito conscienciosa, em cada fasc., das obras oferecidas, entre as quais tive o gosto de ver referências mais ou menos extensas a algumas dezenas de livros portugueses publicados recentemente.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

CORAÇÃO DE BARRO, por *Nuno de Montemor*. União Gráfica. Rua de Santa Marta, 158. Lisboa, 1935.

Um livro de Nuno de Montemor constituiu sempre um acontecimento notável nas letras portuguesas. Escritor primoroso, quer no estilo quer nos assuntos que escolhe, os seus livros despertam interesse e leem-se com enlevo.

*Coração de Barro* não foge à regra. É um livro encantador, de enredo suave, que prende, e do qual se tira uma proveitosa lição. Não tem a adorná-lo motivos fúteis, sem lógica, sem orientação e sem finalidade. A par da bela paítagem que nos descreve, Florina — a heroína deste romance — irradia simpatia à sua volta. Criada no Pôrto num ambiente negro de desgraça e de miséria, recolhida, depois da morte da mãe, por um velho general que a acarinha e a conforta, Florina vai para Sabrosa, alcandorada na Estréla, ministrar a instrução aos pequeninos serranos. É lá que o seu coração de barro estala e quebra para se transformar num coração novo, num ritmo de vida forte e luminosa, cheia de fé, de caridade e de bem-querer.

Páginas de simplicidade e de beleza são estas, em que Nuno de Montemor conquista novos triunfos, demonstrando, ao mesmo tempo que, para se ser um vigoroso escritor não é necessário descer a realismos estravagantes que prevêtem e perdem as almas desprevenidas.

ROMPENDO AS NUVEIS, por *Jerónimo de Almeida*. Tipografia Minerva. Famalicão, 1936.

Temos muito prazer em registar o aparecimento deste novo livro de versos de Jerónimo de Almeida. E esse prazer é tanto maior por verificarmos que o poeta se nos apresenta senhor duma técnica mais perfeita, mais límpida, mais cristalina.

*Rompendo as nuvens* é, para nós, o melhor trabalho de Jerónimo de Almeida. Nota-se entre o *Verde Esperança* e este agora publicado, uma sensível melhoria de forma: — mais ritmo, mais sentimento, mais elevação espiritual, melhor escolha de assuntos. O A. reconhece-o quando afirma:

*Como a águia que, abrindo as suas azas,  
no píncaro mais alto põe seu fito,  
assim minha alma, ardendo em etéreas brasas,  
quere transpor o seio do infinito! . . .*

Felicitemos sinceramente Jerónimo de Almeida por este novo trabalho, fazendo votos para que ele constitua o prólogo de uma obra definitiva que ficamos aguardando com o mais vivo interesse e justificada ansiedade.

PRÓ BEM, por *Raimundo Belo*. Livraria Editora Andrade. Angra do Heroísmo, 1934.

Nesta bem apresentada *plaque*, revela-se o temperamento literário de Raimundo Belo, autor de um outro trabalho, *Prosas Soltas*, que não conhecemos.

De facto é *Pró Bem* que Raimundo Belo escreve. Prosa clara, muito límpida e espelhante, cheia de sentimento, de doçura, de fé. *Natal* é, na sua simplicidade, uma evocação do Nascimento. *Façamos da nossa vida uma esteira luminosa de amor!* é um artigo em que se faz a apologia da bondade e se combate o egoísmo desenfreado da hora que passa. *Caminho a seguir*, completa a trilogia *Pró Bem*, chamando os homens à luz da verdade cristã que nos tornou grandes no passado e nos pode ser seguro escudo na hora de desvaio que o mundo atravessa.

HERÓIS PORTUGUESES NO BRASIL, por *João de Barros*. Livraria Lelo, Lim.<sup>a</sup> — Rua das Carmelitas, 144. Pôrto, 5/d.

Nunca é de mais salientar o esforço português na descoberta, conquista e civilização das terras do Brasil. Este trabalho de João de Barros é deveras curioso, pondo em relêvo as figuras grandiosas de homens esforçados como foram Diogo Alvares (*o Caramuru*), João Ramalho Mem de Sá e Estácio de Sá; os heróis do Maranhão e da Baía: — Jerónimo de Albuquerque, Mendonça Furtado, Marcos Teixeira e Francisco de Moura; os heróis de Pernambuco: — Matias de Albuquerque, António de Lima, Pedro Barbosa, Moniz Barreiros, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, etc.; os exploradores do sertão Pero Lobo, Braz Cubas, Gabriel Soares, Martim de Sá e Nicolau Barreto.

Nos seus cinco capítulos historiam-se os feitos dos heróicos portugueses, a fundação das cidades brasileiras, as lutas contra as invasões holandesas e francesas, lembra-se, emfim, «que os portugueses foram os magníficos, heróicos e gloriosos iniciadores dessa história, desde logo ultrapassando a epopeia das navegações pela sua formidável empresa colonizadora e civilizadora, tentada e realizada no Brasil».

O PEQUENO PORQUEIRO OU O PRÍNCIPE DISFARÇADO, por *Hans Andressen*. Livraria Lelo, L.<sup>da</sup>. Rua das Carmelitas, 144. Pôrto, 1935.

É um interessante volumezinho de contos para crianças, primorosamente apresentado e com boas ilustrações de D. Laura Costa. As crianças gostarão de o ler e o esmêro da edição tornam-no um gracioso brinde.

UM VALENTE SOLDADINHO DE CHUMBO por *Hans Andressen*, Livraria Lelo, L.<sup>da</sup>. Rua das Carmelitas, 144. Pôrto, 1935.

É outro belo volumezinho da mesma colecção, do mesmo autor e da mesma ilustradora. Nêle se conta a triste história de um valente soldadinho de chumbo, que só tinha uma perna e se apaixonou por uma boneca-dançarina que vivia junto dum palácio de cartão. É um conto próprio para crianças, que muito gostarão de o ler.

LE PORTUGAL (LA VIE SOCIALE ACTUELLE), por *Paul Descamps*. Firmin-Didot et Cie, Éditeurs 56, Rue Jacob. Paris s/d.

O antigo professor das Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa reúne, neste importante volume, belamente apresentado e ilustrado, as suas impressões do nosso País, colhidas nas nossas províncias do continente. ¿Com deficiências? Sem dúvida. Mas, em todo o caso, êste trabalho do Prof. Descamps dá uma idea, senão exacta pelo menos apaixonada, do que é o nosso País e o viver da nossa gente. Destinado a dar a conhecer Portugal nos meios cultos do estrangeiro, de desejar seria que outro critério tivesse presidido à preparação dêste trabalho. No entanto é de louvar e de agradecer o esforço e boa vontade de Paul Descamps. Êste volume é prefaciado pelo Dr. Serras e Silva, professor de medicina.

A VERDADEIRA REVOLUÇÃO. Edição *Pátria Nova*. — S. Paulo (Brasil), 1935.

Êste novo folheto da *Pátria Nova* é deveras notável pela sua argumentação em favor da unificação do Império Brasileiro sob a Monarquia.

Serve-lhe de base uma afirmação de Berdiaeff na sua *Nova Idade Média*, demonstrando que a gigantesca revolução que o Mundo atravessa é «uma verdadeira revolução espiritual». De facto, o programa da *Pátria Nova*, constituiu essa verdadeira revolução espiritual, que tem conquistado grande número de adeptos, crescendo em maré cheia de esperanças, de entusiasmos, de verdadeiro sentir patriótico e cristão. Não se esquecem os nossos irmãos de ideas da *Pátria Nova* do Mestre do nacionalismo português que foi António Sardinha, várias vezes citado n-*A Verdadeira Revolução*.

A BEIRA BAIXA AO MICROFONE DA EMISSORA NACIONAL, por *Jaime Lopes Dias*. Tôrres & C.ª, Rua Nova do Almada, 74. Lisboa s/d.

A Beira Baixa, essa bela província de Portugal, encontrou no dr. Jaime Lopes Dias um investigador meticoloso e um divulgador apaixonado de tudo quanto tem de valioso e interessante, quer sob o ponto de vista histórico, quer ainda sob o ponto de vista folclórico e etnográfico. Diversos trabalhos foram já publicados, trabalhos que tem merecido carinhoso acolhimento e aplausos justificados.

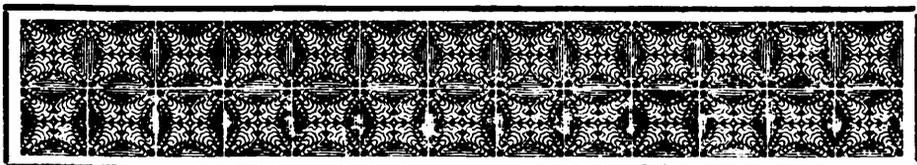
Aqui temos, por exemplo, êste novo trabalho do dr. Lopes Dias *A Beira Baixa ao Microfone da Emissora Nacional*, aonde o amor à Beira, às suas tradições e aos seus costumes se revela em toda a sua pureza e grande anseio de bem servir.

Bem andou o dr. Lopes Dias em reunir em volume de recordação êsse memorável espectáculo regional, realizado em Castelo Branco na noite de 21 de Novembro de 1935, e que a Emissora Nacional rádiofundiou.

Assim se juntou, neste volume de tam bela apresentação e larga documentação de fotografias e desenhos, «tudo o que então se passou, com música, discursos, coreografia dos jogos, indumentária dos grupos e ranchos, e até os próprios dizeres do locutor».

Bem haja, pelo serviço prestado à Beira e aos estudiosos. Pena é que não houvesse, nas outras províncias onde se realizaram espectáculos idênticos, quem seguisse o exemplo generoso do dr. Jaime Lopes Dias.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA



# UM VERBETE DE BIBLIOGRAFIA ARTISTICA

por ARMANDO DE MATOS

## “PRENDAS DA ADOLESCENCIA,

OU

### ADOLESCENCIA PRENDADA

COM AS PRENDAS, ARTES, E CURIOSIDADES

MAIS UTEIS, DELICIOSAS, E ESTIMADAS EM TODO O MUNDO:

### OBRA UTILISSIMA

NAM SÓ PARA OS INGENUOS ADOLESCENTES

Mas para todas, e quaesquer pessoas curiosas; e principalmente para os inclinados ás Artes, ou Prendas de Escrever, Contar, Cetrear, Dibuxar, Illuminar, Pintar, Colorir, Bordar, Entalhar, Miniaturar, &c.

COMPOSTAS, E OFFERECIDAS AO GLORIOSO PATRIARCA

S . J O S E P H ,

ESPOSO DE

MARIA SANTISSIMA SENHORA NOSSA,

PELO DOUTOR

JOZÉ LOPEZ BAPTISTA

DE ALMADA

Transmontano da Villa de Chaves

LISBOA

NA OFFICINA DE FRANCISCO DA SILVA.

ANNO DE MDCCXLIX

Com todas as licenças necessarias, e Privilegio Real»

É ESTE o frontispício do livro que me ocupa neste momento e sôbre o qual pretendo dar uma nota de divulgação, convencido de que ela vem enriquecer de algum modo a bibliografia artistica nacional. É uma espécie bastante rara, como me foi possível constatar, ao inquirir da sua existência na quasi totalidade das primeiras bibliotecas do País, tendo apenas encontrado dois exemplares: um na Biblioteca Municipal de Coimbra, outro na Biblioteca Pública de Santarém. Com aquêle que tive a fortuna de adquirir e que valoriza

a minha biblioteca particular, são três os exemplares desta obra, de que tenho conhecimento.

Folheando este curioso livro, encontra-se, no seu conteúdo, possivelmente, a razão de tam poucos exemplares se encontrarem. Destinando-se à educação da mocidade portuguesa daquela época, certamente teria tido muito interesse à sua volta. O não haver conhecimento de mais edições, corrobora ainda o facto da sua escacês, já posta em evidência por Inocêncio.

De reparar é também o não ser referido nos *Educadores Portugueses*, publicados em 1910 por M. A. Ferreira Deusdado.

Recorrendo aos mestres da bibliografia portuguesa, a ver o que sobre o seu autor e obra me diziam, responderam à chamada, o pres-timoso Inocêncio (1) e o abade de Castro (2). Do primeiro, transcrevo alguns períodos em que noticia o livro e o seu curioso autor:

«Doutor em direito Canónico e natural da villa de Chaves, na provincia de Traz-os-Montes. Ignoram-se as demais circumstancias que lhe dizem respeito. Provavelmente por lapso typographico aparece o seu appellido transformado em Almeida no opusculo do Abade de Castro.»

Isto, quanto ao autor; relativamente à obra:

«... livro mui curioso, e para o seu tempo de grande utilidade. Os exemplares difficilmente se encontram hoje à venda. Comprei um há poucos anos por 1.000.»

Refere ainda que o livro tem três estampas abertas em metal. No exemplar que tive a sorte de adquirir, não se encontram, infelizmente, as citadas gravuras, por terem sido dele arrancadas.

Vou passar a descrever a edição e a obra, para que dela se fique fazendo uma idea completa.

---

(1) Dicionário — vol. 4.º — págs. 422.

(2) Notícias de alguns livros iluminados que se guardam no Archivo Real — págs. 11-E.

Mede o exemplar em questão, 290<sup>mm</sup> × 195<sup>mm</sup>. É encadernado em inteira de carneira lisa, tendo na lombada cinco nervos, acompanhados superior e inferiormente por um duplo filete a ouro. Nos espaços intermédios, imprime-se, igualmente a dourado, um motivo floral, menos no segundo a contar de cima, onde se lê o título, reduzido apenas a *PRENDAS DA ADOL*, impresso a letras douradas sôbre carneira vermelha. O texto composto de fora a fora, ocupa uma mancha de 235<sup>mm</sup> × 114<sup>mm</sup>, tendo anotações nas margens, que medem à largura 26<sup>mm</sup>. O livro, tem de se considerar um *in-folio*, a-pesar do seu formato, pois o exame do papel, que mostra a marca de água, um pouco deslocada do centro, para a parte de fora e para baixo, deixa perceber, que foi aparado, certamente, antes da impressão. O papel, fabrico da época, segundo se vê das suas marcas de água, — três círculos postos verticalmente, o do alto com uma cruz sôlta, coroado e sustido por dois leões, é de fabrico já antigo, pelo menos dos princípios do século xvii (1) — apresenta os pontusais à distância de 23<sup>mm</sup>.

As fôlhas de guarda, apresentam marcas de água diferentes, e que não encontrei ainda recolhidas; a primeira, duas letras I F; a segunda, uma flor de liz de 50<sup>mm</sup> de altura, atravessada inferiormente por uma faixa.

O livro apresenta 202 páginas de texto, numeradas, sendo as páginas do *frontispício*, *dedicatória*, *a quem ler e licença*, em número de 16, sem numeração.

Isto, quanto à parte material do livro. Vejamos agora o que êle nos dá a ler e o que nêle há de aproveitável.

\*

Como já se viu ao transcrever o frontispício, a obra é dedicada ao patriarca S. José, santo onomástico do autor, a quem escolhe como o melhor dos Mecenias.

Segue-se um prólogo, intitulado «*A quem ler*», em que o autor procura explicar o título do livro e a razão de o escrever. Ouçamo-lo, porque é curioso:

---

(1) «O papel como elemento de identificação» por Arnaldo Faria de Ataíde e Melo — Lx.<sup>o</sup> 1926.

---

«Escrevo as Prendas, ou Artes, que pôdem fazer a hum Adolescente generoso, e amavel nos olhos da Republica, sendo mais a clareza, brevidade, e o pezo da doutrina com que as explico, que o feitio da fraze, ou culta discrição com que as exorno. Obrigou-me a grande falta de livros, que nestas Artes experimentão não só os nossos curiosos Portuguezes, mas ainda os estrangeiros; porque não houve atégora Authores alguns que se resolvessem a compor de algumas novas materias, ou Prendas, de que escrevo, nem se determinassem, como eu, a descobrir-lhe tantos segredos, e tantas curiosidades, quantas elles avaramente occultarão em algumas das Artes de que escreverão.»

Queixa-se da falta de livros. Deve ser verdade a afirmativa, pois que, até hoje, não são muitos aquêles que tratam dêstes assuntos enumerados no frostispício da obra, e, além disso, porque o autor cita tudo quanto conhecemos daquela época.

Apresenta-nos, seguidamente, as licenças: do **Santo Officio**, datada de 16 de Fevereiro de 1748 e assinada por *Fr. R. de Lencastre. Silva. Abreu. Amaral* e Trigozo, e dada sôbre as censuras de *Vicente de Santa Maria*, de 23 de Janeiro daquêle ano, e de *Paulo Amaro*, de 15 de Fevereiro daquêle mesmo ano; do **Ordinário**, com censura de *Victorino Pacheco*, de 14 de Julho do mesmo citado ano, e dada a 24 do mesmo mês, e assinada por *Silva*; e do **Paço**, dada em 18 (?), de Maio, sob as rubricas dos desembargadores *Almeida, Carvalho, Castro e Mourão*, baseada na censura assinada pelo Padre da Congregação do Oratório, *Pedro Correia*, em 28 (?) de Maio.

Esta última censura, pela sua extensão pouco vulgar, merece o nosso reparo, a fim de colhermos nela algumas notícias que não são para desprezar.

Num estilo untuoso, vulgar na época, o censor, elogia o autor, que melhor do que o francês *Chavigne*, que escreveu a «*Sciência da Côte*», realizou a sua tarefa. Discorre para afirmar que as Artes não são officios mecânicos, mas sim occupações nobres, abonando-se com vasta cópia de citações de autores. Faz, a seguir, uma referência, que reputo de interêsse, e que transcrevo para melhor se fixar:

«*Muito deve este Escritor ao seu estudo, e á lição dos muitos que vio sobre esta materia, e poderá ainda dever aos manuscriptos, que nos deixarão vários sujeitos Portuguezes, além do que não só deixou escrito, mas impresso, Fr. Filippe das Chagas, Religioso Dominicano, no livro que compoz da pintura, cimetria, e perspectiva etc . . .*»

Ora, Frei Filipe das Chagas, que no século tinha o nome de Filipe Nunes, deixou, além de uma obra que foi impressa em 1615 em casa de Pedro Craesbeek, diversos manuscritos, que, segundo diz o censor Pedro Correia, eram referentes a êstes assuntos de arte. Se não se perderam, e ainda um dia vierem à luz da crítica, poderão trazer, sem dúvida, interessantes informações e notícias.

Devemos notar que Filipe Nunes era de Vila Real, portanto patrio e conterrâneo do Doutor José Lopes Baptista de Almada, de quem faz êle declarações a páginas 59, o que explica que êste pudesse ter visto e compulsado papéis que àquêle pertencessem.

Depois das licenças a que acabei de me referir, temos algumas composições poéticas laudatórias ao autor, umas em latim outras em vulgar, da autoria de Bernardo da Cunha Sottomaior, Frei António de Santa Clara, P. M. Andreas, Luiz José da Veiga Sarmento, Emanuel Pires Velasques e Luiz Álvares da Cunha Pacheco.

\*

Começa agora pròpriamente, o livro. Pelo frontispício transcrito, e pelas referências da censura de Pedro Correia, já se deixou ver bem, qual o seu assunto.

O autor, enfaixou na sua obra, o ensino de seis artes ou *prendas*, que êle destinava ao complemento da educação artística da mocidade da época.

São elas as seguintes, pela ordem que o autor lhes deu: *arte de escrever, arte de contar, arte das pennadas e medidas, arte da iluminação, arte de miniatura, e de algumas curiosidades.*

Interessam especialmente, de todo êste curioso conjunto, as artes de *iluminar e miniaturar*, bem como a notícia da pintura a *óleo, tempera* e a *fresco*, que na íntegra irão transcritas, pois que as considero de valor. A maneira segura como indica a técnica a seguir, mostra-nos que o seu autor era, na verdade, um bom conhecedor daquêles gêne-

ros de pintura. Por algumas referências incidentes, que deixa escapar de quando em quando, demonstra um certo e apreciável espírito de observação.

Mas, além do interesse bibliográfico-artístico que é apenas aquêlê porque o desejo agora encarar, ainda para outros estudos pode êle ser elemento a aproveitar.

Quanto às outras artes abordadas pelo *trasmontano da villa de Chaves*, indicarei os seus *capítulos* ou *instruções*, e resumirei o essencial, daquêles que sejam mais importantes, para completar a descrição que me propuz fazer dêste interessante livro, que é um tam bom subsídio para a história das artes e dos costumes do meado do séc. XVIII.

\*  
\*   \*  
\*

## PRENDA I

### Arte de escrever

#### PRENOTAÇAM

« . . . porém como já da sua prática, em todas as fórmas de letra, escreveo o Andrade, Morante Portuguez, com Yciar, Polanco, Perez, Senault, Caza nova, e outros, só trataremos do especulativo dellas, e principalmente do da letra Bastarda, remetendo os curiosos para a sua factura aos sobreditos Authores . . . ».

#### SECÇAM I

— *Do especulativo de algumas formas de letra*

#### INSTRUÇAM I

— *Da Letra Bastarda*

O autor tem a bizarrice de, num soneto, incluir tôdas as regras a observar na escrita bastarda, e que, por curiosidade transcrevo :

« Com Polanco devemos observar,  
Para conforme a Arte proceder,  
Que huma *só forma* as letras devem ter,  
E a hum *só paralelismo* não faltar.

Na *igualdade* não hão-de discrepar,  
Nem na *grossura*, com que se escrever,  
E segundo a altura se eleger,  
*Clareza*, e *proporção* se lhe há de dar.

*Os principios*, e mais *finalizantes*  
Das letras, hão de ser *correspondentes*,  
E as partes em *distancia* semelhantes :

Que as *hastes* sejam aos pés *equivalentes*,  
E as *regras* humas de outras *equidistantes*,  
Isto devem notar os escreventes.

INSTRUÇÃO II

— Da distância das regras

INSTRUÇÃO III

— Das Mayusculas Bastardas

INSTRUÇÃO IV

— Da altura das Mayusculas

INSTRUÇÃO V

— Do cahido da letra bastarda

INSTRUÇÃO VI

— Do aparo da penna bastarda

INSTRUÇÃO VII

— Da letra Grifa

INSTRUÇÃO VIII

— Da letra Romana

INSTRUÇÃO IX

— Da letra Redonda

INSTRUÇÃO X

— Da letra Gotica

INSTRUÇÃO XI

— Da letra de Pancilha

SECÇÃO II

— Dos Instrumentos e adereços  
desta Arte

INSTRUÇÃO I

- Das qualidades das penas, e do papel

INSTRUÇÃO II

- Das tintas de agoa, e de vinho
- Tinta feita em duas horas

INSTRUÇÃO III

- Das tintas de pó

INSTRUÇÃO IV

- Dos Poedouros, e Tinteyros
- Para fazer tinteyros perpetuos
- Modo de usar destes tinteyros

INSTRUÇÃO V

- Da gomma graxa

INSTRUÇÃO VI

- Dos supplementos da graxa

INSTRUÇÃO VII

- Das Regras e dos canivetes

SECÇÃO III

- De outras cousas conducentes a esta Arte

INSTRUÇÃO I

- Do modo de tirar Borroens

INSTRUÇÃO II

- Para tirar, ou abollir as letras erradas
- Outro modo
- Outro modo mais facil

INSTRUÇÃO III

- Do modo de tirar nodoas de azeite

INSTRUÇÃO IV

- Para renovar letras velhas
- Para antiquar as letras novas

INSTRUÇÃO V

- Da collatura do papel

INSTRUÇÃO VI

- Do modo de fortificar o papel brando, e passento

INSTRUÇÃO VII

- Das pautas de papel
- Supplemento das Pautas

SECÇÃO IV

*De algumas curiosidades desta Arte*

INSTRUÇÃO I

- Da tinta para pergaminho

INSTRUÇÃO II

- Da tinta preta em pedra

INSTRUÇÃO III

- Das tintas para escrever em seda, panno de linho, &c.

INSTRUÇÃO IV

- Da tinta para inscripções em marmore

INSTRUÇÃO V

- Para escrever letras mais brancas que o papel

INSTRUÇÃO VI

- Para escrever letras de ouro, ou prata

INSTRUÇÃO VII

- Para escrever sobre prata

INSTRUÇÃO VIII

- Para escrever com o ouro, ou prata em pó

Advertencia

INSTRUÇÃO IX

- Para letras de ouro em campo negro

INSTRUÇÃO X

- Para escrever letras vermelhas

INSTRUÇÃO XI

- Para letras verdes, e mais cores

INSTRUÇÃO XII

- Da tinta chamada de Estampilha

Teve o autor dificuldade em obter esta receita, e «...casualmente na Cidade de Evora a vimos praticar a hum curiozo Estrangeiro, desconhecendo a nossa curiosidade, que tambem o saber fingir ignorancia he muytas vezes meyo para saber».

- Composição
- Advertencia

INSTRUÇÃO XIII

- Da Estampilha, e o modo de a fazer

SECÇÃO V

*De alguns clandestinos modos de escrever*

INSTRUÇÃO I

- Das letras brancas em campo negro

INSTRUÇÃO II

- Das letras que se podem ler ao fogo

INSTRUÇÃO III

- Das letras, que só se podem ler com pó, e com ourina

INSTRUÇÃO IV

- Das letras indeleveis, e das nocturnas

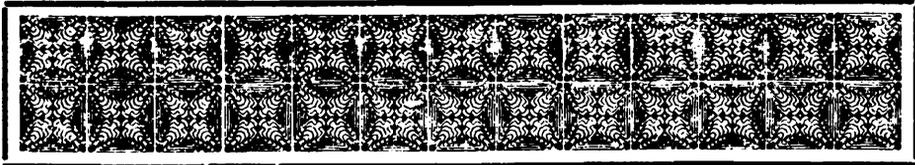
(*Continua*)



« Torrelobaton — Espanha »

ÓLEO DE DOMINGUEZ ALVAREZ

O moço Pintor José Dominguez Alvarez,  
que no Pôrto habita e trabalha, rea-  
lizou, naquela cidade, uma  
exposição que marcou  
como alto acon-  
tecimento  
Artís-  
tico.  
*Gil*  
*Vicen-*  
*te publi-*  
cando, em gra-  
vura, um sugestivo tra-  
balho de Dominguez Alvarez,  
quer prestar também ao moço Artista  
—um dos mais sólidos, vigorosos e afirma-  
tivos talentos da actual Geração—a sua homenagem.



# Cartas sem franquia (\*)

VI

a MADALENA Z...

Braga, Junho.

Querida Amiga :

Com uma ingratidão feiíssima e sem desculpa que possa atenuar a minha falta, tenho esquecido a solene promessa de lhe dar notícias minhas e das terras que percorresse durante esta digressão pelo norte de Portugal. Tam feio é o pecado e tam negra é a culpa que não ouse pedir-lhe perdão, batendo contritamente no peito o *peccavi* do ritual, como penitente arrependido aos pés de severo confessor. Porém V. é bondosa e a sua requintada feminilidade e a sua amizade já me perdoarão, de-certo, quando lhe disser que durante êste tempo todo tenho feito dêste Minho ridente—minha terra que eu desconhecia!—o campo das minhas excursões. E desde que cheguei aqui, por uma tarde de poeira, sacudido pelo combóio, com os rins num feixe e a garganta sêca, incomodado pelo sol chispante de Agôsto último, aborrecido no mais alto grau, nada mais tenho feito além de calcurriar recolhidamente, enlevadamente, religiosamente, êste Minho abençoado.

Muitos e belos aspectos a minha retina tem surpreendido e por vezes o meu lápis ou a minha *Agfa* fixaram para sempre recantos encantadores e ignorados dêste lindo pedaço de Portugal. Mas essas paisagens imponentes ou idílicas, êsses aspectos típicos duma vida de trabalho, essas pequeninas obras-primas da natureza não são para ser ditas com a mesma indiferença do cicerone aborrecido, antes para se verem com olhos de devoto e coração de místico poeta. Em frente da calma paisagem minhota eu não tenho palavras para a descrever; tudo o que quisesse dizer ficar-me-ia preso na garganta, pois só olhos para ver e coração para sentir tenho nessas ocasiões.

---

(\*) V. volume IX (1933), pág. 125.

Deixemos pois a luxuriante natureza do Minho e desçamos até esta Braga que se veste de gala e festeja o seu patrono, aquêle S. João que não sei por que bulas deixou a rude vestimenta de pele de camêlo e o deserto onde comia gafanhotos e chamava ao arrependimento as almas pecadoras, para se tornar em padroeiro de namoricos, e rapiocas, e rijas festanças, entre o queimar das alcachofras, as fogueiras de chama alta e os vazinhos de mangecição! Voltas que o mundo dá... Aquele austero Precursor, que visiono atlético, enorme, coberto de peles sujas e com as sandálias rôtas pelo calcurriar dos desertos da Palestina, a barba inculta descendo-lhe até o peito magro e negro do sol, um rude cajado na mão descarnada e os cabelos desalinados ao vento, êsse S. João que vociferou contra o pecaminoso amor de Herodíade e de Antipas transformou-se não sei se por influxo árabe ou celta em um menino róseo, todo rosquinhas apetitosas, de cabelo cuidadosamente frisado, a furtar beijos às moças na benta manhã do seu dia!

O Teófilo, aquele interessante Teófilo que em tudo via «evemerizações» dum culto ária e explicava o uso de rosários por atavismos de raça, dar-lhe-ia, se fôsse vivo, uma explicação cabal e succulenta desta inverosímil transformação, e de-certo, querida amiga, V. adormeceria beatífica e inocentemente a meio da leitura recheada de textos deturpados de S. Jerónimo, de Haeckel, de Voltaire... e do Bandarra! Mas, pobre de mim, nem tenho a paciência, nem a erudição, nem os vagares do mestre já morto, e por isso não é da minha bôca que ouvirá a explicação do fenómeno. Embora. Continuarei a reverenciar o velho e rudo Precursor com o mesmo respeito que até aqui lhe tenho tributado pelas virtudes e pela austeridade, mas nem por isso, boa Amiga, deixarei de queimar a minha alcachofra em honra do belo pastorinho das moças que neste tempo quente costuma festejar-se, e cuja festa alacre, cheia de ruído e de côr, é uma das que mais me impressionaram até hoje a retina de meridional entediado.

Diz o povo que S. João é festejado em todo o mundo. Não o creio. Todavia é bem de ver que coincidindo com o solstício do verão, em que o sol brilha com um esplendor notável e a natureza qual moça garrida faz gala das suas maravilhas, é bem de ver, dizia eu, que embora sob outro nome esta festa se realize em tôda a parte, até mesmo nos longínquos *kraals* dos indígenas da Zululândia. De modo que

Té os mouros da mourama  
Festejam a San-João.

Percorrendo, porém, em espírito tôdas as terras onde um grupo de raparigas, de côres sadias e trajos garridos, dançam ao som de gaitas de foles ou harmónios, quer-me parecer que só neste Portugal abençoado, traço de união entre a velha civilização asiatic-europeia e o mistério das selvas americanas, o risonho e gorducho S. Joãozinho é motivo de festejos ruídosos, em que extravasa aquela alegria innata no português dos campos e da serra, e talvez mesmo da beira-mar, embora êste último seja de seu natural melancólico, preferindo o sonho, a *rêverie* que o balouçar das ondas provoca nas almas sensíveis. Sendo pois, o Minho ridente, êste Minho verdíssimo de pandeiros e ferrinhos, e trajos das mais extravagantes côres, quem melhor comemora a morte do precursor, é Braga, a sorumbática Braga dos Arcebispos quem dá cartas nesta espécie de festejos, se não engana a cantiga :

O carnaval em Veneza,  
Semana-Santa em Sevilha,  
O S. João em todo o mundo,  
Mas em Braga é que brilha.

Ao alvorecer da véspera com um sol pálido e sem raios rompendo a custo bruma que se levantou do rio e cobriu a cidade como véu nocturno, é a cidade sacudida por girândolas consecutivas de foguetes estentóreos, acabando de acordar violentamente um ou outro dorminhoco esquecido dos folguedos joaninos. E quasi logo a seguir entram de ribombar os populares Zés-Pereiras, metódicamente, diria rítmicamente se não fôsse a ausência absoluta de melodia naquêles rancos cavos e profundos, como ha-de ser a Trombeta Final no hórrido *dies iræ* de que falam os Profetas. Ao mesmo tempo a característica gaita-de-foles, penetrante e harmoniosa, acompanhada pelo rufo duma caixa marcial, pelo bum-bum dos bombos e ao compasso dos ferrinhos que um garotito de pouco mais de um palmo e carapuça rubra na cabeça vai tocando desesperadamente, enche de ruído as ruas da velha Braga, esta Braga casquilha dos tempos de hoje que, se não acordou ao troar da foguetada matinal, acorda agora de todo porque é impossível dormir com tal barulho desconcertante. E o rapazio, amador de zaragata e de música popular, descalço e sujo, talvez com fome mas de cara alegre e olhar brilhante, lá vai alvoroçadamente a correr à frente dos gaiteiros ou dos Zés-Pereiras, com seus risos alvares e desdentados, correndo e saltando com esgares e momices, ao som da musicata barulhenta.

A criançada do burguês pacato e rico principia a assomar às janelas e varandas, com as caritas espantadas e olhares dilatados, procurando os gaiteiros de carapuça vermelha e calça branca, cujos acordes se ouvem em tôda a cidade. As ruas enchem-se de gente que vem saindo das casas ou dos hotéis, e a todo o momento chegam autos e camionetas, pejados de povo dos arredores, enquanto lá em baixo, na gare do caminho-de-ferro os combóios vão bolsando de si sucessivos cachos de forasteiros vindos de longe para assistir às afamadas festas joaninas. Raparigas de tôda a parte, ostentando seus trajes garridos, admiram a beleza das ornamentações das ruas e das iluminações que à noite serão de um efeito deslumbrante, por certo, mas a garridice da sua indumentária é mais derivada das côres gritantes que ainda escolhem para se vestir do que da beleza do corte que degenera a olhos vistos. Ai de nós, minha Amiga. A tradição nacional do vestir desaparece com rapidez, e o gôsto insosso e chato da cidade invadiu já as aldeias e estragou o traje. Aquêles interessante Fradique, tam seu conhecido através da prosa encantadora do Eça, queixava-se em fins do século passado da invasão da cozinha portuguesa pelo gôsto francês. Neste século vertiginoso, em que o mundo inteiro parece apostado em bater recordos de tôdas as coisas possíveis e imagináveis, queixo-me eu e amargamente da obliteração do sentido português e regional do vestir. Aquêles trajes característicos do Minho, da Beira ou de Trás-os-Montes, de corte rude mas pitoresco, perdem a pouco e pouco a linha tradicional, e não é já a primeira vez — *horresco referens!* — que eu vejo raparigas de Darque ou de Afife, terras consagradas pela beleza das roupagens, calçando o abominável sapato de salto Luiz XV e proscrevendo a elegante chinelinha biqueira!

As ruas de Braga vão a pouco-e-pouco enchendo-se de gente; há um clamor imenso pairando por tôda a cidade, feito dos mil ruídos que se levantam de tôda a parte e constituindo uma toada indefinível, semelhante a um zumbir de poderoso bando de gafanhotos. Ranchos de rapazes e raparigas, de chapéus de palha e lenços berrantes, passam saracoteando-se ao som dos harmónios e ao bum-bum metódico dos tambores. De quando em quando estralejam foguetes e uma poeira subtil paira no ar, penetrando-nos na garganta e pondo uma secura que pede refrêscos. Gostando do pitoresco, embora deteste a multidão, eu vou andando um pouco ao acaso, por aqui e por ali, fariscando uma nota inédita que a minha *Agfa* possa fixar. E assim, despreocupadamente, olhando distraído o que me cerca, encontro-me

na Ponte, um dos mais pitorescos lugares desta linda terra, que Você desconhece. A Ponte tomou o nome duma velha ponte romana de pedras desconjuntadas a contrastar no secular negrume com a outra, a chamada ponte nova, altaneira e orgulhosa das suas pedras lavadas. Em baixo corre um fiozinho de água ao qual o burguês bairrista dá pomposamente o nome de rio. É claro que nesta quadra calmosa, em que os raios dardejantes do sol evaporam tôda a água, êste rio fica reduzido à mais simples expressão. Noutros dias, que não no de hoje em que tudo está em festa, é ver as lavadeiras metidas na água até ao meio da perna, cantando e lavando trapos. Pela margem musguenta, os filhos, negros do sol e sujos do pó e do muco, entreteem-se a apanhar pedras e a jogá-las à água, contentes de a verem espadanar em volta. Hoje não. Passam homens, mulheres, garotos endomingados, a correr para a feira que ali em baixo, ao pé da capelinha seiscentista se inaugura com estrondo e vinhaça.

Porém, o *clou* da festa aqui em baixo, o que mais atrái o povinho dos arredores, ingénuo e crente, são as pitorescas figuras que a meio do rio simulam o baptismo de Cristo e o hercúleo S. Cristóvão com o Menino às costas, três figuras dum ridículo pitoresco, obra de algum cândido imaginário de aldeia. Entre as duas partes, num penedo a-propósito escolhido a meio do veio de água, Cristo, duma nudez macilenta apenas velada por um pano à volta dos rins, encolhe-se como friorento sob a cuveta com que o Baptista lhe lança água pelos encaracolados cabelos. Por cima, entre nuvens feitas de algodão em rama, às pastas, e presas por um fio a um poste, a pomba simbólica completa o quadro.

Do outro lado da ponte velha, gigantesco e hediondo, o velho S. Cristóvão, apoiado a nodoso cajado, lá vai levando o Menino que, nas mãos mal-feitas, sustenta o globo encimado pela cruz. Vale a pena, minha Amiga, vir a Braga para ver a ingenuidade crente dêste povo que acorre de longe só para chorar de alegria devota ao dar com os dois grupos tôscos.

Mais um passo e lá chegamos à feira-franca, ruídososa, mal cheirosa, e sufocante. Enorme multidão de feirantes, em mangas de camisa e suados, a gritar as excelências dos seus produtos, enche o pequeno espaço que se estende entre a linha eléctrica e as escadas do parque. Carrocéis correndo a tôda a brida, com crianças e matulas montados em grotescos cavalos de pau, barracas de pim-pam-pum mostrando os bonecos de trapo, de tiro ao alvo, de retratos, de bugigangas, de mil-e-uma-coisas, para ali estão, ostentando letreiros

expressivos em ortografia bárbara. Um odor fétido, mistura de cheiro acre do peixe frito, do suor, do fartum das comidas, do vinho e da porcária amontoada pelos arredores, obriga-me a galgar à-pressa as escadas. Lá em cima o parque está profusamente ornamentado. Uma arcaria de madeira pintada e da qual pende uma multidão de baldezinhos multicores, delimita a entrada do recinto. Ao fundo uma banda de música de aldeia, num tarantantam atabalhoado, toca um *paso-doble*, enquanto os pregões de água fresca e a melopeia dos mendigos chagosos atordoam o visitante. A capelinha abre em frente as portas pequeninas à multidão dos fiéis que se precipitam, persignando-se, a pedir a S. João a protecção do seu bento nome. Por detrás do pequenino templo alguns ranchos dansam ao som de harmónios, em passos saltados mas sempre certos, monótonamente sempre de roda, enquanto grupos de basbaques pasmam de bôca aberta para o coreto onde a banda dá conta do recado. Aqui e ali, por debaixo das árvores, aproveitando as sombras benéficas, famílias de longe vão atacando os merendeiros, de bôca cheia e copo em punho. Há brancuras de saias a contrastar com o verde da relva e homens deitados de costas, de colete desabotoado, enfartados de chouriço e de vinho verde, arrotando alto e semi-cerrando os olhos.

Mais acima, na parte mais fechada do parque e onde as frondes são mais densas, está o arraial com as barracas de doçarias e de comes-e-bebes, cheias de gente abancada, as mulheres de lenço atirado para as costas, os homens em mangas de camisa e de faca em punho partindo nacos de presunto, de boroa ou de chouriço. Nas barracas do peixe frito apinham-se os convivas, enquanto as cozinheiras viram o peixe nas certãs e a multidão dos mendigos, andrajosos e cheios de feridas, vai entoando a melopeia habitual.

Saturado de ruído, de poeira, de calor e de mau cheiro, tomo um «eléctrico» que daí a minutos me deixa no desagudouro da Arcada, em frente às ornamentações da linda avenida. O resto do dia passo-o a olhar os forasteiros, as ornamentações, os ranchos, os foguetes que sobem vertiginosamente no céu muito azul, os renques das frondosas árvores da avenida, e por fim subo de-vagar a rampa do Sardoal até ao miradouro de Guadalupe ponto preferido para as minhas divagações, em busca dum pouco do sossêgo que me falta. Com a noite volto à Ponte para apreciar um arraial minhoto a rigor. Os «eléctricos» passam cheios até às plataformas. Grupos sôbre grupos descem a velha rua das Águas a cantar ou a falar alto, numa alegria esfusiente e comunicativa. Aqui e ali ouve-se o grito monótono do

homem da água fresca e de vez em quando lá voltam a estrear foguetes que deixam na imensidão do céu um sulco avermelhado de luz. A Ponte, porém, foi um desapontamento para mim. O meu olhar insatisfeito não conseguiu fixar mais nenhuma nota inédita e pitoresca, salvo as iluminações eléctricas ou de grisetas, estas tremulantes como fogos-fátuos, de pequenina chama amarelo-vermelha, torcendo-se à brisa nocturna que passa. São as mesmas cenas da tarde, com um pouco mais de gente e de luz, e bastante mais ruído. De resto é a repetição banal dos arraiais dos arredores do Pôrto e até daí de Espinho, que Você bem conhece.

Desiludido volto à cidade. É a noite Santa e há muitíssima gente que não dormirá, para tomar as «orvalhadas» do S. João, como há outros que lá para as bandas do mar vão nesta noite tomar o banho santo. Deambulo um pouco ao acaso pela cidade até que, ao aproximar da meia-noite e na expectativa de um fogo de ar tam rclamado, subo mais uma vez a Guadalupe para ver a competição dos pirotécnicos que já devem estar no Picoto. Foi mais uma expectativa iludida. A noite, que antes estivera clara e com um brilho desusado de estrêlas, principiou a toldar-se e de tal forma que ao começar o fogo ninguém pôde ver o mais pequeno efeito de luz. Os foguetes penetravam na névoa como em flocos de algodão em rama e foi uma decepção a decantada competição de fogo do ar. Aborrecido desço à cidade e o resto da noite passei-o a dormir, cansado das sensações do dia, e com uma vaga enxaqueca teimosa.

O dia seguinte, querida Amiga, é a repetição do anterior. De inédito tem apenas a tradicional e caracterfstica «dança do Rei David» e o «carro dos Pastores». Você, que nunca viu tais coisas, espera de-certo, que eu lhas descreva. Vou tentá-lo, embora fôra preferível apreciar *de visu* por ser coisa algo complicada de expor com singeleza. Não sei nem curo de saber por que motivo se aliou o nome do Rei Salmista ao da festa do Precursor. Mistérios que talvez sejam claros para a alma simples do povo. O facto é que já há muitos decénios a dança do Rei David faz as delícias do braguês pobre e rico e até de quem não é de Braga. Um grupo de homens, vestindo uns trajos sobremodo cómicos, creio que até muito semelhantes aos dos «judeus» que enchem as capelas do Bom-Jesus, e empunhando instrumentos dispares, na companhia de um barbaças de manto e coroa e violão a tiracolo percorrem todo o dia a cidade parando de onde em onde para o Rei executar os seus curiosos passos de dança, com saltos, corridas, agora avançando logo recuando,

em movimentos breves, sacudidos, nervosos, acompanhado pela música do seu séquito, um fiozinho de música que mal se ouve e cuja nota mais estridente é dada por um flautim. A minha boa Amiga não imagina o pitoresco de tal dança nem a multidão que acompanha sempre Sua Majestade, correndo, premendo-se, empurrando tudo e todos, ávida de o ver dançar.

O carro dos Pastores é um carroção enorme puxado a bois, sôbre o qual se arma um simulacro de gruta de cortiça e musgo, com escadas para os pastores subirem e um terreiro à frente para dançarem. A função principia por uma cantilena de pastores, rapazes e raparigas entre os seus 10 e 12 anos, com trajos clássicos, êles de cajado elas de cajado e pandeireta de laçarotes e fitas pendentes. Depois há um alçapão que se abre e sobe um anjo muito frisado, vestido de côr-de-rosa e asas muito brancas, que anuncia lá de cima qualquer coisa, talvez o nascimento do Baptista, pois daí a momentos abre-se a gruta e uma rósea figurinha de criança de cabeleira loira cheia de anéis aparece sendo recebido pelo povinho embasbacado com um *ah* feito de espanto e alegria. É então que pastores e pastoras sobem as escadinhas para beijarem a mão do infante predestinado que os vai recebendo com uma leve pancada na face às vezes desandando em bofetão bem puxado.

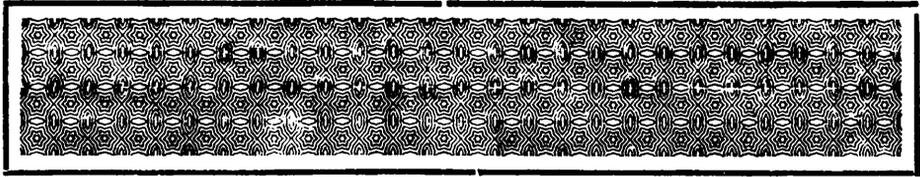
E o ingénuo e encantador auto — quantas vezes me lembrei do velho Gil ao ouvi-lo! — termina com uma dança pitoresca ao som da música, um pouco fanhosa, que sempre acompanha o carro.

E aqui tem, minha Amiga, o que é ou antes o que foi êste ano o S. João em Braga. Dos festivais da Avenida não lhe falo porque não vale a pena. São festas chiques e em que se estadeia o chiquismo cá do burgo, festa insossa como tôdas as festas chiques e como tôdas elas feita de banalidades. Depois o bom Deus quis desfazer a impressão benévola do primeiro dia e mimoseou os pobres mortais com uma dose de água a jorros e frio siberiano que Você não imagina.

Agora que elas passaram, as celebradas festas joaninas, eu cá vou calcurriando as ruas da velha Braga, recaídas na sonolência habitual, à espera que Você, esquiva Amiga se decida emfim a vir para emprendermos a nossa projectada digressão à Bretanha, terra de lenda e de beleza, e a romagem ao túmulo daquêle velho Chateaubriand que tanto a enfeitçou.

Beija-lhe as mãos, querida Amiga  
*o João da Ega*

*Pela cópia:* A. A. DÓRIA.



# O Espírito Corporativo (\*)

por SIMEÃO PINTO DE MESQUITA

Sr. Reitor,  
Srs. Professores e Alunos :

Quando recebi tam honroso convite, o de falar hoje nesta modelar casa de ensino, foi de hesitação o meu primeiro movimento: É que me não sentia especialmente qualificado para tratar, por miúdo, com segurança, do problema corporativo. Desde já, honestamente, vos quero desiludir se outra era a vossa idea.

Sem embargo, cortei pronto a primeira hesitação e resolvi aceitar pelas duas razões seguintes—sem já querer aludir à natural tendência para atitudes afirmativas que aprendi com o exemplo dos meus companheiros e mestres de combativa propaganda.

Consiste a primeira dessas razões em que, sendo ainda o corporatismo antes uma necessidade do que uma realidade, fôrça em potência e criação do que regime já estabilizado, mal poderá haver quem do seu aspecto positivo, pròpriamente, ter-se possa por diplomado.

Para dele falar com apropósito basta sentir o imperativo actual da sua urgência, e o influxo criador do seu dinamismo, indispensável às nações que querem superar o marasmo da crise económica e moral que enerva o mundo. Ora essa necessidade e êsse dinamismo eu julgo senti-los com sufficiente nitidez, — como tantos de vós por certo — para sôbre êste assunto poder dizer sem impertinência duas coisas.

Outra razão, porém—e essa movida pelo sentimento elementar da justiça—me trouxe aqui: O não perder o ensejo que com tanta felicidade me era oferecido, de tributar, nas pessoas de V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup>, ao illustre Professorado do nosso ensino secundário o testemunho da gratidão do antigo discípulo de mestres que vos precederam, pai de discípuos vossos.

---

(\*) Conferência realizada no Liceu Alexandre Herculano, em 28 de Maio de 1936.

Formidável função de sacrifício, verdadeiro apostolado, o dos professores de ensino secundário — e neste particular eu quero abranger os do liceu, e os do ensino particular que de ambos recebi lição — ao preparar gerações sucessivas para as batalhas da vida, para a transmissão e progresso da cultura e da ciência, e, sobretudo, para os fastos da Pátria, que de tudo isso são fruto!

Informadores das inteligências no momento crucial em que a personalidade toma firmeza, que paciente labuta a Vossa: No meio dum mundo cúpido e mercantil que salutar exemplo o do vosso desintereße! O amor da vossa função educativa sobrelevando as conveniências materiais e sem outra recompensa além da, sempre pouco certa, gratidão dos que tanto vos devem!

E todo êsse esforço para transmitir à cadeia das gerações ensinamentos e disciplinas que são a infraestrutura e o apanágio da nossa civilização, ocidental e cristã. É no curso liceal que sobremaneira se adquirem essas disciplinas: Uma educação secundária ampla e sólida dá, só por si, aos que dela poderem beneficiar, estabilidade intelectual e segura reserva crítica. Aí, a melhor vacina contra erros e exclusivismos a que são naturalmente atreitos os espiritos deformados por especialização ou tecnicidade precoces.

É por isso opinião minha que o já anunciado *regresso* ao curso secundário único, com maior amplitude de estudos humanistas, em verdade representa reforma bem digna de aplauso.

Mas, não nos afastemos do tema a desenvolver — *o espírito corporativo* — por mim escolhido dentro da finalidade desta sessão comemorativa. — Se é de preceito subordinar sempre tudo, mesmo generalidades, a um título . . .

Vinha eu há pouco focando as qualidades tam raras nos nossos dias, mas ainda felizmente correntes entre o professorado, do amor desinteressado pela profissão; do aprêço pelos valores ideais, a que acrescentarei a do verdadeiro espírito de *corpo*.

Talvez não tivessem pensado os que me escutam que ao declinar tais virtudes, eu já entrara francamente no âmbito do tema que escolhi. É que essas virtudes são precisamente atributos estruturais do corporatismo. E a vitória dêste implica o predomínio daquelas na vida social.

O professorado e, com êle, poucas classes mais, — o exército, a magistratura, o clero, — a-pesar da hostilidade secular do estado liberal — tendem normalmente à prática corporativa. Por isso com propriedade se pode afirmar que desempenhando nobre e desinteressadamente

a vossa função educativa estais dando, Srs. Professores, todos os dias, aos vossos alunos — mesmo até quando muito longe andasseis de o supor seus efeitos — a mais proveitosa lição prática de corporatismo.

E vós, estudantes, dele melhor escola não podeis haver, do que a bebida nos exemplos dos vossos mestres, depois da prática das virtudes familiares em vossas casas.

Referindo estas coisas eu estava portanto bem à vontade dentro do tema a versar.

Podia causar-vos estranheza esta minha afirmação, em consequência da idea falsa, aliás muito difundida, de que o corporatismo, olhado como simples corrente de ideologia social, seja uma mera criação do Estado. Mas nada menos verdadeiro. O espírito corporativo, é uma realidade humana natural, paralelo e até anterior ao Estado. Êste mesmo não é senão uma corporação embora, pelo papel que desempenha, hipertrofiada.

As corporações foram de todo o sempre as cristalizações dêsse espírito corporativo na vida social: as formas várias de sociabilidade humana, estabilizadas em organizações superiores. É através delas que os indivíduos procuram escapar, para a realização dos seus fins, ao que há de efêmero na sua própria natureza.

A família, o mester, o município, a Igreja, o próprio Estado, as instituições de cultura e beneficência, eis os exemplos de corporação. Um Estado hostil pode contrariar e até querer destruir essas suas irmãs menos fortes, mas será impotente para lhes estirpar as raízes. A persistência do espírito corporativo no exército ou no professorado bem o demonstra.

Transportado assim para o plano dos princípios, logo se torna compreensível o que há de essencial no corporatismo, e o que nêle pode haver de circunstancial e caduco.

É a raiz metafísica presuposta em todos os problemas, ainda os mais comezinhos — como pô-lo em relêvo sempre tanto deleitava, o vosso saudável colega Leonardo Coimbra.

Em geral, à idea do corporatismo se associa unicamente a forma perenta das antigas corporações de artes e offcios, de origem medieval e que, na sua rigidez esclerosada, a Revolução inconsideradamente varreu, em vez de útilmente as reformar.

E já que falo das velhas corporações não posso deixar de vos aconselhar, para melhor conhecimento do que elas foram em Portugal, a leitura do que a propósito minuciosamente escreveu o Dr. Luiz de Almeida Braga no seu livro «Paixão e graça da terra».

Sôbre os malefícios dessas corporações, reais ou imaginários, publicaram-se, no último século e meio volumes e volumes, cuja sùmula se pode ver em qualquer dicionário consagrado de Economia política.

É com desconfiança filha dêsse preconceito, que muitos olham ainda quem se lhes atreva a falar de corporações.

E em todo o caso, verificada a falência do liberalismo e a invariabilidade humana do comunismo, é na directriz corporativa que tem de se encontrar soluções para o presente.

Atendendo um pouco à história económica fácil é compreendê-lo.

Recordemos a época que imediatamente precedeu a Revolução francesa.

Com as conquistas coloniais e o desenvolvimento mecânico das indústrias foi já ela período de grande influxo capitalista e burguês, em que os valores mercantis e industriais começaram a superar a riqueza agrícola, até então quási exclusiva.

Os mercados, com a facilidade de novas comunicações, dilataram-se: de regionais converteram-se em nacionais e internacionais. Assim se transformava o carácter da economia quási familiar e simplesmente local em que se vivera antes. Desde a Idade-Média que o regime da indústria e comércio se achava localmente disciplinado em grêmios que davam satisfação às necessidades limitadas duma economia fechada.

Ora êsse regime não podia satisfazer já as necessidades de expansão que o alargamento dos mercados impunha e resultava ainda do aperfeiçoamento técnico das indústrias, pela descoberta do vapor.

Aí, a *causa ocasional* da ruína das antigas corporações das artes e ofícios, no fim do século XVIII e comêço do XIX.

Para lhe minar os alicerces se coligaram duas correntes doutrínarias, uma *política*, predominantemente, e *económica* a outra, mas postolando ambas a realeza do indivíduo: a do chamado FILOSOFISMO POLÍTICO, e a do LIBERALISMO ECONÓMICO.

Como é bem conhecido, consubstancia-se a primeira na concepção metafísica da liberdade abstracta: os imortais princípios dos direitos absolutos do homem; doutrina que não conhece realidade social que não seja a dos indivíduos, princípio e fim de si mesmos.

Aos olhos dos seus corifeus, as corporações que presupunham realidades e funções super-individuais e que, quantas vezes, haviam servido de sólido escudo às liberdades municipais e gremiais, — também por êles acoimadas de privilégios, — aos olhos dos seus corifeus, as corporações dizíamos, não passavam de odiosa mistificação e a so-

cidade natural elementar, a *familia*, de mero vínculo contractual. O próprio Estado, cúpula orgânica das corporações, era tolerado, reduzido ao mínimo, apenas sob a forma duma espécie de pacto da sociedade anónima, como catavento volúvel aos caprichos duma suposta vontade popular.

Em concorrência com esta doutrina dum idealismo irreal outra doutrina de natureza mais prática e materialista, a do liberalismo económico, se encarregava de preconizar em nome do *interêsse* individual a demolição de tôdas as barreiras económicas. Era o princípio *edonístico* do máximo prazer com o mínimo esforço erigido em dogma social. Do jôgo natural dos apetites, do *laisser faire*, se esperava, com beato optimismo, as futuras harmonias económicas: O aperfeiçoamento automático da vida social, generalizado ao globo inteiro pela abolição das fronteiras, primeiro económicas... e, — porque não? — políticas afinal.

Eis as doutrinas que na excepcional conjuntura do fim do século XVIII, a que acabamos de aludir, encontraram maravilhoso meio de germinação, ao ponto de parecerem verdades *irrefragáveis*, confirmadas, para os seus beneficiários, pela mais lucrativa das experiências.

Foi o Século XIX, o *do opogeu do Capitalismo*, de que fala o maior historiador dêste, Sombart.

E quem diria aos que assim tam sòlidamente criam nesses princípios, que mal passado um século, regressados os povos às condições duma economia reduzida a dimensões, senão já locais, nacionais, quem lhes diria, que as suas doutrinas, — só por coincidência verificadas como verdadeiras — exaustas as circunstâncias económicas inéditas que tornaram isso possível, se haviam de ver retumbantemente desmentidas, e ressuscitado o prestígio do espírito corporativo!

Contudo, no século XIX êste nunca se perdera totalmente, e sem me querer ocupar aqui de tantos pensadores de bom senso que continuavam teòricamente a defendê-lo — com mais razão do que resultado — a verdade é que, na instintiva reacção dos factos contra as falsas doutrinas, cedo começou êsse espírito a dar sinais práticos da sua vitalidade.

Assim apareceram as primeiras associações que foram agrupando as massas operárias, cuja formação inorgânica o liberalismo tinha provocado, e deixado em completo abandono.

Olhadas embora com desconfiança pelo estado capitalista essas primeiras realizações, formaram os operários as *trade unions* e os sindi-

catos para organizar a resistência à dureza do livre jôgo das leis económicas que os estrangulava.

Tendo precedido êste movimento sindical, e paralelo a êle, se desenvolveu, dentro do campo da ideologia, uma nova mística política ; *a do socialismo*.

Se por seus idênticos processos de acção violenta e revolucionária, êstes dois movimentos pode parecer terem entre si íntima afinidade, são contudo essencialmente de natureza diversa : um, mera concepção económica de natureza materialista ; o outro, espontânea reacção corporativa, embora mal delineada e pouco consciente.

Foi-se esgotando desde o comêço do século xx e, sobretudo, com a grande guerra a conjuntura extraordinária que dera azas ao liberalismo económico : a do monopólio das indústrias, a favor de certos povos europeus que os enriquecia, explorando indefinidamente os países agrícolas sem indústria.

Se idêntico esforço empregado na indústria é quantas vezes mais produtivo do que se fôr empregado na agricultura !

Esta exploração sistemática dos países agrícolas e dos exóticos, levou êstes a defenderem-se de tamanho lôgro doutrinário e a sua reacção foi-se traduzindo no recurso ao proteccionismo aduaneiro, a que nós portugueses regressamos desde o último têrço do século xix. Êsse proteccionismo desenvolveu mundialmente as indústrias locais, inclusivamente nos países coloniais e exóticos, antes apenas fornecedores de matérias primas.

Assim êstes, de consumidores de produtos manufacturados se converteram em concorrentes daquêles mesmos países que por muito tempo tinham estado só em campo a produzi-los. Voltou-se o feitiço contra o feiticeiro.

Em contra-partida, os países industriais sentindo cerceados os seus antigos mercados exteriores, têm-se visto obrigados a voltar-se para o desenvolvimento da própria agricultura como fonte de riqueza, e de segurança de mercados.

Entramos assim numa época de *nacionalismo económico*, imposto por circunstâncias cuja redução não se antolha possível. Em especial a industrialização dos povos de raça amarela, capazes de produzir em condições com que não é possível aos brancos manter concorrência, tolhem tôda a esperança de simples regresso ao livre-cambismo.

(Conclui no próximo fascículo).

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1836

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Agosto

**Dia 3** — A Câmara, em virtude de um requerimento feito por alguns Irmãos da Misericórdia por onde expõem que melhor podem esclarecer o negócio sobre mudança ou não mudança do Hospital, sendo a Irmandade ouvida em sua própria casa, nomeou o seu membro José Joaquim Vieira para ir com o secretário, no dia 9 do corrente, à Casa da Misericórdia a fim de presidir à votação do mencionado negócio.

**Dia 7** — Domingo de S. Gualter — À noite, às 11 horas, estando reunidas algumas pessoas na casa da Condessa de Basto, no Campo da Feira, jogando e passeando nas salas, que tinham as janelas abertas, foi disparado, da viela de Soalhães, um tiro com carga de chumbo, que causou susto e confusão na assemblea, ferindo dois sujeitos mui levemente, sem mais prejuízos. Diferentes conjecturas se fizeram dêste acontecimento; porém parece que o principal motivo foi o escandaloso ajuntamento de realistas «(também estavam alguns constitucionais)» numa ocasião em que tinham havido desfavoráveis notícias de Espanha para os constitucionais e em que os realistas tinham mostrado exaltação. Nesta noite também espancaram no sítio da Feira o João Salpicão que foi voluntário realista. (P. L.)

**Dia 9** — «Às 8 horas da manhã, principiou a tocar a juntar o sino da Irmandade da Misericórdia, para se reunirem os irmãos na Casa do Despacho, onde devia comparecer José Joaquim Vieira, membro da Câmara Municipal e o respectivo secretário para, segundo uma Portaria do Governo, se resolver acerca das representações que se tinham feito, umas para o Hospital se mudar para o extinto convento dos Capuchos, outras para o extinto convento de S. Domingos, e finalmente outras para se conservar onde estava. Depois de larga discussão decidiu-se que se pedisse licença ao Governo para comprar o convento de S. Domingos para instalação do Hospital. Fatal decisão!... Os vindouros facilmente conhecerão qual dos dois locais era melhor (falo dos locais, porque os edifícios nenhum era capaz, sem se fazer grandes obras), mas sómente tenho a notar que os interesses particulares de alguns indivíduos foram os que fizeram que se tomasse uma tam asnática deliberação». (P. L.)

**Dia 12** — Dissolve-se, por ordem do Governo, o batalhão móvel desta vila, bem como os de todo o reino. As armas aqui existentes foram remetidas para Braga. (P. L.)

**Dia 13** — A Câmara determinou que o seu secretário entregasse ao Governador Militar os livros que existiam no

arquivo municipal pertencentes ao extinto Regimento de Milícias, em virtude do officio recebido de 12 do corrente.

**Dia 13** — «Procedeu-se à eleição da Câmara Municipal e dos 5 indivíduos por proposta para administradores do concelho, saindo eleitos para camaristas os seguintes: Presidente, João Baptista Lemos Leite, proprietário de Arões = Fiscal, Manuel Pereira Marinho, proprietário de Arões = Francisco Ribeiro da Costa, negociante = José Correia Mendes, cirurgião = António Joaquim de Eça e Leiva, bacharel = José Dias de Castro, negociante = António Joaquim Ferreira de Castro, médico = e para administrador do concelho os indivíduos seguintes: José Joaquim de Abreu Cardoso, proprietário do Rebotto = Domingos Duarte Ferraz, proprietário = Joaquim Pinto Teixeira de Carvalho, bacharel = Rodrigo de Freitas Sampaio, bacharel, de Barrosas = António Machado, bacharel, de Vizela. No apuro dos votos desta eleição houve bastantes altercações dos Chamorros com os Mijados, argüindo aquêles a êstes de subôrno e traficâncias feitas nos círculos da aldeia. (P. L.)

**Dia 15** — Houve repiques de sinos em tôdas as tôrres, por ordem da Câmara (foi uma ordem supérflua, pois tinha de os haver por ser dia de uma das maiores solenidades da igreja católica: a Assunção de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>) em virtude de ser o dia do nome da Rainha e à noite houve luminárias; porém não foram gerais. (P. L.)

**Dia 22** — Chegou um destacamento do regimento n.º 9, vindo de Braga por ordem do Govêrno, assim como outros destacamentos que seguiram para outras terras por o Govêrno recear que no dia 24 dêste mês os chamados Mijados proclamassem a constituição de 1820. (P. L.)

**Dia 23** — Neste dia e noite chegaram a sair algumas pessoas da vila com receio de algum barulho que se dizia quererem fazer os Mijados (partido que também se chamava da opposição, e que queria a Constituição de 1820, ou outra cousa semelhante); porém o sossêgo público não foi alterado. (P. L.)

## Setembro

**Dia 1** — A Câmara, em sessão extraordinária, deu ao Governador Civil a informação dos 5 mais votados para administrador dêste concelho.

**Dia 7** — Foram nomeados membros da comissão que tem de liquidar os prejuizos pessoais causados pela *usurpação*. o bacharel António Leite de Castro, José Gonçalves Pereira, Teotónio Ferreira, Matias Albino da Costa Freitas e António Martins Machado.

**Dia 12** — Chegou a notícia, transmitida telegráficamente de Lisboa ao Pôrto, de ter dado a Rainha, no dia 10 dêste mês, a Constituição de 1820, em consequência de uma mensagem que lhe mandaram os corpos da 1.<sup>a</sup> linha e a guarda nacional, assim como de um grande alvoroço que houve na capital. A Rainha demitiu o ministério e nomeou outro, presidido pelo Conde de Lumiares. Nesta noite a polícia andou a rondar a vila e o sossêgo público não foi alterado, só apenas alguns sujeitos andaram a queimar foguetes pelas ruas. (P. L.)

**Dia 13** — Decretos: exonerando o bacharel António Bernardo da Fonseca Moniz da comissão de governador temporal do arcebispado de Braga, para que fôra nomeado por decreto de 8 de Junho de 1836, e nomeando para aquêle cargo o doutor Luiz Correia da Silva, lente proprietário na faculdade de teologia da Universidade de Coimbra.

**Dia 18** — Chegou a esta vila o Decreto que nomeava o Barão de Almagem (Mariano), General desta província do Minho, e outro que exonerava o Visconde de Geraz do Lima, o qual poucos dias antes tinha tomado posse. (P. L.)

\*

A Câmara, em sessão extraordinária, e com a assistência das autoridades administrativas, civis e militares, o Provedor do concelho, Juizes de Polícia Correccional, Governador Militar, Arcipreste e Delegado do Procurador Régio, deliberou que, vistos os incessantes desejos que se tinham manifestado nos habitantes desta vila de verem proclamada a Constituição de 1822, destinavam o dia de amanhã, 19, para se anunciar a mesma Aclamação por meio de um Bando; porém para economizar e aliviar os Povos do pêso dos festejos resolveu que immediatamente se officiasse ao Administrador Geral do distrito, para mandar as respectivas ordens e instruções, a fim de se celebrar ao mesmo tempo a função do juramento da dita Constituição.

**Dia 19** — «Saiu, por ordem da Câmara, um Bando a convidar os habitantes da vila a pôr luminárias na noite dêste dia e nas duas seguintes, por haver a Rainha dado a Constituição de 1822. O Bando era composto da maneira seguinte: adiante de tudo ia uma azêmola carregada de foguetes cobertos com um cobertor de damasco, logo atrás iam alguns tambores a tocar o toque que se costuma tocar nos bandos, depois seguiam-se dois escreventes da Câmara de capa e volta com chapéus emplumados com plumas azues e brancas e com laços das mesmas côres levando cada um deles uma bandeira azul e branca. No meio ia outro escrevente vestido da mesma maneira o qual recitava o pregão. No fim de tudo ia uma banda de

música a tocar o hino da Constituição, e uma escolta de polícia. Os vivas que se deram à Constituição e à Rainha, não eram correspondidos, senão por alguns rotos que acompanhavam o Bando, e nas janelas não se via senão uma ou outra pessoa a dar vivas. À noite, além das luminárias (por pouco tempo), houve repiques de sino e alguns foguetes do ar, mas não se viu outro sinal de regosijo público». (P. L.)

**Dia 21** — Na noite dêste dia, última das 3 em que se puzeram luminárias por ter sido proclamada a Constituição de 1820, saíram da Casa da Câmara, pelas ruas e praças da vila, 2 indivíduos (um era o célebre Palha, escrivão que foi provisoriamente no princípio do govêrno da Carta, e outro um escrivão) empunhando cada uma bandeira, seguidos por uma banda de música tocando hinos constitucionais e acompanhados por uns poucos de rotos dando vivas à Constituição de 1820 e à Rainha. Não eram correspondidos por pessoa alguma, o que os obrigou a percorrerem as ruas e praças em menos de meia hora. (P. L.)

**Dia 24** — «Foi o dia marcado pelo arcipreste do julgado desta vila para o clero principiar a prestar o juramento à Constituição de 1820 nas mãos do supradito arcipreste, por ordens que vieram do vigário geral de Braga, recomendando que todo o clero em geral jurasse a Constituição». (P. L.)

**Dia 29** — Chega o correio trazendo um decreto exonerando do lugar de Procurador Geral da Coroa o conselheiro João Baptista Felgueiras, vimaranense, que pediu a demissão, assim como outros muitos funcionários, por não aderir à Constituição de 20. Tinha tomado posse dêste lugar a 23 de Setembro de 1833. (P. L.)

## Outubro

**Dia 4** — Da meia noite para a uma hora dêste dia, faleceu no paço do D. Priorado, onde residia, o cônego tesoureiro mor Tomé Luiz Felgueiras, cavaleiro das ordens de Cristo e da Conceição. O seu retrato existe na galeria dos bemfeitores da Misericórdia. Era muito conhecido pelas suas excentricidades, de que o seu testamento foi exemplo.

\*

Pincipiam os alicerces do hospital de S. Domingos. (P. L.)

**Dia 5** — A Câmara determina que se prestasse o juramento à Constituição de 1822 na forma ordenada pelo Administrador Geral e fixa o dia 27 do corrente para, pelas 11 horas e na casa da Câmara, se proceder a êste acto.

Para os Juizes eleitos e seus substitutos nas freguesias do concelho foi fixado o domingo, 16, pelas 10 horas da manhã.

**Dia 7** — «A Câmara e empregados, juizes de paz eleitos, etc., juram a Constituição de 1820. Alguns dêstes funcionários recusaram-se a prestar o juramento». (P. L.) Contrário ao que fica dito por P. L., encontramos o seguinte: Dois autos de juramento neste dia 7 à Constituição Política de 23/9/1832, sendo um da Câmara e seus empregados e outro das autoridades electivas. Continuam os juramentos pelo mês adiante.

**Dia 13** — Por portaria de hoje, confirmada por provisão do dia 18 corrente, expedidas pelo Ministério do Reino, a Rainha D. Maria 2.<sup>a</sup>, atendendo às benéficas intenções da Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Domingos em querer estabelecer uma Casa

Pia para azilo e amparo dos Irmãos necessitados, houve por bem declarar-se Protectora do Hospital dessa Ordem 3.<sup>a</sup>, de cuja graça o Administrador Geral do distrito, em 27 dêste mês e ano, encarregou o Provedor de Guimarães de fazer constar à Mesa.

**Dia 19** — É nomeado administrador do concelho José Joaquim de Abreu Cardoso, do Reboto, e substituto Rodrigo de Freitas Sampaio, vulgo o Manguito, ambos vimaranenses. O Decreto chegou aqui no dia 30.

**Dia 20** — Chega ao Barão do Almagem, General da Província, que se achava em Caneiros, a notícia de terem fugido de Braga para a Galiza, onde haviam entrado tropas de D. Carlos, alguns officiais realistas. Esta nova causou bastante receio aos constitucionais e exaltação nos realistas. Nesta noite pegou a polícia em armas. (P. L.)

**Dia 22** — O Cabido da Colegiada jurou a Constituição de 1820, por ordem do vigário capitular de Braga, e determinação do Govêrno. Êste juramento foi dado involuntariamente por todos os Membros do Cabido. (P. L.)

**Dia 26** — Com assistência do povo, dos graduados da Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Domingos e titulares da terra, sempre acompanhado de vivas, repique e fogo, é lançada a primeira pedra para a fundação do hospital da mesma Ordem, instituída pelos irmãos terceiros Custódio José Ribeiro Guimarães e José Gomes Fernandes Baptista. No alicerce do cunhal para o lado do jardim, meteu-se dinheiro dêste ano e foi embutida uma pedra contendo os nomes daquêles 2 fundadores e dos mesários que serviram neste ano.

*João Lopes de Faria.*



D. BERNARDO DE VASCONCELOS POETA DO AMOR DIVINO,  
por *Ruy Galvão de Carvalho*. Pax-Livraria Litúrgica.  
Braga s/d.

São páginas de saúde, escritas por um companheiro de D. Bernardo nos estudos de Coimbra.

Com aquela sensibilidade poética que tanto o caracteriza, R. G. de C. soube sentir e compreender a obra do *Poeta do Amor Divino*. E assim êsse moço estudante que, depois, se fez religioso beneditino para melhor poder servir o Senhor, é recordado através dos seus versos cristalinos e puros, que tanto encantam e deleitam as almas.

Prefaciadas pelo bondoso frei António Coelho, estas páginas de saúde devem ser recolhidas em todos os corações que apreenderão, no exemplo de Frei Bernardo, a compreender e a sentir essa *Vida de Amor* que foi tôda a vida do frade santinho.

QUATRO HISTÓRIAZINHAS, por *Carlos Frederico*. Livraria Lelo, Limitada — Editora. Rua das Carmelitas, 144. Pôrto s/d.

Belamente ilustrado pelas snr.<sup>as</sup> D. Raquel Roque Gameiro e D. Laura Costa, encerra êste bem apresentado volume quatro históriazinhas interessantes escritas por Carlos Frederico: — *A história do Joãozinho*; *o Tinzinho dos pés rombos*; *história de Cristininha e do seu cordeiro* e *os bonecos de Elsinha*.

São quatro histórias bem escritas e de fácil compreensão, muito próprias para as crianças. De apresentação cuidada e luxuosa, constitúu um lindo brinde que as crianças muito apreciarão.

ALI BÁBÁ E OS QUARENTA LADRÕES, adaptação de *Carlos Frederico*. Livraria Lelo, Limitada — Editora. Rua das Carmelitas, 144. Pôrto s/d.

É outro luxuoso volume da *Colecção Infantil* editada pela Livraria Lelo, do Pôrto. Adaptação dos célebres contos das *mil e uma noites*, encerra boas ilustrações de D. Raquel Roque Gameiro.

Embora não seja livro próprio para tôdas as crianças, pois algumas se impressionarão com os monstros da história *Sindbad, o marinho*, é, porém um livro de interesse, pelo imprevisto das suas fantásticas histórias em lendárias paragens da Pérsia.

UN ÉTAT CORPORATIF — LA CONSTITUTION SOCIALE ET POLITIQUE PORTUGAISE, por *F. I. Pereira dos Santos*. Librairie du Recueil Sirey. 22 — Rue Soufflot, Paris (V), 1935.

É um volume de análise à nova orgânica corporativa do Estado Português. Dividido em 12 capítulos, em que se estudam a constituição social e política portuguesa da actualidade, foca todos os problemas de mais instante resolução. Pena é que ao tratar dos preliminares da Ditadura e ao historiar, embora resumidamente, os acontecimentos do passado, se não tenha referido à acção doutrinária do Integralismo Lusitano que foi quem, com a sua acção contra-revolucionária e a sua campanha persistente e heróica na defesa dos bons princípios, tornou possível o ambiente que deu o triunfo à revolução de Gomes da Costa e facilitou a acção de Salazar.

Este volume é prefaciado por Georges Renard, professor ilustre da Universidade de Nancy.

DELIBERAÇÃO TARDIA, (novela), por *Artur Tojal*. Oliveira de Frades, 1936.

Novela simples, sem pretenciosismos, revela, no seu A., qualidades apreciáveis. Continuí A. Tojal a trabalhar e a aperfeiçoar-se porque, se assim fizer, estamos certos que se há de impor, proporcionando-nos o ensejo de o felicitar e de o aplaudirmos.

FLORES DO OUTONO, por *Augusto Gama*. Pôrto, 1935.

Parece-nos que se trata da estreia dum novo poeta. Auspiciosa estreia, sem dúvida, pois os versos de A. Gama têm ritmo. Mas são agrestes, soturnos, pessimistas, sem terem a aquecê-los os raios doirados do sol da esperança. E para um poeta que principia é mau pronúncio. Desejamos que o A. se liberta dêsse pesadelos e nos dê versos sadios e cheios da fé que já revela no soneto *optimismo*.

CARTAS INÉDITAS DE ANTERO DE QUENTAL A WILHELM STORCK, publicadas por *Harri Meier*. Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935.

A grande alma de Antero, ainda hoje tam mal compreendida, manifesta-se, também, nestas seis cartas dirigidas a Storck, que Harri Meier veio tornar conhecidas. Storck, historiador e crítico literário de Münster, dedicou-se ao estudo da poesia épica e lírica portuguesa, tendo feito a tradução de diversas obras. Daí lhe nasceram as relações que manteve com algumas das figuras de maior relêvo nas letras portuguesas de então, entre as quais se contava Antero. Estas seis cartas, que por doação de Fran Geheimrat, filha do ilustre catedrático, pertencem à Biblioteca da Universidade de Münster são um precioso elemento para a biografia anterior.

CENAS DA VIDA BOÊMIA, por *Henry Murger*. Livraria Lelo, Ltd.<sup>a</sup>, Editora, 144, Rua das Carmelitas — Pôrto s/d.

Na colecção «Romances para todos» incluiu a Livraria Lelo este trabalho de Murger, que nos descreve a vida acidentada de diversos tipos, boémios de profissão, nas suas alegrias e nas suas misérias. Boa e artística apresentação.

O TIO GORIOT, por *Balzac*. Livraria Lelo, Ltd.<sup>a</sup> — Editora, 144, Rua das Carmelitas — Pôrto, s/d.

É da mesma colecção a tradução portuguesa, feita por Raul Martins, desta obra de H. de Balzac. Cenas da vida de Paris, com as suas grandezas, as suas depravações e as suas ingratidões servem de cenário e de tema ao desenrolar do romance do *tio Goriot*.

HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA, compilada por *Bernardo Gomes de Brito*, (Fascículo I). Edições da 1.<sup>a</sup> Exposição Colonial Portuguesa, s/d.

Trata-se de uma edição popular da *História* compilada por Benardo Gomes de Brito e publicada pela primeira vez entre 1735-36.

*História* da tragédia e dos naufrágios sofridos por galeões e navios portugueses quando demandavam longínquias e ignoradas terras, deve ser divulgada entre os portugueses que, nos exemplos do passado, muito tem que aprender e meditar. É de louvar, pois, a iniciativa tomada da sua publicação em edição popular para que, desta maneira, se torne mais acessível e conseqüentemente, mais proveitosa a lição de amor pátrio que as suas páginas encerram. Oxalá possamos registar, em breve, a publicação dos restantes fascículos em que se divide esta louvável edição.

OS JESUÍTAS NA VILA DE SÃO PAULO, por *Serafim Leite*, S. J. Departamento Municipal de Cultura, São Paulo, 1936.

Aos caluniados Jesuítas coube uma grande missão no desenvolvimento, expansão e colonização portuguesas no Brasil. Aos diversos trabalhos já publicados, e onde se demonstra quanto Portugal ficou devendo à acção colonizadora dos Jesuítas, vem juntar-se êste estudo, a todos os títulos valioso, do Dr. Serafim Leite.

As grandes cidades do Brasil foram fundadas, na sua maior parte, pelos Jesuítas.

Os documentos estudados pelo A. e que vieram acrescentar novos e preciosos subsídios ainda inéditos, confirmam duma maneira preciosa que a fundação de São Paulo coincide com a entrada dos Jesuítas na então *vila*, a êles se devendo o desenvolvimento que depois tomou êste conhecido centro de cultura.

São páginas vivas, grandiosas, imortais da nossa História. Por isso o seu A. conquistou justamente o 1.<sup>o</sup> Prémio do concurso de História do Departamento de cultura de São Paulo, realizado em 1935.

MARIAGE ET FÉCONDITÉ, por *Pierre Lhome*. P. Téqui, 82, Rue Bonaparte, Paris, s/d.

Na exaltação do casamento cristão encontra o Aut. remédio a alguns dos males que enfermam a época materialista que atravessamos.

Trabalho inspirado na encíclica *Casti Connubii*, expõe com notável clareza e à luz da ciência o problema do casamento ideal, baseado no método do Dr. Smulders e nas descobertas biológicas de Ogino e Knaus. Muito gostaríamos de vê-lo bem traduzido em português êste estudo de Pierre Lhome.

LE RÉALISME MÉTHODIQUE, por *E'tienne Gilson*. Pierre Téqui. 82, Rue Bonaparte, Paris, s/d.

A Livraria Téqui, de Paris, organizou a colecção «*Cours et documents de philosophie*» dirigida superiormente pelo conhecido escritor católico D'Yves Simon.

É dessa colecção *Le Réalisme Méthodique* onde Étienne Gilson apresenta os seus pontos de vista sôbre a filosofia realista, pondo-os em confronto com as opiniões do cardinal Mercier e Mgr. Noël, os dois célebres filósofos da escola de Lovaina.

HITLER ET ROSENBERG — OU LE VRAI VISAGE DU NATIONAL —  
SOCIALISME. Maison de la Bonne Presse. 5, Rue Bayard.  
Paris, 1936.

O mesmo A. deste livro escreveu já um outro que intitulou *Ce qui se passe en Allemagne*. Este de que agora nos ocupamos refere-se mais especialmente ao problema da educação da juventude nazi. Para alguns escritores católicos franceses, (e não franceses), é simplesmente condenável o que se passa na Alemanha. Esquecem-se, porém, que mais condenável é ainda o que se passa na França. Entre Hitler e Blum, entre a Ordem e a Desordem não podem existir dúvidas. Não terão os católicos motivos para se mostrarem satisfeitos com Hitler? Sem dúvida. Mas não será muito peor se em França se repetir o que se acaba de dar em Espanha? Este livro é profusamente ilustrado com boas e curiosas fotografias.

UN SAINT POUR CHAQUE JOUR DU MOIS (Janvier). Maison  
de la Bonne Presse. 5 Rue Bayard, Paris s/d.

Curiosa e útil publicação onde se faz a biografia dos santos referentes a cada dia dos meses do ano. Cada biografia é acompanhada de boas ilustrações de J. M. Breton.

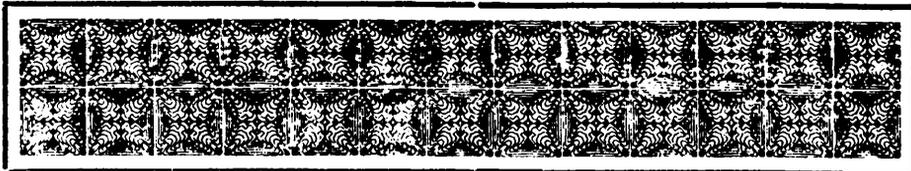
*Manuel Alves de Oliveira.*

DISCURSO PROFERIDO pelo *Führer e Chanceler Adolf Hitler*  
no Reichstag em 7 de Março de 1936.

Este famoso discurso que sobressaltou a Europa e fez, por um momento, desviar para o Reno as atenções da Inglaterra, até então preocupada com a guerra da Abissínia, é pôsto agora ao alcance de todos os portugueses numa tradução a que a Alemanha se tem encarregado de dar a máxima difusão para que o mundo em geral e os povos de língua portuguesa em particular fiquem a conhecer as razões do acto de alta transcendência na política internacional, que foi a remilitarização da Renânia. Embora a tradução portuguesa não seja isenta de defeitos (e compreende-se porquê) ela é todavia mais bem feita do que alguns livros escritos por portugueses e deixa-nos entrever claramente o pensamento do *Führer* Hitler. São algumas palavras vibrantes e cheias de fé nos destinos da Alemanha, ao mesmo tempo que uma prova cabal e concludente de que aquela grande e gloriosa nação não está disposta a deixar-se morrer sem resistência desesperada; simultaneamente se conclui com clareza o que já há muito uns suspeitavam e outros negavam: é que a Alemanha é hoje na Europa o mais forte baluarte contra o bolchevismo. O acto da remilitarização da Renânia é o primeiro passo para o combate ostensivo e de armas na mão, dado ao comunismo moscovita que quere a todo o custo envolver em poderoso círculo de ferro (com a França e a Espanha) as duas nações que mais têm lutado contra a ideologia já degenerada de K. Marx e dos seus discípulos. A aliança franco-soviética representa hoje para a Alemanha o mesmo perigo que em 1914 representou a aliança franco-russa. Como Hitler é dos tais que nada querem com a SDN nem com a concomitante verborreia estéril, entendeu que a melhor maneira de responder a um velado acto de força seria com um semelhante, mas ostensivo. Não se pode negar que os regimens de autoridade (fascismo e nacional-socialismo) têm entre outras uma qualidade que os põe muito acima do liberalismo falhado: a clareza de expressão. A reocupação da zona do Reno é um desses actos que não podem deixar de iludir ninguém. Oxalá que os povos lhe compreendam o alcance. De resto ainda agora se está no prólogo. É possível, pelo que se está a ver, que o desfecho seja uma horrorosa tragédia, mas talvez daqui até lá as coisas se componham de forma a tudo acabar da melhor maneira possível.

Entretanto o discurso de Hitler ficará como uma das páginas mais claras e mais sinceras que após a guerra têm sido escritas.

*António A. Dória.*



# O narcisismo de Antero

---

por RUY GALVÃO DE CARVALHO

.....  
.....

**O** CORRE-NOS agora um outro problema deveras merecedor da atenção de todo o anterianista, de todo aquêlê que sôbre a obra do grande Poeta se tem debruçado demoradamente, a-fim de, através dela, descer ao âmago da sua alma estranha e misteriosa, surpreendendo-lhe os contrastes mais singulares, adivinhando-lhe os impulsos mais íntimos, assistindo; numa palavra, ao seu *drama* psicológico intelectual.

Êsse problema é o do narcisismo de Antero.

¿ Teria sido, de facto, o Altíssimo Poeta narcisista ?

¿ Haverá em alguma poesia, em algum soneto, em algum verso do genial autor dos *Sonetos Completos* traço evidente que indique o seu narcisismo ?

A verificar-se tal vestígio, a reconhecer-se narcisismo em algum passo da sua obra poética — ¿ descoberta ficará porventura a verdadeira chave dos seus enigmáticos amores ?

Foi — parece-nos — Antero um cultor do narcisismo.

Assim, como prova, no soneto *Visita* o Poeta denuncia claramente o seu narcisismo .

Vejamo-lo :

*« Adornou o meu quarto a flor do cardo,  
Perfumei-o de almiscar recendente ;  
Vesti-me com a púrpura fulgente,  
Ensaio meus cantos, como um bardo :*

*Ungi as mãos e a face com o nardo  
Crescido nos jardins do Oriente,  
A receber com pompa, dignamente,  
Misteriosa visita a quem aguardo.*

*Mas que filha de reis, que anjo ou que fada  
Era essa que assim a mim descia,  
Do meu casebre à húmida pousada?... .*

*Nem princesas, nem fadas. Era, flor,  
Era a tua lembrança que batia  
Às portas de oiro e luz do meu amor! »*

O soneto *Sonho oriental* acusa também narcisismo.

Confessa o amoroso Poeta :

*« Sonho-me às vezes rei, nalguma ilha,  
Muito longe, nos mares do Oriente,  
Onde a noite é balsâmica e fulgente  
E a lua cheia sôbre as águas brilha... .*

*O aroma da magnólia e da baunilha  
Paira no ar diáfano e dormente... .  
Lambe a orla dos bosques, vagamente,  
O mar com finas ondas de escumilha... .*

*E enquanto eu na varanda de marfim  
Me encosto, absorto num cismar sem fim,  
Tu, meu amor, divagas ao luar,*

*Do profundo jardim pelas clareiras,  
Ou descansas debaixo das palmeiras,  
Tendo aos pés um leão familiar ».*

Há ainda nos *Sonetos Completos* e, sobretudo, nas *Primaveras Românticas* mais manifestações narcisistas de Antero.

Em nota à-parte, — que será publicada depois em volume —, tencionamos reproduzir todos os versos onde expresso venha tal narcisismo.

De resto a sua preocupação de parecer bem nos retratos e a desaprovação que manifestava sempre quando não os via perfeitos, bem tirados, são prova cabal da sua natural tendência narcista.

Consulte o leitor, a êste respeito, as suas *Cartas* e o *In-Memoriam*.

Aliás todos nós somos narcisistas: o homem, desde a idade pre-histórica, tem sido sempre narcisista.

Por isso não é de admirar que Antero o fôsse também.

\*

\*            \*

Vem-nos a-propósito à mente neste momento e numa natural associação de ideas, o raciocínio seguinte:

O fracasso dos seus amores não terá sido proveniente de o Poeta não ter encontrado em nenhuma mulher amada o reflexo de sua Mãe — ideal que fôsse a encarnação espiritual e física daquela que lhe dera a vida e por quem Antero tinha a mais viva afeição, a mais profunda amizade?

*... « Eu dava o meu orgulho de homem — dava  
Minha estéril ciência, sem receio,  
E em débil criancinha me tornava,*

*Descuidada, feliz, dócil também,  
Se eu pudesse dormir sôbre o teu seio,  
Se tu fôsses, querida, a minha mãe! » (1)*

Sendo-lhe, conseqüentemente, filho, espelho claro de sua Mãe, — Antero nela se mirava, mirando-se assim em si próprio qual mitológico Narciso. E porque em vão buscou em tôda a vida a Mulher idealizada, a mulher que se assemelhasse a sua Mãe, — o cantor romântico da *Beatrice*, o pobre e infeliz Poeta viu-se então obrigado a deixar-se permanecer solteiro até à morte, — jêle que sempre tivera uma alma sensível e afectiva, êle que fâcilmente se prendia às seduções e galanteios das belas descendentes da formosa Eva, êle que admirava bastante, no dizer de António Arroyo, a « mais bela metade do género humano »!...

---

(1) (Vid. *Sonetos Completos*, pág. 38).

A impossibilidade de encontrar êsse ideal feminino composto de elementos maternos «sublimados», origina-lhe por último absorvente melancolia e, num certo sentido, o *tédio da vida*.

Empregando nós a expressão de Gregório Marañón — nome que honra a Medicina espanhola —, Antero teve o «fetichismo del ideal», o seu amor foi um «amour fétichique», segundo a linguagem de Binet.

Daf talvez, em parte, a sua tragédia íntima, o seu drama pungentíssimo, pois, como é sabido, Antero não podia fugir à regra — à tendência instintiva que todo o filho tem pela mãe e que tôda a filha tem pelo pai.

Freud explica esta tendência em têrmos científicos, se bem que sem dúvida exagerados, logo discutíveis.

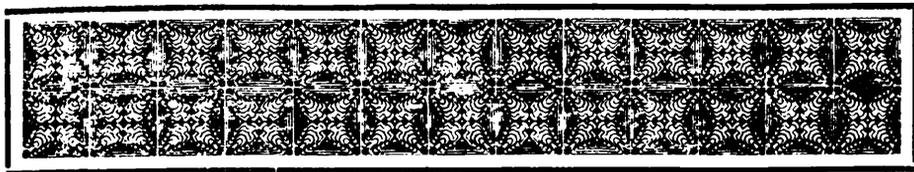
\*

Aventamos a hipótese acima esboçada; quem estiver senhor de seguros documentos e de reais elementos sôbre êste delicado problema, que diga da sua Justiça, — que fale!

E já não é sem tempo!...

*(Junho de 1933. Levemente modificado em Agôsto de 1936).*





# POBREZA

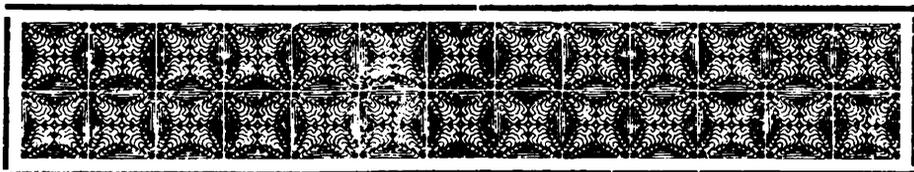
*« Le soir de cette vie, je paraîtrai devant vous les mains vides, car je ne vous demande pas, Seigneur, de compter mes oeuvres ». Santa Teresinha.*

Quando eu morrer, Senhor, eu surgirei  
diante de Ti, de ambas as mãos vazias.  
Não terei nada, meu Divino Rei,  
que fôsse meu no curso dos meus dias.

Meus, os pecados só. Êsses, eu sei  
que o Sangue teu mos lavarás nas vias ;  
as virtudes, porém, não poderei  
minhas dizer : de graça m'as envias !

Não contes meus pecados, Jesus meu,  
— únicos frutos de minh'alma langue :  
afoga-os na piedade do teu Sangue.

Sem merecer, nasci de cristã Raça ;  
sem fôrça, est'alma pobre amou e creu :  
espero a Salvação por tua Graça.



# O Espírito Corporativo

---

(Continuado da pág. 136 — Conclusão)

por SIMEÃO PINTO DE MESQUITA

O puro liberalismo económico está assim para a Europa, a não ser que ela queira suicidar-se, imediatamente liquidado.

Assim no-lo indica a crise económica mundial que há dez anos nos assoberba e nada tem de comum com as momentâneas crises cíclicas do século passado. O mito da produção indefinida para cuja massa depois se havia de achar indefinidamente mercado, está hoje esvasiado pela impossibilidade de se saír dos limites do nosso planeta.

Cada nação caminha assim inexoravelmente, pela fatalidade das coisas, para o máximo de autarquia ou independência económica. Essa nova directriz põe os estados europeus diante de um problema até certo ponto análogo ao que, em tempo, fôra naturalmente solucionado pelas corporações.

As suas dimensões económicas é que variaram: de locais ou regionais tornaram-se nacionais. Êsse problema a resolver será o de se ir proporcionando ao consumo possível, a produção.

Assim se evita a super-produção, e mais se consegue retribuir o industrial, — a quem o mercado nacional deve exigir produtos de *qualidade* — e pagar ao operário justo preço pelo seu trabalho.

São os três grandes princípios ideais da economia corporativa restaurada: produção regulada, produto de qualidade e justo preço.

Como fazer êsse ajustamento?

Pelo puro sistema da economia de estado dirigida? Mas o limite desta é o comunismo, mero avesso do individualismo integral, em que o Estado passa a ser *tudo* e as liberdades naturais do homem se degradam inteiramente num mal disfarçado neo-escravagismo!

Creio bem que no espírito dos professores que me escutam, informado pelo senso crítico que dá o convívio das disciplinas clássicas

— a clara luz helénico-latina, em que fomos nados, coada pela moraj cristã — nunca poderia encontrar albergue tam monstruoso pesadelo, gerado nas longas e fumosas noites do Norte.

E aos que, por malícia, — já que invoco o classicismo — se lembrarem de me apontar o exemplo de Platão, eu responderei que na sua República o número de cidadãos com direito a utilizar-se dos bens *comuns* era sempre limitado e servido praticamente por um exército de escravos . . .

E, à parte a poesia, não terão afinal que ser assim na realidade todos os comunismos?

Não discutirei pois aqui por anti-humana a ideologia comunista. Afastada ela, por um lado, e caduco o liberalismo por outro, resta-nos apenas para resolver os problemas sociais de hoje, como solução única, a corporativa.

E que admira, se ela assenta precisamente numa base realista de *relativismo* !

Como atrás dissemos, quer o liberalismo quer o socialismo revestiram aos olhos dos seus apóstolos a fôrça de *verdades místicas*. São como espécie de religião para tantos que se alardeam emancipados de preocupações espirituais, possuídos ou pelo materialismo prático das riquezas ou por uma espécie de *idealismo materialista* — permitam-me o paradoxo. A sêde de absoluto a que não pode fugir a natureza humana nêles é substituída — vingança do destino — pela sêde da sua caricatura !

Ao arrepio dêstes fanatismos político-sociais, o corporativismo é essencialmente uma doutrina *relativista*, pôsto que sólida pelas bases substanciosas de realidade e de experiência humana que a informam.

O liberalismo e o socialismo postulam o mito da possível felicidade absoluta dos homens na terra — o paraíso terreal transposto para o futuro — ou, directamente, pelo gôzo duma liberdade perfeita ou, imediatamente, através da visão em Deus . . . — Estado.

O corporativismo, pelo contrário, arredando essas utopias, procura pelos métodos de sempre, e dentro do condicionalismo humano, ir realizando no mundo social e económico, e consoante as circunstâncias, umas vezes as mais felizes, e outras as menos infelizes das soluções possíveis.

Tal relativismo é para os homens crentes na Providência divina — que são felizmente a grande maioria e em cujo número me conto — apenas a consequência lógica dessa fé. Para outros que não têm essa felicidade, mas não perderam o bom senso crítico, ainda as-

sim êle resulta nítido da simples observação da reduzida condição humana.

É precisamente, vista sob êste ângulo que, aplicada ao domínio da vida social, tem inteiro cabimento a sugestiva fórmula maurrasiana: « empirismo organizador ».

A consciência dessa relatividade tem, portanto, a grande vantagem de afastar o espírito dos governantes do *dogmatismo* de fórmulas ou esquemas infalíveis, *ne varietur*, e chamá-lo para o campo da cautelosa experimentação político-social.

Por outro lado, predispõe também os interessados e o público — ou seja a *crítica* — a não esperar das soluções corporativas milagres impossíveis, mas progressivas realizações e benefícios, e a não ver nos insucessos parciais a ruína de todo o sistema: antes apenas necessidade do seu melhor ajustamento.

Meus senhores, chegado a êste ponto, é tempo já de dizer alguma coisa de mais concreto sôbre o conteúdo do espírito corporativo que vos sirva de ensinamento e de lição prática, hoje que o Estado português — entre os primeiros da Europa — galhardamente proclama seus princípios.

Em primeiro lugar, êste sistema, encara a vida social tanto na sua materialidade como nos seus valores espirituais. Assim tanto se afasta daquêles que no homem só querem atender ao interêsse económico como dos que idealmente o exaltam até à auto-divinização *solipsista*. Por isso a doutrina corporativa postula a *liberdade*, não a liberdade irreal dos metafísicos que praticamente consiste na submissão às paixões e aos instintos, mas a liberdade concreta, inerente à natureza humana no livre-arbítrio, que precisamente se aperfeiçoa e realiza pela moderação dêsses instintos e pelo domínio dessas paixões.

Socialmente essa liberdade, por operar dentro de determinados condicionalismos legais, não deixará de ser a base propulsora das corporações: Foi dentro de muralhas que na Idade-Média se defendeu a liberdade nacional e dentro das corporações que tantas vezes se defendeu a da produção e do trabalho. As iniciativas particulares, espontâneas ou acordadas, terão sempre um papel fundamental a desempenhar, embora disciplinadamente, na organização corporativa. O papel do Estado neste capítulo há-de ser apenas o de orientador, coordenador e árbitro.

É por isso que a nação corporativamente organizada implica, — nem doutra forma se poderia mesmo conceber, — a permanência duma realidade governativa sem solução de continuidade.

Certas disposições tomadas pelo Governo português, em face da crise mundial de modo algum enfermam o conceito que formulamos sobre o papel de orientador e árbitro que especialmente compete ao Estado em relação às corporações:

Ante a perplexa atonia em que o Estado demo-liberal deixou os indivíduos — como caça depois duma batida — não admira que ao Estado regenerado se imponha, ante a urgência da hora, a obrigação de tomar a iniciativa das realizações corporativas.

Mas isto não nos deve iludir sobre a natureza dessas corporações. Não serão elas meras delegações do Estado. Não: O corporatismo português, por natureza das suas tradições, pela índole do nosso povo não podia aceitar essa doutrina, que em outros povos se explica aliás por tradição cesareana, ou por uma disciplina militarista arreigada.

Isso tem proclamado o governo em afirmações claras, e em textos legais, trocando a designação equívoca de «economia dirigida», pela de «economia organizada» e equivalentes.

Assim ao governo que dá o impulso devem corresponder os elementos vivos da Nação, agrupando-se activamente segundo as suas funções. Só desta forma se realizará o elemento de liberdade indispensável ao nosso corporatismo.

Se sob o ponto de vista da pessoa humana o corporatismo supõe o respeito da liberdade, sob o ponto de vista do Estado, o corporatismo é naturalmente a consequência dum nacionalismo robusto.

No corporatismo procura-se encontrar orgânicamente a estrutura económica e moral da Nação. Quem diz *nacionalismo* no sentido pleno da palavra, diz corporatismo.

A exaltação do *ideal nacional*, impõe-se naturalmente como o primeiro dos imperativos corporativos.

Este princípio condiciona o direito individual pelos deveres sociais dos indivíduos para com o Estado e as corporações.

Neste binário, nacionalismo dirigido pelo Estado e jôgo das iniciativas espontâneas nos quadros da organização geral, se encontra o plasma germinativo das realizações corporativas.

Mas o que são afinal as corporações?

São os organismos de direito público abrangendo as pessoas que exercem a mesma *função* social, — e não só as que exercem a mesma profissão — e cujo fim consiste em assegurar disciplinadamente o desempenho dessa função subordinando-a ao supremo interesse nacional.

O corporatismo assim entendido, abrange não só as funções económicas, — o que mais geralmente se supõe — como as de carácter ideal e espiritual. É êste conceito amplo aquêle que o Governo preconiza, como o revela inclusivamente na importância que dá na Câmara corporativa à representação dos interesses supra-económicos.

Desta forma tóda a prática corporativa, além de se propor melhorar os meios de satisfazer as necessidades materiais, tende a uma verdadeira política do espírito. Esta justifica-se não só por si mesma, mas até pela benéfica influência que os frutos da sua disciplina virão a exercer reflexamente sôbre a própria política de realizações materiais.

E quem melhor do que os professores poderá fazer essa salubre política do espírito?

Quem poderá criar na alma das gerações novas, o influxo intelectual e moral de que elas carecem para a felicidade comum da Nação?

Eis a grande tarefa que a Pátria espera, para as lutas do futuro, da corporação do seu professorado.

E não se suponha que para insuflar nas almas o espírito corporativo seja necessário descrever minuciosamente a sua orgânica actual e ocasional como quem ensina uma nomenclatura. O relativismo que está, como mostrei, na base de tóda esta doutrina, vos deve desviar de cometer semelhante êrro.

O corporativismo casa-se perfeitamente com a natureza social do homem:

Em todos os tempos espontâneamente êste formou sociedades naturais que, crescendo em complexidade, atingiram as culminâncias do estado político. Só aberrações ideológicas podiam ter criado os tipos alternantes da revolta anarquista e da passividade comunista.

É ensinando e dando o exemplo das virtudes individuais e sociais que preparareis naturalmente as almas que vos são confiadas, para que um dia se encontrem, como o peixe na água, dentro da sua corporação e — porque não? — nos seus postos de comando.

O aperfeiçoamento desta forma política exige condições de elevação moral, pelo menos no escol dirigente, para que, por degraus successivos, o exemplo se generalise.

Assim como para os produtos materiais a corporação exige qualidade, outro tanto para os valores intellectuais a corporação impõe elevação moral.

É o espírito de sacrificio, o ideal de servir, a moderação conciliadora; é a heroicidade ao comando da Pátria e dos grandes imperativos morais.

Desta última melhor lição não podeis colher do que os de tantos exemplos da história e, muito particularmente, da história portuguesa, que infusos vivem nas nossas veias; bastará acordá-los.

Por isso, a vossa tarefa neste capítulo não será, afinal, tam difficil como talvez imaginasseis!

Lembraí-vos que o homem é naturalmente corporativo. Só a paixão de falsos dogmas ou o afrouxamento do plexo social o pode afastar dessa inclinação.

Agora a vós me dirijo, particularmente, estudantes, meus amigos, companheiros de meus filhos.

No seio da vossa família aprendestes naturalmente a amar a Deus, ao próximo e, em consequência, a virtude primordial da honestidade.

E já que falo da família, que melhor posso fazer em seu louvor do que reler-vos o que sôbre ela acaba de dizer no seu belo discurso de Braga o Dr. Oliveira Salazar.

« Não discutimos a família. Aí nasce o homem, aí se educam as gerações, aí se forma o pequeno mundo de affectos sem os quais o homem difficilmente pode viver. Quando a família se desfaz, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco, para ficarem os homens diante do Estado isolados, estranhos, sem árrimo, e despidos moralmente de mais de metade de si mesmos; perde-se um nome, adquire-se um número — a vida social toma logo uma feição diferente.

Tem várias vezes acontecido, em épocas perturbadas de retrocesso à soberania dos instintos, relaxarem-se os laços da família, desaparecerem a intimidade e o pudor, submergirem-se a autoridade dos pais e o respeito dos filhos. Mas só no nosso tempo se ergueu em teoria, em ciência e em programa de Estado o que havia de supor-se passageiro desvairamento.

A natureza conquistará os seus direitos e a sociedade civil verá mais uma vez como a sua moral, consistência e coesão dependem directamente da moral, consistência e coesão do agregado familiar. Éle é a origem necessária da vida, fonte de riquezas morais, estímulo dos esforços do homem na luta pelo pão de cada dia — Não discutimos a família ».

Depois dos conselhos paternais é com os exemplos e lições dos vossos mestres que vos preparais para trabalhar útilmente na função social a que o destino vos consagre.

Numa corporação como a dêste liceu verificais praticamente, no convívio duns com os outros, que a natureza não fez os homens *iguais*: a certos, raros, deu formosos talentos, distribuíu a outros,

também não muitos, notável fôrça de carácter; deu a uns robutez física de que não fez compartilhar os mais, isto sem falar das inclinações tam diversas para que os vossos espiritos são diferentemente solicitados.

Não está esta simples experiência a indicar-vos que, dentro do mesmo meio a que todos pertencéis, os homens não podem ser iguais?

Olhando para as disciplinas que ides aprendendo, e para a unidade que uma organização como a desta casa representa, logo sentis o imperativo da *gerarquia* e da *ordem*, sem o qual não haveria ensino possível e vós não seríeis nunca nada do que vossos pais, vossos mestres e a vossa Pátria tem direito de esperar sejais um dia.

No exemplo dos vossos professores, prolongamento dos exemplos familiares, aprendeis as virtudes de sacrificio, de amor pela profissão e pelo respectivo corpo moral que tam necessários são às novas directrices políticas, exactamente no polo oposto das que há 100 anos eram geralmente preconizadas: ser o ideal da vida «a arte de ganhar dinheiro»!

Pela ginástica e pelos jogos, por vezes violentos, mas que nunca devem ser exclusivos nem depauperantes, desenvolvereis harmoniosamente o vosso corpo não só pelo prazer de os praticar, mas com a alta consciência de que a Pátria, segundo o preceito clássico, precisa de espiritos sãos em corpos sãos.

No estudo da história, da geografia, das línguas, verificastes praticamente pelas diferenças insuperáveis que existem entre os povos, as profundas razões de ser do nacionalismo e, tendo disso a consciência, não é difícil despertar-se naturalmente em vós o abraçamento do amor pátrio.

Em todos êsses estudos, completados pelo da filosofia, entrastes na inteligência da nossa infinita insignificância em face do Universo e dos problemas que êle sugere. Essa verificação não pode deixar de vos conduzir à merecida valorização dos princípios religiosos e metafísicos.

Estudantes, meus amigos, e o amor da família e do próximo, a liberdade, a saúde, o espírito de sacrificio e a aceitação das gerarquias, o zelo pela profissão, o patriotismo, os valores espirituais e o respeito por Deus é que constituem materiais preciosos para se acudir à construção da vida corporativa.

Foi com intuição admirável dos tempos novos, fruto do seu grande amor à Pátria e dum forte espírito militar—essencialmente de natureza

corporativa —, que o Marechal Gomes da Costa desembainhou há dez anos a gloriosa espada.

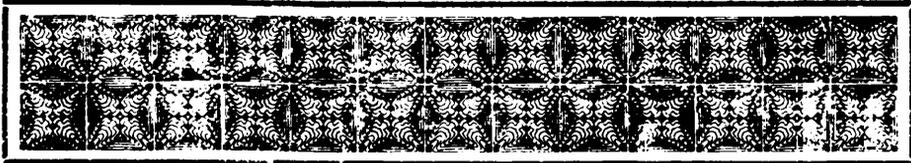
A seguir, foi com cautelosa prudência que o exército soube evitar — mesmo depois de «posta a casa em ordem», e a-pesar de quam bem tecidos cantos de sereia — o regresso a um passado não esquecido.

Mas só em 1931 pelo discurso do Dr. Salazar na Sala do Risco, é que o Estado oficialmente tomou consciência dos novos destinos que a Nação dêle reclamava.

É para os realizar, tornando-os cada vez mais perfeitos, nos limites da nossa irremediável imperfeição que a Pátria vos chama, ó estudantes, homens de amanhã!

Sabei corresponder ao seu apêlo para que, através de vós e da formação que souberdes transmitir aos que de vós nascerem, Portugal se perpetue!





# UM VERBETE DE BIBLIOGRAFIA ARTÍSTICA

(Continuado da pág. 121)

por ARMANDO DE MATTOS

## INSTRUCCAM V.

- Das letras quo só se podem ler ao Sol, e em agoa.

## INSTRUCCAM VI.

- Das letras na casca de ovo.

## INSTRUCCAM INCIDENTE.

- Das letras oclusas no ovo.

## INSTRUCCAM VII.

- Das letras sobre chrystal.

## INSTRUCCAM VIII.

- Das letras em cobre.

## INSTRUCCAM IX.

- Das letras na luz do espelho reflexas em sombra.

## INSTRUCCAM X.

- Das letras reflexas em luz.

## INSTRUCCAM XI.

- Das letras, que só se podem ler, queymado o papel.

## SECÇAM VI

- De alguns Stenographicos, e enigmaticos modos de escrever.

## PRENOTAÇAM.

### INSTRUCCAM I.

- Do modo de escrever por intervenção de figuras.

### INSTRUCCAM II.

- Para se corresponderem os auzentes em distancia.

### INSTRUCCAM III.

- Da escalla musica.

### INSTRUCCAM IV.

- Das letras prepostas, e pospostas.

INSTRUCÇAM V.

— Das letras salteadas.

INSTRUCÇAM VI.

— Das letras uzurpadas.

INSTRUCÇAM VII.

— Dos modos de escrever por algarismo.

INSTRUCÇAM VIII.

— Das letras intermedias.

INSTRUCÇAM IX.

— Do modo de escrever por circulos concentricos.

Nesta primeira *prenda*, faz quarenta e duas anotações ao texto, a documentar as suas acerções, e lançadas nas margens.

\* \* \*

## PRENDA II

### Arte de contar

#### PRENOTAÇAM

INSTRUCÇAM I.

— Da Arithmetica Hebraica.

INSTRUCÇAM II.

— Do Alphabeto Arithmetico Grego.

INSTRUCÇAM III.

— Da antiga Arithmetica Européa.

INSTRUCÇAM IV.

— Da Arithmetica Arabica.

INSTRUCÇAM V.

— Dos Alphabetos Arithmeticos Romanos.

#### MODO DE CONTAR CALENDAS

INSTRUCÇAM UNICA.

Tem de interessante a citação de uma quadra menemónica, relati-

va aos dias de cada mês, no género de outras já conhecidas, e que pode ter interêsse para os etnógrafos :

«Abril, e Junho trinta tem,  
Setembro, e Novembro taes são,  
Vinte e oito a Fevereyro vem,  
Em bissexto hum mais lhe dêem,  
Trinta e hum os mais terão».

Depois, para sintetizar as explicações que entende, para ensinar a contar as calendas, nonas e idos, apresenta-nos outra curiosa quadra :

«Às Nonas juntar podemos  
Hum só dia, se quizermos,  
Aos Idos outro daremos,  
Se dous ás Calendas dermos».

\* \*  
\* \*

## PRENDA III

### Arte das pennadas, e medidas, ou Symmetria

#### DOS CORPOS HUMANOS

##### PRENOTAÇAM.

##### SECÇAM I.

##### *Da Constituição dos Corpos Humanos.*

##### INSTRUCÇAM I.

##### *Da Osteologia.*

Faz curiosas observações, quanto ao número de ossos que os anatomistas atribuem ao corpo humano, optando por uma solução, em verso, que transcrevo :

« Ciento, y ochenta y dos, sin las ternillas,  
Son los huessos de el cuerpo en sus pedazos,  
En la cabeza dos, dos los asillas,  
Costillas veinte y quatro, y seis los brazos,  
Cinco el pecho, caderas, y espaldillas,  
Sessenta pies, y piernas en sus trazos,  
Las manos veinte y siete un par de vezes,  
Y el espinazo nueve con dos diezes ».

É uma nota para averbar à história da medicina, bem como a imediata.

INSTRUÇÃO II.

*Da Myologia.*

Com os músculos dá-se o mesmo que com os ossos, dando-nos a oitava seguinte, no género da anterior, e possivelmente de origem espanhola, como a linguagem em que é escrita dá a entender :

« Tienen quarenta y seis rostro, y cabeza,  
Ochenta y nueve el vientre, y los pechos,  
Veinte y quatro la espalda, y de alli empieza  
Lo que brazos, y manos deva hechos,  
Que son noventa y seis, pieza por pieza,  
Y son los que nos causan mos provechos:  
Ciento y veinte las piernas, y es la cuenta  
Cinco sobre trecientos y setenta ».

INSTRUÇÃO III.

*Da Symmetria dos Corpos Humanos.*

Abordando os vários módulos apontados pelos autores da sua época, declara-se partidário da opinião do espanhol Palomino.

INSTRUÇÃO IV.

*Das medidas geraes, e mayores.*

Continuando com a veia poética, o autor dá-nos outras curiosas oitavas, em que encerra a medida do corpo humano :

« Huma linha direyta lançaremos,  
bem conforme a grandeza que quisermos,  
que em partes oito iguaes dividiremos,  
se de homem, ou mulher, corpos fizermos:  
Em cinco a de menino partiremos,  
se credito a Sandrart agora dermos;  
e estas medidas geraes, e proprias são  
da mulher, do menino, e do varão ».

DISTRIBUIÇAM

« Das oito partes huma deve dar-se á cabeça de hum corpo sem defeito, outra na barba há de principiar-se, e terminar-se entre hum, o outro peyto ; onde a terceyra há de começar-se, se o corpo estiver todo direyto, que da cintura no meyo acabando, já o corpo da figura a irá mostrando.

\*

« A quarta parte deve ir-se extendendo até á bocca, ou raiz da geração, as quaes, como se fica percebendo, nos homens, ou mulheres, meyo são. Da quinta parte, e sesta vamos vendo, que. continuadas, fim no joelho dão, e deste a settima, e oitava até o pé, de hum corpo bem feyto a altura he.

Depois, refere-se aos braços, que

« Postos em Cruz ( quizermos acertar ) nesta forma entraremos a medir : quatro modulos justos se hão de dar a cada hum, no que se há de advetir, para em nada ás medidas se faltar, em que o corpo se manda repartir ; que oito são, na doutrina que seguimos, e em outras oito os braços repartimos.

\*

« Desde a cova da garganta o primeyro até o fim dos hombros contaremos ; logo o segundo, e segue-se o terceyro com que ao nó do pulso chegaremos ; onde já principiando o derradeyro no fim do dedo grande acabaremos ; e desta sorte os braços repartidos, farão do corpo a altura bem unidos.

\*

« Esta medida há-de limitar-se quando os braços cahidos estiverem, porque tres modulos so hão de dar-se a cada hum, sem já nunca excederem ; e no sobaco hão de principiarse, se de parte os dos hombros se puzerem, pois não devem lograr, quando cahidos, as mensuras que só logrão estendidos ».

INSTRUCÇAM V.

*Das medidas menores.*

INSTRUCÇAM VI.

*Das feyçoens dos corpos humanos*

Procurando caracterizar as diferenças de um e outro sexo, o autor dá-nos a interessante descrição do

## CORPO HUMANO

*Homem*

*Mulher*

<i>Cabelo</i>	Mais grosso, crespo e menos louro.	Mais louro, delgado, e comprido.
<i>Cabeça</i>	Tem forma óvada.	Mais óvada que a do homẽ.
<i>Testa</i>	Mais descoberta, e quadrada.	Mais redonda, e menos descoberta.
<i>Orelhas</i>	Mais grossas, e córadas.	Mais delgadas, e brancas.
<i>Sobrâcelhas</i>	Mais juntas, e mais grossas.	Mais delgadas, distantes, e arqueadas.
<i>Olhos</i>	Mais pequenos, e mais abertos.	Mayores, e menos abertos.
<i>Nariz</i>	Menos carnozo, e mais levantado.	Mais carnozo, bayxo, e redondo na ponta.
<i>Ventas</i>	Mais abertas	Mais fechadas, ou menos abertas.
<i>Bocca</i>	Mais comprida	Mais pequena ou curta.
<i>Beyços</i>	Mais grossos, e descorados	Mais delgados, e rubicundos.

	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>
<i>Faces</i>	Mais estendidas, ou menos cheyas.	Mais redondas, e mais alteadas.
<i>Barba</i>	Mais grossa, e comprida.	Mais miuda, e redonda.
<i>Pescoço</i>	Mais curto, e grosso.	Menos grosso, e mais levâtado.
<i>Corpo</i>	Mais musculozo	Mais macio, redondo, e carnozo.
<i>Hombros</i>	Mais largos.	Mais estreytos.
<i>Peytos</i>	Mais asperos, e menos cheyos.	Mais lizos, mais cheyos, e redondos.
<i>Papillas</i>	Pequenas.	Grandes.
<i>Circulos das Papillas</i>	Avermelhados.	Avermelhados, mas pallidos nas donzellas.
<i>Braços</i>	Menos carnozos.	Mays cheyos, e roliços.
<i>Mãos</i>	Menos lizas, e cheyas	Mais lizas, cheyas, e claras.
<i>Dedos</i>	Mais grossos nas pôtas.	Nas pontas mais delgados.
<i>Cintura</i>	Mais larga.	Mais estreyta.
<i>Barriga</i>	Mais recolhida.	Mais sahida para fóra, e redôda.
<i>Embigo</i>	Como o da mulher.	Assim como o do homem.
<i>Cadeyras</i>	Mais estreytas, e asperas.	Mais largas, e macias.
<i>Quartos</i>	Menos cheyos, e mais asperos.	Mais lizos, e mais carnozos.
<i>Joelhos</i>	Mais delgados.	Mais grossos, e crassos.
<i>Pernas</i>	Mais magras, ou delgadas.	Mais gordas, e roliças.
<i>Pés</i>	Mais compridos.	Mais curtos, ou pequenos.
<i>Unhas</i>	Mais encarnadas.	Mais brancas, ou menos encarnadas.

Almada, neste passo, aconselha aquêles que se não conformem com a *symetria* que apresenta, e que prefiram a de « *nove modulos, e hum terço* » a recorrerem à obra de Filipe Nunes, ou aos « *Artefactos Symmetriacos do Padre Vasconcelos Scalabitano, da Congregação do Evangelista* ».

- INSTRUCÇAM VII.  
— *Da Symmetria dos meninos*
- INSTRUCÇAM VIII.  
— Dos Escorços.
- SECÇAM II.  
*Primeyras pennadas.*
- INSTRUCÇAM I.  
— Das figuras nuas.
- INSTRUCÇAM II.  
INSTRUCÇAM III.  
INSTRUCÇAM IV.  
INSTRUCÇAM V.  
INSTRUCÇAM VI.  
SECÇAM III.  
*Das segundas pennadas.*
- INSTRUCÇAM I.  
— Das figuras vestidas.
- INSTRUCÇAM II.  
INSTRUCÇAM III.  
SECÇAM IV.  
*Terceyras pennadas.*
- INSTRUCÇAM I.  
— Das cetras pequenas de fachada.
- INSTRUCÇAM II.  
— Das cetras grandes de fachada.
- INSTRUCÇAM III.  
SECÇAM V.  
*Quartas pennadas.*
- INSTRUCÇAM I.  
— *Dos quarteis de pennadas.*
- INSTRUCÇAM II.  
INSTRUCÇAM III.  
SECÇAM VI.  
DAS CAPITAES, E LABYRINTOS.
- INSTRUCÇAM I.  
— Das letras capitaes.
- INSTRUCÇAM II.  
— Dos labyrintos.  
— Advertencia.
- INSTRUCÇAM III.  
SECÇAM VII.  
*Das tintas para as penadas.*
- INSTRUCÇAM I.  
— Primeyra Tinta.
-

INSTRUCCAM II.

— Segunda tinta, e terceyra

INSTRUCCAM III.

DIGRESSAM OPPORTUNA.

— *Dos instrumentos, e adereços  
pertencentes a esta Arte.*

— Regras.

— Compasso.

— Suplemento do tira linhas.

— Pennas de lapiz, e seus aparos.

— Suplemento do lapiz.

— Outro suplemento.

SUPPLEMENTO

— Das pennas de lapiz vermelhas.

SEGUNDA DIGRESSAM  
OPPORTUNA

— Dos ovados.

— Outro ovado.

SOCCORRO PARTICULAR

*Para os curiozos, que não sou-  
berem dibuxar,*

Composto

Dos modos mais ordinários de co-  
piar, ou trasladar fielmente  
qualquer dibuxo.

MODO PRIMEIRO

— Da quadricula.

MODO INCIDENTE

— De reduzir o original a mayor,  
ou menor na copia.

SEGUNDO MODO

— De copiar calcando.

TERCEIRO MODO

— De copiar com vidro.

QUARTO MODO

— De copiar com papel azeitado.

QUINTO MODO

— De copiar com pó de carvão.

SEXTO MODO

— De copiar com volante de Italia.

—

Nesta **PRENDA III,**

fez cincoenta anotações à margem.

## PRENDA IV

### Arte de illuminar, e colorir.

#### PRENOTAÇAM

*Da diffiniçam, e identidade desta Arte com a da Pintura.*

A diffiniçam, que Xenophonte deo á Arte da Pintura he a mesma que damos (e devemos dar sem escrupulos) a esta de que escrevemos, dizendo que he huma *Imitação de tudo o vizivel*. Sem escrupulos, e com razão, porque sem ella as querem alguns curiozos distinguir, como se a illuminação não fosse rigorosa Pintura imitadora de tudo o vizivel, e não guardasse indispensavelmente, sem limitação alguma quidditativa, as mesmas leys pictoricas, e os mesmos coloridos, e dibuxos, de que physicamente se compõem a supposta Pintura distincta. Nem obsta que a *Pintura* seja feita com *oleo*, e a illuminação com gomma; porque esta accidental differença he a mesma que há entre a Pintura a *oleo*, e a Pintura a *fresco*, (porque huma se pratica preparadas as tintas com agoa, e outra com oleos desecantes) e com tudo não se diz que a Pintura a *fresco* não he rigorosa Pintura, como o he a Pintura a *oleo*; esta mesma razão milita no nosso ponto: logo também se não deve dizer que a Illuminação não he rigorosa Pintura, como o he a Pintura a oleo.

#### SECÇAM I

*Da composição desta Arte*

#### INSTRUCÇAM I.

*Do dibuxo.*

Do que temos dito pôde já o curiozo ficar entendendo que esta Arte se compõem de *colorido*, e *dibuxo*, como outro qualquer composico physico de *materia*, e *fôrma*.

A fórma dizem os Philosophos, com o seu Aristoteles, que he a que dá ser às cousas, porque a materia he só aptitudinalmente com ella constutiva; o *dibuxo* he a *fórma*, e o *colorido*, ou as tintas, nesta Arte, são a *materia*, que com o *dibuxo* constituem o representativo ser de todas as cousas visiveis, em determinada especie, onde cada hũa individualmente tanto he mais perfeita, quanto o dibuxo mais com a sua symmetria se accommoda.

## INSTRUCCAM II.

### *Da divizão do dibuxo.*

Divide-se o dibuxo em *natural*, e *artificial*: o natural comprehende os contornos, e dintornos de todas as cousas naturaes, realmente existentes, ou sejam racionaes, ou sensitivas, ou vegetativas. As racionaes são as que podem racionar, e sentir, como os Homens, Mulheres, e Meninos: sensitivas as que, podendo sentir, não podem racionar, como o Leão, Touro, Elefante, Águia, Golfinho &c. vegetativas são as que só podem vegetar, como as Arvores, Plantas, Flores &c. O dibuxo artificial comprehende todas aquellas cousas mixtas, ou compostas de cousas não naturaes, ou de parte de cousas naturaes, e de parte de cousas artificiaes, com Grutescos com figuras, Faunos, Satiros &c.

De hum e outro dibuxo necessita o curiozo ter noticia; porê m como o das figuras, ou corpos humanos (de que já tratamos na Arte das pennadas, Prenda segunda) he o mais nobre, e por isso o mais principal, nelle deve fazer especial estudo, porque com elle ficará disposto e habilitado para facilmente comprehender o de algumas especies de animaes, ou de outra qualquer cousa, que lhe for necessaria: porê m he disconveniente applicar-se ao estudo de muytas symmetrias juntamente, porque em nenhuma sahirá conhecidamente aproveytado. Sabemos que Zeuzis entre todos comprehendeo nesta Arte a razão das luzes, Cleoneo a variedade dos aspectos, e Corezo o primor dos coloridos, e outros outras cousas, mas não que nenhum destes mesmos Primicerios, ou Gigantes da Pintura, deyxasse de ser Pigmeu na perfeyta imitação, ou comprehensão do dibuxo de tantas, e tão varias cousas, quantas circunda a portentosa machina do Uuniverso.

### INSTRUCÇAM III.

#### *Do colorido.*

*O colorido he hum certo temperamento de luz, e sombra, (diz Scheferd) e melhor differamos que he huma denominação que em apto sujeyto resulta das cores com que se colorifica, sem mostrarmos que o Colorido devolve por sua natureza temperamento de luz, e sombra; tanto porque estes effeytos são só privativos da luz, como ao diante veremos, quanto porque não deyxará de ser colorida qualquer materia idonea, a que as cores, ou tintas se applicarem, ainda sem ordem, ou graduação alguma, de que só procede o temperamento das luzes, e sombras na Pintura.*

### CORES

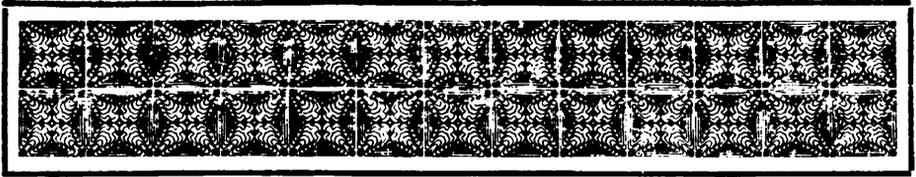
No sentido em que escrevemos, deyxadas as consideraçoens Philosophicas, são humas *tintas materiaes, e idoneas* para representar no consorcio do dibuxo todas as cousas visiveis. Destas cores humas são naturaes, outras artificiaes. As naturaes são aquellas, que pela sua aspereza, e escabrozidade se inutilizão para illuminar, como os *ocres, terra verde, terra negra & c.* ainda que tanto servirão nas celebradas Pinturas daquelles antigos Corifeos, cuja fama nos traz á memoria a indagora curiosidade de Plinio. As artificiaes (a que o mesmo Author chama floridas, que são as melhores para a Illuminação, Miniatura, e outras quaesquer curiosidades) achará o curiozo na seguinte

### OITAVA

<i>Sombras de Cintra,</i>	<i>de colonia,</i>	<i>e Carmim,</i>
<i>Verdete,</i>	<i>Cinzas azues,</i>	<i>e Açafrão</i>
<i>Negro de fumo,</i>	<i>Verde estillado</i>	<i>e assim,</i>
<i>Sinopla</i>	<i>Verde bexiga</i>	<i>e Vermelhão</i>
<i>Verde lírio</i>	<i>Flor de Anil</i>	<i>e Maquim</i>
<i>Tinta da China</i>	<i>Guta gamba</i>	<i>e Zarcão</i>

*Estas as tintas são mais conhecidas, no uso da Illuminação admittida.*

*(Continua)*



# Cartas sem franquia

VII

a MAURÍCIO F...

Pôrto, Julho.  
Estimável Amigo :

Só hoje pude arranjar finalmente uns magros minutos, bem escasos, para responder à sua amável carta do mês findo. Você, por certo, me desculpará sabendo, como sabe, da minha ocupada vida. Uma digressão pelo Alentejo, com paragem forçada e embevecida em Évora, a Encantadora, uma rápida fugida ao luminoso Algarve de céu tam azul, três dias de cama motivados por um pequeno acidente na Costa do Sol, uma multidão de revistas e jornais a devorar quando regresssei a esta sua casa, — aqui tem Você os motivos do meu silêncio. Mas por Deus, não vá supor que da minha parte houve a menor intenção de o melindrar deixando passar tanto tempo sem lhe escrever! Creio estar plenamente justificado com o que acabo de lhe dizer.

E, pôsto isto a modo de introdução, vou tentar responder ao que me pede. É realmente muita amabilidade, da sua parte, querer ouvir alguns conselhos e opiniões sôbre os seus projectos literários. Li o seu pedido com espanto e estranheza: espanto porque não o sabia dado às letras; estranheza porque não sou eu a pessoa naturalmente indicada para o aconselhar. O meu Amigo tem tanta gente a quem recorrer... Evidentemente não vou aconselhar-lhe a leitura do Albalat e outros autores análogos, mas antes lhe pediria consultasse quem pelo valor incontestável nas letras da nossa terra ou pela obra valiosa seria o natural conselheiro dos que, como Você, pretendem iniciar-se na difícil arte de escrever. Ora eu, pobre escrevedor de coisas insulas e insignificantes, possuindo apenas o dom de saber observar e um amor desordenado pela leitura, ¿que dotes posso a recomendarem-me como conselheiro de escritores incipientes?

Incontestavelmente nenhuns, e só a sua boa amizade se lembraria de me fazer tal pedido em tal ocasião. Não conte, pois, com suculentos conselhos recheados de erudição. Simples turista das letras, não fazendo delas profissão, amando, porém, a beleza suprema da perfeição, tenho o culto dos bons escritores que admiro sem reservas e em bloco. Sem preocupações de fazer estilo e sem desejos de espantar o burguês ignorante, de quem tanto riu o bom do Flaubert, apenas exijo duas qualidades no escritor: clareza e perfeição.

A primeira dessas duas raras qualidades é irmã gêmea da simplicidade; só o simples é claro, embora nem todo o claro seja simples. O primeiro dever do escritor é fazer-se compreender do leitor, e os que escrevem em estilo empolado, retorcido, cheio de arcaísmos escusados ou de neologismos idiotas, a êsses detesto-os sinceramente pela sua insinceridade. A glória dos grandes nomes das literaturas de todos os tempos, desde Homero até Anatole France provém em grande parte da claridade da sua expressão. Nada de frases difusas, coleantes e gongóricas. Escreva pois Você tal como fala, sem palavras rebuscadas e sem preocupações de inêditismos ou modernices. Como treino entendo que é imprescindível a leitura, a boa leitura, dos que bem serviram a língua, seja qual fôr a sua nacionalidade. Lembro-lhe que um autor francês a quem um novato pedia o aconselhasse nas leituras para aprender a bem escrever, lhe recomendou: — Leia Cícero. — Mas o que eu pretendo, retorquiu o estudante, é aprender o bom francês. — Leia Cícero, foi a resposta do outro.

Quanto a Você dir-lhe-ei: leia Cícero e leia Bernardes, leia Anatole e leia Dickens, leia todos enfim os que serviram superiormente a sua língua e dela fizeram uma bandeira em cuja defesa empenharam os seus dias. Sim, a língua é uma bandeira sob a qual todos devemos orgulhar-nos de militar. António Correia de Oliveira, o poeta lusitaníssimo dos nossos tempos e um dos bons servidores dessa bela língua que é a nossa, no-lo diz numa daquelas adoráveis redondilhas em que é mestre:

Ouvi! A Língua é bandeira  
da Pátria que reza e canta.  
Bemdito quem entre tanta  
de altiva côr estrangeira,  
à luz do sol a levanta!

Pelo que respeita à perfeição, essa almejada perfeição que fêz o tormento de tantíssimos escritores, essa só se adquire pelo titânico esforço de anos e anos de trabalho. Eu poderia dar-lhe aqui alguns conselhos desbotados e insossos, por entre os quais deixasse entrever o meu pensamento a tal respeito, mas prefiro contar-lhe antes um breve conto simbólico que li algures há anos já, e que sintetiza bem a perfeição no seu aspecto abstracto.

Há longos anos, creio que há séculos, dois irmãos saíram uma tarde a passear, convidados pela beleza do dia e pela doçura do ar que os chamava para a rua. Suponho que era isso na Índia, terra de maravilhas onde tôdas as fantasmagorias são possíveis e admissíveis. Êsses dois irmãos, filhos de poderoso rajá, senhor de riquezas fabulosas e de súbditos incontáveis, eram totalmente diversos nos caracteres. Um, Abdalá, era altivo, despótico, amando o luxo, o conforto, as riquezas, desprezando o pobre e o fraco, olhando friamente a dor e a desgraça, insensível ao sofrimento e à miséria dos pobres humanos. Nunca o coração se lhe abria para consolar uma dor, como nunca da bolsa tirara qualquer miserável moeda de cobre para mitigar um pouco a fome de um desgraçado. Herdeiro da coroa, os súbditos do pai pediam a Deus que tarde viesse o momento fatal em que o filho lhe sucedesse; êles anteviam já as calamidades que sôbre o reino caíriam quando do alto do trono o rapaz ditasse a lei.

Seu irmão, Cutiapá, era mais novo um escasso ano e a perfeita antítese de Abdalá. Afável, bondoso, amando os pobres e as crianças, desprezava o luxo e só queria a bolsa bem recheada de boas moedas de prata para poder reparti-las com os infelizes e com os necessitados. Quando regressava a casa depois do passeio diário, trazia sempre a bolsa vazia, mas nos olhos brilhava-lhe um fulgor estranho de alegria e no coração palpitava-lhe a certeza de que a fome não entrava nesse dia nos pobres lares dos súbditos de seu pai, e que o calor dum bom lume aflagava e aquecia as humildes cabanas até dos mais miseráveis.

Ora a-pesar-da disparidade de caracteres, êstes dois irmãos estavam ligados por uma sólida amizade; esta os fazia andar quási sempre juntos, até mesmo quando Cutiapá ia levar aos desgraçados o conforto da palavra persuasiva e bondosa e as esmolas da sua riqueza. Foi essa amizade que, como lhe disse, os fêz numa tarde sair de casa, convidados pela doçura do dia, fresco e suave como às vezes há na Índia. Montaram os cavalos ricamente ajae-

zados e partiram sós, contra o costume. Naquêlê dia queriam gozar a delícia do ar e aspirar o perfume das flores e das plantas campestres sem que olhares indiscretos os vigiassem. E foram e andaram até que de-repente, numa volta de caminho, já o sol avermelhado descia por detrás de altas montanhas, lhes surgiu um penedo grandíssimo e de forma estranha. Abdalá apontou a rocha e convidou o irmão a observarem-na de mais perto. Desmontaram, aproximaram-se do enorme rochedo, e enquanto o examinavam por todos os cantos notaram umas letras bastante apagadas, antiga inscrição sânscrita que mão desconhecida ali insculpira. Cutiapá curvou-se um pouco e, na luz difusa do anoitecer, leu:

«Tu que me lêes, se és forte e te queres ilustrar, desenterra a espada que eu oculto, desce com ela ao vale, mata o animal feroz que lá se encontra e sobe com a carcassa ao mais alto monte que vires. Lá no alto te espera a merecida recompensa».

Ao terminarem a leitura os dois irmãos olharam-se com pasmo. Daí a pouco, porém, Abdalá soltou uma gargalhada e disse: — Vamo-nos embora! Quem quer que escrevesse isso é um belo farçante.

Pensativo, Cutiapá respondeu: — Não! Talvez seja verdade o que ali está escrito. E depois, sem esforço nada se obtem neste mundo. Çakya-Muni deixou as riquezas fabulosas e os esplendores do mundo para buscar a perfeição. Eu estou disposto a deixar tudo para obedecer ao meu coração que me diz ser verdade o que ali ambos lemos.

Em vão Abdalá o quis dissuadir. Empregou todos os esforços para vencer o desígnio do irmão, mas a insensibilidade dêste irritou-o e, dando largas ao temperamento orgulhoso e esquecendo a amizade que tinha a Cutiapá, exclamou irritado: — Fica-te embora! Não quero perfilhar a tua loucura e ser amanhã objecto de irrisão dos que souberem dela! E, montando a cavalo, partiu a galope. Cutiapá ficou só, em frente do rochedo, sob o céu estrelado. O desejo de investigar a verdade espicaçava-o, mas o receio da aventura punha-lhe frêmitos na espinha. Ali passou a noite pensando no seu destino. E quando a manhã raiou, enchendo de luz todo o sítio, resolutamente ergueu-se do lugar onde estivera sentado, correu para a rocha e procurou febrilmente, como se buscasse um tesouro. Mal principiava a escavar com as mãos num ponto que lhe parecera o indicado, quando a mole enorme se moveu e rolou pela montanha desfazendo-se em pó no fundo do vale onde corria um fiozinho ténue de água. Assombrado o príncipe viu na sua frente, em pé, uma espada magní-

fica, faiscando ao sol nascente e a tremer como impelida por mão invisível. Certo do seu destino, arrancou-a, brandiu-a no ar e precipitou-se para o vale numa correria louca, cabelos ao vento, olhar inflamado, animado pela febre de alcançar o prêmio invejado.

Naquêles tempos a Índia era terra fértil em milagres. Não se admire pois, Você, dilecto Amigo, se lhe disser que enquanto Cutiapá corria, a paisagem se transformava maravilhosamente. O que até ali fôra um vale ameno cercado de elegantes colinas, tornou-se súbitamente um lugar horroroso, coberto de escarpadas montanhas e abismos temerosos, cheios de gritos angustiosos e horrendos, de árvores esgalhadas, núas, de pele negra e aspecto patibular. A escuridão mais densa substituíra a linda manhã clara.

Mas dentro da alma do heróico príncipe brilhava a chama verde da Esperança. Cutiapá brandia a espada e ela expedia chispas que semelhavam raios no meio do negrume ambiente. Os ruídos continuavam e vozes cavernosas e ocultas proferiam palavras de morte. Mas êle não cedeu. Já que fôra até ali continuaria até ao fim. Os espinhos das ervas ruins que enchiam os tortuosos caminhos picavam-no e enterravam-se-lhe nas carnes que até então não conheciam a dor; o sangue escorria-lhe ao longo do corpo, o suor banhava-o, as roupas estavam em farrapos, mas o príncipe corria sempre, ofegante, de espada luminosa ao alto, sem receio e sem tristeza.

Repentinamente ouviu um rugido que o gelou de pavor. Nunca ouvira semelhante grito, misto de angústia e de ameaça, grito que reboou pelas quebradas daquela serra maldita como um sinal de perdição. Cutiapá deteve-se a ouvir e novo grito saiu das profundezas do negro vale, sem êle puder distinguir quem o soltava. Retomou a marcha um pouco mais cauteloso, mas sempre com a espada estendida numa esperança, e, ao virar dum caminho, por entre denso matagal de ervas emmaranhadas, viu na sua frente um monstro-horrível; o corpo era como o dos clássicos dragões que povoam as lendas orientais: a cabeça de crocodilo mostrava dois olhos fixos, muito brilhantes, dum vermelho penetrante, e a bôca era provida de afiadíssimos dentes por entre os quais escorria uma baba ensangüentada nos intervalos por onde não saíam as línguas de fogo que a defendiam; possuía duas orelhas aguçadas, como as de um jumento gigantesco; as pernas eram de leão, com garras de águia; ao corpo, volumoso, cobriam-no grossas escamas verdes e a cauda de serpente terminava em apêndice em forma de flecha, que parecia muito duro e cortante. O gigantesco

bicho parou ao ver o príncipe, e êste imitou-lhe o movimento parando também. Então Cutiapá ergueu de novo a espada e o monstro soltou um grito maior e mais horrível do que todos os que antes soltara; ao mesmo tempo da bôca safa-lhe uma aluvião de chamas sulfurosas e baba sangrenta que empestavam o ar. O príncipe tremeu mas não recuou. O seu coração era puro e o seu pulso forte. Avançou e trespassou o monstro que cafu sem um grito. Nesta ocasião a escuridão deu lugar a uma luz difusa, antes pálida claridade, que ia deixando aperceber melhor os objectos.

Cutiapá pôs-se a mirar o monstro e a pensar como poderia, pobre ser pequenino e fraco, transportar animal tam corpulento. Todavia pegou-lhe por uma perna e admirou-se de o achar mais leve do que supunha. Pondo a espada à cinta, atirou para as costas com a carcassa do dragão. No mesmo instante a claridade fêz-se de todo e êle pôde ver a algumas léguas, esfumando-se, elevadíssima montanha. Era a indicada; para ali deveria conduzir o corpo do feio bicho que acabava de matar. Cheio de coragem principiou a subir a larga ladeira que o levaria à longínqua montanha, mas tropeçava aqui e ali, a cada passo que dava; o animal pesava agora mais do que parecia quando o puzera às costas. O suor banhava-o, as pernas vergavam-se com o pêso, os pés estavam inchados, cortados, cheios de sangue, as pedras aguçadas do caminho faziam-no sofrer horrivelmente, mas o seu coração cantava bem alto o hino da alegria por se ter desempenhado tam bem da missão que a si próprio impuzera. E andou, andou sempre, sem desfalecer, até chegar ao sopé da montanha. A paisagem novamente se transformou e Cutiapá reconheceu com alegria as árvores e as flores do reino de seu pai. No céu dum azul ferrete brilhava um sol esplendoroso e no cimo do monte um castelo de cristal chispava como estrêla altaneira. O príncipe começou, animosamente, a ascensão e — coisa extraordinária! — à medida que subia a carga tornava-se-lhe mais e mais leve até que ao tocar o cimo monstro e espada desapareceram repentinamente. Cutiapá olhou maravilhado um jardim de linda relva e belos ornamentos, com canteiros ostentando flores raras e formosíssimas, árvores frondosas e duma beleza estranha, frutos tentadores e aveludados e fontes cristalinas e cantantes. Na sua frente o belo palácio de cristal abria-lhe as portas amigas e para lá se encaminhou o corajoso príncipe, por entre os trilhos de alegres avezinhas que o acompanhavam como em cortejo. De repente, antes de entrar, uma voz suavíssima fez-se ouvir e, enquanto andava, êle escutava-a enlevado.

— Vai, corajoso homem, dizia ela, vai sempre em frente. Pelo teu esforço conseguiste o prémio prometido. Aí te ressarcirás dos teus trabalhos e descansarás antes de empreenderes nova jornada. Novos montes vais subir e a novos vales descerrarás, com muito menos custo do que até aqui. Novas e maravilhosas paisagens contemplarão teus olhos mortais até que um dia me alcançarás finalmente: eu sou a Perfeição!

Aqui tem Você, caro Maurício, o que eu queria dizer-lhe. Esta encantadora e antiga lenda, dum simbolismo tam profundo e duma filosofia tam transcendente, diz-lhe bem melhor do que eu o que Você deve fazer para alcançar (se alcançar!...) essa esquiva Perfeição. Não recordo quem disse ser o génio uma longa paciência. Tenha-a Você, estude e trabalhe e eu estou crente de que os vindouros lembrarão o seu nome com admiração e com respeito.

Perdoe se não lhe satisfiz inteiramente a curiosidade e se não conseguí responder-lhe como Você esperava. Isso provará bem o que ao princípio lhe disse, embora eu pusesse em responder-lhe tôda a minha boa vontade de amigo.

Disponha sempre do que é

*et nunc et semper*

JOÃO DA EGA

Pela cópia: António A. Dória.



# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1836

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Novembro

Dia 4 — Foi S. Magestade a Rainha sr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup>, do palácio da Ajuda para o palácio de Belém, e mandando aí reunir a pouca tropa de linha que estava em Lisboa, os antigos conselheiros de estado, generais e autoridades, nomeou um novo ministério, aboliu o decreto de 10 de Setembro deste ano, pelo qual tinha dado a Constituição de 1822, e deu uma anistia aos partidários da mesma, ficando sendo a lei fundamental da Monarquia Portuguesa a Carta Constituição de 1826. Opondo-se a Guarda Nacional de Lisboa a este procedimento, houve na capital alguns assassinatos, como o do conselheiro de estado e antigo par do reino, Agostinho José Freire, vendo-se a Rainha na necessidade de voltar outra vez para o palácio da Ajuda e reconduzir os 3 ministros de Estado, Barão de Sá da Bandeira, Manuel da Silva Passos e António Manuel Vieira de Castro, que já tinham sido nomeados no dia 9 de Setembro.

Dia 8 — Chegou a esta vila a notícia dos acontecimentos de Lisboa, do dia 4 deste mês, e em consequência desta notícia deram os partidários da Constituição de 1822 muitos foguetes, tiros, vivas à Constituição de 1822 e morras aos Chamorros (amigos da Carta). Não houve luminárias. (P. L.).

Dia 11 — A mesa da Misericórdia, por proposta do seu provedor, nomeou escrivão José Vicente da Rocha, por José Maria Lopes de Carvalho ter optado continuar no exercício de tabelião-notas e a mesa julgar incompatíveis os 2 lugares que elle occupava.

Decretos: transferindo: Manuel de Freitas Costa de delegado do procurador régio em Fafe para o mesmo emprêgo em Braga, e Valentim Brandão Moreira de Sá, de contador do Juízo de Guimarães para escrivão do mesmo, pela transferência e novo despacho de José de Sousa Bandeira.

Dia 14 — A Câmara, em sessão extraordinária, determinou que em razão de S. Magestade haver de novo Jurado a Constituição de 1822, se convidassem os habitantes para que iluminassem suas janelas por 3 dias e se lançasse fogo do ar nesses 3 dias, havendo em todos elles os competentes repiques de sinos.

Dia 16 — «A Câmara Municipal convidou (por ordem que teve do administrador do distrito) os habitantes a serem luminárias por 3 noites em consequência da Rainha anuir à vontade da Guarda Nacional de Lisboa, no dia 4 deste mês, tornando a mandar que regesse a Nação a Constituição de 1822 e conservando o Ministério do dia 9 de Setembro deste ano. Não houve alguma outra demonstração de alegria, senão alguns foguetes do ar, repiques de sino e as mesmas luminárias mas não foram gerais. A noite para as luminárias foi por editais e não por bando como é costume em tais ocasiões». (P. L.).

Dois decretos, nomeando pároco de S. Salvador de Pinheiro o padre Domingos António de Abreu Cardoso, do Reboto, e o bacharel José António «Bahia» para servir interinamente de juiz de direito do julgado de Lanhoso.

**Dia 20** — A eleição para deputados, no mosteiro de Vieira, foi feita por um Rertorta, ex-ajudante das Ordenanças de D. Miguel e o Saldanha, ido de Guimarães, e af associados com o padre Inácio da Lage. O Saldanha chegou a Vieira no dia 19 e publicou ir mandado pelo Govêrno para dirigir as eleições e munido de poderes para escangalhar quem o contrariasse. Escolheu para seu colaborador o miguelista padre Inácio da Lage e postando-se no adro e porta da igreja do mosteiro, aquêle com tinteiro e papel e êste com maços de listas, chamavam os votantes que entravam e substituíam-lhes as listas que levavam.

**Dia 25** — Chegou o decreto de nomeação de Juiz de Direito interino da Póvoa de Lanhoso ao Bacharel José António «Bahia» natural desta vila. (P. L.)

**Dia 28** — Decreto nomeando tabelião do régio das hipotecas para o Julgado de Guimarães a Francisco Pereira Marinho.

**Dia 29** — Deviam ser arrematadas perante a comissão interina do Crédito Público, do districto de Braga, conforme foi anunciado, a cêrca do convento da Costa, avaliada em 6 contos de réis, o casal do Prado ou Vessada da Fonte, avaliado em 3 contos de réis, e o casal da Casa Nova, avaliado em 2:200\$000 réis, tudo pertencente ao dito Convento da Costa.

## Dezembro

**Dia 3** — Conforme a portaria do Ministério da Fazenda, de 21 do corrente, foi adiada a arrematação anunciada para êste dia, perante a Comissão interina de Crédito Público, do distrito de Braga, do seguinte pertencente ao Mosteiro de Pombeiro, da comarca de Guimarães: os 3 grandes campos que ficam pela parte de baixo do edificio do mosteiro, olival pegado, tudo com serventia independente pelo terreiro, e a tapada da Poldraria, avaliados em 2:013\$600; e a quinta do Casal e o campo da Agra, tudo unido dentro de paredes, uma bouça de mato, olival junto, e todos os montes que lhe pertencem, avaliados em 3:048\$000 réis.

**Dia 6** — Tinha sido anunciada para neste dia, perante o governador civil do distrito de Braga, se arrematar o seguinte:

o casal de St.<sup>a</sup> Ana, pertencente ao convento da Costa, avaliado em 900\$000 réis; o edificio e pertenças da Casa ou convento da Cruz, na freguesia de Fareja, do têrmo de Guimarães, avaliado em 850\$000 réis; O campo chamado da Botica, fronteiro à galeria do convento de S. Domingos, pertença do mesmo, com as casas térreas junto a êle, avaliado em 500\$000 réis; e o edificio do convento de N. Sr.<sup>a</sup> da Madalena e pertenças, situado na Falperra, nos confins do têrmo de Guimarães, avaliado em 924\$000 réis.

**Dia 15** — Faleceu no hospital da Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Francisco, com oitenta e tantos anos de idade, Frei João de Santo Tomás Pinto, leigo egresso do convento de S. Francisco de Guimarães. (P. L.)

**Dia 26** — Ao amanhecer appareceu tudo coberto de neve, de maneira que estavam os telhados das casas, as ruas, terreiros e montes todos brancos. Não havia exemplo de uma camada de neve tam grande desde Janeiro de 1829 em que houve uma igual, e da qual se supôs a quási extinção da ferrugem (bicho) das oliveiras, tendo desde então dado as oliveiras bastante azeite, o que há muitos anos não tinha acontecido, muito principalmente nesta provincia do Minho, onde bastantes lavradores tinham cortado os seus olivais por lhe não darem azeite. (P. L.)

**Dia 28** — Dois decretos: José de Freitas Sampaio e Castro, transferido do officio de contador do juizo de direito de Guimarães para o dos Arcos de Val-de-Vez e nomeado José Joaquim de Souza Guimarães.

**Dia 29** — Decreto transferindo o dr. José Manuel de Lemos de governador temporal do bispado de Coímbra, para exercer igual lugar no arcebisnado de Braga enquanto o arcebispo eleito não tomar conta; e o de Braga, Luiz Correia da Silva, para o do bispado de Coímbra.

**Dia 30** — De madrugada chegou a esta vila a noticia de terem fugido da prisão do castelo de Braga os presos por salteadores. A policia pegou em armas e tôda a vila esteve em alarme. (P. L.)

\*

Morreu nesta vila o cónego meio-prebendado da Colegiada, Jerónimo Pereira

Ribeiro. Tem o retrato no hospital da Ordem 3.<sup>a</sup> de S. Francisco, na galeria dos bemfeitores, à qual deixou 100\$000 réis. Foi depositado e sepultado no dia seguinte no claustro, defronte do altar do Descendimento. (P. L.)

Foi preso um dos mais famigerados salteadores dêste distrito, o célebre Pena, José da Silva, de Brito, de 36 anos, casado, soldado do regimento 17 tendo sido do 15, e deu entrada na cadeia por actividade do provedor do concelho, José Joaquim Vieira. Era ladrão desde que os Franceses vieram para Portugal; tinha sido preso várias vezes; era assinante de tôdas as feiras, rapando um relógio, ou cavallo, com a maior agilidade; costumava dar cavalos de presente. Havia pouco tempo lhe ferraram no Fojo um tiro de bala pelas suas habilidades; agora era uma espécie de recoveiro do regimento 18 e estava sempre de licença.

\*

A Câmara determinou: que no dia 4 de Janeiro de 1837 às 9 horas da manhã, no paço municipal se arrendasse em hasta pública, por 1 ano, a casa do antigo açougue e que em satisfação do decreto de 8 de Outubro de 1836 se fizesse a despesa necessária que exige o *Te-Deum* pela eleição dos deputados às côrtes gerais extraordinárias e constituintes, ordenado no dito decreto.

\*

Neste mês «foi preso em uma quinta ao pé de Lindoso, Gaspar Leite de Azevedo, natural e morador na casa do Salvador, Cano, por o haverem envolvido em uma Rebelião que se tinha tramado nesta provincia contra o Govêrno da Rainha e da Constituição, e a favor de D. Miguel, chegando até a fugir de Braga alguns officiaes e soldados miguelistas, dos quais alguns foram presos na raia da Galiza. No fim dêste mês houve grandes frios e ventos que causaram grandes estragos». (P. L.)

*João Lopes de Faria*



# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA: DOS FACTOS: DAS LETRAS

«Certo, asimismo, que mientras no se restablezca en Portugal y en España la normal salud interior, sería vano y quizá, además, contraproducente, cualquier dinamismo más allá de las fronteras propias. Pero la intensidad misma de la crisis actual presagia inmediato seu término y si, en verdad, lo alcanzamos feliz, parecerá asequible y hasta fácil, lo que en estos tiempos menguados se antoja a muchos candidamente utópico».

*Gabriel Maura Gamazo*

*(in Prefácio à A Aliança Peninsular).*

---

## DURANTE A FOGUEIRA

«E agora? Salvar-se-á a Espanha ou triunfará Moscovo?» Assim concluíamos nós uns ligeiros comentários nesta mesma secção. <sup>(1)</sup>

Os factos, em breve, viriam pôr em armas a pobre Espanha que luta agora, envolvida numa terrível guerra-civil, pela sua libertação das garras moscovitas.

Por vezes não se procura ver claro e, na alucinação democrática que dementa e insensibiliza os povos, persiste-se em caminhar às cegas, sem rumo definido, zigzagueando entre direitas e esquerdas, sacrificando hoje êstes para ser agradável àquêles, desgostando amanhã aquêles para ser agradável a êstes.

É a chamada política do equilíbrio, seguida por aquêles que não têm coragem para assumir atitudes definidas e manter uma posição

---

<sup>(1)</sup> *Russos... além...*, pág. 76.

firme. Foi essa política de falso equilíbrio seguida e defendida por Gil Robles e pelo seu partido, que atirou a Espanha para o cáos bolchevista. E de tal maneira o bolchevismo minou os alicerces da nobre Espanha que alguns meses de luta sangrenta não conseguiram ainda reparar os estragos causados.

A onda galgou célere tôdas as barragens, não conseguindo, porém, subverter aquela parte do Exército que herôicamente se bate, palmo a palmo, para a reconquista da Espanha. E nessa cruzada de resgate não faltam, sequer, os soldados marroquinos que a velha civilização educou no culto da honra e do patriotismo.

Moscovo jogou a sua cartada na península. Vê-se que tudo estava bem preparado para que o jôgo lhe fôsse favorável. Mas a Europa que não arregimenta nas *Frentes populares* abriu os olhos e a cartada falhou. Aquela frente da ordem, a que nos referimos nesta secção, (1) barrou o caminho à nova investida dos bárbaros. Portugal também marcou, com altivez e desassombro, uma atitude digna.

A fogueira, no entanto, crepita ainda pavorosa e ameaçadora. Mas como o fogo purifica, nós cremos que, nesta hora sombria mas decisiva, surgirá, das ruínas da Democracia, um Mundo Novo mais humano e mais justo, sob o signo da Autoridade e da Tradição, da Hierarquia e da Disciplina.

*Manuel Alves de Oliveira*

### Os sêlos Gilvicentinos

O *Notícias de Guimarães*, de 25 de Outubro, publicou a seguinte carta do nosso Director Sr. Manuel Alves de Oliveira, a propósito da emissão de sêlos especiais comemorativos do IV centenário Gilvicentino:

Meu caro Antonino:

Pelo relato que os jornais publicaram da sessão realizada em 15 do corrente, na Academia das

Ciências de Lisboa, tive o prazer de ver subscrita pelo sr. dr. José de Figueiredo a sugestão que fiz em 16 de Março, (como se pode vêr no fascículo 5-6, do XII volume, da Revista *Gil Vicente*), para uma emissão especial de sêlos comemorativos do IV centenário Gilvicentino.

Assim quando supunha que tal sugestão não passaria de uma caturrice minha, verifico que o sr. dr. José de Figueiredo, investigador e crítico de Arte dos mais

---

(1) Ver *A Frente da Ordem*, a pág. 106.

distintos, a agita na própria Academia das Ciências, o que, sobretudo, me desvanece e conforta.

Confirma-se, desta maneira, que quem está na verdade tem sempre razão.

Pela publicação destas linhas no próximo número do *Notícias de Guimarães*, ficar-te-á muito grato o

*ex-corde*

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

#### «Gil Vicente» a Gil Vicente

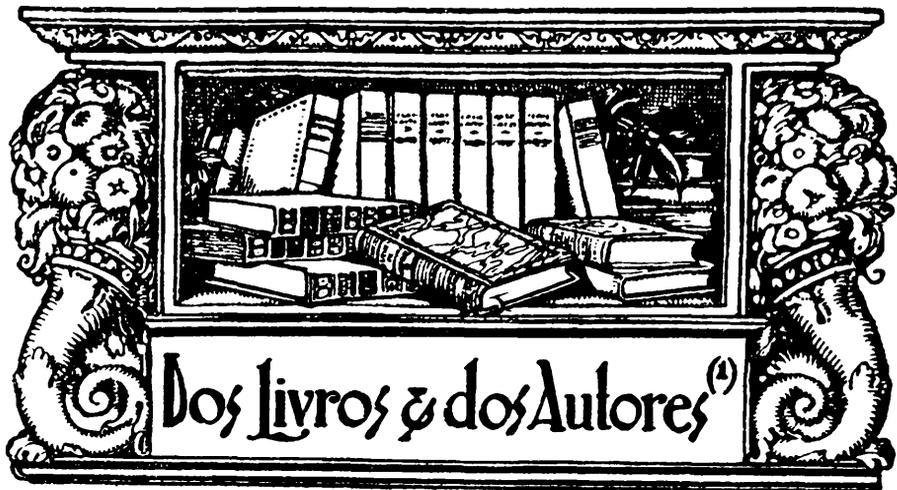
O nosso próximo fascículo será todo consagrado à comemoração do IV centenário Gilvicentino e colaborado por alguns dos melhores valores das letras portuguesas. A Junta Geral do Distrito de Braga concedeu o subsídio de mil escudos para a organização dêsse fascículo, pelo que quere-

mos deixar-lhe aqui manifestado o nosso reconhecimento.

#### Dr. Alfredo Pimenta

Regosijamo-nos muito sinceramente com a justiça feita à obra meritória dêste nosso prezado amigo e distinto colaborador. A aprovação dos *Elementos da História de Portugal* vem demonstrar que, felizmente, se principia a olhar a sério pelos problemas do ensino no nosso País. A acção e a obra do Dr. Alfredo Pimenta nem sempre tem sido acarinhadas e louvadas como merecem. Sentimos, pois, dupla satisfação em ver que se vai dando o aprêço devido aos valores portugueses e profundamente nacionalistas, felicitando-nos e felicitando o sr. dr. Alfredo Pimenta pela justiça desta consagração.





S. JERÓNIMO E A TROVOADA, por *Teixeira de Pascoais*.  
Livraria Lelo & Irmão, Editores. 144, Rua das Carmelitas, Pôrto, 1936.

Teixeira de Pascoais, o poeta do Marão, que, num outro volume, tratou já de S. Paulo, escreveu este trabalho sobre S. Jerónimo o santo da sua simpatia e da «lírca amizade». Esse culto vem já dos longínquos tempos em que, junto da avó, o poeta rezava à luz da cera benta, diante dum crucifixo de marfim, enquanto nas quebradas do Marão a trovoadá pairava e o fuzilar dos relâmpagos se sucedia.

Dai nasceu a simpatia por S. Jerónimo, simpatia que mais se radicou quando o Santo lhe revelou «o seu íntimo drama de ascético poeta humanista, enlevado no culto da castidade e da amizade».

E dessa simpatia e desse culto fez Teixeira de Pascoais este livro de filosofia dura e desconcertante, no desalinho das afirmações que, algumas vezes, chegam a ser blasfemas.

No entanto, prescrutando bem, notar-se-há que, dentro desse cataclismo das ideas, trovoadá sinistra que atormenta as almas, S. Jerónimo vai purificando, à luz do relâmpago que «fulmina os inimigos e os heréticos», o espírito e a sensibilidade do poeta.

A inquietação é uma graça que leva ao reconhecimento da verdade. E não vemos nós produzirem-se em *S. Jerónimo e a trovoadá* as mesmas inquietações que iluminaram as inteligências e os espíritos de Claudel, de La Moricière, de Newman, e de tantos outros?

*São Paulo e São Jerónimo e a trovoadá* conduzirão o poeta a *Santo Agostinho*. Oxalá a confissão de Agostinho seja, em breve, a libertação de Teixeira de Pascoais.

O HOMEM, (II), REFLEXÕES APOLOGÉTICAS, por *António Jorge d'Almeida Coutinho e Lemos Ferreira*. Tip. Costa Carregal, Pôrto, 1936.

O Dr Lemos Ferreira, espírito culto que já em 1916 publicou uma notável série de colectâneas apologéticas, volta, neste volume a tratar um dos pontos mais discutidíssimos em todos os tempos:—o da origem do homem.

As colectâneas agora reunidas, estudos valiosíssimos sôbre tam delicado problema, foram, há anos, publicadas no semanário *A Paz*. Prestou o Dr. Lemos Ferreira um alto serviço ressuscitando da dispersão das páginas desse semanário, trabalhos tam profundos e de tanta clareza, onde se fixa a posição do Homem em concordância com os ensinamentos de pensadores e filósofos que a Fé e a Razão iluminaram.

UM FRISO DE VIMARANENSES ILUSTRES, por *Francisco Martins*.  
Tipografia Minerva Vimaranesse. Guimarães, 1936.

O amor à terra vimaranense tem-se manifestado já em Francisco Martins noutros trabalhos reveladores do seu esforço generoso e da sua inteligência lúcida.

Agora novamente se afirma nestas páginas dedicadas a uma das mais distintas famílias de Guimarães, a dos Navarros de Andrade, «refulgente friso de estranhos e notáveis vultos» que tanto se notabilizou nas Ciências e nas Letras, nas Armas e na Diplomacia.

Estudo sobremodo valioso para o melhor conhecimento de uma época que tanto lustre e nome deu à terra vimaranense, não podemos deixar de o acolher com o melhor louvor e justificado carinho. O seu A., alma simples e generosa, despida de vaidades inúteis, é digno do nosso aplauso e admiração. Deve continuar, pois ficamos aguardando a publicação de novos e úteis trabalhos como este a que nos estamos referindo. A apresentação gráfica é esmerada.

O PRINCÍPIO DA ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA ATRAVÉS DA HISTÓRIA, por *Fernando Campos*. Edições da «Nação Portuguesa». Lisboa, 1936.

É cheio de oportunidade este novo trabalho de Fernando Campos. De facto, numa época em que se procura dar realização ao sistema político-social da organização corporativa, é necessário divulgar os fundamentos e directrizes dessa organização e historiar os seus antecedentes. Foi essa a missão que se propôs o A. ao publicar a conferência realizada no Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, na noite de 27 de Junho de 1935.

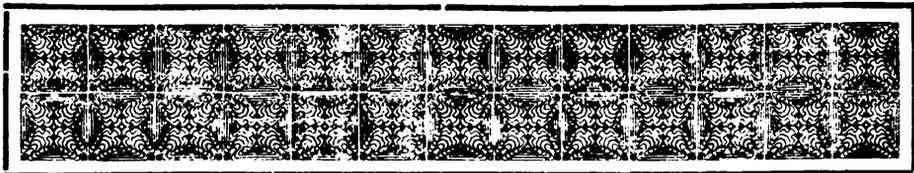
Desde o espírito corporativo na antigüidade até ao ressurgimento corporativo dos nossos dias, F. C. dá-nos uma síntese perfeita, serêna e desapaixonada do que foi a organização das corporações de artes e ofícios, a sua função coordenadora e os auxílios prestados na defeza dos justos interesses dos trabalhadores em contraste flagrante com a acção dos sindicatos em regime liberalista. Mostra-se, desta maneira, que o abandono das classes trabalhadoras se deve aos princípios da economia liberal, exactamente àquêles princípios em que se baseiam os que se apregoam *defensores dos oprimidos*.

FOYERS BRISÉES pelo *Abbé Charles Grimaud*. (1.<sup>a</sup> edição).  
Téqui, 82 Rue Bonaparte, Paris, 1935.

Livro de consolação é este, dividido em três partes: *La Brisure — La vie dans les ruines — Reconstruction*.

Trabalho difícil, sem dúvida, porque a amargura empedernece os corações. No entanto o A consegue os seus desejos, quer pela clareza da exposição, quer pela delicadeza e pela forma psicológica como está organizado este sadio volume.

*Manuel Alves de Oliveira.*



# Gil Vicente e Erasmo

---

por ALFREDO PIMENTA

**N**ão é a primeira vez que abordo êste assunto delicado. Porque se insiste, porém, naquilo a que chamo uma triste ilusão, e é, de facto, uma pura lenda, sinto-me no dever de voltar a encarar o problema, para reforçar o meu ponto de vista antigo.

Não pude averiguar ao certo quem inventou a história de que Erasmo aprendera português — para ler as chocarrices lusitaníssimas de Gil Vicente. Mas o certo é que isso se divulgou, até em manuais de história da literatura. Creio que o primeiro a lançá-la ao público foi Barbosa Machado: «Tão largamente se estendeu a fama do seu talento poético que sahindo do continente de Espanha estimulou a Erasmo Roteradamo celebre Filologo a aprender a Lingua Portuguesa para penetrar as agudezas que estavam ocultas em as obras de Gil Vicente e depois que as leyo confessou ingenuamente, que nenhum Poeta mais exactamente como elle imitara o estilo de Plauto, e Terencio» (1).

O leitor está a ver Gil Vicente a sintetisar a tese (Plauto) e a antítese (Terêncio) — e isto no português ainda hesitante do século xvi, e proclamado pelo requintado humanista de Rotterdam!

Mas o certo é que o caso se divulgou, e fácil foi então completar o conto, estabelecendo-se uma espécie de inter-câmbio: Erasmo aprendera português para compreender Gil Vicente; este fôra em Portugal, nas côrtes de D. Manuel e D. João III, o representante do espírito erasmista.

Menendez y Pelayo, com a autoridade imensa do seu nome, deu foros de cidade ao conto. Se não aceita inteiramente a primeira parte («sea lo que fuere del valor de esta anédocta, no tan comprobada

---

(1) *Biblioteca Lusitana*, palavra própria.

como quisieramos . . . »), abunda nas ideas dos que proclamaram a segunda: « . . . el parentesco de ideas entre estos dos hombres es innegable. Gil Vicente . . . fué de pies á cabeza un *erasmista* (1) . . . »

E insiste: « ya hemos dicho que sus ideas eran las del grupo llamado *erasmista* » (2).

Na *Historia de los Heterodoxos españoles* (tômo IV, cap. 3.º da 2.ª edição), o douto polígrafo, ao tratar do Erasmismo na Península, fala em Gil Vicente, mas já anda muito longe da posição que tomara na *Antologia*: limita-se a focar as audácias de Gil Vicente contra a corrupção do clero.

Uns mais (Teófilo Braga), outros menos (D. Carolina Michaëlis), quási todos os historiadores da nossa literatura falam no erasmismo de Gil Vicente.

Eu fui o primeiro, salvo êrro, a defrontar com a opinião comum (3), porque procurando justificação para ela, nada encontrei. Para eu saber se há erasmismo ou não em Gil Vicente, o melhor é prescindir dos juízos dos outros, e averiguar o que disse Erasmo, e o que disse Gil Vicente. Esquecemos, com lastimável facilidade, que no século XVI se diziam coisas que interpretadas à luz do nosso tempo, se tornam incompreensíveis. Era possível, pouco tempo antes, dizer-se isto que Anton de Montoro, um judeu cordovez convertido ao cristianismo, endereçou à Rainha Isabel, a Católica:

*« Alta reyna Soverana  
si fuerades ante vos  
que la hija de Sanctana,  
de vos el hijo de dios  
rescibiera carne humana.*

*O bella Sancta discreta  
con esperiencia se aprueve  
que aquella virgen perfecta  
la divinidad ecepta,  
esso le deveys que os deve.  
y pues que per vos se gana  
la vida y gloria de nos,*

---

(1) In *Antologia de poetas liricos castellanos*, VII, pág. 165 do Prólogo.

(2) *Idem*, pág. 178 *idem*.

(3) *Novos estudos filosóficos e críticos*, pág. 244.



GIL VICENTE na cõrte de D. Manuel I, original de ROQUE GAMEIRO inserto nos *Quadros da História de Portugal*.

*si no pariera Sanctana  
hasta ser nacida vos,  
de vos el hijo de dios  
rescibiera carne humana» (1).*

E verdade que, indignado com êste cumprimento que envolve uma blasfêmia grave, o poeta português Álvaro de Brito dizia ao poeta alfaiate que

*«...se vos disereys tal  
nos rreynos de Portugal,  
logo foreys, dom rroupeyro,  
cum baraço dazeiteyro  
hoo fogo de sam Barçal»;*

porque aquela blasfêmia provava que êle Anton de Montoro

*«sendo doutor na synogua,  
sabeys pouco da ygreja» (2).*

Mas também é verdade que em Espanha êle não foi apoquentado.

Quando estas coisas se diziam sem perigo, não admira que outras de muito menos alcance corresse à vontade — sem que para a sua concepção entrasse êste ou aquêle.

¿Afinal, que foi que Gil Vicente disse? Censurou os abusos, os desmandos do clero pouco escrupuloso. ¿Para o fazer, era-lhe necessário dar ouvidos às sátiras de Erasmo? Evidentemente que não. Muito tempo antes dele, muito tempo depois dele, se escreveram censuras dessas e mais ásperas.

¿Mas a sua obra satírica alvejou só o clero? Tôda a gente sabe que não. E, no entanto, é só debaixo do ponto de vista de censor do mau clero, que lhe alfinetam alcunha!

Enquanto não definirmos o Erasmismo, não podemos afirmar-lhe ou negar-lhe a existência em Gil Vicente. Como a própria palavra está a dizê-lo, erasmismo só é e só pode ser aquilo que revela especificamente o pensamento de Erasmo. O que é comum de outros não

---

(1) In *Cancioneiro de Rezende*, t. 1.º, pág. 284, da edição de 1910.

(2) *Idem*, *idem*, pág. 285-6, *idem*.

pode ser erasmismo. Não é erasmismo o culto das humanidades em que tantos, na época, com Erasmo, brilharam. Pela mesma razão, não é erasmismo, a crítica mais ou menos ácida dos males do clero,— crítica que todos faziam, que todos vinham a fazer de há séculos, poetas, e não poetas, até Pontífices!

No meu estudo atrás citado, filiei a maneira de Gil Vicente na poesia goliardesca da Idade-Média, muito mais acessível, incomparavelmente mais acessível à ilustração superficial de Gil Vicente, do que o latim castigado do humanista Rotterdamese.

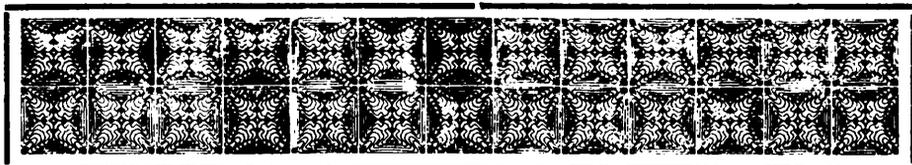
Tudo nos leva a supor que Erasmo, no que lhe era especialmente pessoal, não teve reflexos entre nós. Podem os seus panfletos ter sido lidos por meia dúzia de espíritos curiosos, podem os seus trabalhos filológicos ter sido do conhecimento de meia dúzia de eruditos ávidos de saber. Gil Vicente não era do grupo destes, e no que escreveu não há vestígios positivos de influências dos panfletos de Erasmo. Sem este ter existido, é indubitável que Gil Vicente teria composto os seus Autos mais sarcásticos. Seria curiosa a demonstração de que foi Erasmo o inventor ou o descobridor dos maus padres, e de tudo o mais. . .

A chalaça de Gil Vicente, autenticamente portuguesa, não tem resaiços de humanismo. E os frades e os padres que êle castiga, pelos seus maus costumes, são portugueses de gema. Êle viu-os, conheceu-os, lidou com êles. Não foi Erasmo quem os trouxe à sua presença — foi a vida social portuguesa.

Certas citações de cariz erudito nada significam — quanto a Gil Vicente ter sofrido influências de Erasmo, ou mesmo ter tido conhecimento directo dos seus trabalhos.

Podemos afoitamente avançar isto: em Portugal, não houve o que poderia chamar-se corrente erasmista, para que Gil Vicente lhe sofresse a acção. Poeta popular, essencialmente popular, outros, que não Erasmo, fecundaram o seu génio.





# O PRIMEIRO AUTO

---

Quem é aquêlê Pastor  
Que sobe os degraus do Paço,  
Sem que alguém lhe embargue o passo,  
Como um ativo senhor ?!

Quem é êle, que assim, ousado,  
Entra no régio aposento,  
Sem deixar, nesse momento,  
À porta o rude cajado ?!

Quem é êle? Algum mendigo  
De-certo não pode ser,  
Pois não parece querer  
Ali buscar pão ou abrigo . . .

O seu aspecto é mais nobre  
Do que o vulgar; e por isso,  
Seu olhar, cheio de viço,  
Não é de rico nem pobre!

Na meia-luz que convém,  
Àquela que está de parto,  
Ei-lo, em tom sonoro e farto,  
Dizendo ao que é que ali vem :

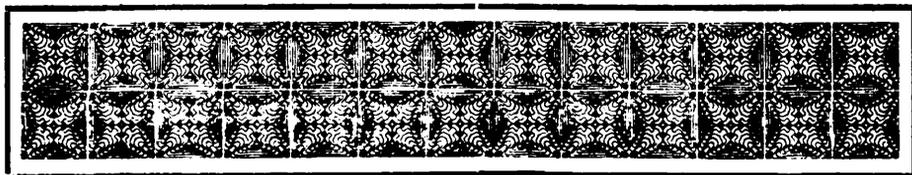
« Pardiez ! siete arrepelones  
Me pegaron à la entrada,  
Mas yo di una puñada  
À uno de los rascones . . . »

Assim começa e se aprás  
Em divertir nessa hora,  
Aquela régia Senhora,  
Com o seu génio mordaz !

Tôda a Côrte aplaude e gosta  
Do inspirado Trovador,  
Que como um simples pastor,  
Ao seu cajado se encosta.

Foi assim que Gil Vicente,  
Em verso garrido e incauto,  
Clamou o PRIMEIRO AUTO  
Junto à Rainha doente !

JERÓNIMO DE ALMEIDA



# O Lirismo Vicentino (\*)

por ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

.....  
**V**ERDADEIRAMENTE pode datar-se o culto vicentino desde a ocasião em que Afonso Lopes Vieira, alto espírito de poeta, iniciou a sua bela *Campanha Vicentina*, vai já quási em 30 anos durante os quais algo se tem feito em nossa terra em prol do ressurgimento do teatro de Gil Vicente, embora o largo prazo decorrido fôsse de molde a justificar uma compreensão mais perfeita da obra do alto lírico do *Auto da Alma*. De facto desde 1536, ano em que se representou a *Floresta de Enganos* e em que talvez tivesse morrido, até princípios do século XIX, Gil Vicente esteve pouco menos que mergulhado no esquecimento, e se no século passado não foi por completo desconhecido pode afoitamente dizer-se que só no actual o seu culto tomou verdadeiramente aquela expansão que era de esperar duma época que se jacta de crítica e de apurado gôsto, embora as suas preferências não justifiquem muito tais pretensões.

Efectivamente só 348 anos depois da sua morte é que o «histrião» (\*\*)  
de D. Manuel e de D. João III — dois Reis do mais apurado gôsto e da mais nítida compreensão dos direitos do espírito — teve a sua 3.<sup>a</sup> edição. Hoje multiplicam-se as edições de Gil Vicente, anotadas, comentadas, totais ou parcelares, e nem por isso me parece que se possa afir-

---

(\*) De um estudo em preparação.

(\*\*) Não veja o leitor sentido pejorativo nesta palavra. Nem por ser uma grande figura das nossas letras deixou Gil Vicente de desempenhar funções histriónicas. Isso em nada diminui o seu valor. E de resto ainda que dali não passasse nem por isso deixaria de ser um bobo genial. E o génio é que lhe era próprio.

mar afoitamente que êle é melhor compreendido do que no século XIX, por exemplo. É sina dos gênios — e bem triste por sinal — passarem incompreendidos por sôbre a terra, e Gil Vicente de modo algum poderia ter escapado à regra que não tem, como as outras, qualquer excepção. No seu tempo consideraram-no um bobo no que de mais vexatório tem a palavra e se o cumularam de bens materiais deve-se ao facto de o não compreenderem. Na actualidade a incompreensão é talvez tam grande como no seu tempo, pois se uns lhe notam ausência de gôsto — pelo menos ao sabor dos tempos de hoje — outros há que o consideram grosseiro, rude, reles e quiçá obsceno.

Esta grandiosa figura, como de resto tôda e qualquer outra, para ser compreendida deve ser enquadrada na sua época. É preciso reviver tôda aquela quadra de transição profunda que foi a passagem da nossa Meia Idade, rural, popular, simples embora rude, para a Renascença erudita, elegante, navegadora mas de sabor acentuadamente púnico, até numa certa falsidade fruto de que ela se não mostrou avara em todo o mundo então conhecido. Frente a frente estiveram dois homens notáveis, representantes do espírito vêlho e do espírito novo: — Gil Vicente e Sá de Miranda. Suas mentalidades reflectiram-se nos seus versos; enquanto aquêle, filho do povo e educado no meio rude das camadas populares, conhecendo-lhe todos os segredos, todos os vícios e também tôdas as qualidades, empregava a linda redondilha a que os innovadores chamavam, talvez por escárneo, de *medida velha*, êste não sendo pròpriamente da nobreza não parece ter tido um amor muito grande pelo povo que raro aparece em seus versos, frequentou a côrte, embora por breve tempo, tinha preocupações de innovador e após a viagem à Itália apresentou-se francamente como um renovador que adoptava como mais conforme ao seu espírito e ao seu tempo o decassílabo.

Como êstes dois homens do nosso século áureo, também outrora em Roma, na formidável era de transição que foi a das guerras púnicas, dois homens se defrontaram ambos representantes do espírito vêlho que morria e do novo que nascia, um rural, tradicionalista e crente representado por Catão, outro comercial, cosmopolita e céptico, que Cipião incarnava.

Gil Vicente, místico mas irreverente, rindo alto à antiga maneira portuguesa, empregando barbarismos e plebeísmos nas suas redondilhas, desagradava ao espírito geométrico de Sá de Miranda, admirador da antiguidade e de todo o seu cortejo de deuses, deusas, semi-deuses, heróis e pastores bem-falantes. Largo tempo viveram os dois,

encontrando-se talvez muitas vezes, poucas se falando por certo, algumas farpeando-se sem directas alusões, ambos porém profundamente crentes e também profundamente patriotas. Mas ao passo que Gil Vicente foi até à morte o representante do Portugal vêlho que desaparecia, Sá de Miranda, um momento incarnando o Portugal novo, breve não foi mais do que um *laudator temporis acti* a quem imensamente desagrava o novo rumo que tomavam as coisas de Portugal.

*Homem de um só parecer,  
dum só rosto e uma só fé,*

não lhe podia agradar o Portugal da Renascença que lhe aparecia mercador e guerrilheiro, profundamente corrompido, esquecido já das antigas virtudes da raça e do tempo em que a expulsão do Mouro era a preocupação única do povo e dos Reis e em que o « cheiro da canela não despovoava o reino ».

Foi, pois, Gil Vicente o último português antigo, sem cerimónia, galhofeiro e folgazão, mas sincero, bom coração, que viveu na côrte cosmopolita, elegante e um tanto céptica de D. Manuel o *Venturoso*. Conhecedor do mal e das suas causas, tentou localizá-lo e até extirpá-lo a golpes de sátira que caíam nos ombros dos visados como um látigo de fogo. Os homens, porém, só viam nos seus autos a maneira de passarem alegremente uma noite rindo dos remoques feitos ao próximo, e de-certo, a-pesar das alusões pessoais, no dia seguinte só lhes lembrava o cargo na Índia que pedinchavam ou a canela em que traficavam. « Boa ventura! Boa ventura! Muitos rubis e muitas esmeraldas! » Roma vencera Cartago, mas esta vencera-a por sua vez corrompendo-a; os bárbaros vencedores de Roma submeteram-se-lhe adoptando os seus usos e costumes, as suas leis e até os seus vícios; Portugal, dominador da Índia submeteu-se-lhe também servilmente importando de lá as riquezas e a depravação de costumes, com todo o seu cortejo de misérias morais.

Por ser uma espécie de sino chamando a capítulo os portugueses transviados é que Gil Vicente foi grande no seu tempo, mas mais o não seria passada a sua geração se o não animasse o fulgor do génio. Para que um poeta seja grande em todos os tempos é preciso que o seu talento seja compreendido de tôdas as épocas. Homero, Vergílio, Platão (também admirável poeta pelas suas concepções) vivem ainda hoje, ao passo que Voltaire, morto há apenas século e meio, só vive pelo seu espírito satírico; 2.500 anos não conseguiram fazer esquecer

a fama e o génio do grande grego cego ; mas uns escassos 150 anos lançaram quasi no esquecimento o poeta francês.

Gil Vicente vive e viverá enquanto houver quem cultive a Língua Portuguesa. Antes de ser um grande poeta cómico elle é um altíssimo poeta lírico, dum lirismo profundamente cristão, expresso em dulcíssimas formas correntes, sem ambições extrêmas e cheio de particular encanto. Hoje poucos há (salvo os eruditos *et pour cause* . . .) que leiam as campanudas odes dos poetas arcádicos ou as inflamadas líricas do século XIX ; aos primeiros, a-pesar da bela forma que por vezes revelam, falta-lhes a alma ; os seus temas limitam-se aos cansados pastores arcádicos e suas cansadas lamentações ; aos segundos falta-lhes um ideal e muitas vezes até a beleza da forma com que frequentemente se esconde a ausência de ideas.

Gil Vicente foi um lírico talvez único em nossa história literária ; conjuntamente com uma forma sempre bela — apenas corrompida pela má revisão das provas nas edições posteriores à sua morte, sem que por isso nós possamos muitas vezes imaginar qual a palavra que empregara — caminhava um elevado ideal de cristão e de português. Seus autos, incluindo até os de feição marcadamente popular, são um alfobre de versos do mais elevado lirismo, aquêlê lirismo que se tem revelado em tôda a poesia portuguesa desde os *Cancioneiros* até Correia de Oliveira, lirismo que constitúi o fundo característico da raça e que até nos poemas épicos se revela como uma fatalidade a que não podemos fugir. Interessante seria comparar o lirismo vicentino com o dos poetas seus predecessores e com o dos que se lhe seguiram, ao mesmo tempo que não deixava de ter seu sabor respigar as influências que sofreu do lirismo popular, tam ingénuo, tam puro e tantas vezes tam expressivo.

Do imenso material vicentino respigo algumas das mais preciosas jóias que esmaltam a obra de tam grande poeta. Que subtil expressão não é aquella com que o Anjo se dirige à Alma no poema místico do AUTO DA ALMA :

*Alma humana formada  
De nenhuma cousa, feita  
Mui preciosa,  
De corrupção separada,  
E esmaltada  
Naquelle frágua perfeita  
Gloriosa . . . . .*

e a resposta da Alma :

*Anjo que sois minha guarda,  
Olhae por minha fraqueza  
Terreal :  
De tôda a parte haja resguarda,  
Que não arda  
A minha preciosa riqueza  
Principal.*

A admirável oração de Santo Agostinho, no mesmo auto, que principia:

*Alto Deos maravilhoso,  
Que o mundo visitaste  
Em carne humana,  
Neste vale temeroso  
E lacrimoso  
Tua glória nos mostraste  
Soberana . . . . .*

uma das mais belas peças líricas de Gil Vicente.

A belíssima paráfrase da Avé Maria no AUTO DA MOFINA MENDES :

*Oh ! Deos te salve, Maria,  
Cheia de graça graciosa,  
Dos pecadores abrigo !  
Gosa-te com alegria,  
Humana e divina rosa,  
Porque o Senhor he comtigo.*

A conhecida invocação final do AUTO DA BARCA DO INFERNO em que o Anjo chama à barca celeste os cavaleiros de Cristo, «mortos nas partes de África» :

*Ó cavalleiros de Deos,  
A vós estou esperando ;  
Que morrestes pelejando  
Por Christo, Senhor dos ceos.  
Sois livres de todo o mal,  
Sanctos por certo sem falha  
Que quem morre em tal batalha  
Merece paz eternal.*

O lindo vilancete que Abel canta nesse alfobre de belezas líricas que é o BREVE SUMÁRIO DA HISTÓRIA DE DEUS :

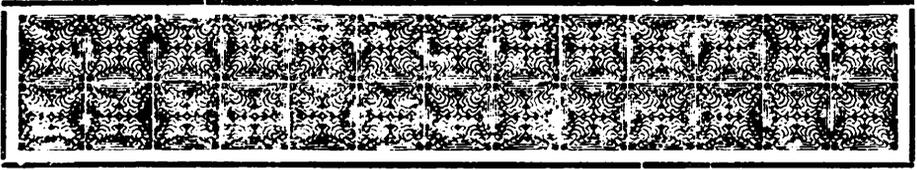
*Adorae montanhas,  
O Deos das alturas,  
Tambem as verduras ;  
E serras floridas  
O Deos dos secretos,  
O Senhor das vidas :  
Ribeiras crescidas,  
Louvae nas alturas  
Deos das creaturas.*

Poderia multiplicar os exemplos havendo apenas grande dificuldade na escolha, tantos e tam belos êles são.

Lírico sem igual nas nossas letras, Gil Vicente tem lugar único e inconfundível na história da literatura portuguesa, não receando ombrear com Camões, Rodrigues Lobo e os grandes líricos posteriores. Êle é grande pela sua originalidade, embora começasse por imitar Juan del Encina, de cuja influência logo se libertou; pela época grandiosa em que viveu; por não ter quem se lhe assemelhasse nem de longe; pelo lirismo que na sua obra anda de mãos dadas com a mais cruel sátira; e sobretudo porque sendo um poeta de altíssimo estro e talvez um actor de notáveis merecimentos (como mais tarde Molière) foi um ourives de bellissima arte, manifestando desta forma uma multiplicidade de aptidões que parece só na Renascença foi próprio dos homens.

Ler Gil Vicente é revigorar o nosso sentimento nacionalista, não um sentimento passivo de extáticos contempladores do Passado, satodistas e inertes, antes um sentimento activo e forte de quem lá vai buscar lições que na Hora Presente sirvam para preparar um Futuro grandioso a esta pobre terra tam linda e tam maltratada de seus naturais.





# A epopeia de Além-Mar em Gil Vicente

---

por LUIZ CHAVES

**G**IL VICENTE, porque a viveu, sentiu a época brilhante das navegações, descobrimentos e conquistas. E viveu-a integralmente de novo ao deixar na obra literária o sentimento português, engrandecido na obra comum e orgulhoso dela.

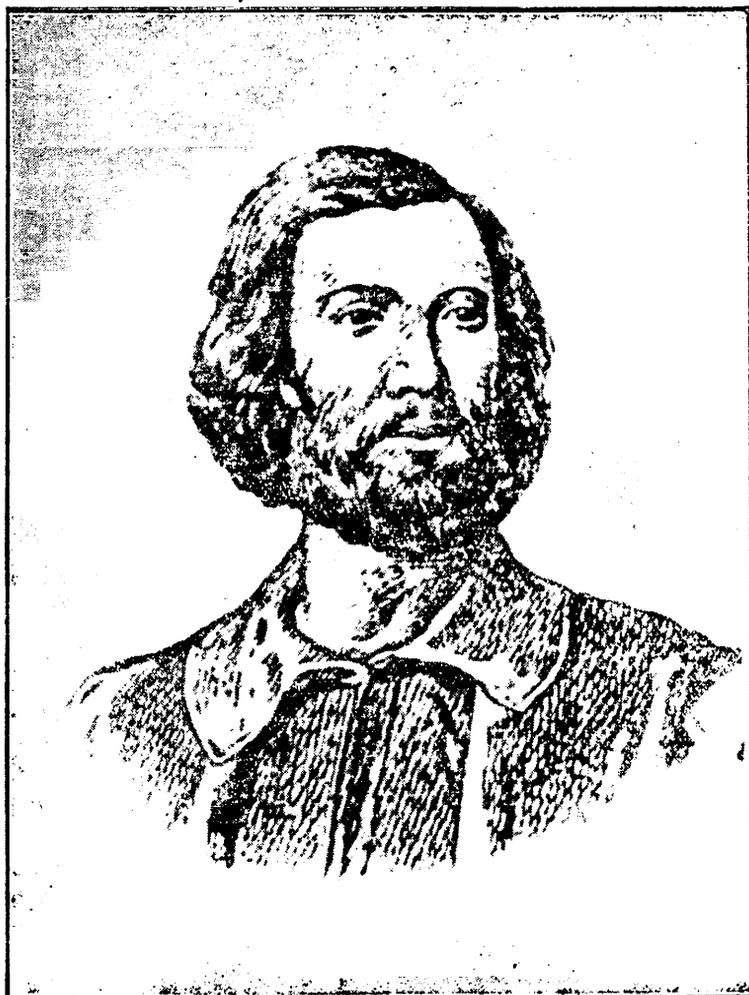
Na obra vicentina perpassa o entusiasmo, que reflecte a psicologia nacional do grande período histórico. Inspirava Gil Vicente a mesma chama inflamante.

Presente-se Camões. A grandiosidade da epopeia lateja em Gil Vicente. O sentimento épico, o espírito de cruzada contra os infiéis, que conformaram os *Lusíadas*, surge-nos em primeiras águas nos autos de Gil Vicente.

Não cause estranheza. Gil Vicente vibrava no diapasão psicológico da sua época. Espírito crítico e reconstrutivo, não poupava as mazelas que maculavam a grandeza em que tomava parte. Causticava os néscios e os maus, servindo-lhe para tal fim quanto representasse de deslocado e de incapaz, de inútil e de tacaño; os meios de colocar as personagens e de as apresentar com tôda a hediondez estética, ética e social, tinham aproveitamento inteligente.

Elogiava os bons, os que sacrificavam a vida pelo bem comum e pelo engrandecimento da obra de tôda a Nação. Êsses elogios maiores e em tom magnífico de altura épica reservou-os exclusivamente para os que morreram na guerra da cruzada portuguesa e para os feitos dos heróis conhecidos e desconhecidos, que levaram o império político e cristão de Portugal ao mundo inteiro.

Noutros momentos, queria que a obra continuasse, digna do passado e garante de genuinidade para o futuro. Então, a exortação da luta, a consagração do sacrifício para que a epopeia continuasse, o es-



GIL VICENTE  
(Fundador do Teatro Português)



PÁGINA INICIAL DO «PRANTO DE MARIA PARDA»

SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA

tímulo à expansão da Fé e do Império, atingem o valor de poema. Tôdas as personagens da história e da lenda, que possam erguer ainda mais as almas, aparecem na eloquência imortal da palavra teatrada de Gil Vicente.

A *Exortação da Guerra* alcança as culminâncias de hino e o dinamismo heróico de poema épico.

Ha no *Auto da Fama*, representado em 1510 no Palácio Real de Santos-o-Velho (1), a melhor apologia da actividade portuguesa através do Mundo. A «Fama» canta diante das nações os feitos de Portugal. No final do auto, a «Fé» proclama e exalta o sentimento cristão dos Portugueses.

No *Auto da Barca do Inferno*, o «Anjo» recebe com louvores de matiz celeste os cavaleiros de armas brancas como as do Parsifal, mortos pela Pátria nos campos da batalha de Além-Mar.

Poderia parecer que a *Exortação da Guerra* tentasse levantar o espírito nacional caído, ou embotado pela glória. Quem o leia com entendimento português, não reconhecerá decadência do entusiasmo. O que sentimos ali é o entusiasmo bem quente pela continuação da luta por glória ainda maior. E todos para tal feito correspondam como possam.

No *Auto da Índia*, Gil Vicente, cantor de epopeia, estimulador de acção, prende à ignomínia quem se servê da ausência dos que foram para a Índia, e os engana e atraiço. A torpeza, criticada assim, não fica dentro dos limites da personagem da mulher traidora, mas alarga o âmbito às almas do mesmo estôfo, capazes das mesmas falsidades. Ainda mais: a «Ama», no *Auto da Índia*, exulta e amima o marido recenhegado, quando lhe pergunta: — ¿Porém vindes muito rico? E êle lhe responde:

*Se não fôra o capitão,  
Eu trouxera o meu quinhão*

*Hum milhão vos certifico.  
Callae-vos que vós vereis  
Quão louçan haveis de sahir.*

---

(1) D. Manuel I adquiriu ao rico mercador Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor da Casa da Mina, da Guiné, de Sofala e da Índia, o palácio de Santos em 1501. Foi aí que Gil Vicente representou diante do Rei o auto, que muito o envaideceria.

---

Ela refalsada, fingindo não dar importância às riquezas anunciadas, exclama:

*Pois que vós vivo viestes,  
Que quero eu de mais riqueza?*

O contraste rebarbativo condena a mulher e todos que do sacrifício de uns tiravam o proveito próprio.

No *Auto da Fama*, a «Fama» «he hũa tão gloriosa excellencia, que mutio se deve de desejar», diz o Argumento, «a qual este reino de Portugal está de posse de todos os outros reinos». A «Fama Portuguesa» é desejada pelas outras terras, tanto pela glória interesseira do comércio como, e principalmente, pelas vitórias sobre os Mouros, inimigos da fé, nas partes do Oriente. A «Fama» entra em cena figurada em mocinha guardadora de patos. Querem levá-la França, Itália e Castela, e a todas se furta, porque só Portugal e mais ninguém a merece.

Responde à França:

*Não hei d'ir a França não,  
Qu'esta moça he Portugueza.*

Desengana a Itália assim:

*Não vos digo  
Que não falleis mais commigo?*

E repele Castela:

*Olhae, Castelhão de bem,  
Dizeis verdade, bem sabemos;  
Mas ha mister mais extremos  
Pera me levar ninguém.*

Reclama-a o Italiano com promessas de ducados e jóias preciosas, que darão riqueza abastada. Promete-lhe grande coroa o Francês, se fôr com êle para França, a bela França, que todo o mundo faz tremer.

A resposta da «Fama» ao Italiano constitui a eloquente apologia dos feitos dos Portugueses, a quem ela prefere perante o namôro das outras nações. Ouçamo-la.

Diz a «Fama»:

*Perguntae ora a Veneza  
Como lhe vai de seu jôgo :  
Eu vos ensinarei logo  
De que se fez sua grandeza.*

*Começae de navegar,  
Ireis ao porto de Guiné;  
Perguntae-lhe cujo he,  
Que o não pode negar.  
Com ilhas mil  
Deixae a terra do Brasil;  
Tende-vos à mão do sol,  
E vereis homens de prol,  
Gente esforçada e varonil.*

*Aos commercios perguntareis  
D'Arabia, Persia, a quem se dérão,  
Ou quando os homens tivérão  
Este mundo que vereis.*

*E não fique  
Perguntar a Moçambique  
Quem he o Alferes da Fé,  
E Rei do mar quem o he,  
Ou s'ha outrem a que se applique.*

*Ormuz, Quiloa, Mombaça,  
Sofala, Cochim, Melinde,  
Como em espelhos d'alinde,  
Ruluze quanta he sua graça.  
E chegareis*

*A Goa e perguntareis  
Se he ainda subjugada  
Por peita, rôgo, ou espada!*

*Perguntae à populosa,  
Próspera e forte Malaca,  
Se lhe leixarão nem 'staca  
Pouca gente mas furiosa.*

*E vereis de longe e de través  
Se treme todo o sertão :  
Vêde se feito Romão  
Com elle m'igualareis.*

Mas, pela grandeza do proposto, não pareça que é tudo. Por mostra de que tal não pensem, continua a «Fama» o elogio épico.

*Esperae vós,  
Qu'inda eu agora começo;  
Qu'este conto he de gran preço:  
Bento seja o Deos dos Ceos!  
Perguntae  
Ao Soldão como lhe vai  
Com todos seus poderios;  
Que contr'elle são seus rios:  
E esta nova lhe dae.*

*Ide-vós pela foz de Meca,  
Vereis Adem destruida,  
Cidade mui nobrecida,  
E tornou-se-lhe marreca.  
E achareis  
Em calma suas galés,  
E as velas feitas em isca,  
E balthando à mourisca  
Dentro gente Portuguêz.*

*Achareis Meca em tristeza,  
Ainda mui sem folgança  
De tão forte natureza,  
Porque farão  
Na ilha do Camarão  
E no estreito fortalezas,  
E as mouriscas riquezas  
Ao Tejo se virão.*

A ironia portuguesa esmalta a exultação da «Fama» pela gente portuguesa.

Ao Castelhana responde de igual teor, ampliando quanto disse aos outros.

*I-vos por aqui à Turquia,  
E por Babilónia toda,  
E vereis se anda em voda,  
Com pezar de Alexandria.*

*E vos dirá  
Damasco quantos lhe dá  
De combates Portugal,  
Com victoria tão real,  
Que nunca se perderá.  
Chegareis a Jer'salem,  
O qual vereis ameaçado,  
E o Mourismo irado,  
Com pezar do nosso bem:  
E os desertos  
Achareis todos cubertos  
D'artelharia e camelos,  
Em soccôrro dos castellos,  
Que já Portugal tem certos.  
Sabei em Africa a maior  
Flor dos Mouros em batalha,  
Se se tornárão de palha,  
Quando foi na d'Azamor.  
E, sem combate,  
A trinta leguas dão resgate,  
Comprando cada mez a vida;  
E a atrevida Almedina  
E Ceita se tornou parte.  
Tributarios e captivos  
Elles com os seus logares,  
Com camelos dez mil pares,  
Porque os deixassem vivos.  
Pois Marrocos,  
Que sempre fez dez mil biocos  
Até destruir Hespanha,  
Sabei se se tornou aranha,  
Quando vio o demo em soccos.*

A «Fé» acaba o auto com palavras de incitamento e de vitória cristã.

.....  
*Vós, Portuguesa Fama, tendes ciumes,  
Que estais collocada na flor dos Christãos,  
Vossas façanhas estão collocadas  
Diante de Christo, Senhor das alturas:*

*Vossas conquistas, grandes aventuras,  
São cavallarias mui bem empregadas.*

.....  
*Em nome de Christo tomae o laurel,  
Ao qual Senhor praza sempre em vos crescer.*

Ao terminar a glorificação da «Fama Portuguesa» pela «Fé», as Virtudes coroam aquela, e colocam-na sôbre o carro triunfal, entre júbilos e música (1).

Na *Exortação da Guerra* diz «Pantasileia»:

.....  
*Oh famoso Portugal,  
Conhece teu bem profundo,  
Pois até ó pólo segundo  
Chega o teu poder real.*  
*Avante, avante, Senhores,  
Pois que com grandes favores  
Todo o ceo vos favorece:  
ElRei de Fez esmorece  
E Marrocos dá clamores!  
Oh! Deixae de edificar  
Tantas camaras dobradas,  
Mui pintadas e douradas,  
Que he gastar sem prestar.  
Alabardas, alabardas!  
Não queirais ser Genoezes,  
Senão muito Portugueses  
E morar em casas pardas.*  
*Cobrae fama de ferozes,  
Não de ricos, qu'he p'rigosa;  
Dourae a patria vossa  
Com mais nozes que as vozes.*

«Acheuilles», logo a seguir, dá também suas sentenças.

---

(1) *Obras de Gil Vicente*, Lisboa, 1852, vol. III, págs. 44 a 61.

---

*Quando Roma a todas velas  
Conquistava toda a terra,  
Todas donas e donzellas  
Davão suas joias bellas  
Pera manter os da guerra.*

. . . . .  
*Se viesse aqui Annibal  
E Heitor e Scipião,  
Vereis o que vos dirão  
Das cousas de Portugal  
Com verdade e com razão.*

E «Annibal» chega nesta espécie de magia de grande espectáculo com interêsse patriótico (1), e clama forte:

*Deveis, Senhores, esperar  
Em Deos que vos ha de dar  
Toda Africa na vossa mão.  
Africa foi de Christãos,  
Mouros vo-la tem roubada.  
Capitães, ponde-lh'as mãos,  
Que vós vireis mais louções  
Com famosa nomeada.  
Ó Senhoras Portuguezas,  
Gastae pedras preciosas,  
Donas, Donzellas, Duquezas,  
Que as taes guerras e emprezas  
São propriamente vossas.  
É guerra de devação,  
Por honra de vossa terra,  
Commettida com razão,  
Formada com discricção  
Contra aquella gente perra.  
Fazei contas de bugalhos  
E perlas de camarinhas,  
Firmaes de cabeças d'alhos:*

---

(1) Fidelino de Figueiredo, *Historia de la Literatura Portuguesa*, Col. Labor, Barcelona, pág. 50.

*Isto si, Senhoras minhas,  
E esses que tendes dae-lh'os.*

.....  
*Ó Senhores cidadãos,  
Fidalgos e Regedores,  
Escutae os atambores  
Com ouvidos de christãos.  
E a gente popular  
Avante! Não recusar!*

.....  
*Guerra, guerra, todo estado!  
Guerra, guerra, mul cruel!  
Que o gran rei Dom Manuel  
Contra Mouros está irado.  
Tem promettido e jurado  
Dentro no seu coração  
Que poucos lh'escaparão.*

.....  
*Este Rei tão excellente,  
Muito bem afortunado,  
Tem o mundo rodeado  
Do Oriente ao Ponente;  
..... (1)*

No *Auto da Barca do Inferno*, entram os quatro cavaleiros da Ordem de Cristo, mortos em combate. Satanaz saúda-os, e convida-os à barca dêle. O «1.º Cavaleiro» responde-lhe :

*E vós, Satan, presumis ?  
Atentai com quem falais.*

e acrescenta o «2.º Cavaleiro» :

*E vós que nos domandais ?  
Sequer conhecei-nos bem :*

---

(1) *Obras de Gil Vicente*, («Clássicos Portugueses», Tómo V) Lisboa, 1843, Vol. II, págs. 363 e seguintes.

---

*Morremos nas partes d'além  
E não queirais saber mais.*

Ouve-se música de órgão. O Anjo, piloto da Barca do Paraíso, fala aos Cavaleiros e chama-os à viagem para o Céu, aonde vão os que morrem pela Pátria :

*Ó Cavalleiros de Deos,  
A vós estou esperando ;  
Que morrestes pelejando  
Por Christo, Senhor dos ceos.  
Sois livres de todo o mal,  
Sanctos por certo sem falha ;  
Que quem morre em tal batalha  
Merece paz eternal (1).*

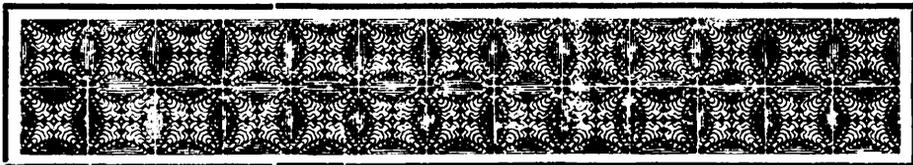
Gil Vicente viveu a grandeza da sua hora imortal ; e, ao relê-lo hoje, sentimos a vibração da nossa gente de Quinhentos na arte bem portuguesa do trovador.

Se voltarmos do passado à hora presente, como é actual o louvor e como é para hoje o estímulo heróico !



---

(1) *Obras de Gil Vicente*, Lisboa, 1843, Cfr., pág. 243. *Auto da Barca do Inferno*, adaptado pelo poeta Afonso Lopes Vieira, 1911, págs. 262-263.



# Gil Vicente e os pretos

(Notas para um estudo sôbre o afronegrismo no teatro português)

por JORGE DE FARIA

COM o ouro das conquistas inçou-se Portugal de negros. Nicolau Clenardo numa das suas tam interessantes e preciosas cartas a Latamo, datada de Évora em 1535, regista significativamente o facto.

Desde, pelo menos Canecatim (1804) a Jacques Raimundo (1933) uma larga falange de escritores, nomeadamente brasileiros têm estudado com maior ou menor amplitude o problema linguístico do afronegrismo.

Anoto, por exemplo, Renato Mendonça (A influência africana no português do Brasil) e Fernando Cortez (Glosário de afronegrismos).

*Guinéos, angolas, benguelas, cabindas, conguleses moçambiques* constituíam, principalmente a numerosa fauna de negros que infestava a Lisboa do século XVI.

Já Enrique da Mota numa celebrada trova do «Cancioneiro» de Rêsense se refere a uma preta de Manicongo que entornara uma pipa de vinho, e à conta do que um clérigo, seu dono, ameaçava deslomba-la:

« Ó perra de Maricongo  
Tu entornaste êste vinho  
Uma posta de *toucinho* (1)  
Te heide dar nesse lombo ».

Outro negro, na *Fragoa de Amor* interrogado por Vénus responde:

« mi bem la de *Tardesilha* »

---

(1) Encontro uma variante em Chiado (Auto das regateiras):

«Vós provareis o *toucinho*»

No *Clérigo da Beira*, Gonçalo andando em busca dum mulato topa um negro fôrro e trocam o seguinte diálogo :

« G — Dize negro, és da côrte  
N — Q'esso ?  
G — S'és da corte ?  
N — Ja a mi foro, nam sa cativo.  
Boso conhece *Maracote* ?  
*Corrigidor Tibão é.*  
Ele comprai mi primeiro ;  
Quando já paga a rinheiro  
Basta a mi fero na pé  
E' masa tredora aquele  
Aramá que te ero *Maracote* ».

Pelo paço, pelas casas fidalgas, pelos mercados, pelas ruas haviam quasi destronado os berberes.

À «galante mourasinha» a que se refere Gil Vicente no *Juiz da Beira*, à «mourinha de aljofre» de Afonso Álvares do *Auto do Procurador* substituiu o azeveiro e inconstante alfacinha a negra e a mulata.

Um personagem da *Sibila Cassandra* ao comentar as «malinas condições» dos maridos, diz :

« Otros a garçonear  
por el lugar  
pavonando tras garcetas  
sin Señor blancas ni pretas  
e reprietas ».

No *Auto pastoril* passa uma referência vaga a «hã regateira baça».

Henrique Lopes na «Cêna Políciana» lisonjeia as boas manhas dos mulatos :

« Mulatos são sabedores  
De gentis habilidades  
Nos pensamentos senhores  
Que não desfeiam as cores  
Quando abonam qualidades »

Há na polémica sangrenta entre o chocarreiro Chiado e o pardo Afonso Álvares alguns lances elucidativos.

O primeiro satiriza assim, duramente, o segundo :

« Soam cá tuas soalhas  
Negrinho taibo, marufaz »

Replica-lhe Álvares em versos de melhor quilate :

« Se tens mais que m'acusar  
Faze feira do que é  
Dá na côr, fala em *Guiné*  
Qu'eu não to posso negar  
Pois que de fóra se vê »

Returque Chiado mais destravadamente, ainda :

« Nascem-te filhos e filhas  
Os machos *mulatos* baços  
E as femeas são *pardilhas* »

A cassanjaría, o falar *guineu* ou *guiné* (Frágoa de Amor e Clérigo da Beira), a *aravia* (Auto das Regateiras e Prática de oito figuras) e mais tarde o *angola* (Oriente ilustrado) eram moda.

O negro não sabia o *Portugás* ou o *Protugá*, e os donos e os curiosos compraziám-se em ensiná-lo deturpado, como ainda hoje sucede.

De modo que o seu falar pitorescamente rude resultava uma pitoresca algaraviada, estropeando a morfologia das palavras, a construção das frases, invertendo o sentido, alterando os géneros.

Gil Vicente, principalmente na *Frágoa de Amor* e no *Clérigo da Beira*, aproveitou excelentemente os tipos, de sabor tam popular, e deu-nos, magistralmente a sua fisionomia e o seu falar.

Permito-me arquivar os depoimentos de dois eruditos investigadores, um português e um brasileiro.

« As ciganas e os pretos exprimem-se no seu calão. Para os poder apresentar em cena tam bem, Gil Vicente teria de os estudar e apanhar em flagrante. Não pode haver dúvida sôbre isso », escreve Mendes dos Remédios (Obras de Gil Vicente, I, XLVII).

E Jaques Raimundo (O elemento afro-negro na língua portuguesa) adita: «A linguagem do negro que Gil Vicente ilustrou incluindo-o entre os personagens do seu teatro é uma como amostra ou antecipação de como será o escravo importado para o Brasil». Vem de ponto anotar que o vocabulário arrolado em Gil Vicente, Chiado, Enrique Lopes, Fr. Lucas de Santa Catarina e na «Musa entretenida» por exemplo não passa no geral da simples adulteração do português erudito ou popular. Só muito raramente se arpôa um vocabulo de origem afro-negra (1).

Entre as espécies curiosas de viciação pitoresca de linguagem, figuram o «Padre Nosso» e a «Salva Rainha» do *Clérigo da Beira*. Vale a pena, por isso registá-los em cotejo com o texto latino.

*Pater noster* (Pato noso) [qui es in coelis] *sanctificétur* (santo faceto) [nomen tuum advéniat] *regnum tuum* (ranho tu) *fiat volúntas tua* (figo valente tu) *sicut in coelo et in terra* (e cinco sego salva tera). *Panem nostrum quotidíanium* (pão noso quanto dão) *da nobis hódie* (da noves caro é) *et dimitte nobis* (debrite noses), [et ne nos inducas in tentationem] *sed libera nós a malo* (ja libro noso gallo). *Amen* (Amen Jeju, Jeju, Jeju) (2).

A Salva Rainha é talvez como expressão folclorista ainda mais curiosa, e mais completa.

*Salve regina, mater misericordiae, vita, dulcédo* (Sabe a regina mato misericoroda nutra dum cego) [et spes nostra] *salve*. Ad te clamámus, éxsules filii Hevae. (Savel até que vamos. A oxulo filho d'egua). *Ad te suspiramus gementes et flentes in hac lacrimarum valle* (Alto soso peamos já mentes ja frentes vinagre aquele quebrarão em balde). *Eia ergo advocata nostra illos tuos misericordes oculos ad nos converte* (Ja ergo a quanta nosa he ilhos tue busca cardos oculos noso convento). *Et Jesum benedictum fructum ventris tui* (E Jesu com muita fruta ventre tu) [nobis post hoc exsilium ostende] *O Clemens, o pia* [o dulcis] *Virgo Maria* (Já tremes, já pias, *Seuro* (3) Santa Maria)...

(1) Raimundo arquivou entre outros e com ilações mais ou menos fundadas: assarapantar, bogiganga, cacete, cachimbo, cambado, candonga, escarumba, fumegar, gingar, mocambo, mambembe, marimba, marufo, maxixe, missanga, moleque, moringa, pamonha, quitanda, senzala, tanga, etc.

(2) As expressões entre chaves são as omitidas no texto algarviado.

(3) Algumas adulterações da *Senhor*, a: *siora* (Auto das Regateiras) *siolo*, a (Oriente ilustrado) *senhor*, (Clérigo da Beira), *seoro* (Auto das Regateiras).

Jaques Raimundo (1) dá à primeira frase do *Padre Nosso* uma interpretação manifestamente errada, perdendo-se em hipóteses inúteis : « *Santo paceto ranho* : frase que ocorre no padre nosso que suprimimos e que parece se traduz por *santo paizito meu*. A forma *paceto* denuncia alteração de *paizito* e ranho deve ser alteração de *ango* (meu no ambundo) com a soma de uma partícula de concordância (*r* como um quási *l*).

É deploravelmente fantasiosa a interpretação.

Demais, basta atentar nesta fala do pastor da *Beira do Purgatório* :

« O *Pater noster* quereis ?  
Ja eu soube um quinhão dele  
No *Santo faceto* andei já.

No « Auto das Regateiras » de Chiado uma negra diz também :

« Santo *Biceto* nomen tu » (2).

Registo, no entanto as três variantes : *faceto*, *paceto* e *biceto* sendo que a primeira é a que mais se ajusta ao texto.

Outro tanto não direi da interpretação que Jaques Raimundo dá a passo do *Clérigo da Beira* :

« A mi abre oio e vê  
Ratinho tira *besiro*  
Ere dexa aqui o condiro  
Não sei onde ele mettê . . .

*Besiro* é corrutela afrónegra de vestido. A leitura reflectida do texto, levar-nos-ia, demais, a essa conclusão. Escreve o aludido escritor : « outra palavra de difícil explicação todavia cremos tê-la identificado. É na bôca da negra uma violenta alteração da palavra vestido, roupa : vestido > bessiro > besiro ».

---

(1) liv. cit., 25.

(2) O sr. dr. Marques Braga no seu excelente (Gil Vicente, Obras completas. I, 317) anota « *Santo faceto, santificetur* da primeira parte do *Pater noster* ». E cita ainda o verso 490 de *Rubena*.

O confronto com outras e comuns alterações morfológicas na linguagem dos pretos explica fielmente a corrutela: o *v* quasi sempre passa a *b*, e o *d* a *r*, tendo em conta ainda que no chingungue, por exemplo só o *t* seguido de *h* se pronuncia (1).

Em refôrço desta asserção ocorre-me um passo do «Auto das Regateiras», e que durante muito tempo tive por enigmático.

«A mi nam cab'a *besi*,

diz a negra à velha que a manda à pressa ao chafariz.

Não lhe serve o vestido da patroa que resmunga, enfadada :

«Levai os *fatos* a rojo».

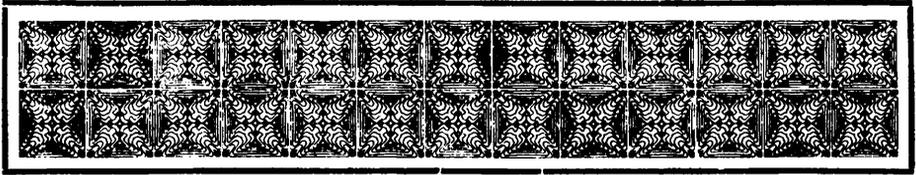
.....



---

(1) Exemplo: *Kutata*, melhor e *Kulhata*, pingir.

---



# GIL VICENTE

## Apóstolo da Exaltação Nacional

---

por RUY GALVÃO DE CARVALHO

NESTA hora de vivo e renovado patriotismo, neste momento singularíssimo em que a Pátria como que recuperou o seu antigo prestígio internacional e voltou à época civilizadora da nossa epopeia marítima, evocar o nome insigne de Gil Vicente é um dever que se impõe, categòricamente, a todo o português de boa vontade, a todo o lusíada que vota pelas tradições seculares da sua Raça e pelas glórias imorredoiras do seu País sincero culto e devoção religiosa.

E Gil Vicente bem merece dos portugueses de hoje, sobretudo da gente moça, a mais espontânea admiração, pois o eminente renascentista, além de ter sido o verdadeiro fundador do nosso teatro, foi um grande patriota, um verdadeiro Apóstolo da Exaltação Nacional.

Com efeito, em muitas das suas peças teatrais, Gil Vicente soube dar à maravilha largas ao seu patriotismo, ao seu ardente amor pela terra lusitana.

Principalmente na *farsa chamada «Auto da Fama»*, que é «uma bela glorificação da história nacional», «Auto todo escrito em tom de patriótico orgulho pelo vasto e crescente império português e pelas vitórias de Albuquerque», na trági-comédia *Exortação da guerra*, «eloqüente e vibrante», exortação, no dizer de Aubrey Bell, «inspirado hino patriótico, cheio de fervor, em que Gil Vicente encarece o ideal hispânico da cavalaria cristã», na frase lapidar da douta e saudável romancista D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1), na trági-comédia *Côrtes de Júpiter* em que «Marte faz o elogio de Portugal»,

---

(1) *Notas Vicentinas.*

prestando «vassalagem ao pequeno e glorioso reino», e na farsa chamada *Auto da Lusitânia* em que a Lusitânia desmanchava o casamento com Mercúrio para se unir a Portugal, — o nosso *Plauto* exprime, em versos sonoros, o seu «amor ao ninho paterno, ao belo País glorioso que lhe foi berço, o envaidecimento confessado com galhardia e cavaleirismo pelas belezas e triunfos que o esmaltam» (1).

Não só nestas peças; também em outras, em certos passos, Gil Vicente procura sempre exteriorizar a sua paixão patriótica.

Por isso deve êle — êsse que é o «maior génio inventivo que Portugal produziu», — ser colocado ao lado dos maiores símbolos do nacionalismo português, à ilharga do próprio Camões e dos nossos mais queridos obreiros que contribuíram para a unidade moral e patriótica da gente lusitana.

Por isso também deve Gil Vicente — «o dramaturgo europeu mais digno de louvores de quantos ganharam palmas e louros na primeira metade do século XVI» — servir de guia aos novos de Portugal para que se unam em volta do lábaro sagrado da Pátria redimida e, novos Cruzados, estejam sempre prontos a lutar contra os «mouros» do Oriente!

«Oh famoso Portugal,  
Conhece teu bem profundo,  
Pois até ó polo segundo  
Chega o teu poder real.  
Àvante, àvante, Senhores,  
Pois que com grandes favores  
Todo o ceo vos favorece...»

E quási no fim da *Exortação da Guerra*:

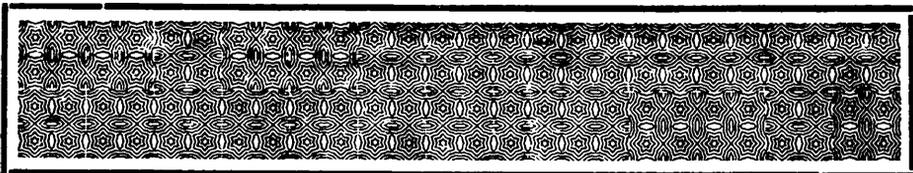
«Àvante! àvante! Senhores!  
Que na guerra com razão  
Anda Deus por Capitão.»

5 de Novembro  
do Ano da Graça  
de 1936.

---

(1) Vid. Mendes dos Remédios, *Obras de Gil Vicente — Prefácio*.

---



# Dramaturgos e Comediógrafos Vimaranenses <sup>(1)</sup>

por ALBERTO VIEIRA BRAGA

**Gil Vicente** — Filho de Gil Fernandes e Joana Vicente, nasceu em Guimarães, no seio duma família proletária.

O índice cronológico das suas principais obras, segundo os melhores biógrafos do célebre Criador do teatro português, é:

*A Visitação*, ou *Monólogo do Vaqueiro* (1502); *Auto Pastoril Castelhana* (1502); *Auto dos Reis Magos* (1503); *Auto da Sibila Cassandra* (1503 ou 1513?); *Auto de S. Martinho* (1504); *Farsa do Escudeiro ou Quem tem farelos?* (1505); *Auto dos Quatro Tempos* (1505 ou 1515 ?) *Sermão, em verso* (1506); *Auto da Alma* (1508 ou 1518?); *Auto da Índia* (1509); *Auto da Fé* (1510); *Auto da Fama* (1510 ou 1515?); *Auto do Velho da Horta* (1512); *Exortação da Guerra* (1513); *Comédia do Viúvo* (1514); *Auto das Fadas* (1516?); *Auto da Barca do Inferno* (1517); *Auto da Barca do Purgatório* (1518); *Farsa dos Físicos* (1519 ou 1520?); *Auto da Barca da Glória* (1519); *Tragicomédia das Côrtes de Júpiter* (1521); *Farsa das Ciganas* (1521 ou 1525?); *Comédia de Rubena* (1521); *Auto Pastoril Português* (1523); *Farsa de Inês Pereira* (1523); *Farsa do Juiz da Beira* (1525); *Frágua do Amor* (1525); *Templo de Apolo* (1526); *Farsa dos Almocreves* (1526 ou 1527?); *Farsa do Clérigo da Beira* (1526 ou 1528?); *Breve sumário da História de Deus* (1526, 1527 ou 1528?); *Diálogo sobre a Ressurreição* (1527); *Comédia sobre a Divisa de Coimbra* (1527); *Tragicomédia da Serra da Estrêla* (1527); *Tragicomédia Nau de Amores* (1527); *Auto da Feira* (1527)

---

(1) Êste excerto faz parte do opúsculo V das CURIOSIDADES DE GUIMARÃIS — *Teatro Vimaranesse*, a publicar brevemente.

O opúsculo abarca os seguintes capítulos: *As representações nos sobrados públicos — Bailes e representações em casas fidalgas — Dramaturgos e Comediógrafos — Casas de espectáculos — Grupos cénicos e conclusões finais.*

ou 1528?); *Triunfo do Inverno* (1529 ou 1530?); *Auto da Lusitânia* (1531 ou 1532?); *Romagem de Agravados* (1532 ou 1533?); *Tragicomédia de Dom Duardos* (1533 ou 1525?); *Amadis de Gaula* (1533); *Auto da Mofina Mendes* (1534); *Auto da Cananeia* (1534); *Auto da Festa* (1515?, 1525?, 1535?); (1) *Floresta de Enganos* (1536); *A Caça dos Segredos* (perdida).

**Francisco Vaz** — Natural da vila de Guimarães, presbítero pio e devoto, como manifesta a obra seguinte que publicou: *Obra da muita dolorosa morte, e paixão de N. S. Jesu Christo conforme a escrevem os quatro Santos Evangelistas*.

São estas as indicações que nos dá a «Biblioteca Lusitana», de Diogo Barbosa Machado, tómo II, pág. 281.

Êste escritor indica as seguintes edições do Auto: Évora, por Manuel de Lira, 1593. Braga, por Frutuoso de Basto, 1613. Évora, por Francisco Simões. Lisboa, por António Alvres, em 1617 e 1639 e Lisboa, por Domingos Carneiro, em 1659.

Teófilo Braga diz que o seu *Auto da Paixão* foi impresso em Lisboa por Vicente Álvares, ou em Braga por Frutuoso de Basto, ambos no ano de 1613, ou em Évora por Francisco Simões, sem ano. O mesmo Auto foi impresso em Lisboa por António Álvares, no ano de 1617 (2).

Inocência, esclarece mais: As datas do seu nascimento e óbito, com o mais que lhe diz respeito, são circunstâncias hoje desconhecidas, e que escaparam às indicações de Barbosa.

Inocência é porém o único que fixa a primeira edição em 1559, e chama-lhe *curioso e extraordinário auto* (3).

Nenhum destes escritores referiu todavia uma edição feita em Lisboa, na oficina de Francisco Borges de Sousa, em 1761, de que possui a biblioteca da Sociedade de Martins Sarmiento um exemplar valioso e regularmente conservado, oferecido por A. F. Aguiar & Irmãos.

---

(1) «O iniciador do nosso teatro apresentou as suas sentidas homenagens na Tragicomédia *Templo de Apolo* à Infanta D. Isabel, filha do rei D. Manuel, quando em 1526, partiu para casar com o Imperador, Carlos V. Uma cena desta peça encontra-se também no *Auto da Festa*. — 1515? 1525? 1535?». *Gil Vicente — Obras Completas*, (1633) anotadas por Marques Braga, vol. I, pág. XXI).

(2) *História do Teatro Português — séculos XVI e XVII*, por Teófilo Braga, pág. 202.

(3) *Dicionário Bibliográfico*, por Inocência. vol. III, pág. 75.

São 40 páginas, incluindo a primeira, que é o rosto, e a última, que tem impressas tôdas as licenças do Santo Officio.

Fora a gravura do rosto, tem mais 19, muito curiosas, espalhadas pelo texto, todo êle em verso.

Fizeram-se muitas edições do *Auto da Paixão* de Francisco Vaz.

Na Sociedade de Martins Sarmiento existiu uma outra edição de 1659, oferta do Dr. Pereira Caldas, como se vê da inscrição do verbete: *Obra novamente feita da muyto dolorosa morte & paixam de Nosso Senhor Jesu Cristo*, etc.

Há muitos anos que esta edição desapareceu.

«Pelos dotes poéticos do sincero presbítero secular de Guimarães é que o seu Auto mereceu ser conhecido no Oriente, tendo sido traduzido na língua Concani» (1).

**Manoel Tomás** — Nasceu em 1585 e faleceu em 1665. Aos 22 meses falava a língua latina, como afirma com certeza de testemunha ocular Garcia de Rêsende na sua *Mixelânia*. As suas composições dramáticas ficaram manuscritas, e por assim dizer, perdidas.

Eram: *Quatro Autos Sacramentais, Cinco Comédias, Várias Loas, Glosas, Villancicos, Enigmas, Canções e Romances* (2).

Na Ilha da Madeira, onde vivera a maior parte da vida, foi violentamente assassinado, aos 80 anos de idade.

**António de Vilas Boas, e Sampaio** — Filho primogénito de Diogo de Vilas Boas Caminha, e não Queimado, como escreveu o P.<sup>e</sup> D. António Caetano de Sousa no *Apparat. à Hist. Genal. da Casa Real Port.*, e de D. Ana de Carvalho, e Sampaio. Nasceu a 27 de Agosto de 1629 na Quinta de Fareja, têrmo da Vila de Guimarães.

Para celebrar o monte de Airó, que está vizinho ao solar de Vilas-Boas, de cujo sítio gostava sumamente por ser muito ameno, compôs e imprimiu com o suposto nome de João Martins o *Auto da Lavadeira de Airó* — Coimbra, por José Ferreira, em 1678 (3).

Barbosa Machado dedica-lhe uma extensa biografia.

Inocência também se lhe refere, mas não afirma, como Barbosa Machado, que tivesse nascido no têrmo de Guimarães: «Bacharel em

(1) *Escola de Gil Vicente e o desenvolvimento do Teatro Nacional*, por Teófilo Braga, pág. 337.

(2) *Biblioteca Lusitana*, por Barbosa Machado, vol. III, pág. 395.

(3) *Idem, idem*, vol. I, pág. 427.



MAMUEL TOMÁS

De uma gravura antiga — Coleção da Soc.  
de Martins Sarmiento.

(O vol. *O Phaenix da Lusitania*, de Manuel Tomás,  
impresso em Ruam em 1649, traz no frontispício  
igual gravura.)

Leis pela Universidade de Coimbra. Nasceu no t ermo de Guimarães, segundo uns, ou no de Barcelos, como outros dizem, a 27 de Agosto de 1629 e morreu em Barcelos, a 26 de Novembro de 1701 (1).

Teófilo Braga chama-lhe António de Sampaio Vilas-Boas, genealogista, e diz ter nascido em Guimarães, na Quinta de Fareja, escrevendo o *Auto da Lavradeira de Airó* (2).

**Amaro José de Passos** ou **Amaro José de Passos Leite** — Supomos que  este nome ilustre, abade de S. Faustino e Secretário da Academia Vimaranesa, seja um dilecto filho de Guimarães.

Os mon grafos não se lhe referem e as Bibliografias nada d e nos dizem. Escreveu, porém, uma *Loa*, em Fevereiro de 1728, para ser representada numa festa de aplauso, no palacete de Tadeu Luiz António Lopes, no Largo da Misericórdia (3).

**José António Cardoso de Castro** — Nascido pelos anos de 1741. Seguiu o curso de Direito da Universidade de Coimbra, formando-se na Faculdade de Leis.

Preferiu, porém, a vida comercial   carreira da magistratura. Estabeleceu-se em Inglaterra.

Publicou: *A Noiva de Luto* — tragédia de Congreve, traduzida em verso português — Lisboa, na Of. de Francisco Luiz Ameno, 1783 (4).

---

(1) *Dicionário Bibliográfico*, por Inocêncio, vol. I, pág. 294.

P.  Caldas, no *Guimar is*, vol. I, pág. 219, diz: Nasceu na freguesia de Fareja. Assim consta dos livros dos baptismos, casamentos e óbitos de S. Martinho de Fareja, a fôlhas 21, 121 e 4. verso, hoje arquivados no seminário de S. Pedro e S. Paulo, em Braga, no cartório dos livros findos.

(2) *História do Teatro Portugu s* — séculos XVI e XVII, por Teófilo Braga, pág. 220. Ver também d este autor: *Escola de Gil Vicente e o descobrimento do Teatro Nacional*, pág. 455.

(3) GUIMARAENS FESTIVA OU RELA AM — *Do Festejo Publico Com Que Na Nobilissima Vila de Guimaraens se aplaudiram os Reaes Desposorios do Serenissimo Principe do Brasil nosso Senhor, e da Serenissima Senhora Infanta D. Maria Barbara Princesa de Asturias No mez de Fevereiro deste anno de 1728, Por Joze Freire Monterroyo Mascarenhas.*

Neste folheto, hoje raro, o nome daquele ilustre Secretário da Academia saiu estropiado, por êrro, é evidente, de revisão. No folheto, vem: Amaro José de Barros. Nas partes 1.  e 2.  do *Guimaraens Agradecido*, assinava sempre as suas composi es poéticas: *Do Abbade de S. Faustino Amaro José de Passos Leite, Secretario da Academia.* Portanto, Passos, e não Barros.

(4) *Dicionário Bibliográfico*, por Inocêncio, vol IV, pág. 237.

**João Machado Pinheiro Correia de Melo (Visconde de Pindela)** — Nasceu a 8 de Janeiro de 1824 e faleceu a 9 de Maio de 1891. Fidalgo cavaleiro da Casa Real, Conselheiro, Comendador da Ordem de N. S.<sup>ra</sup> de Vila Viçosa, etc.

Publicou: *Uma Vingança* (drama em 4 actos), Pôrto, 1855. Inocência diz que a edição é de 1854.

**António Joaquim de Oliveira Cardoso** — Nasceu a 12 de Janeiro de 1809 e faleceu em 1885. Bacharel formado em Cânones, cónego prebendado da Colegiada, juriconsulto muito notável e Cavaleiro da Ordem de Sant'Iago da Espada.

Deixou manuscritas as seguintes peças: *D. Nuno em Neiva* (5 actos em verso heróico); *D. Maria Teles* (tragédia em 4 actos); *A Virgem do Campo* (6 actos); *Egas Moniz* (6 actos); *A Pena de Morte* (6 actos); *Lágrimas e Risos* (4 actos); *A Cruz do Outeiro* (2 actos); *A Sedução Malograda* (drama-comédia em 2 actos); *Candidato a Deputado*.

O drama *A Virgem do Campo* foi representado a primeira vez em 1859. Antes não foi levada à cena nenhuma outra produção do autor (1).

**Valentim Brandão Moreira de Sá Júnior ou Valentim Moreira de Sá e Menezes** — Publicou: *Sombras e Luz* (drama em 3 actos), Braga, 1863; *Último Acto* (drama em 1 acto); *A Virgem do Campo* (drama em 1 prólogo, 3 actos e 1 quadro) Petrópolis, 1868.

**José de Freitas Costa** — Escreveu: *Por Causa de um Ensaio* (comédia em 1 acto) Pôrto, 1866; *Quem tem capa sempre escapa* (pro-

(1) Informações e notas de Abade de Tãgilde — «Rev. de Guimarães», vol. XIX, págs. 97 e 98. Na sua lista não figura a peça *Candidato a Deputado*, que descobrimos num anúncio dos jornais da época.

Convém dizer que aquêl autor António Joaquim de Oliveira Cardoso, foi um dos mais representados em Guimarães. Tôdas as suas peças, quando iam à cena, eram freneticamente aplaudidas.

Segundo P.<sup>o</sup> Caldas, *Guimarães*, t. I, pág. 215, todos os dramas dêste autor ficaram manuscritos.

O drama que Abade de Tãgilde, na «Rev. de Guimarães», vol. XIX, pág. 97, apelida de *D. Maria Teles*, aparece em P.<sup>o</sup> Caldas intitulado *Maria Pais*. Como foram inéditos que desapareceram, difficilmente agora se poderá destrinçar o engano.

vérbio em 1 acto) Pôrto, 1871; *Nobreza, Clero e Povo* (comédia, manuscrita); *A bom entendedor meia palavra basta* (comédia, também manuscrita); *A Ceia dos Cónegos* (paródia à Ceia dos Cardiais, de Júlio Dantas). Foi publicada em folhetins no «Independente», em 1902.

**António José Ferreira Caldas e Nicolau Máximo Felgueiras** — Escreveram: *Saúde — Episódios dum Reinado* (drama em 4 actos), Pôrto, 1870. Esta peça foi representada a primeira vez em 11-3-1869 no Teatro de D. Afonso Henriques.

**João Luiz Gomes Guimarães** — Escreveu: *D. Afonso Henriques* (drama em 6 actos), Pôrto, 1876.

**Bernardo Pinheiro Correia de Melo (Conde de Arnoso)** — Nasceu a 27 de Maio de 1855 e faleceu no solar de Pindela, em Famalicão, a 21 de Maio de 1911. Fidalgo da Casa Real, capitão do Estado Maior de Engenharia, Cavaleiro da Ordem de N. S.<sup>ra</sup> da Conceição, Comendador de Isabel a Católica, de Espanha, Cavaleiro da Ordem de S. Maurício e S. Lázaro de Itália, condecorado com a Gran-Cruz de Carlos III, de S.<sup>ta</sup> Ana, da Rússia, de Vitória, da Inglaterra, Grande Oficial da Coroa da Prússia, etc., etc., (1).

Foi um dos vimaranenses mais ilustres e escritor de merecida fama. Escreveu: *Suave Milagre* (mistério em 4 actos e 6 quadros) Lisboa, 1902. Esta peça foi escrita de colaboração com o distinto escritor Alberto de Oliveira, e é baseada num conto de Eça de Queiroz. Foi representada a primeira vez no Teatro de D. Maria, em 28 de Dezembro de 1901. *A Primeira Nuvem* (comédia em 1 acto) Lisboa, 1902. Esta peça foi representada no Teatro de D. Amélia, em Maio de 1902.

**P.<sup>e</sup> Gaspar da Costa Roriz** — Nasceu em 1865 e faleceu a 7 de Março de 1932. Escreveu: *O Sonho de um Operário* (comédia-drama em 3 actos, manuscrita). Foi representada a primeira vez em Maio

---

(1) Ver a extensa e honrosa biografia no vol. I do *Dic. Hist. Cor. Heral. Biog.* etc., de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues.

de 1905 pelo «Grupo Dramático Gil Vicente», no Círculo Católico, e depois no Teatro de D. Afonso Henriques. *Os Dois Marçanos* (comédia-drama em 3 actos). Foi publicada em folhetins n-«O Regenerador», em 1910, e depois publicada em opúsculo. Representada diversas vezes no Teatro de D. Afonso Henriques e em várias terras do País. *Apologia* (cena em verso, manuscrita) Tem a data de 1910. *Sabatina* (diálogo). Ficou manuscrito, e tem a data de 1910. *Bouquet Ideal* (cena infantil, em verso). Foi desempenhada por alunas do Colégio de S. Francisco em 6-1-1909 e publicada n-«O Regenerador» de 8-1-1909. *Concurso* (cena infantil, em verso). Representada em 1910 na festa das Escolas de S. Francisco, em 1917 e em 1936. Foi publicada em folhetins n-«O Regenerador» de 28-1-1910. *O Herói Minhoto* (episódio dramático em 2 actos). Representado no dia 10-4-1922 no Teatro de D. Afonso Henriques pelos sargentos de Infantaria 20, em benefício dos órfãos da guerra. Manuscrito. Esta peça foi representada diversas vezes. *De Aeroplano* (comédia em 2 actos). Foi representada em 1923. Manuscrita. *Auto da Saúde* (episódio em verso). Representado no Teatro de D. Afonso Henriques em 8-12-1920, e publicado em 1924. *Uma Mensagem ao Santo Pai* (diálogo em verso). Tem a data de 1924. *As Mães* (drama em 2 actos). *Voltas que o Mundo dá* (comédia-drama em 3 actos). *A Presa* (opereta em 2 actos). *As Conspiradoras* (comédia em 1 acto). *Coração de Criança* (diálogo em verso) *Conto do Vigário* (comédia) *A Margarida* (drama em 2 actos). *Os dois Caixeiros* (peça incompleta). Estas últimas oito peças estão manuscritas (1).

**Eduardo Almeida** — Publicou : *O Marido* (peça em 1 acto), Guimarães, 1918. Foi representada diversas vezes pelo Orfeão de Guimarães.

**Alfredo Guimarães** — Publicou : *Páscoa Florida* (peça em 1 acto), Lisboa, 1915. *Ilusão* (1 acto em verso). Foi publicada na «Ilustração

---

(1) Tôdas as peças do P.<sup>e</sup> Gaspar Roriz são moldadas ao gôsto da velha escola declamatória. Como têm um fundo de moralidade e se alçapremam em bases educativas, mesmo porque todos aquêles diálogos foram expressamente escritos para os colégios de meninas de Guimarães, algumas das peças as representaram, com geral agrado, diversos grupos desta terra. Êstes manuscritos encontram-se cuidadosamente arquivados na biblioteca dos Empregados do Comércio de Guimarães.

Portuguesa», em 1918. Estas duas peças foram representadas em Lisboa, no Teatro Nacional.

**António Lopes de Carvalho** — Escreveu: *Rebate Falso* (comédia-drama em 1 acto e 1 quadro). Representada no Teatro de D. Afonso Henriques. Foi publicada em folhetins n- «A Alvorada», saindo depois em separata em 1912. *À Procura de uma Voz* (comédia em 1 acto, manuscrita). Representada no Teatro de D. Afonso Henriques pelo Orfeão da Póvoa de Varzim. *Mulheres para a Guerra* (comédia em 2 actos, manuscrita). Representada em 1935 na Escola Industrial e Comercial de Francisco de Holanda, pelos alunos daquele estabelecimento de ensino. *Auto das Flores* (teatro infantil; 1 acto em verso), Lisboa, 1932. Esta peça foi representada em Guimarães, e por muitas terras do País se vai representando ainda.

**Delfim Guimarães** — Escreveu: *Sol da nossa Terra* (1 acto em verso) Gaia, 1932. *5 de Outubro* (1 acto em verso). *O Próprio Filho* (1 acto em prosa). *Feras à Solta* (tragédia rústica; 2 actos em prosa). Estas três peças teatrais estão manuscritas e foram representadas em diversos palcos.

**Francisco Martins da Costa Aldão** — Publicou: *Dalila* (peça em 3 actos), Braga, 1934.

**Artur Fernando de Freitas** — Escreveu: *Noémia* (peça em 1 acto, manuscrita). Foi representada pelo grupo cénico da Juventude Católica.

**João Xavier de Carvalho** — Escreveu: *Juramento de Amor* (opereita de costumes regionais). *A Pátria* (drama em 1 acto). *Helena* (peça em 2 actos, musicada). *Casa de Doidas* (comédia em 1 acto). *O Grilo Caloteiro* (comédia em 1 acto). *O Pedido de Casamento* (comédia em 1 acto). *Olha a Beiça!* Revista representada pela Companhia Rafael de Oliveira, no Teatro de Gil Vicente.

Tôdas estas peças estão manuscritas, e diversas vezes foram representadas no Gil Vicente, Salão de Festas do Asilo de Santa Estefânia e Creche de S. Francisco, pelos grupos: «Juventude Operária

Feminina », « Grupo Cénico Mocidade Alegre » e « Grupo Dramático Vimaranense Padre Gaspar Roriz » (1).

O poeta Jerónimo Almeida, no seu último livro de versos, intitulado « Rompendo as Nuvens », diz ter em preparação uma peça de teatro — *O Cego da Colegiada* (1 acto em verso).

Igualmente o poeta Freitas Soares, no livro de versos a que deu o título « Epopeia de Toledo », diz-nos que tem a entrar no prelo uma peça em verso, intitulada — *Emigrante que regressa à Pátria* (1 acto e 4 quadros). Em preparação diz-nos ter a peça em verso *D. Folia* (3 actos).

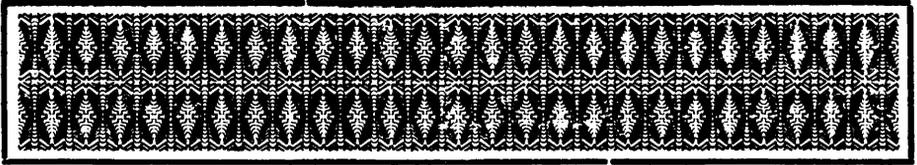
---

(1) Podíamos juntar àquela lista mais dois nomes: António de Carvalho Cirne e Ismael Alves da Costa. Não são vimaranenses, mas são dois filhos adoptivos desta terra. Consideraram-na mesmo, em pública manifestação, e em actos de simpatia e de serviços a ela prestados, como terra adoptiva.

ANTÓNIO DE CARVALHO CIRNE, casou com uma ilustre dama desta cidade; aqui viveu sempre, aqui criou e educou os seus filhos, aqui deitou as raízes do seu affecto à família e aos amigos, vivendo no achêgo da alta sociedade e colaborando frequentemente nos periódicos da terra. Temperamento desempoeirado, as suas conversas são alegres e as peças que escreveu e aqui fez representar, firmam claramente a nota espontânea do seu gargalhado humorismo.

Escreveu: *Os Fidalgos de Miranda* (comédia em 5 actos). Foi representada no Pôrto e na província em 1908, e publicada depois em opúsculo. *Rei Chegou* (comédia em 4 actos, extraída da « Brasileira de Prazins », de Camilo Castelo Branco), *Ventura Perdida* (drama em 5 actos). *Comédia Triste* (peça em 3 actos). Foi representada em Guimarães em 1908. *O Defunto Vivo* (peça em 3 actos). *Tristes Amores* (drama em 4 actos). *A Guerra de Tróia* (opereta em 4 actos). *Aventuras de um Comendador* (comédia em 1 acto). Foi representada no dia 1.º de Dezembro de 1908 no Teatro de D. Afonso Henriques. Todas estas peças, à excepção de *Os Fidalgos de Miranda*, estão manuscritas.

ISMAEL ALVES DA COSTA, para esta terra veio pequenino, e aqui se criou e educou. Hoje é um colonial muito viajado. Publicou: *Os Rapazes e a Guerra* (episódio dramático em 1 acto. Adaptação de um artigo do Dr. Eduardo Almeida). Foi representado no Cinema-Varietades, em Inhambane, em 8-6-1918, numa récita a favor da Cruz Vermelha, e publicado em Lourenço Marques no mesmo ano.



# O Teatro de Gil Vicente (\*)

por MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

**V**ENTUROSA, fadada por Deus para os altos destinos de Portugal, foi a Dinastia de Aviz.

O Condado Portucalense, embrião de Portugal, que nesta terra nasceu, tinha já aumentado os seus domínios, alargando-o por terras da moirama. D. Afonso Henriques, primeiro, e depois todos os outros reis que lhe sucederam, tiveram a missão de ampliar o reino, levando-o até às praias do Algarve.

Depois da morte de D. Fernando, vencidas e malogradas as tentativas de Castela para nos absorver, depois do feito heróico da Ala dos Namorados nos campos de Aljubarrota, sob o comando dessa alta figura de herói e Santo que foi Nuno Álvares, depois de assegurada a continuidade e independência da Pátria pela aclamação de D. João, Mestre de Aviz, eis que os portugueses se preparam para outros feitos e na inclita geração encontram os novos propulsores da grandeza e prosperidade de Portugal.

Na ponta de Sagres o Infante D. Henrique procura desvendar os mistérios do Atlântico para que os portugueses possam vencer as suas lendárias fúrias e sair vitoriosos das ameaças do Adamastor. Portugal ia, em breve, continuar a sua missão, sôbre as águas do mar, na dilatação da Fé e do Império, por novos e misteriosos mundos.

Era a hora grande de Portugal. Através dos bravos oceannos os primeiros marinheiros partiram à descoberta e conquista de longínquas terras. Em Lisboa, no Tejo, formigavam as naus e por tôda a parte se antevia já o futuro da Nação na grandeza do seu império. Em D. Manuel, o Venturoso, parecia terem-se reunido tôdas as

---

(\*) Palestra feita no dia 8 de Junho de 1936, em Guimarães, por ocasião da Comemoração Gilvicentina promovida pelo Grupo Cénico «Mocidade Alegre».

qualidades e tôdas as glórias que tornaram Portugal imortal, respeitado e temido.

Mas o oiro da Índia, com as especiarias, com os aromáticos, com as novas riquezas que as naus traziam das lendárias paragens do Oriente, principiavam já a preverter os caracteres. E os vícios e as intrigas, as ambições e o luxo, assentavam arraiais na boa terra portuguesa, sempre comedida e procurando viver sempre na lei de Deus.

Foi neste cenário de grandiosidade, foi neste prólogo de devastação que surgiu Gil Vicente, fundador do Teatro Português, grande figura da nossa história literária, ou, com mais precisão, da história literária da Península.

Quem era e de onde era Gil Vicente? Todos os que se têm dedicado ao estudo do nosso comediógrafo esbarram sempre na dificuldade de conseguir elementos seguros para os seus trabalhos. É D. António de Lima, filho do alcaide-mor de Guimarães, fidalgo que aqui vivia e exerceu depois o mesmo cargo e que tendo relações pessoais, senão com Belchior Vicente, segundo filho do poeta, certamente com a sua viúva, Guiomar Tavares, porque eram compadres, quem afirma no seu *Nobiliário*, que Gil Vicente era natural de Guimarães. Sanches de Baêna dizia que êle era filho de um ourives dos meados do século XV, por nome Gil Fernandes, casado com Ana ou Joana Vicente de quem houve mais dois filhos: — Luiz Vicente, que também foi ourives e Vicente Afonso que aprendeu o ofício de curtidor. Não admira que assim fôsse, sabendo-se a notável importância da ourivesaria de Guimarães no século XV, que tantas e tam belas obras produziu.

Nascido e educado em Guimarães, segundos os citados testemunhos, nesta terra que já D. Deniz havia distinguido com privilégio — «quem disser mal ou doestar homem de Guimarães, morra por isto morte de traidor» — e de quem Carolina Michaëllis afirmou que «dentro dos limites portugueses, Guimarães foi o primeiro centro de Artes» Gil Vicente, certamente, foi para a capital com o fim de se aperfeiçoar no ofício de ourives, então a mais nobre das profissões manuais.

Contudo, ávido de saber, exercendo-se nêle a influência da sua terra, que Teófilo Braga não pôde deixar de classificar «o centro vital da primeira elaboração poética» Gil Vicente foi freqüentando as bibliotecas dos mosteiros e de algumas outras individualidades da côrte, foi lendo, tomando contacto com os escritores daquêle tempo e o seu génio irrompeu, criando uma obra genuinamente sua que lhe concedeu a imortalidade.

Foi assim que êle se estreou como autor dramático, na noite de 7 para 8 de Junho de 1502, com a representação do Monólogo do Vaqueiro, feita no Paço de Alcáçova e na câmara da rainha para celebrar um facto de notável importância, qual era o do nascimento do príncipe D. João, ocorrido às duas horas da madrugada do dia 6.

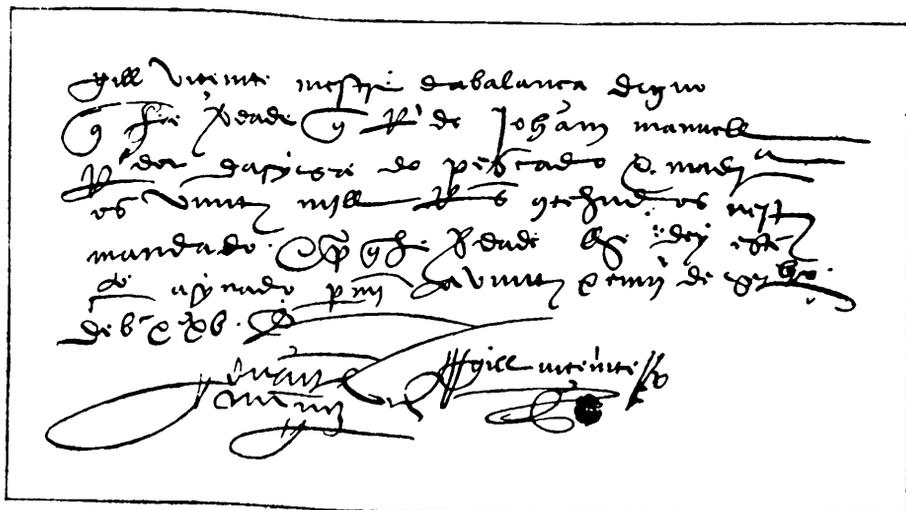
Foi tal o agrado alcançado por êste primeiro trabalho de Gil Vicente, que se pode e deve considerar o alicerce do teatro português. Como a rainha D. Maria se encontrava em Portugal há pouco mais de ano e meio, Gil Vicente escreveu êsse monólogo em castelhano para que ela melhor o pudesse compreender. Se há quem lhe note aproximação com o teatro de Encina, como diz Garcia de Rêsende na *Miscelânea*, não é difícil sentir, após as primeiras representações dos Autos, aquêlê despertar do gênio, que tantas e tam admiráveis obras criou.

Nesse mesmo ano de 1502 é representada «às matinas do Natal» a segunda obra dramática de Gil Vicente, intitulada *Auto Pastoril Castelhana*, que tanto entusiasmo causou na rainha D. Leonor a ponto de esta lhe pedir «que pera dia dos Reys logo seguinte lhe fizesse outra obra». Assim para atender ao pedido da rainha, foi apresentado o *Auto dos Reis Magos*, com músicas próprias que Gil Vicente — que também era músico, — especialmente compôs.

Surgem depois diversos outros trabalhos: O *Auto dos Quatro Tempos* que «foy representado ao muy nobre e prospero Rey dom Manoel, na cidade de Lisboa, nos paços Dalcáçeva, na capella de S. Miguel» numas matinas do Natal presumivelmente em 1503. No ano de 1504 e no dia da procissão do Corpo de Deus, representou-se, na igreja das Caldas, o *Auto de S. Martinho*. Depois, só na noite de 3 de Março de 1506, Gil Vicente volta a aparecer com um *Sermão* oferecido «aa Christianíssima Raynha dona Lianor» e a que assiste o próprio rei D. Manuel. Êste *Sermão*, realizado em Abrantes, para onde a côrte se tinha transferido por, nessa altura, grassar em Lisboa uma epidemia de peste, teve por fim celebrar o nascimento, nesse mesmo dia, do infante D. Luiz.

¿Qual seria a razão desta aparente inactividade de Gil Vicente? É que, com o regresso de Vasco da Gama a Lisboa, da sua segunda viagem à Índia, Gil Vicente teve de compor um outro *auto* artístico, um outro *auto* rendilhado e consagrado ao serviço de Deus: — a Custódia de Belém. Com os mil e quinhentos miticais de ouro, entregues pelo régulo de Quiloa, é que Gil Vicente realizou êsse belo monumento

da ourivesaria portuguesa, que devia ter sido iniciado em princípios de 1504 e foi concluído em 1506, data que figura no bôrdo inferior da base. Como os documentos dessa época ao referirem-se a Gil Vicente não fazem qualquer distinção entre o poeta e o ourives, pode-se afoitamente afirmar que o Mestre dos Autos foi, também, o autor da custódia.



DOCUMENTO AUTÓGRAFO DE GIL VICENTE, PUBLICADO POR BRITO, REBÊLO EM 1902

Concluída esta obra, Gil Vicente «senhor de um fundo tradicional riquíssimo, absolutamente seguro das representações de carácter religioso em uso dentro e fora das igrejas» (1), regressa, de novo à arte dramática. «Único génio verdadeiramente dramático que Portugal teve» (2) no testemunho de D. Carolina Michaëlis, inicia uma nova farsa *Quem tem farelos*, escrita, certamente, em 1508, embora a rubrica indique o ano de 1505, visto que em Outubro dêsse ano e por causa da peste que já referimos, saíu D. Manuel do Paço de Alcáçova para Almeirim, e a citada rubrica diz que a farsa «foy representada na muy noble e sempre leal cidade de Lisboa, ao muyto excelente e noble Rey dom Manuel primeyro deste nome nos paços da ribeyra».

(1) Vid. *Gil Vicente — Auto da Alma*. Prefácio de Augusto Pires de Lima, 1925, pág. 28.

(2) Vid. *Notas Vicentinas*, IV, pág. 111.

Só em Fevereiro de 1511 é que a côrte regressa a Lisboa, alojando-se no Paço de Santos, e transferindo-se, depois da Páscoa, para o da Ribeira. Tendo D. Manuel conhecimento dos aplausos e bom acolhimento que a farsa teve por parte do povo da capital, desejou vê-la representada e foi talvez nessa ocasião que se repetiu no Paço da Ribeira.

Em 1509, em Almada, perante a rainha D. Leonor, viúva de D. João II, é representada a segunda farsa *Auto da Índia* que tem por tema os ilícitos amores duma mulher, durante a ausência do marido, que recebe em sua casa dois amantes. Nesse mesmo ano também tomou parte no célebre processo de Vasco Abul que tanto interessou a Côrte. A seguir, nas matinas do Natal do ano de 1510, representa-se em Almeirim o *Auto da Fé*, obra de devoção consagrada ao nascimento do Redentor. No Entrudo de 1511, segundo Braamcamp Freire, teria sido representado o *Auto das Fadas* em que figuram uma feiticeira, um diabo, dois frades condenados às penas infernais e três fadas marinhas, que deitam sortes pelo rei, pela rainha, pelo príncipe D. João, pelas infantas D. Isabel e D. Beatriz e por 36 cortesãos e 23 damas, o que dá a entender terem assistido, além da família real, 59 pessoas da côrte, pelo menos.

O *Auto dos Físicos*, impiedosa sátira aos médicos, de enrêdo simples, é uma das mais livres composições dramáticas de Gil Vicente e das mais chistosas. São várias as conjecturas para lhe determinar a data, sendo a mais provável a de 1512, para a qual Braamcamp Freire também se inclina. No verão dêsse mesmo ano, talvez por alturas do S. João, representa-se a farsa *Velho da Horta*, que trata da paixão que um vêlho rico sentiu por uma rapariga que ia comprar *cheyros* à sua horta. Conforme o que já tinha feito no *Auto das Fadas*, Gil Vicente, profundo conhecedor da vida popular e da da côrte, pinta os seus costumes, crenças e superstições com uma fidelidade rigorosa.

No ano seguinte, nos meados de Agôsto, representa-se em Lisboa, nos Paços da Ribeira, a trágico-comédia *Exortação da Guerra*, em que se celebra a partida da expedição destinada à conquista de Azamor, que segue sob o comando de D. Jaime, Duque de Bragança e de Guimarães. Nesta trágico-comédia exaltam-se os feitos portugueses, de tal modo que, mais tarde, D. Sebastião, rei bem português e cavaleiro generoso, sepulta nos Areais de Alcácer, ao tentar realizá-los, os sonhos do nosso grande império de Marrocos.

«Êsse auto admirável que o poeta apelidou de *Exortação da Guerra*, com ser um veemente e cáldo apêlo às energias nacionais,

ainda escassamente narcotizadas com os primeiros fumos da Índia, e talvez sacudidas no momento por algum recente feito ou desastre nas praças africanas, é também uma tagantada sangrenta mas necessariamente cruel, vibrada pela mão de Mestre Gil às encortiçadas faces do egoísmo inconsciente e comodista:

« oh ! deixai de edificar  
tantas camaras dobradas,  
mui pintadas e douradas,  
Que he gastar sem prestar ».

Assim aconselhava o poeta dos autos, e o seu conselho repete-se como um anátema contra o luxo amolecedor da Renascença invasora.

O seu bem alicerçado espírito nacionalista incita à guerra e ao sacrifício, à abstinência e à sobriedade, a grandes e a humildes, os nobres e os vilões, cortesãos e bispos; exorta à guerra todos os habitantes ainda solidários da Nação quinhentista, ainda saudável e forte e já enlourada de glórias e de renome:

« oh famoso Portugal,  
conhece teu bem profundo,  
Pois até ó polo segundo  
Chega o teu poder real »; (1)

.....  
« Ésse sentido dominante e instintivo de conservação nacional não faleceria com Gil Vicente. Vivo, e para sempre, nos seus autos, dos autos o recolheriam Camões e a pléiade brilhante e ousada que com El Rei D. Sebastião quiseram dar realidade ao sonho nacionalista e irredentista do poeta que encheu de galas e de ensinamentos a côrte mundana de D. Manuel e de um grande fulgor literário o primeiro quartel do século xv.

Sonho de cavalaria, generoso e galante, desfeito em pó e sangue na planície escaldante de Alcácer-Kibir, ainda no tempo de Gil Vicente parecia de simples e fácil realização.

E é assim que, enquanto Camões conclama o Povo e o Rei à jornada de África como para uma emprêsa homérica que o mundo faria

---

(1) César de Oliveira *Exortação da Guerra*, in revista « Gil Vicente », 1.º vol., pág. 159.

estarrecer de espanto e exultar de admiração, a Mestre Gil tal empreendimento lhe parece fácil e oportuno, demais em que

« El-Rei de Fez esmorece  
E Marrocos dá clamores ».

O maior obstáculo, e afinal o mais insuperável de todos, residia, então e sempre, no comodismo atroz e feroz egoísmo que em determinadas e infaustas épocas tem feito naufragar tôdas as grandes aspirações nacionais » (1).

O *Auto da Sebila Cassandra* tudo leva a crêr que fôsse representado no mosteiro de Xabregas — ou da Madre de Deus — nas matinas do Natal dêsse mesmo ano de 1513, quando a côrte estava em Almeirim, mas se encontrava na capital a rainha D. Leonor e Gil Vicente que, nessa altura, desempenhava as funções dos mesteres junto da Câmara Municipal. Êste Auto, todo escrito em castelhano é considerado por Menéndez y Pelayo como « el primer germen del auto simbólico que por excelencia llamamos calderoniano » (2).

Em 1514 representa-se a *Comédia do Viuvo* em que alguns investigadores querem ver uma fixação do ano em que o dramaturgo enviuvou (3).

Segue-se, depois, o *Auto da Fama* que devia ter sido representado, segundo as melhores opiniões, em 1515 (Braancamp Freire) ou 1516 (Brito Rebêlo).

Em 1516 com o *Auto da Barca do Inferno* inicia Gil Vicente o terceiro período da sua evolução dramática. Assim se deu início à famosa trilogia das *Barcas*. Nas matinas do Natal de 1518 foi representado no Hospital de Todos os Santos a segunda parte dessa trilogia *A Barca do Purgatório*, trilogia esta que se concluiu nos Paços de Almeirim, em 1519, com a *Barca da Glória*.

Antes, nas Endoenças de 1518, na passagem do primeiro ano de luto sôbre o falecimento da Rainha D. Maria, representou Gil Vicente, com a assistência de D. Manuel, nos Paços da Ribeira, o *Auto da Alma*, repassado do mais alto sentimento religioso e duma profunda

---

(1) César de Oliveira, idem, idem, pág, 161 e 162.

(2) Menéndez y Pelayo: — *Antologia de poetas líricos castellanos*, tômo VII, *Prólogo*, cap. III, *Gil Vicente*.

(3) Vid. Brito Rebêlo — *Gil Vicente*, eds. de 1902 e 1912.

inspiração lírica com que algumas partes do *Fausto* tem muito de comum... (1)

De 1518 devem ser as *Trovas ao Conde de Vimioso*. Em 1521, ano em que D. Manuel entrou solenemente em Lisboa com a rainha D. Leonor, sua terceira mulher, foi representada perante o príncipe real a *Comédia de Rubena* precioso documentário de etnografia portuguesa. No dia 4 de Agosto desse mesmo ano, representa-se, no Paço da Ribeira, a trágico-comédia *Côrtes de Júpiter* em despedida à Infanta D. Beatriz que no dia seguinte segue para Sabóia. A 13 de Dezembro falecia D. Manuel que a história cognominou de «venturoso», «esquecendo-se que ele foi dotado de singulares qualidades pessoais, de admirável visão, de natural majestade que o impunha ao mundo» (2). À sua morte consagrou Gil Vicente umas *Trovas* em que se diz:

«Pranto fazem em Lixboa  
dia de santa Luzia,  
por el Rey dom Manuel,  
que se finou nesse dia:

Choram duques, mestres, condes,  
cada hum quem mais podia ;  
os fidalgos e donzelas  
muyto tristes em perfia ;  
os Iffantes davam gritos  
a Iffanta se carpia ;  
seus cabelos, fios douro,  
arrincava e destroya,  
seus olhos maravilhosos  
fontes dagoa parecia.»

Aos 19 de Dezembro realizava-se a cerimónia de aclamação de D. João III, que se tem procurado apresentar «quasi como imbecil, quando é certo que presidiu à época mais brilhante da nossa literatura e do nosso humanismo. Cansamo-nos, nós, portugueses, a pro-

---

(1) Aubrey Bell. Vid. *Gil Vicente*.

(2) Dr. Pires de Lima «*O ensino da História de Portugal*, conferência publicada no *Diário da Manhã* n.º 1840, Ano VI, de 3 de Junho de 1936.

clamar a grandeza do século de Péricles, do século de Augusto, do século de Leão X, do século Luiz XIV, por estas figuras terem presidido a épocas de esplendor das letras e das artes; e ao monarca

## COPIACAM DE

TODAS LAS OBRAS DE GIL VICENTE. A Q VAL SE  
REPARTE EM CINCO LIVROS. O PRIMEYRO HE DE TODAS  
suas cousas de deusaçam. O segundo as comedias. O terceiro as  
tragicomedias. No quarto as farsas. No quinto as  
obras meuzas.



¶ Emprémioç em a muy noble & sempre leal cidade de Lisboa  
em casa de Ioan Alvarez impressor del R. e y noſso ſenhor.

Anno de M. D. LXXII.

¶ Foy visto e poloſ deputados do ſenhor Inquizeſtor.

COM PRIVILEGIO REAL

(...)

¶ Vendem ſe a cruzado em papel em caſa de Francisco fernandezes na oſua.

ROSTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DAS OBRAS DE GIL VICENTE

(EXEMPLAR DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA)

Lisboa 1662

ROSTO DA 1.<sup>a</sup> EDIÇÃO DAS OBRAS DE GIL VICENTE (1662)

—Do exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa—

os estudos em terras estrangeiras, em Paris, em Salamanca, em Florença, com conhecimento das Antiguidades Clássicas, principiaram a desdenhar das peças de Gil Vicente. Para o experimentarem pedi-

que presidiu a igual esplendor entre nós, e que sem dúvida contribuiu directa e pessoalmente para êsse esplendor, procuramos rebaixá-lo, considerando-o uma mentalidade inferior (1)».

Essa aclamação do novo rei foi celebrada por Gil Vicente com um romance. Em 1522 escreveu o poeta o *Pranto de Maria Parda*, uma das mais populares composições de Gil Vicente e no qual Maria Parda se lamenta «porque vio as ruas de Lixboa com tam poucos ramos nas tavernas e o vinho tam caro e ella nam podia viver sem elle».

Em 1523, quando a côrte se encontrava em Tomar, foi lá representado o *Auto de Inês Pereira*, que V. Ex.<sup>as</sup> acabam de ver representado admiravelmente pelo «Grupo Cénico da Mocidade Alegre». «Certos homens de bom saber» duvidavam da originalidade dos trabalhos de Gil Vicente. Tendo freqüentado

(1) Dr. Pires de Lima. Na mesma conferência o no jornal citado.

ram-lhe que apresentasse um trabalho sob o tema: — *mais quero asno que me leve, que cavalo que me derrube*. Neste *Auto*, considerado a mais perfeita comédia, «o dramaturgo demora mais a análise e surge, por exemplo, o vélio que se apaixona pela *Inês Pereira* . . . »

«Desde a maneira como se senta à maneira como fala, e desde as ofertas que faz às promessas que formula, tudo, sem esquecer o embaraço em que se enleia quando, ao cair da noite, se vê a sós com a amada — embaraço tam em contraste com a desenvoltura da moça, tudo são traços copiados da *realidade viva*, bem que sublinhados de humorismo cómico, esboços psicológicos que com um pouco mais de perfeita técnica no desdobramento e acabamento e, sobretudo, uma língua que não fôsse, como a portuguesa, um meio de isolamento, senão *um instrumento de larga comunicação*, bastaria a encorporar no património intelectual de todos os cultos do mundo » (1).

De Tomar e depois de realizado o Capítulo Geral da Ordem de Cristo, a que presidira, D. João III foi para Évora onde se representou o *Auto pastoril português*, no Natal dêsse ano. Neste *Auto* faz Gil Vicente, no prólogo, alusão à sua pobreza, o que influíu para que D. João III lhe concedesse, em 1524, uma tença de doze mil reais, que poucos meses depois, foi acrescentada com mais oito mil, completando-se, assim, o seu antigo ordenado de mestre de balança. Por aqui se verifica o interêsse do rei D. João pela obra do dramaturgo. Também em Évora, e em 1524, foi representada a *Frágoa de Amor*, destinada a festejar os desposórios de D. João III com D. Catarina de Áustria. Em Janeiro de 1525 o rei concede a Gil Vicente nova tença de três moios de trigo e o ofício de língua da cidade de Ormuz, para que o poeta possa realizar dinheiro com a sua venda. Não pára, porém, o engenho de

«Gil Vicente, o autor dos autos,  
que em horas de inspiração,  
espanta os homens incautos  
com facécias de truão!

como diz Jerónimo de Almeida no seu recente livro de versos «Rompendo as Núvens».

(1) Hernáni Cidade. *A cultura portuguesa nos séculos XI e XVI*, In «Biblos», vol. IX, 1933, págs. 72 e 73.

Passando em claro outras belas obras de Gil Vicente, para não alongar demais êste trabalho, desejo fazer ligeira referência à *Floresta dos Enganos* que foi «o canto do cisne» de Gil Vicente. Representou-se em Évora em Dezembro de 1536, completando-se, portanto, neste ano, quatro séculos sôbre a sua representação. Já vêlho, já alquebrado, êsse poeta que, segundo D. Carolina Michaëllis «melhor encarnou a alma da nação» não voltou a escrever teatro.

Depois rolaram os séculos e agora «poderá pois dizer-se que o grande escritor português que mais se aparenta com o nosso povo, que mais que nenhum outro representa na sua obra o *ethnos* nacional, que viveu e criou em permanente consonância e simpatia com a gente chamada baixa e rude, que em quási todo o meio cento de obras teatrais que produziu soube retratar como ninguém e fixar para a posteridade a alma popular do seu tempo — poderá dizer-se que êste grande homem, universal por isso mesmo que portuguesíssimo, continua entregue à alçada de eruditos e cultos» (1).

Ainda há poucos dias o Sr. Dr. Pires de Lima, actual Director Geral de Ensino Secundário, lamentava: — «vemos uma estátua ao boémio Chiado e não vemos uma a Gil Vicente».

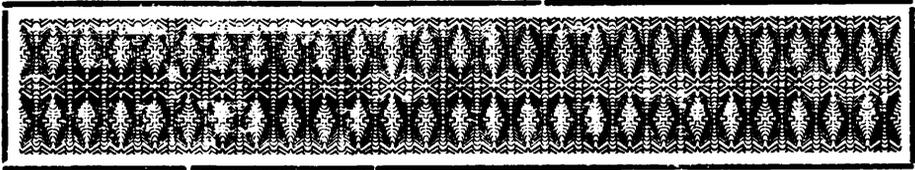
É necessário, pois, que se levante essa estátua ao fundador do teatro peninsular, e que Guimarães tome uma parte activa na campanha dêsse monumento, para maior honra, glória e esplendor da Pátria Portuguesa e bom nome da Terra Vimaranense.



---

(1) Agostinho de Campos. *A lição de Gil*, in «Comércio do Pôrto» n.º 121 do ano LXXXI, de 17 de Maio de 1936.

---



## ÍNDICE DO XII VOLUME

| TEXTO                                                        | Págs.     |
|--------------------------------------------------------------|-----------|
| <i>Almeida (Jerónimo de)</i>                                 |           |
| O Primeiro Auto. . . . .                                     | 191       |
| <i>Atves de Oliveira (Manuel)</i>                            |           |
| Russos... além... . . . . .                                  | 76        |
| A frente da Ordem . . . . .                                  | 106       |
| Durante a fogueira . . . . .                                 | 180       |
| O teatro de Gil Vicente. . . . .                             | 229       |
| <i>Braga (Alberto V.)</i>                                    |           |
| O culto de S. Gonçalo na Baía . . . . .                      | 19 e 41   |
| Dramaturgos e comediógrafos vimaranenses . . . . .           | 218       |
| <i>Chaves (Luiz)</i>                                         |           |
| A epopeia de Além-Mar em Gil Vicente. . . . .                | 198       |
| <i>Dória (António A.)</i>                                    |           |
| António Sardinha . . . . .                                   | 8         |
| Cartas sem franquia . . . . .                                | 123 e 170 |
| O lirismo Vicentino . . . . .                                | 192       |
| <i>Galvão de Carvalho (Ruy)</i>                              |           |
| Sóbre o Primeiro de Dezembro de 1640. . . . .                | 67 e 81   |
| O narcisismo de Antero. . . . .                              | 145       |
| Gil Vicente Apóstolo da exaltação nacional . . . . .         | 216       |
| <i>Hipólito Raposo</i>                                       |           |
| O sentimento português em Lope de Vega 11, 51 e . . . . .    | 87        |
| <i>Jorge de Faria</i>                                        |           |
| O quarto centenário da morte de Gil Vicente . . . . .        | 63        |
| Gil Vicente e os pretos . . . . .                            | 210       |
| <i>Lopes de Faria</i>                                        |           |
| Velharias Vimaranenses (1836) — 30, 72, 101, 137 e . . . . . | 177       |
| <i>Matos (Armando de)</i>                                    |           |
| Um verbete de bibliografia artística . . . . .               | 113 e 158 |
| <i>Pereira (Maria Augusta Nogueira Atves)</i>                |           |
| Maio . . . . .                                               | 86        |
| <i>Pimenta (Alfredo)</i>                                     |           |
| Gil Vicente e Erasmo . . . . .                               | 185       |



|                                                                                                                 | PÁGS. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| BRAGA (ALBERTO V.) — <i>Maninhos</i> . . . . .                                                                  | 109   |
| <i>O culto de S. Gonçalo na Bata.</i> . . . . .                                                                 | 109   |
| CAMPOS (FERNANDO) — <i>O principio da organização corporativa através da História</i> . . . . .                 | 184   |
| CARLOS FREDERICO — <i>Quatro históriazinhas.</i> . . . . .                                                      | 141   |
| DESCAMPS (PAUL) — <i>Le Portugal</i> . . . . .                                                                  | 112   |
| <i>Discurso proferido pelo Führer e Chanceler Adolf Hitler</i> . . . . .                                        | 144   |
| FRANCISCO MARTINS — <i>Um friso de vimaranenses ilustres</i> . . . . .                                          | 184   |
| GALVÃO DE CARVALHO (RUY) <i>Sol Pôsto</i> . . . . .                                                             | 40    |
| <i>D. Bernardo de Vasconcelos Poeta do Amor Divino</i> . . . . .                                                | 141   |
| GAMA (AUGUSTO) — <i>Flores do Outono</i> . . . . .                                                              | 142   |
| GILSON (E'TIENNE) — <i>Le réallisme méthodique</i> . . . . .                                                    | 143   |
| GOMES DE BRITO (BERNARDO) — <i>História Trágico-Marítima</i> . . . . .                                          | 143   |
| GRIMAUD (ABBÉ CHARLES) — <i>Foyers brisés</i> . . . . .                                                         | 184   |
| HARRI MEIER — <i>Cartas inéditas de Antero do Quental a Wilhelm Storck</i>                                      | 142   |
| HENRY MURGER — <i>Cenas da vida boémia</i> . . . . .                                                            | 142   |
| HIPÓLITO RAPOSO — <i>A Beira-Baixa ao serviço da Nação.</i> . . . .                                             | 80    |
| <i>Hitler e Rosemberg.</i> . . . . .                                                                            | 144   |
| <i>Ibero-Amerikanisches Archiv</i> . . . . .                                                                    | 109   |
| LEITE (SERAFIM) — <i>Os Jesuítas na vida de S. Paulo</i> . . . . .                                              | 143   |
| LEMOs FERREIRA (ANTÓNIO JORGE COUTINHO E) — <i>O Homem</i> . . . . .                                            | 183   |
| LHOME (PIERRE) — <i>Mariage et fecondité</i> . . . . .                                                          | 143   |
| LOPES DIAS (JAIME) — <i>A Beira-Eatxa ao microfone da Emissora Nacional</i> . . . . .                           | 112   |
| NUNO DE MONTEMÓR — <i>Coração de Barro.</i> . . . . .                                                           | 110   |
| PEREIRA DOS SANTOS (F. I.) — <i>Un état corporatif</i> . . . . .                                                | 142   |
| PIRES DE LIMA (FERNANDO DE CASTRO) — <i>Contribuição para o estudo da arte indígena de Moçambique</i> . . . . . | 80    |
| RAIMUNDO BELO — <i>Pró-Bem</i> . . . . .                                                                        | 111   |
| SOUSA MACHADO (ANTÓNIO) — <i>Da Enfiteuse — Soluções necessárias</i> . . . . .                                  | 40    |
| <i>Un saint pour chaque jour du mois (Janvier).</i> . . . . .                                                   | 144   |
| TEIXEIRA DE PASCOAIS — <i>S. Jerónimo e a trovoada.</i> . . . . .                                               | 183   |
| TOIAL (ARTUR) — <i>Deliberação Tardia</i> . . . . .                                                             | 142   |
| <br><b>Gravuras e Ilustrações:</b>                                                                              |       |
| Campo del Horno ( <i>Mariano Tito Vasquez</i> ) . . . . .                                                       | 7     |
| Capelinha de S. Gonçalo do Retiro . . . . .                                                                     | 23    |
| Manuel Alves de Oliveira ( <i>D. Dantas</i> ). . . . .                                                          | 35    |
| Torrelobaton ( <i>Dominguez Alvarez</i> ). . . . .                                                              | 122   |
| Gil Vicente na cõrte de D. Manuel ( <i>Roque Gameiro</i> ) . . . . .                                            | 187   |
| Gil Vicente Fundador do Teatro Português . . . . .                                                              | 199   |
| Página inicial do «Pranto de Maria Parda» . . . . .                                                             | 200   |
| Manuel Tomás . . . . .                                                                                          | 220   |
| Documento autógrafo de Gil Vicente. . . . .                                                                     | 232   |
| Rosto da 1.ª edição das «Obras de Gil Vicente» . . . . .                                                        | 237   |